

VICENTE FREITAS
BELA CRUZ – BIOGRAFIA DO MUNICÍPIO

BELA CRUZ

BIOGRAFIA DO MUNICÍPIO

VICENTE FREITAS
BELA CRUZ – BIOGRAFIA DO MUNICÍPIO

VICENTE FREITAS

BELA CRUZ
Biografia do Município

EDIÇÃO
DO AUTOR
2009

VICENTE FREITAS
BELA CRUZ – BIOGRAFIA DO MUNICÍPIO

Copyright ©2009 by Vicente Freitas

Editoria
Vicente Freitas

Capa
F. Petrarca

Revisão/Digitação
Vicente F. Araújo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A 658 e

Araújo, Vicente Freitas de
Bela Cruz – biografia do município / Vicente Freitas de
Araújo Costa. Fortaleza: Edição do Autor, 2009.

373 p.

1. Bela Cruz (CE) – Estudos Históricos

2. Genealogia

I. Título

CDD 981.31

CDU 929.31

contato
vincentfreitas@ig.com.br

VICENTE FREITAS
BELA CRUZ – BIOGRAFIA DO MUNICÍPIO

*Ao Instituto do Ceará
(Histórico,
Geográfico
e Antropológico)
a homenagem do autor.*

POEMETO PARA BELA CRUZ

– Trabalhando nessa terra,
tu sozinho tudo empreitas:
serás semente, adubo, colheita.

João Cabral de Melo Neto

Contemplando teus campos naturais
Pólen, pingos de orvalho – na úmida várzea –
Teu aniversário ousou hoje comemorar
E novamente canto teu cenário silvestre:
Espessos pomares
Casinhas modestas
Quintais pastoris
Com ruídos de vila e senzala.

Teus pequenos fatos anônimos
Hoje queremos cantar,
Com amor mais ardente
Com zelo mais forte.

Desta verde paisagem ribeirinha
Jamais olvidamos
Vaz Carrasco, o patriarca
Capitão Diogo Lopes, o médico
João Damasceno, o poeta
Joca Lopes, o músico...
– Onde estão todos eles?
Sobre as margens deste rio encantador
Permanecem.

Tua gente tem a face curtida por sóis luzentes
E sabe avançar
 recuar
 resistir
 defender-se.

Tua história contém tudo:
Corpos
 almas
 significados
Amores
 belezas
 paixões
Orgulho
 delicadezas
 canções
Esperanças
 benefícios
 doações
Experiências
 resultados
 conclusões...
(Deleites da terra;
 lida enfadonha...)

– Onde a gente de bem trabalha e sonha. (1)

(1) FREITAS, Vicente. In: *As Melhores poesias do século*, Litteris Editora, RJ, 2002.

PREFÁCIO

Este livro é mais uma notícia ou roteiro destinado ao melhor conhecimento da história da ribeira do Acaraú e, especialmente, do município de Bela Cruz. Trata-se de paciente pesquisa e da análise de dados extraídos de documentos e fontes objetivas de informações, e tem como alvo esclarecer o que há de real e de fictício nas crônicas e anais daqueles que nos precederam (pelas veredas da história) nesta região das sesmarias de Manoel de Goes. Embora não seja nossa intenção desprezar a importância da lenda, esta biografia, devidamente pesquisada, documentada, precisa e em ordem cronológica, procura apresentar uma versão racional da história deste município. (1)

Mesmo encarada como tal – esta notícia – quer nos mostrar também um esboço genealógico de algumas famílias que, de 1683, até os dias presentes – trabalhando, estudando, viajando, comerciando, transportando – viveram e vivem, procuraram e procuram essa terra para suas proezas e atividades.

Para nós, Bela Cruz é a terra natal de um notável poeta (2) que deixou páginas tão indelévels quanto às inspiradas pelo príncipe Pe. Antônio Thomaz. Ela é também o berço que acolheu a família Vaz-Carrasco, vinda de Pernambuco, no início do século XVIII, ligada aos Albuquerque, Araújo, Cavalcantes, Goes, Holandas, Vasconcelos e Xerez; terra que acolheu portugueses e descendentes que deram ori-

(1) “A história é assim mesmo que se faz e que se apura. Longos anos são narrados os fatos desta ou daquela forma até que do pó dos arquivos se desentranha um documento, que, merecedor de fé e bem interpretado, dá aos indivíduos e aos seus atos feição diferente daquela com que até então haviam sido encarados e julgados”. (Cf. STUDART, Barão de. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 17, 1903. p. 81.)

(2) Nicodemos Araújo (1905-1999).

gem às famílias do Vale do Acaraú; berço de um Capitão famoso, de longa e prestigiosa carreira – Diogo Lopes de Araújo Costa; do artista plástico e músico João Venceslau Araújo – Joca Lopes; dos escritores João Damasceno Vasconcelos e Aureliano Diamantino Silveira; do professor e cientista Dr. João Ambrósio de Araújo Filho, e tantos outros intelectuais de talento: uma galeria seleta de padres, professores, jornalistas, escritores e poetas de boa cepa.

Como salienta o Pe. Francisco Sadoc de Araújo “a chave da explicação social e religiosa do nosso povo está na experiência vivida pelas famílias pioneiras”. E o mestre Capistrano de Abreu lembra que “a história do Brasil é a história de suas famílias”; adiantando que “toda ela, sobretudo em seus primórdios, se desenvolve sob o influxo dessa mentalidade grupal, refletindo suas vantagens e malefícios”. Eis o motivo que nos levou a dar destaque aos dois últimos capítulos deste livro, onde tentamos apresentar um esboço genealógico de Bela Cruz.

Afora o que nos proporcionou as consultas que fizemos, em vários arquivos, e as valiosas referências bibliográficas, em relevo a *Revista do Instituto do Ceará* (publicada desde 1887), quiçá, a mais importante e séria publicação, sobretudo no que concerne à divulgação e ao revisionismo da nossa História, Geografia e Antropologia; talvez – no mais – todo o mérito deste livro esteja em reunir, num só lugar, boa parte do acervo estudado nestas publicações. Não hesito em alongar, nesse tocante, as transcrições que houver de fazer – sempre que isso se tornar necessário – para melhor e mais eficiente compreensão e entendimento dos fatos.

Não se trata aqui de um livro para especialistas. Mas sim, um livro para os cidadãos belacruzenses. Afinal, neste ano da graça de 2009, o município de Bela Cruz está completando 52 anos de existência, elevado que foi a essa categoria em data de 23 de fevereiro de 1957.

Com estas notas, queremos mostrar, mesmo que panoramicamente, uma Bela Cruz, de ontem e de hoje, integralmente tributária do trabalho dos vivos e dos mortos. Fazer, criar, pesquisar exige uma unidade de concepção, direção e responsabilidade, reconheço.

E, como diria o benemérito Guilherme Studart, aí tem o leitor o resultado de alguns anos de trabalho. Nele busquei consignar a verdade rigorosa dos fatos e das datas da crônica cearense, melhor estudados hoje, graças aos documentos encontrados, e, pois tive de fazer correções a escritos alheios e aos meus próprios.

Testemunhamos a nossa gratidão a todos que nos ajudaram nesta pesquisa, contribuindo, assim, para a melhor identificação dos fatos e fastos aqui relacionados.

‘Dado este cavaco, entremos na matéria’.

Muito obrigado.

Vicente Freitas

Bela Cruz, 2009

“Os fatos falam por si. Naturalmente, isso não é verdade. Os fatos falam apenas quando o historiador os aborda; é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem e contexto”.

E. H. Carr – *Que é história?*
Paz e Terra, 1996. pp. 14-15.

CAPÍTULO I

SESMARIAS – PRIMEIROS POVOADORES

As concessões de sesmarias no Ceará começaram a ser postas em prática a partir do governo do Capitão-mor Sebastião de Sá. (1) Eram outorgadas mediante pedido escrito em que o pretendente declarava o seu nome ou o do beneficiário, o lugar de sua moradia, a localização geográfica da terra solicitada e o objetivo que tinha em mente, este, em geral, na região nordestina, visando à criação de gados.

Tristão de Alencar Araripe explica essas concessões: “No Brasil, as terras eram perfeitamente desapropriadas; e as sesmarias consistiam na concessão de uma mínima parte deste imenso deserto que o braço europeu ia tentar rotear. Notável diferença devia, pois, haver nas sesmarias em Portugal e no Brasil. Ali questionava-se de propriedade anteriormente existente, e as extensões eram limitadíssimas: aqui a questão de propriedade anterior desaparecia, e era amplíssima a vastidão das terras. Requeridas as sesmarias, eram facilmente concedidas; e como concediam-se com desmesuradas extensões, depressa poucos terrenos restaram.(...) As Datas eram concedidas com três léguas

(1) “É de 7 de maio de 1678 a Carta Patente de sua 1ª nomeação e de 26 de setembro de 1684 a da 2ª. Como substituto do seu 1º governo, que se estendeu até 11 de setembro de 1682, tomou posse Bento de Macedo de Faria, escolhido a 29 de maio de 1681; substituiu-o da 2ª vez Thomaz Cabral de Olival, nomeado a 19 de julho de 1687”. (Cf. STUDART, Guilherme. Para a questão Grossos, Capitão-mor Sebastião de Sá. In: *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 30, 1916. p. 334.)

de comprimento e com uma de largura; todavia, muitas concederam-se com extensões exorbitantes. Para coibir o abuso, restringiu-se a amplidão das concessões: limitou-se a maior extensão a três léguas de comprimento e uma de largura”.

Por algum tempo – acrescenta Araripe – “os concessionários pagavam pensão das sesmarias que tiravam, sendo de 4\$000 réis anuais por légua de terra; depois foi diminuída essa pensão; e finalmente suprimiu-se, em atenção aos sacrifícios, que faziam os povoadores dos sertões, e às vantagens, que ao fisco resultavam da criação dos gados. Concedida uma sesmaria o concessionário era obrigado a demarcá-la judicialmente dentro de dois anos, e pedir depois a confirmação régia, sob pena de perder a mercê: o que se estabeleceu por lei de 1703 e 1753; mas essa disposição era geralmente desprezada”. (2)

Primeiramente, a atribuição para expedir cartas de sesmarias coube aos Donatários de Capitania ou quem os representasse, passando mais tarde ao Governador Geral e por fim aos Capitães-mores Governadores das Capitanias. Dos Sesmeiros, alguns poucos se situavam, eles mesmos, trazendo os seus gados e construindo precárias instalações, outros os confiavam a prepostos ou *vaqueiros*, homens experimentados nas agruras do sertão, capazes de defrontar as rudezas do meio e o ataque dos índios e das feras. É o regime do *absenteísmo* de Capistrano. (3)

(2) Cf. ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. pp. 132-33.

(3) Capistrano denominava *absenteísmo* a ausência de sesmeiros nas terras doadas, fato muito comum, na época. Aurélio registra: Sistema de exploração rural no qual um intermediário (administrador, gerente, capataz) se interpõe entre o proprietário, que não reside em suas terras, e aqueles que as cultivam. O Pe. Antônio Gomes de Araújo, referindo-se ao Cariri, lembra que o sesmeiro não constituía símbolo de precedência em seus sesmos, mas índice de usurpação. Na maioria, esses sesmeiros se encheram parasitariamente do produto dos arrendamentos e vendas em que retalharam os latifúndios que nada lhes custaram. (Cf. ARAÚJO, Antônio Gomes, Pe. *Povoamento do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1973. pp. 134-36.)

Nos primeiros tempos, as sesmarias tinham como frente a testada do mar ou linha do litoral, conhecida por testada da data, servindo de referência à largura ou fundos a *linha do sertão*, isto é, a que “corre para os fundos da terra”.

Seria o boi o grande fator de exploração, porque, ao mesmo tempo, valia vivo, como dinheiro, trocado por mercadorias e bens, e como força de tração, para tanger os engenhos e puxar os carros de bois; valia pela carne, como alimento, e valia por sua pele, matéria prima de que, em cru ou transformada em solas, se utilizou o sertanejo para o preparo da roupa de vaqueiro e de quantos arreios, móveis e utensílios exigia a vida da vaqueirice, que caracterizaria a tão falada civilização do couro.

Os vaqueiros vinham para ficar, já informados sobre a situação dos sítios onde iam construir suas cabanas e disseminar os gados e os currais. Vinham pelos sertões de dentro e de fora, subindo e descendo os Chapadões, cortando os Vales dos rios, com o gado sempre à frente, se apoderando do sertão imenso. (4)

Capistrano opina: “pode-se chamar pernambucanos os sertões de fora, desde Paraíba até o Acaraú no Ceará; baianos os sertões de dentro, desde o rio São Francisco até o sudoeste do Maranhão”. (*Capítulos de história colonial*, p. 205)

No Ceará, os colonos foram de preferência se estendendo pelas margens dos rios, mais apropriados à fundação das fazendas de criação ou cultura, razão porque as datas regularmente eram pedidas e concedidas da foz para o centro na proporção do aumento da população. Nos títulos de sesmarias é, pois, frequente a cláusula: “respeitados os direitos dos heréus já providos desde a barra do rio”.

(4) “Nenhuma palavra mais ligada à história do Brasil, sobretudo à do Nordeste, do que a palavra sertão. (...) O termo sertão penetra fundamentalmente na história e na vida do povo brasileiro. Reflete-se de modo extraordinário no seu folclore e na sua literatura, por onde espalha todos os seus derivados”. (Cf. BARROSO, Gustavo. *À margem da história do Ceará*, vol. I. Fortaleza: ABC Editora, 2004. pp. 9-12.)

Também eram comuns as cláusulas de isenção, por parte do sesmeiro, do pagamento de tributos e a do gozo pleno, por ele e seus herdeiros, de todas as águas, campos, testadas, logradouros usáveis da área doada e demais úteis que nelas houver, sendo, porém, obrigado a dar caminhos livres ao conselho e aos particulares para fontes, pontes e pedreiras. Outros deveres do sesmeiro consistiam na efetiva ocupação e aproveitamento da terra recebida, dentro do prazo da lei, a apresentação do respectivo título para anotação no livro de registros, e a demarcação da sesmaria. (5)

Temos notícia de que o nosso litoral já era todo conhecido em 1587; pois Gabriel Soares de Sousa no seu *Roteiro do Brasil*, escrito nesse ano em Madrid, descrevendo as nossas costas, do norte para o sul, trata da costa do Ceará, com indicação dos pontos principais. Eis a descrição de parte relativa ao Ceará: “Deste Rio Grande Parnaíba, ao Rio dos Negros são sete léguas; o qual está em altura de 2 graus e 1 quarto; e do Rio-dos-Negros (Camocim) às Barreiras-Vermelhas (Jericoacoara) são 6 léguas, que estão na mesma altura; e em uma e outra parte têm os navios da costa surgidouro e abrigada.

“Das Barreiras Vermelhas à Ponta dos Fumos são 4 léguas, a qual está em 2 graus e 1 terço. Desta ponta ao Rio da Cruz (Camocim) são 7 léguas, e está em 2 graus e meio, em que também têm colheita os navios da costa. Afirma o gentio, que nasce este rio de uma lagoa, ou junto dela, aonde também se criam pérolas, e chama-se Rio da Cruz, porque se metem nele perto do mar dois riachos em direitura um do outro, com que fica a água em cruz. Deste rio ao Rio do Parcel (Acarau) são 8 léguas, o qual está em 2 graus e meio” (...).

(5) Cf. COSTA PORTO. *Estudo sobre o sistema sesmarial*, Recife: Imprensa Universitária, 1965.

A leitura desta descrição nos mostra com quanto cuidado havia sido visitada a costa do Ceará – de maneira que, antes do fim do século XVI, ela era perfeitamente conhecida.

Mais tardio devia ser o reconhecimento do interior. Os rios Jaguaribe e Acaraú foram os dois canais, ou antes, as duas estradas principais, por onde a nossa população progrediu em sua marcha de ocupação. Reconhecida a idoneidade de ambas as ribeiras para a criação do gado, vacum e cavalariço, e demais espécies, foram se estabelecendo fazendas de criar por uma e outra margem dos rios.

Segundo registro do Padre Fortunato Alves Linhares, a primeira sesmaria da Ribeira do Acaraú foi concedida no dia 23 de setembro de 1683, aos pernambucanos, Manoel de Goes e seus companheiros Fernando Goes, Francisco Pereira Lima, Manoel de Almeida da Ruda, Pe. Amaro Fernandes de Abreu, Estevão de Figueiredo e Simão de Goes de Vasconcelos. (6)

De Manoel de Goes sabemos que foi homem abastado. Era proprietário da Capela do Capítulo do Convento de S. Antônio do Recife, como se vê da escritura datada de 4 de abril de 1704: “Declaro que meus testamenteiros do melhor da minha fazenda entregarão ao síndico dos religiosos de S. Antônio, cinquenta mil réis, para com o parecer do Reverendo Padre Guardião os por a juro seguro, para rendimento de uma missa

(6) “Os povoadores da Ribeira não podiam ter outra procedência, pois já em 1683, aos 23 de setembro, Manoel de Goes e mais seis companheiros, naturais da Capitania de Pernambuco, cujos apelidos eram: Pereira, Almeida, Da Ruda, Abreu, Fernandes, Vasconcelos, todos troncos de famílias que ainda existem na região, obtiveram do Capitão mor Bento de Macedo uma data de sesmaria de três léguas de terra, para cada um; pelo Rio Acaracu (Acarau) acima, a começar das águas doces do dito rio, perfazendo ao todo vinte e uma léguas, estendendo-se mais ou menos a sesmaria até o local onde foi edificada a povoação do Riacho dos Guimarães”. (Cf. LINHARES, Fortunato Alves, Pe. Notas históricas da cidade de Sobral. In: *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 36, 1922. p. 256.)

quotidiana que tenho instituído no Capítulo do dito Convento para sempre. Declaro que tenho comprado ao Pe. Guardião e mais comunidade dos religiosos de S. Francisco deste Convento de Santo Antônio do Recife a Capela do Capítulo do dito Convento, para nela abrir um carneiro para sepultura do meu corpo e de todos meus ascendentes e descendentes para sempre, e lhes deixo por esmola duzentos e cinquenta mil réis. Declaro que doto trinta mil réis no rendimento de uma casa de pedra e cal em chãos próprios, na Rua do Colégio, para pagamento do dito Capítulo meu, para que faça a meu filho Cel. Simão de Goes de Vasconcelos administrador da dita casa para dar todos os anos ao síndico do Convento a quantia dotada”. (7)

Na petição que Manoel de Goes e seus companheiros fizeram para conseguir sesmaria, diziam: “Porque não têm na Capitania de Pernambuco terras próprias capazes para a quantidade de gado vacum e cavalar os vinha comboiando até esta Capitania, por distância de duzentas léguas de matos fechados e tapuios bárbaros, (8) com muito dispêndio de suas vidas, e que-

(7) Cf. MULLER, Benjamin, Frei. *O Convento de Santo Antônio do Recife*, 1956.

(8) “D. Diogo de Avalos vizinho de Chuquiabue no Peru, na sua Miscelânea Austral, diz que nas serras de Altamira, em Espanha, havia uma gente bárbara, que tinha ordinária guerra com os espanhóis, e que comiam carne humana, do que enfadados os espanhóis juntaram suas forças, e lhes deram batalha na Andaluzia, em que os desbaratarem, e mataram muitos. Os poucos que ficaram não se podendo sustentar em terra a desampararam, e se embarcaram para onde a fortuna os guiasse, e assim deram consigo nas ilhas Fortunadas, que agora se chamam Canárias: tocaram as de Cabo Verde e aportaram no Brasil: saíram dois irmãos por cabos desta gente, um chamado Tupi e outro Guarani, este último deixando o Tupi povoando o Brasil passou ao Paraguai com sua gente, e povoou o Peru: esta opinião não é certa, e menos o são outras, que não refiro, porque não tem fundamento: o certo é que esta gente veio de outra parte, porém donde não se sabe, porque nem entre eles há escrituras, nem houve algum autor antigo, que deles escrevesse. O que de presente vemos é que todos são de cor castanha, e sem barba, e só se distinguem em serem uns mais bárbaros, que outros / posto que todos o são assaz /. Os mais bárbaros se chamam *in genere* Tapuias, dos quais há muitas castas de diversos nomes, diversas línguas, e inimigos uns dos outros”. (Cf. SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*, (1500-1627). Revista por Capistrano de Abreu, 4. ed. São Paulo, 1954.)

rendo acomodar-se nesta Capitania, deliberaram buscar paragens convenientes, e caminhando desta para o Maranhão toparam o rio de nome Acaracu, na distância de 45 léguas, nas ribeiras do qual se podem colher fontes e pastar gados com aumento da Fazenda Real desta Capitania”. (Cf. *Sesmarias*, vol. I, p. 90.)

O Capitão-mor Bento Macedo de Farias deferiu a petição, concedendo vinte e uma léguas de terra rio acima, a partir das águas doces. A cada companheiro de Manoel de Goes tocavam, portanto, três léguas. Ao que tudo indica apenas dois sesmeiros conseguiram demarcar suas terras e ocupá-las. Estas duas datas, conhecidas nesta ribeira com o nome de datas do Goes, atingiram apenas até *um marco* – colocado no local onde se encontra hoje a cidade de Marco. De acordo com registros que encontramos na *Revista do Instituto do Ceará*, outras sesmarias foram concedidas à família Goes. (9)

Entretanto, afirmam que o povoamento dessa região só teve início a partir de 1697, pelo sargento mor Leonardo de Sá, que teria chegado ao Ceará por volta de 1670, servindo de soldado; aproveitou-se do reconhecimento do capitão mor Francisco Gil Ribeiro, para conseguir outras sesmarias em nome de seus filhos Sebastião de Sá, João de Sá e Maria de Sá. O capitão Antônio da Costa Peixoto, igualmente contemplado, era consogro do sargento-mor Leonardo de Sá e, talvez por isso, Leonardo de Sá não requereu data para a sua outra filha, Paula de Sá, casada com Nicolau da Costa Peixoto, que teria recebido, a 14 de outubro de 1702, terras no atual município de Bela Cruz.

(9) “Fls. 271 v. – Francisco Goes, Manoel de Goes, Marcos Gomes de Freitas, Manoel Lourenço de Matos, Julião Monteiro, Simão de Goes de Vasconcelos, Bartolomeu Correia Bravo, Manoel Gomes Leitão, Francisco Ferreira da Ponte, Francisco Pereira Lima. – Alvará de 4 de junho de 1685 – 10 léguas, tendo 5 de comprido e 2 de largo a Manoel de Goes, e aos mais, 3 léguas de comprido e 20 (sic) de largo a cada um. – Entre os rios Curu e Benabeú, que no rio Jaguaribe começa a medir-se das águas doces, e caso estejam tomadas, será nas cabeceiras, sempre de lado do rio. Conds.: As do Foral”. (Cf. Algumas datas de sesmarias cearenses registradas na Bahia, *Livro 1º de Sesmarias*. In: *RIC*, vol. 46, 1932.)

Na verdade, o Capitão português Antônio da Costa Peixoto, foi o primeiro proprietário das terras onde foi construída a Fazenda Caiçara, berço de Sobral. (10) Temos notícias de dois de seus filhos – Apolônia da Costa e Nicolau da Costa Peixoto; este, a 14 de outubro de 1702, requereu a confirmação de uma data de terra de duas léguas de comprimento por uma de largo para cada banda do Rio Acaraú, alegando que dita sesmária lhes foi concedida pelo Capitão-mor Francisco Gil Ribeiro. No registro de doação e confirmação da sesmária, D. Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro, do Conselho de Sua Majestade Rei de Portugal, Governador e Capitão Geral de Pernambuco e Capitanias subordinadas, incluindo aí a Capitania do Siará Grande, faz saber que Maria de Sá e Nicolau da Costa Peixoto, moradores no Siará, lhes apresentaram petição declarando que o Capitão-mor Francisco Gil Ribeiro lhes concedeu aludida data de terras na Ribeira do Acaraú e porque querem a sua confirmação, pedem que seja feito o competente registro, na forma da legisla-

(10) “O Senador Pompeu, em seu *Dicionário Topográfico*, página 92, verbo Sobral, diz que a povoação, então chamada *Caiçara*, foi elevada à categoria de vila no ano de 1773; isso mesmo afirma, à página 192 do 2º tomo do *Ensaio Estatístico*; entretanto, à página 235 do 1º tomo, diz que a vila foi criada no ano de 1779, e à página 276 do aludido 2º tomo, no *Resumo Cronológico*, que constitui a quarta parte do *Ensaio Estatístico*, escreve: 1779 – 5 de julho – Criação da vila de Sobral, no sítio *Caiçara*, por ordem do governador de Pernambuco, o que, aliás, já havia dito em trabalho anterior, nos *Apontamentos para a Crônica do Ceará*, página 15. Como vê-se, o ilustre Senador não tinha opinião fixa sobre o assunto: ora consigna uma data, ora outra para a criação da vila. Daí resultou que os que seguiram-lhe, adotaram esta ou aquela opinião, conforme o livro ou a página do livro, que consultaram na ocasião. Assim é que João Brígido, em seu *Resumo Cronológico*, quer na edição cearense (1876) página 55, quer na edição de Paris (1887) página 114, aceita para a criação da vila a Ordem do Governador de Pernambuco, de 5 de julho de 1779. O Dr. Théberge, porém, em *Esboço Histórico*, página 195, vol. 1º e o Dr. José Pompeu, na *Corografia da Província do Ceará*, página 190, entendem que a criação deu-se no ano de 1773. Se das crônicas passarmos aos trabalhos oficiais, encontraremos a mesma divergência. Qual das duas datas é a verdadeira? Nenhuma delas, respondemos. A vila foi criada por ordem do Governador de Pernambuco, de 14 de novembro de 1772, sendo inaugurada ou instalada a 5 de julho de 1773”. (Cf. OLIVEIRA, João B. Perdigão de. Criação da Vila de Sobral. In: *Revisita do Instituto do Ceará*, vol. 5, 1891. pp. 109-110.)

ção da Coroa Portuguesa que disciplinava a concessão de sesmarias. É certo que Nicolau da Costa Peixoto fixou residência na Ribeira do Acaraú, (11) local onde hoje se encontra a cidade de Bela Cruz – e ali fez doação de terras necessárias ao sustento do culto religioso e para a constituição do Patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição.

Quanto à Apolônia, sabemos que herdou terras de seu pai nesta ribeira, exatamente onde hoje se encontra a cidade de Sobral. Era casada com o Sargento-mor Antônio Marques Leitão. (12) Deste casal a propriedade passou para a filha Quitéria Marques de Jesus, como dote de seu casamento com o Capitão Antônio Rodrigues Magalhães. Este último casal fundou aí a fazenda Caiçara, que após poucos anos se transformou em florescente povoação.

A 27 de julho de 1724 é feito o Registro de outra sesmaria do Coronel Simão de Goes de Vasconcelos, filho de Manoel de Goes, concedida pelo Capitão mor Manoel Francês. Os interessados Simão de Goes e Dona Engrácia de Vasconcelos, em sua petição alegam estar de posse da sesmaria concedida a seu pai Manoel de Goes, na Ribeira do Acaracu e porque medindo-se a dita data se acha de sobras dela nas ilhargas da mesma al-

(11) “A 14 de outubro de 1702, o Capitão mor Francisco Gil Ribeiro concedeu extensa sesmaria, nas margens do rio Acaraú, preenchendo os vazios não ocupados por Manoel de Goes e seus companheiros que haviam recebido terras, a 20 de setembro de 1683. Essa nova sesmaria foi concedida a Maria de Sá, mulher do Capitão Félix da Cunha Linhares, e a Nicolau da Costa Peixoto, medindo duas léguas do Rio Acaraú. Maria de Sá era cunhada de Nicolau da Costa Peixoto que, por sua vez, era filho de Antônio da Costa Peixoto que foi vereador da primeira Câmara Municipal de Aquiraz”. (Cf. ARAUJO, Francisco Sadoc de, Pe. *Raízes portuguesas do Vale do Acaraú*. Sobral: Edições UVA, 2000.)

(12) O Sargento mor Antônio Marques Leitão nasceu na freguesia de Óbidos, Portugal, em 1659. Filho de Simão Leitão e Maria Diniz. Emigrou para o Ceará, fixando-se em Siupé; casado com Apolônia da Costa, filha de Antônio da Costa Peixoto. Doaram terra para a constituição do Patrimônio da Capela de N. S. da Soledade, de Siupé, que construíram perto de sua residência. O termo de seu batismo encontra-se no *Livro Misto de Santa Maria de Óbidos*, 1643-1665, fl. 26.

guns olhos de água, os quais só pertencem a eles suplicantes, e de nenhuma sorte se pode fazer delas graça a outra pessoa por ser a ribeira estreita”. Rezam porque logo fez notificar aos povoadores, que estavam na sua data antiga não pedissem as ditas sobras pelo dano que daí lhe resultava, portanto, pedem a Vossa Mercê lhes faça conceder por data e sesmaria, seis léguas de terra, (13) entrando nelas sempre os olhos de água e o córrego logradouro que estava sendo dos gados de Antônio da Costa Peixoto e seu filho Nicolau da Costa Peixoto. O Capitão-mor Manoel Francês concedeu a sesmaria – umas sobras de seis léguas – visto estarem devolutas e despovoadas, só servindo para logradouro de suas terras, não prejudicando a terceiros, conforme alegaram os requerentes. (14)

Em 1726 é feito o registro da data de sesmaria de Domingos Aguiar de Oliveira (concedida pelo Capitão mor Manoel Francês), Domingos Aguiar foi um dos fundadores da cidade de Bela Cruz e também doador de bens para o Patrimônio de Nossa Senhora da Conceição. Em sua petição, o beneficiário alega que descobriu na dita ribeira sítio de terras nas ilhargas das terras de Nicolau da Costa Peixoto, em um córrego chamado dos Tucuns, que desemboca na Lagoa do Mato e como ele suplicante não tem terras o bastante para criar seus gados e plantar suas lavouras e estas de que faz menção se acham devolutas e desaproveitadas; pede a Vossa Mercê seja servido conceder-lhe em nome de S.Majestade, por data e sesmaria na para-

(13) Na verdade, Manoel de Goes e seu filho Simão de Goes de Vasconcelos, obtiveram sesmarias em vários pontos do Ceará. “Na *Memória de Feijó*, a Chapada do Apodi é chamada Catinga do Goes. Em documentos de 1811, em que – para execução da Provisão Régia de 1793 – o ouvidor Rademaker dá posse à Câmara de Aracati sobre certos terrenos, há também referência à Catinga do Goes. (...) Catinga do Goes era também o nome da povoação que deu origem à atual cidade de Jaguaruana”. (Cf. BRAGA, Renato. *Dicionário geográfico e histórico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967. pp. 336-37.)

(14) “Muitos sesmeiros jamais tomaram posse das suas terras. Requeriam-nas para alugá-las, permanecendo em seus lugares de origem. Eram latifundiários à distância, atravessadores inoperantes, açambarcando léguas e mais léguas”. (MACEDO, Nertan. *O Clã dos Inhamuns*. 2. ed. Fortaleza: Jornal a Fortaleza, 1967. p. 52.)

gem acima nomeada uma légua de terra de comprido pelo dito córrego acima, e a largura de meia légua de cada banda para as gozar ele suplicante e seus herdeiros ascendentes e descendentes”. Em despacho de 19 de agosto de 1726, o Capitão mor Manoel Francês concede-lhe as terras na forma pedida.

Sesmaria do Capitão Diogo Lopes

O Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa nasceu a 8 de março de 1761, na fazenda Lagoa Grande, próximo a atual cidade de Bela Cruz; filho do Capitão-mor português José de Araújo Costa e de Dona Brites de Vasconcelos, uma das Sete Irmãs. Muito cedo teve interesse pelo estudo e frequentou, com seus irmãos, as aulas de um dedicado mestre-escola, contratado por seu pai. Aos 17 anos de idade passa a residir e estudar em Fortaleza. Aos 28 anos, de volta à sua terra, passou a viver maritalmente com a senhorita Antônia Maria do Rosário, mesmo sem as bênçãos do matrimônio. Em seguida, adquiriu uma fazenda e instalou-se na localidade de Lagoa do Mato; ali construiu casa de morada, uma pequena fábrica de beneficiamento da mandioca, cacimba, curral para gado, etc. Essas instalações foram montadas um pouco ao poente do “Alto da Lagoa do Mato”, à margem norte da mesma lagoa, distante cinco quilômetros do então povoado de Santa Cruz.

Unindo-se a Maria do Rosário, dedicou-se aos trabalhos da agricultura e da pecuária, sem descurar dos estudos da medicina que era a sua vocação. A terra era fertilíssima. Ao leste corria o legendário Rio Acaraú, cujos terrenos marginais se prestam admiravelmente ao cultivo do feijão, batata doce e frutas diversas. As terras da mata e-

ram aproveitadas para o cultivo da mandioca, milho, feijão e outros produtos da nossa lavoura, enquanto o rebanho aumentava, graças à abundante pastagem ali existente.

No ano de 1817, necessitando de mais terras, para o desenvolvimento da lavoura e da criação, requereu ao Governador da Capitania do Ceará, como *data de sesmaria*, umas sobras de terra, medindo três léguas de comprimento, e tendo por sede a fazenda Lagoa do Mato. Mencionado trato de terra limitava-se ao Norte, com terras da Timbaúba; ao Sul, com a mesma Lagoa do Mato; ao Nascente, com terras de São Francisco da Cruz; ao poente, com terras das Ilhargas do Castelhana. O requerimento em referência, após as tramitações legais, foi deferido, em data de 18 de junho do mesmo ano, pelo então Governador Cel. Manoel Ignácio de Sampaio. Como documentação, transcrevemos aqui o teor da petição e o Despacho do Governador da Capitania.

Carta de Data de Sesmaria

Registro da Carta de Data de Sesmaria de três léguas de terra de comprido e uma légua de largura, ou légua e meia em quadro, passada ao Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa, do Termo de Sobral. (volume 9º. nº 728).

“Manoel Ignácio de Sampaio, fidalgo de Sua Majestade, Coronel do Real Corpo de Engenheiros, Governador da Capitania do Ceará, pelo Presidente da Junta da Real Fazenda, etc.

“Faço saber, aos que esta Carta de Data de Sesmaria virem, que o Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa, mora-

dor no Termo da Vila de Sobral, desta Capitania, me enviou dizer, por sua petição, cujo teor é o seguinte":

Requerimento

“Ilmo. e Exmo. Governador:

“Diz o Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa que sendo senhor e possuidor de uma *sesmaria* de terra, há vinte anos, na Ribeira do Acaraú, Termo da Vila de Sobral, lugar denominado Lagoa do Mato, onde tem situados seus gados, cavalares, de toda a sorte, há, misto a este sítio, um Riacho chamado da Prata, que corre de sul a norte, habitado e lavrado, com casa de aviamento de fazer farinha, roças e fruteiras do suplicante, há quase outro tanto tempo quanto o em que possui Lagoa do Mato, sem oposição nem contradição de pessoa alguma, tendo por heréos seus confinantes: pela parte do nascente, com terras da Cruz, Lagoa Seca e Malassombrado, de Francisco Antônio Linhares, do mesmo Termo de Sobral e com a dita Lagoa do Mato do suplicante; pela parte do poente, com terras da Data do Comandante Antônio da Silva Barros, do Termo da Vila de Granja; pela parte do norte, com terras do Castilha, (Castelhano), Termo de Granja e com terras de Timbaúba, Ribeira do Acaraú, Termo de Sobral; e, pela parte do sul, com terras da mesma Lagoa do Mato do suplicante, ficando-lhes mistas as terras sobreditas do Riacho da Prata, que quer o suplicante lhes sejam concedidas por Sesmarias de sobras dos sobreditos heréos confinantes, pegando dos providos do limite do norte, pelo Riacho da Prata acima, compreendendo as terras devolutas e sobejas que houverem por uma e outra parte do mencionado Riacho ou pela parte que realmente houver sobras entre todos os so-

breditos heréos confinantes, até às testadas da Lagoa do Mato do suplicante, tanto pelos benefícios de agricultura, aproveitamento e posse pessoal em que está há tantos anos, como pelo cômodo público que daí resulta, pois que tem o suplicante feito estradas pelas caatingas desertas daquele sítio, para os providos da Ribeira do Curuaru, Termo da Vila de Granja, fazendo comerciados os povos do Acaraú com os da Granja, por aquela parte até então incomunicável, portanto.

“Pede a V^a.Excia., se digne conceder-lhe sobreditas sobras por Sesmarias, para si e seus herdeiros ascendentes e descendentes, debaixo das cláusulas expressadas nas Ordens Régias tendentes a este negócio, e receba mercê.

Ass.) *Diogo Lopes de Araújo Costa*”

Despacho do Governador da Capitania

“E sendo visto o seu requerimento com as informações a que procedeu pela Câmara respectiva e pelo Dr. Juiz de Sesmarias, que nenhuma dúvida se lhes ofereceu, e a resposta do Procurador da Coroa e Fazenda, a quem de tudo mandei dar vistas; e respondeu está nos termos, hei por bem, na conformidade da Real Ordem de 22 de dezembro de 1715, conceder, em nome de S^a. Majestade, El Rei, nosso senhor e do dito Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa, por Datas de Sesmarias, três léguas de comprimento e uma de largura, por légua e meia em quadrado, como na verdade se acha, das terras que pede e confronta, em sua petição, no Termo da Vila de Sobral, desta Capitania, para si e seus herdeiros ascendentes e descendentes, quais lo-

grará em todas as suas testadas, matas, campos, águas, logradouros e mais úteis que nelas houver, reservados os paus reais para construção de caminhos livres ao Conselho, para fontes, pontes e pedreiras; e pagará dízimos dos frutos que delas houver.

“Assim também será obrigado a medi-las e demarcá-las e a haver de S^a. Majestade, pelo Tribunal competente, a Régia confirmação, na forma das Reais Ordens, e mais alvará de 25 de janeiro de 1809. E havendo nas ditas terras rio navegável, ficará livre de uma das margens que toca às terras do suplicante meia légua, para uso e comodidade do público, pena de que faltando a qualquer das cláusulas declaradas, se houverem por devolutas ditas terras e darem a quem as pedir. Pelo que ordeno ao Juiz de Sesmarias e mais justiça e pessoal a quem tocar que, na forma requerida e condições confrontadas, cumpram e guardem, façam cumprir e guardar esta minha Carta de Data de Sesmarias, como nela se contém, em firmeza do que lhes mandei passar a presente, por mim assinada e selada, com o sinete das minhas armas, que registrará na Secretaria deste Governo, Contadoria da Real Fazenda, onde pertencer.

“Dada na Vila da Fortaleza, Capitania do Ceará, aos 18 de junho de 1817. E eu, Vicente Ferreira de Castro e Silva, Oficial Secretário do Governo, no impedimento do Secretário, a fiz escrever.

Ass) Manoel Ignácio de Sampaio

Estava o selo. Francisco Esteves Almeida a fez.
nº 930. Pagou quatro mil réis de selos.
Fortaleza, 19 de junho de 1817.

GARCIA FARIAS”.

Conseguida a Data de Sesmaria, o Capitão Diogo Lopes teve assim aumentadas consideravelmente suas terras, com amplas vantagens para a família que, quase em sua totalidade, vivia do cultivo do solo e da pecuária, bem como para os agregados, a quem todos os anos cedia terras de plantio, sem cobrar qualquer renda.



Como líder comunitário, Capitão Diogo Lopes sempre exerceu uma notável liderança política na população do Baixo Acaraú. E, como consequência, seu nome foi solicitado para ingressar em uma das agremiações partidárias em atividade, na época. O certo é que, no ano de 1789, não obstante Lagoa do Mato distar mais de cem quilômetros da então Vila de Sobral, chegou a ser eleito Vereador à Câmara Municipal daquele Município. E, como naquele tempo, a Vila de Sobral era uma espécie de Capital do Vale do Acaraú, ele como representante do povo, conseguiu numerosos benefícios para a comunidade. Aliás, o gosto pela política, herdou de seu pai, Capitão-mor José de Araújo Costa, o qual, embora Português, natural de Estrufe, freguesia de Santa Lucrécia de Louro, distrito e arquidiocese de Braga, província do Minho, teve posição destacada na política da Ribeira do Acaraú. Tanto que foi convidado especial para assistir às solenidades e assinar a Ata de instalação da Vila Distinta e Real de Sobral, a 5 de julho de 1773, quando foi nomeado Tesoureiro para os impostos do Porto de Acaraú, pelo Dr. Joaquim da Costa Carneiro e Sá, então Ouvidor e Corregedor da Comarca do Ceará, sendo eleito Vereador à Câmara de Sobral em 1775. Também, alguns dos filhos do Capitão Diogo Lopes, se

integraram nos partidos políticos da época, e prestaram bons serviços à comunidade de Santa Cruz. Tanto é que, criado o município de Acaraú, e realizada a eleição para Vereadores ao poder legislativo municipal, quatro deles foram votados para a sua primeira Câmara – Simplício de Araújo Costa, com 1010 votos; Manoel de Araújo Costa, com 1008 votos; João Bento de Araújo Costa, com 769 votos, e João de Araújo Costa, com 769 votos. (15) Desta maneira, Simplício de Araújo Costa e Manoel de Araújo Costa foram eleitos, os outros dois ficaram na suplência, porém, posteriormente ocuparam o cargo, na ausência dos respectivos titulares.

Manoel de Araújo Costa, já no Posto de Capitão da Guarda Nacional, chegou a ser eleito Chefe do Poder Executivo de Acaraú. E Simplício de Araújo Costa, exerceu o mandato de Vereador em mais de uma legislatura, tendo ali marcante atuação. (16)

(15) Cf. *Ata da Apuração da Eleição para a 1ª Câmara Municipal da Vila da Barra do Acaraú*, realizada a 14 de novembro de 1850. Livro nº 1, fls. 4 e 5.

(16) ARAUJO, Nicodemos. *Capitão Diogo Lopes*. Fortaleza: Edições UFC, 1978.

CAPÍTULO II

AS CHARQUEADAS

No longo período da guerra holandesa o interior do Ceará começou a receber população de origem portuguesa. Naquele tempo muitas famílias tiveram de abandonar o litoral para viver nas matas, ocupando-se de plantações, ou no sertão criando gado. (1) O gado que situaram teve incremento espantoso e procedia das ilhas portuguesas. Pelo litoral vieram também povoadores para o Ceará, sendo quase exclusivamente de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Desta região são as famílias que primeiro se estabeleceram na Bacia do Acaraú. (2)

(1) Veja-se este primor de explicação quanto ao papel da pecuária: “Os engenhos de açúcar, as roças de fumo e mantimentos cabiam dentro de uma área traçada pelo custo de transporte dos produtos. Além de certo raio vegetava-se indefinidamente, a prosperidade real nunca bafejaria o proprietário. Com a economia naturista, o equívoco podia prolongar-se por muito tempo, mas por fim patenteava-se que só próximo do mar ou no pequeno trecho dos rios navegáveis graças à ausência de corredeiras e saltos, a labuta agrícola encontrava remuneração satisfatória. Queixam-se os primeiros cronistas de andarem os contemporâneos arranhando a areia das costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior. Fazê-lo seria fácil em São Paulo, onde a caçada humana e desumana atraía e ocupava a atividade geral, na Amazônia toda cortada de rios caudalosos e desimpedidos, com preciosos produtos vegetais, extraídos sem cultura. Nas outras zonas interiores o problema pedia solução diversa. A solução foi o gado vacuum”. (Cf. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Brasília: Senado Federal, 2006. pp. 131-32.)

(2) Cf. BRÍGIDO, João. *Ceará – homens e factos*. Rio de Janeiro: Besnard Freres, 1919.

Nesse período, os criadores com seus gados e pessoas da família e de serviço iniciaram a ocupação das terras sujeitas ao flagelo das secas, instalando-se nos vales de alguns rios. As famílias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, fugindo às vexações de que eram vítimas, tendo antes procurado os sertões, vieram algumas delas, estabelecer-se ao sul do Ceará, e outras ao litoral, recebendo por esse fato o vale do Acaraú os seus primeiros povoadores.

Como consequência da desarticulação econômica e social decorrente da invasão holandesa, particularmente na Capitania de Pernambuco, muitas famílias adentraram os sertões na busca de maior tranquilidade, afirmam alguns autores. Porém, Capistrano e Antônio Bezerra dão outra versão. (3) Entretanto, sabemos que os povoadores do município de Bela Cruz, próximo à costa, procediam daquela faixa, pois ao que fomos informados, os primeiros proprietários de terras e gados a se estabelecer na área – eram pernambucanos, ou portugueses, ali estabelecidos. E o município de Bela Cruz cujos terrenos possuem as características próprias das várzeas do Baixo Acaraú se prestam à lavoura e à pecuária, indistintamente, sem divisão de zonas especiais, para uma ou para outra; pois tanto a agricultura como a criação de gado se fazem na ribeira e nas matas.

(3) “A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeito e povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o ténue fio litorâneo”. (Cf. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 107). Antônio Bezerra corrobora: “Até 1678, na capitania do Ceará, só era habitado o presídio de Fortaleza, e pontos circunvizinhos à costa”. E mais adiante: “se alguém pouco antes desse tempo se internou na região sertaneja, foi ora avançando, ora recuando em desabrida luta contra os naturais, com muito dispêndio e risco de vida; pois que não podendo demorar-se, era forçado a recuar sem conhecer nem dar nome aos lugares percorridos”. (Cf. *Algumas origens do Ceará*. Fortaleza: Minerva, 1918. p. 51.)

Já o historiógrafo J. Capistrano de Abreu, citando o *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela Capitania do Piauí*, livro atribuído a João Pereira Caldas, informa: “os terrenos próprios à criação do gado são aqueles que mais depressa se povoam; não há neles aquele horroroso trabalho de deitar grossas matas abaixo e romper as terras à força de braço, como sucede nos engenhos (...) neles pouco se muda a superfície da terra, tudo se conserva quase no mesmo estado; levantada uma casa, coberta pela maior parte de palha, estão povoadas três léguas de terra”. (4)

No Século XVIII, segundo o emérito jornalista e escritor Lustosa da Costa, “a região se beneficia da indústria de carne seca. Um grande tráfego de carros de boi se registra entre Sobral e o porto de Acaraú, levando couro, sola, carne seca e trazendo, na volta, fazendas, objetos de couro e prata, artigos manufaturados e um ou outro negro”. (5)

As dificuldades advindas das longas jornadas e os impostos minguando o lucro daqueles que comercializavam o gado motivaram os pecuaristas na criação da indústria, em que o boi era transformado em carnes preparadas em mantas e conservadas pelo sal, capazes de resistir, sem deterioração, a longas viagens. São criadas assim as ‘oficinas’ ou ‘charqueadas’ no Ceará, provavelmente, já na primeira metade do século XVIII. (6)

Graças às pesquisas que tivemos de fazer, em torno do assunto, chegamos à conclusão de que apreciável quantidade de gado bovino de Santa Cruz (Bela Cruz) abastecia as charquea-

(4) Cf. ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1999.

(5) Cf. COSTA, Lustosa da. *Clero, nobreza e povo de Sobral*. Fortaleza: Editora ABC, 2004. p. 83.

(6) GIRÃO, Valdelice Carneiro. Dependência da Capitania do Ceará do Governo de Pernambuco – 1656-1799. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 96, 1982. p.152.

das naquela época existentes no Acaraú, que, na verdade, operavam um movimento de marcante relevo na vida econômica desta região.

As primeiras “charqueadas” de que se tem notícia datam de meados do Século XVIII, nas localidades de Acaraú, Camocim e Aracati, posteriormente levadas pelo cearense José Pinto Martins, para uma propriedade situada às margens do Rio Pelotas, no Rio Grande do Sul.

No começo era assim: “adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. (7) A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem o seu ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães e trazê-las quase como à

(7) “As pessoas que tomam conta do gado e vivem nesses domínios chamam-se vaqueiros. Têm uma parte dos bezerros e galinhas que criam no campo, e quanto aos carneiros, porcos e cabras, etc., não prestam contas ao proprietário. O grosso da manada de gado é contado descuidosamente, sendo evidentemente lugares aceitáveis e lucrativos, mas os deveres são pesados, exigindo coragem considerável, grande força física e atividade. Alguns donos vivem em suas terras, mas a maioria das fazendas que visitei é propriedade de homens de ampla prosperidade que residem nas cidades litorâneas, onde são igualmente plantadores de cana de açúcar”. (Cf. KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. de Luís da Câmara Cascudo. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.)

vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras. Depois de quatro ou cinco anos de serviço começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; (8) podia assim fundar fazendas por sua conta”. (9)

Nessa época, a capitania do Rio Grande foi considerada o “inferno dos negros”, pois eles eram utilizados como mão-de-obra escrava e quase sempre, tratados rudemente para se conseguir maior produção. Com o passar do tempo o charque, que era usado na alimentação dos escravos e das camadas mais pobres da população, acabou ganhando status e tornou-se um dos principais produtos da economia. Atualmente deixou de fazer parte só do cardápio dos pobres e passou a fazer parte também dos mais requintados restaurantes, com muitas variações de receitas.

A salga e a desidratação, seguida ou não da defumação, foram e ainda são as formas mais primitivas de conservação da carne e decorrem da necessidade de preservar o excedente do produto obtido no abate, dessecando-o ao vento ou próximo a fogueiras. Carne de sol, carne do ceará, carne do sertão, carne seca, charque, jabá, todos esses nomes são aplicados para designar praticamente um único produto: mantas de carne desidratadas e dessecadas, muito consumidas e usadas em um sem número de receitas do nordeste e sul do país.

(8) Cf. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2006. p.135.

(9) Enquanto o gado recebido, como pagamento pelo trabalho do vaqueiro, possibilitou a fundação de novas fazendas e permitiu um processo de acumulação, relativamente rápido, gerando um sentimento de ganho e de participação nos resultados do trabalho, diferentemente aconteceu na agricultura. Por isso, no momento em que esta se expandiu, alastrou intensivas formas de exploração e de submissão do trabalho e do trabalhador agrícola. Quer dizer, se a expansão da pecuária estimulou a proliferação de outras fazendas e apontava para certa mobilidade social ascendente, a expansão da agricultura criou efeito contrário, na medida em que aumentou e generalizou formas de expropriação, exploração e submissão dos trabalhadores. (Cf. BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum*, o sertão do Ceará na literatura do século XIX. Fortaleza: SECULT, 2000. p. 106.)

O processo de conservação artesanal da carne pelos processos de salga e dessecação ao sol, é conhecido há muito tempo na América do Sul, especialmente na região dos Andes. Lá o produto era chamado, na língua quíchua, de ‘charki’. Esta palavra, incorporada ao espanhol, desceu dos Andes argentinos e chegou aos ouvidos dos cearenses.

Então aportuguesada para charque foi incorporada ao vocabulário nordestino à medida que se difundiam as receitas em que o produto aparecia como ingrediente. Salgadas, elas eram expostas ao sol em varais de madeira, sempre voltadas para o sol nascente nas primeiras horas da manhã, durante 30 a 60 minutos, sempre com a parte da gordura para cima. Por último, dobradas e embaladas em esteiras de palha de carnaúba, costurada com barbante, em fardos de aproximadamente 100 quilos. Esta forma de embalagem permitia que o líquido restante evaporasse naturalmente.



A economia, da época, era caudatária da economia dos engenhos, para os quais supria com animais de transporte tão necessários como elementos de intercomunicação, ressalta Pe. Antônio Vieira: “Os povoadores que avançavam de Brasil a dentro, a agricultura incipiente que precisava de escoadouro, o comércio que reclamava mercadorias, o próprio país que necessitava caminhar para se conhecer, não podiam prescindir da valiosa ajuda dos cavalos, burros e jumentos”. (10)

(10) “Sem estes fatores de expansão, de unidade e de intercâmbio, com os elementos de desagregação política, com as dificuldades de comunicação marítima, com os óbices naturais que a terra oferecia com a barreira das montanhas, das selvas, dos rios, das feras, dos índios, sem aqueles meios rudimentares de comunicação, a sociedade litorânea não teria caminhado até o centro”. (VIEIRA, Antônio, Pe. *O Jumento, Nosso Irmão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1964. p. 83.)

Cavalos e bois para a tração e carne para o abastecimento; o gado, representando a principal coluna econômica, era comercializado nas feiras pernambucanas de Goiana, Igaracu e nas da Bahia. Mercadoria de condições excepcionais ela mesma era valor, ela mesma se transportava a si, ela mesma era o frete para se transformarem em objetos, instrumentos, panos e escravos trazidos daquelas praças consumidoras. (11)

Na Capitania do Ceará e, em especial, no Vale do Acaraú, o grande motor da colonização foi a pecuária. Impondo-se e superpondo-se ao espaço indígena, ela foi indutora de novos parâmetros produtivos e culturais. Pode-se afirmar que ela gerou um sistema técnico, cujas marcas ainda restam, nos diferentes espaços sertanejos. No amplo Vale do Acaraú, (12) os criadores encontraram as condições favoráveis para expandir os rebanhos, com o fim de atender o mercado regional de carne e de outros produtos, como o couro. Em condições de baixo nível técnico, com regime extensivo em enormes glebas do sertão, os currais ocuparam todo o interior da capitania para fornecer produto alimentício e matéria-prima à indústria incipiente.

Vale ressaltar que alguns donos de currais procuravam estabelecer suas fazendas em pontos relativamente próximos, o que contribuiu para favorecer o aparecimento dos primeiros nú-

(11) GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Imp. Universitária, 1971, p. 107.

(12) São desconhecidos os documentos originais indicadores do início das charqueadas na ribeira do Acaraú. Renato Braga, ao tratar da Igreja de Almofala, distrito hoje pertencente ao município de Itarema, comenta que “a capela de taipa e coberta de palha foi pouco depois substituída por uma Igreja de alvenaria, pequena e elegante, certamente o mais belo templo do Ceará, do século 18. Parte dos materiais destinados à sua construção veio da Bahia, lastrando as embarcações que vinham carregar carne seca no porto de Oficinas, no Acaraú. Daí seguia em carros de bois para o local da obra”. (Cf. BRAGA, Renato. *Dicionário geográfico e histórico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1964. p. 80.)

cleos urbanos. O comércio do gado, cujo transporte era feito através das estradas de boiadas, foi o que permitiu uma maior ocupação do espaço cearense incluindo o nascimento de povoados. Alguns, já existentes, se ampliaram com o deslocamento dos mercadores.

Posteriormente, apesar das secas e da reação dos indígenas e sempre penetrando em terras desconhecidas, os vaqueiros puderam estabelecer-se nas margens dos rios. O porto construído, Porto dos Barcos – Acaraú – logo veio a servir de escoadouro da carne. Consolidava-se o portal que daria condições para o fluxo de pessoas e mercadorias entre a colônia e outros centros mais dinâmicos, como Recife e Salvador. A invasão dos holandeses a Pernambuco, as consequentes escaramuças para expulsá-los, como já lembramos, impulsionou a imigração de pernambucanos e portugueses, estabelecidos em Pernambuco, para o Vale do Acaraú.

A venda da carne e o comércio do couro foram os maiores responsáveis por essa euforia econômica. Naquele tempo, Santa Cruz – hoje município de Bela Cruz – teve importante participação nesse processo, pois ali já moravam pequenos e médios criadores de gado. Basta dizer que os Registros das Plantações e Criação de Gado, permitem calcular o envio, pelos fazendeiros da Ribeira do Acaraú, à base desse rio, em 1788, o total de 3.740 cabeças de gado de corte. Com o fluxo de imigrantes, a região de Sobral tomou impulso, com a produção do charque.

E, para robustecer nossa asserção, neste tocante, afirma o historiador Renato Braga: “Quando surgiu a indústria da carne seca, em torno da qual girou toda a economia setecentista do Nordeste pastoril, coube a esse lugarejo (Acaraú), centralizá-la ao norte da Capital. Para tanto lhe permitia a sua excepcional situação geográfica”.

Por tudo isso, facilmente se chega à conclusão de que os primeiros habitantes do hoje município de Bela Cruz, eram agricultores e criadores. Acrescente-se, ainda, que, conforme se lê em *Ceará – homens e factos*, p. 373, a 27 de fevereiro de 1701, o então governador da província do Ceará, Francisco Gil Ribeiro, baixou um Alvará tornando obrigatório, com penas graves, o plantio da mandioca, em todo o território cearense.

E lembra Nicodemos Araujo que entre os primeiros moradores da antiga Santa Cruz, figuram Nicolau da Costa Peixoto e Domingos Aguiar de Oliveira, criadores de gado. Tanto isso é verdade que, quando eles fizeram doação à Capela de Santa Cruz, de meia légua de terra que ainda hoje constitui o patrimônio da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, o fizeram também de quarenta vacas. Desta maneira, dificilmente se pode duvidar de que o pastoreio e a lavoura constituíram as principais ocupações dos nossos primeiros patrícios de Bela Cruz.

No entanto, em fins do século XVIII, a crise climática viera sufocar a dinâmica desse comércio, proporcionada pela indústria da carne de sol. As charqueadas, com as secas de 1790 a 1793, sofrem um golpe que destrói grande parte da pecuária nordestina. Além da calamidade da seca, nasce no Rio Grande do Sul a indústria do charque, transportada do Ceará pelo aracatiense José Pinto Martins, em 1780, que se estabelece às margens do arroio Pelotas, liquidando de vez essa fonte da economia cearense. (13)

(13) José Pinto Martins transportou para o extremo meridional do país os conhecimentos e a prática da indústria, escrevendo dessa forma a sentença de morte do frutuoso comércio que, por tantos anos, fora o sustentáculo econômico duma grande porção do Nordeste. Efetivamente, em derredor e ao exemplo da pequena oficina do aracatiense ousado, estabeleceram-se outras, dando origem não só à hoje cidade de Pelotas, como ao charque gaúcho, de que se abastece todo o Brasil. José Pinto Martins faleceu em 1826, com cerca de 80 anos de idade. (Cf. GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Fortaleza. Inst. do Ceará, 1947. p.155.)

Thomaz Pompeu de Sousa Brasil afirma que, ‘no término das primeiras secas, os prejuízos se avolumaram a ponto de fazendeiros que recolhiam mil bezerros não ficarem com 20 nos anos seguintes’. (14) E acrescenta: ‘No ano de 1790, principiou uma seca tão horrível e rigorosa, que durou quatro anos; destruiu e matou quasi todo o gado (15) e por isso veio a desaparecer o comércio das carnes secas’. O poeta Nicodemos Araújo ratifica esta opinião, e afirma que ‘a indústria das charqueadas, no município de Acaraú, teve início em 1745, e durou meia centúria, uma vez que foi extinta quando veio a chamada seca grande (1790-1793)’. (16) O professor Dimas Carvalho corrobora: ‘Depois da seca grande que ocorre de 1790 a 1793 e desarticula toda a economia da carne de charque, representando um duro golpe na vida econômica do povoado’. (17) E o poeta Virgílio Maia lembra que:

De primeiro eram campos indivisos
isentos das rosetas dos arames,
onde pastava solto o gadario,
nas desmedidas datas.

(14) Cf. SOUSA BRASIL, Thomaz Pompeu de. *O Ceará no começo do século XX*. Fortaleza: Typo-lithographia a Vapor, 1909. p.255.

(15) O Padre Antônio Thomaz, em seu aprimorado estudo *Almofala*, ao comentar sobre a época do florescimento e bens, da Irmandade de N. S. da Conceição, conforme verificou nos livros de lançamento das entradas de irmãos e de receitas e despesas, adianta que, de 1790 em diante, a Irmandade começou a declinar, sendo em 1795 já bem pouco lisonjeiro o seu estado, pois na sessão realizada a 25 de outubro desse ano, a diretoria autorizou o administrador a vender diversas fazendas “visto – diz o termo da ata – não haver mais gados para povoarem”. (THOMAZ, Antônio, Pe. Almofala. In: BRAGA, Renato. *Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1964. pp. 79-100.)

(16) Cf. ARAÚJO, Nicodemos. *Almofala e os Tremembés*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981. p. 56.

(17) Cf. CARVALHO, Dimas. *Acaraú & outros países*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008. p.15.

O DINHEIRO DA ÉPOCA

O dinheiro só muito escassamente circulava, porque ainda perdurava o regime dos escambos, mercadoria por mercadoria, e pagamento, em gêneros, dos serviços e salários. Em açúcar é que o ouvidor Mendes Machado recebeu, em 1733, por intermédio do seu procurador, a quantia de 606\$570, que lhe devia, de ordenados a Fazenda Real, e somente depois da ordem régia de 10 de fevereiro de 1744 as cômputas dos padres passaram a ser efetivadas em moeda. Em mercadorias continuava a pagar-se a infantaria do presídio.

Recolhidos em espécie eram os impostos: dízimos, quintos e fintas, assim como em farinha – os vencimentos dos mestres das escolas das aldeias (criadas pela ordem de 13 de setembro de 1768); à razão de um alqueire, anualmente, para cada rapaz ou rapariga que as frequentasse, não sendo, entretanto, obrigado, cada chefe de família, a contribuir com mais de dois alqueires, se para elas mandasse mais de dois alunos. A farinha, se faltasse, seria substituída por outros gêneros alimentícios. As boiadas vendidas para as Capitânicas vizinhas voltavam mudadas em panos e armarinhos de procedência portuguesa, e também em escravos, o mesmo acontecendo com o comércio dos bufarinheiros, que revolviam os sertões vendendo os seus artigos a troco de bois e cavalgaduras. (18)

(18) BRÍGIDO, João. *Ceará – homens e factos*, p. 417; GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*, p.123; FROTA, D. José Tupinambá da. *História de Sobral*. Fortaleza: Pia Sociedade de São Paulo, 1953. p. 38.

CAPÍTULO III

DE SÍTIO SANTA CRUZ A BELA CRUZ

Conforme antiga tradição oral, em princípios do século XVIII, precisamente, uma mulata chamada Genoveva passou a morar no local hoje ocupado pela cidade de Bela Cruz e mandou construir uma casinha sobre a colina, a noroeste da atual Igreja Matriz. A tradição diz ainda que Genoveva tinha uma profissão especial: sabia fazer benzeduras e rezava para diferentes mazelas – espinhela caída, quebranto nas crianças e reumatismo nos velhos; bem como adivinhar o futuro. Essa profissão constituía naquele tempo, uma eficiente fonte de renda, e Genoveva granjeou tanto prestígio, que o local ficou conhecido por Alto da Genoveva. Por essa época, como a localidade e adjacências já formassem um pequeno arraial deu-se início à construção de uma Capela, consagrada a Nossa Senhora da Conceição. A proximidade do Rio Acaraú e a fertilidade das terras da ribeira e da mata constituíam promessa de facilidade de sobrevivência e até de fartura. “O solo se prestava, convenientemente, como ainda se presta, ao cultivo do algodão, da mandioca, de alguns cereais e até cana de açúcar, ao passo que os campos e as caatingas se adaptavam à criação de bovinos, caprinos, suínos e outros. A preferência daqueles que desejavam viver e trabalhar naquela área era pela terra mais próxima da povoação, especialmente à meia légua doada à capela, para formar seu patrimônio. Outros buscavam a povoação, com o objetivo de aumentar

seus haveres, porque já eram detentores de recursos e queriam comprar terra boa onde lhes conviesse desenvolver suas atividades”. (1)

Apesar de a tradição oral dar conta de uma velha mulata (Geneveva) como a primeira habitante da localidade, isso não é exato. Como já vimos diversos latifundiários e criadores de gado, ali adquiriram sesmarias e ali passaram a morar, – quase um século – antes da existência de Geneveva. Afirmamos mesmo que – como já observara Antonio Bezerra – essa tradição é falsa, como são todas as que se referem às origens do Ceará. (2)

O que sabemos sobre Geneveva que, na verdade, não era mulata, nem rezadeira, nem velha, é o seguinte: A 1º de novembro, de 1753, realiza-se na Matriz de Caiçara (Sobral) o casamento religioso de Miguel do Prado Leão, filho de Cosme do Prado Leão e Luzia da Assunção Oliveira, com Ana Maria de Vasconcelos, uma das sete irmãs, filha de Manoel Vaz Carrasco e D. Madalena de Sá. Após o casamento passaram a residir na Fazenda Malassombrado, entre a Lagoa Seca e Lagoa do Mato (Bela Cruz). Deste casal nasceram nove filhos, entre estes Martinho do Prado Leão, que casou-se, a 22 de julho de 1793, com Geneveva Maria de Jesus, filha de Anselmo de Araújo Costa e d. Francisca dos Santos Xavier. Posteriormente, este casal passou a morar nas proximidades da Capela de Santa Cruz. Eis aí a

(1) Cf. ARAUJO, Nicodemos. *Município de Bela Cruz*, 1985. p. 34.

(2) Caracteriza-se o mito por ser uma criação histórica que o consenso de uma coletividade acredita como certa. Na criação do mito se associam o dado empírico que lhe serve de ponto de arranco, o conceito geral e universal em que se apoia; a hipótese que o justifica e a hipótese que o sanciona. (Cf. KORN, Alejandro. *Obras completas*. Buenos Aires, 1949. p. 314). A primeira forma de explicação que surge nas sociedades primitivas é o mito, sempre transmitido em forma de tradição oral. Para nós, do século XX, acostumados a um pensamento científico, uma explicação mítica parece pueril, irracional e ligada à superstição. Os mitos contam em geral a história de uma criação, do início de algo. É um passado tão remoto, que não o datam concretamente. (Cf. BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 11-12.)

origem do nome *Alto da Genoveva* que, estamos certos, nunca deu nome ao povoado, mas apenas à parte do alto onde Genoveva residia. E, se Genoveva, como consta, passou a morar no local após seu casamento, ocorrido 61 anos depois da construção da Capela de Santa Cruz, impossível ter sido ela a primeira habitante da localidade. Ainda mais que, em 1732, quando os sesmeiros Nicolau da Costa Peixoto e Domingos Aguiar de Oliveira, (3) doaram alguns bens para o patrimônio da Capela, a localidade já tinha o nome de sítio Santa Cruz, conforme podemos observar na Escritura de Doação. E com esta denominação o povoado atravessou anos e séculos, até que através do decreto federal nº 311, de 2 de março de 1938, recebeu o nome de Bela Cruz. Diante do que escrevemos e transcrevemos, parece que não poderá haver mais dúvidas de que a primeira denominação da hoje cidade de Bela Cruz – foi SANTA CRUZ e não Alto da Genoveva. Se levarmos em conta a tradição, é forçoso dizer, não há o que aproveitar em benefício da verdade.

Resumindo: a hoje cidade de Bela Cruz nasceu há mais de três séculos, precisamente, em 1683. Naquele ano foi concedida a Manoel de Goes e seus companheiros a primeira sesmaria do Vale do Acaraú. Posteriormente outras pessoas ali vieram morar. Em 1732 construíram uma igreja. Esse templo consagrado a Nossa Senhora da Conceição. Em 1938, o Decreto Federal nº 311, deu ao topônimo a denominação de “Bela Cruz”. O patrimônio da capela foi constituído de meia légua de terra e 40 vacas, doadas pelos proprietários Nicolau da Costa Peixoto e Domingos Aguiar de Oliveira, a 12 de setembro de 1732. Já o município foi criado por lei de 23 de fevereiro de 1957, do então Governador do Ceará, Paulo Sarasate Ferreira Lopes, e foi instalado, oficialmente, a 25 de março de 1959. De acordo com o IBGE, Recenseamento de 2007, o efetivo populacional do município é de 29.627 habitantes.

(3) Nicolau da Costa Peixoto e Domingos Aguiar de Oliveira, por terem doado terras e gados para constituir o Patrimônio da Capela de N. S. da Conceição, de Santa Cruz, berço de Bela Cruz, são, na verdade, os fundadores da cidade.

Formação Política

Nosso propósito é fazer um ligeiro comentário sobre a vida política de Bela Cruz. Sabemos que, mesmo antes de nossa emancipação, vários filhos de Bela Cruz exerceram importantes cargos e funções em Sobral e Acaraú. Como exemplo, podemos citar o Alferes Anselmo de Araújo Costa, da Lagoa do Mato, eleito Vereador à Câmara de Sobral, a 1º de dezembro de 1780; o Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa, seu irmão, também eleito à Câmara Municipal de Sobral em 1789. Manoel de Araújo Costa e seu irmão Simplício de Araújo Costa, filhos do Capitão Diogo Lopes foram eleitos vereadores para a primeira Câmara Municipal de Acaraú (1850), Simplício de Araújo Costa foi Tesoureiro da Câmara e Promotor de Justiça, em Acaraú. Foi também Professor Provincial e Alferes da Guarda Nacional.

Já em 1910, foi eleito Vereador em Acaraú, outro santacruzense, o Sr. Gabriel Florêncio, que permaneceu nas funções até 1914. Seguiu-se Manoel Nicodemos Araújo, o poeta, em 1928 e 1936. Após mais de 10 anos, isto é, em 1948, elegeu-se Vereador, em Acaraú, o Sr. Francisco das Chagas Silveira (Chagas Fonteles), que serviu até 1952. Seguiram-se, como Vereadores, em Acaraú, João Damasceno Vasconcelos e Benedito Lopes da Silveira, de 1955 a 1959.

Em 1906, alguns líderes políticos de Santa Cruz, iniciaram uma campanha objetivando a criação do município, o que aconteceu, exatamente, meio século depois. A 18 de janeiro de 1937, o prefeito de Acaraú, Manoel Duca da Silveira – outro santacruzense – assinou a Lei Nº 10, criando uma subprefeitura em Santa Cruz, empossando o líder comunitário Benedito Me-

neres de Carvalho, no cargo de subprefeito, o qual recebeu dos poderes municipais, uma junta distrital; criada para auxiliar o subprefeito nos trabalhos administrativos. Órgão este constituído pelos Srs. Emílio Fonteles da Silveira, Vicente Lopes da Silveira e Francisco das Chagas Silveira. Em 1945, Benedito Carvalho foi substituído por Osvaldo Damasceno Maranhão, por um período de um ano. Em 1946, José Ludgero da Silveira, assume o cargo de subprefeito, por poucos meses, passando em seguida para o Sr. Ibério de Murilo Zacas, que ali esteve até março de 1947. A partir daí foi escolhido para o cargo Mário Domingues Louzada, que exerceu até 27 de fevereiro de 1951, seguido por Benjamim Mendes de Souza, que exerceu até 1952, quando foi substituído por Agripino Bias Silveira. Em 1955, Mário Louzada assume pela segunda vez, o cargo de administrador do distrito, ficando até 1957. Nicodemos Araújo (*Bela Cruz – de prédio rústico à cidade*, Editora A Fortaleza, 1967), informa que em 1953, o líder José Ludgero da Silveira, conseguiu um requerimento com assinaturas de 130 eleitores do distrito de Bela Cruz pedindo sua ereção à condição de município. Mesmo requerimento foi entregue à Assembleia Legislativa do Estado, em data de 1º de setembro de 1953. Acontece que o poder legislativo de Acaraú não se conformou com a criação do novo município, dentro dos limites estabelecidos no referido requerimento. E assim aquela casa protestou. Nestas condições, transcorreu o ano de 1953, sem que Bela Cruz obtivesse o que tanto aspirava.

Em 1956, o deputado Manoel Gomes Sales, entrega à Assembleia Legislativa, novo requerimento, porém, com os limites do futuro município, um pouco modificados. Aludido requerimento foi enviado à Câmara Municipal de Acaraú e em sessão realizada a 19 de setembro de 1956, foi aprovado por unanimidade. O certo é que em sessão realizada a 29 de janeiro de 1957, a Assembleia Legislativa do Ceará, por unanimidade dos seus membros, deu aprovação ao plebiscito, outorgando ao Governador do Estado, a necessária autorização para a assinatura da

lei que criaria o município de Bela Cruz. Vejamos o que publicou o Jornal “O Acaraú”, em sua edição do dia 15 de janeiro de 1957: “Teve lugar, no dia 30 de dezembro, o plebiscito para a criação do município de Bela Cruz, a ser desmembrado do território do município de Acaraú. A população de toda área coberta pelo futuro município, foi chamada a pronunciar-se sobre o assunto, afirmando nas urnas eleitorais o modo como recebia o amplo movimento coletivo”.

“E a Junta Plebiscitária eleita pela Assembleia Legislativa do Estado e constituída pelos Senhores. Pe. Odécio Loiola Sampaio, Francisco das Chagas Silveira e Nicodemos Araújo, desde a sua instalação a 17 de novembro, vinha orientando os trabalhos de qualificações, que atingiram 1.283 eleitores”.

“Funcionaram cinco sessões, sendo três na sede do distrito, uma na povoação de Prata e outra em São Gonçalo, tendo votado 1.060 eleitores. O resultado foi o seguinte: 1.053 SIM, 1 NÃO, e 6 votos em branco”.

“O Deputado Manoel Gomes Sales ali permaneceu até o final dos trabalhos, emprestando a sua preciosa colaboração à causa daquele populoso e adiantado distrito, que deseja erigir-se em célula autônoma da federação brasileira”.

“Todo o material, e documentos, empregados, no Plebiscito, de acordo com o diploma legal que rege a matéria foram enviados à Assembleia Legislativa que, certamente, em sua atual reunião extraordinária, fará sua conveniente apreciação e pronunciamento”.

A 23 de fevereiro de 1957, o então Governador Paulo Sarasate Ferreira Lopes, fez questão de vir a Bela Cruz, especialmente, para assinar a lei nº 3.538, que criou o município de Bela Cruz.

Eleições Municipais

Esta vitória foi efetivada, graças ao esforço e a dedicação desses ilustres filhos de Bela Cruz. A 3 de outubro de 1958, realizaram-se as primeiras eleições para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores, sendo eleito prefeito Mário Domingues Louzada, candidato único, e vice-prefeito José Anselmo de Araújo. Para a Câmara Municipal foram eleitos os vereadores Raimundo Magalhães Rocha, Benedito Lopes da Silveira, João Osmar Araújo, Geraldo Fonteles de Carvalho, Geraldo Silveira Rocha, João Batista da Rocha e Marino Brandão. A 25 de março de 1959, é instalada a 1ª Câmara Municipal de Bela Cruz.

Diz o sociólogo Luís da Câmara Cascudo que “a história das famílias-tronco será a única forma de escrever a história do povoamento do norte brasileiro, mas os historiadores preferem fazer a monotonia das sucessões de governos e das medidas administrativas”. (4)

Pensando assim, neste capítulo, dediquei-me às fontes mais antigas; restringi-me aos primeiros passos, até a emancipação do Município. Os fatos mais recentes poderão ser consultados, com facilidade, nos arquivos da Câmara Municipal, TRE, Cartório Eleitoral ou da Prefeitura Municipal, com certeza.

Entretanto, achamos oportuno citar aqui um grande estudioso dos problemas cearenses: “Ao redor do chefe político, há indivíduos que exercem a indústria da abnegação, mas que nada valem intelectual e moralmente, representando zero à esquerda (...) todos se esforçam por agradar ao chefe político a fim de conseguirem a consideração do governante e progredirem na carreira”. (5)

(4) Prefácio ao livro *Os Linhares*, de Mário Linhares. Rio: Pongetti, 1954.

(5) MONTENEGRO, Abelardo F. *Júlio de Mattos Ibiapina*. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 2002. p. 55.

Dados Gerais do Município

CEP: 62570-000

Distância de Fortaleza: 240,0 km

Tempo estimado de viagem: 3 h 30 min

Vias de acesso: BR-222/CE-085/168/354/178/216/179

Região administrativa: 3

Localização: microrregião de Camocim e Acaraú.

Municípios limítrofes: Acaraú, Camocim, Cruz, Granja, Jijoca de Jericoacoara e Marco.

Geografia:

Área: 842 km²

Latitude: 3° 03' 02"

Longitude: 40° 10' 04"

Clima: Tropical quente semiárido brando e Tropical quente semiárido com chuvas de fevereiro a abril.

Relevo: Glacis pré-litorâneo dissecado em interflúvios tabulares e depressão sertaneja.

Vegetação: Complexo vegetacional da zona litorânea e Floresta mista dicotilpalmácea.

Precipitação pluviométrica: 1.096 mm (média histórica).

Demografia:

População (IBGE: 2007): 29.627

População (2000): 28.358

População Urbana (2000): 11.585

População Rural (2000): 16.773

Densidade Demográfica (2000): 33,69 hab/km²

Economia:

PIB (2005): R\$ 68.820.000

Agropecuária: 22,33%

Indústria: 8,20%

Serviços: 69,47%

Receita Orçamentária (2007): R\$ 21.248.284,71

Educação:

Taxa de alfabetização (2000): 67,8%

Taxa de escolarização no ensino fundamental (2007): 88,7%

Taxa de escolarização no ensino médio (2007): 69,7%

Documentário

Lei nº 94, de 29 de junho de 1923

Cria o distrito de Santa Cruz

A Câmara Municipal de Acaraú decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica criado o distrito de Santa Cruz, no território deste município de Acaraú, do estado do Ceará.

§ 1º – O distrito criado por esta Lei terá os seguintes limites:

– Ao Norte, uma reta que partindo da Lagoa das Pedras, vai até o lugar Paraguai, e daí à Lagoa dos Caboclos; vai até o marco do Guarda, e daí ao lugar Tabuleirinho, em casa da viúva de Miguel Alves de Medeiros; daí ao rio Canema, no lugar São Gonçalo, rumando em linha reta até a Estrada da Aroeira, e por

esta estrada acima, até a Fazenda Córrego da Volta, e daí, Córrego da Volta acima, até o lugar Volta, propriamente dito, na margem esquerda do rio Aracatimirim, e pelo mesmo rio acima, até a confrontação da fazenda São Francisco; ao Sul, o município de Santana, em suas respectivas extremas com o município de Acaraú; e, ao Poente, as extremas de Granja.

Art. 2º – A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Acaraú, em 29 de junho de 1923.

Manoel Albano da Silveira
Prefeito Municipal

LEI Nº 10, de 18 de fevereiro de 1937

Estabelece a Subprefeitura no distrito de Santa Cruz

A Câmara Municipal de Acaraú decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica estabelecida Subprefeitura no distrito de Santa Cruz, deste município de Acaraú, de acordo com o que dispõe o Art. 43, da Lei nº 32, de 30 de dezembro de 1935.

Art. 2º – A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Acaraú, em 18 de fevereiro de 1937.

Manoel Duca da Silveira
Prefeito Municipal
Manoel Nicodemos Araújo
Secretário da Prefeitura

A Lei 3.538

Em cumprimento ao nosso propósito, que é tentar conservar para a história de Bela Cruz os documentos de maior importância ligados à comunidade, transcrevemos, a seguir, o teor da Lei que criou o Município:

Lei nº 3.538, de 23 de fevereiro de 1957

Cria o Município de Bela Cruz, e os limites que indica:

O Governador do Estado do Ceará.

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica criado o município de Bela Cruz, com sede na vila deste nome, com os seguintes limites:

a) A leste, com o município de Acaraú:

Começa no ponto onde a rodovia Itapipoca-Acaraú incide com a reta que parte da confluência do Riacho dos Caibros à parte mais meridional, Lagoa de Santa Rosa, nos limites com os municípios de Marco e Acaraú; daí desce pela mesma rodovia até encontrar o projetado ramal rodoviário que liga esta rodovia à vila de Bela Cruz; daí segue pelo referido ramal rodoviário até o rio Acaraú, e por este até o lugar Genipapeiro.

b) Ao norte, ainda com o município de Acaraú:

Começa no lugar Genipapeiro e segue pela estrada carroçável que vai de Acaraú à povoação de Prata (inclusive); daí prossegue rumo ao lugar Baixinha, fazenda de José Fonteles, inclusive, pelo travessão existente, separatório das terras de Minervino Vasconcelos com Luiz Pereira Brandão; daí prosse-

gue pela estrada carroçável referida, passando pelos lugares Caldeirão e Juazeiro, seguindo ainda pela mesma carroçável, até o lugar Aroeira, fazenda de Virgílio Romão, inclusive; daí, por uma reta, vai ao Córrego de Dentro até encontrar a carroçável que recebe o seu nome, e por ela prossegue até os limites com o município de Camocim;

c) A oeste, com o município de Camocim:

Os limites são os existentes entre esse município e o de Acaraú, até as nascentes do Córrego de Dentro.

d) Ao sul, com o município de Marco:

Os limites são os existentes entre esse município e o de Acaraú, até o ponto onde a rodovia Itapipoca-Acaraú incide com a reta que vai à confluência do riacho dos Caibros à parte mais meridional da Lagoa de Santa Rosa.

Art. 2º – Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Ceará, em Fortaleza, aos 23 de fevereiro de 1957.

PAULO SARASATE

Odilon Aguiar Filho

Instalação do Município

Para que fique registrada na história de Bela Cruz, copiamos aqui a Ata de instalação do município.

Ata da sessão de inauguração da legislatura, de posse do Prefeito, compromisso do Vice-Prefeito e instalação do município de Bela Cruz:

"Às catorze horas do dia vinte e cinco (25) do mês de março do ano de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), nesta cidade de Bela Cruz, sede do município de igual denominação, no edifício destinado ao funcionamento da Câmara Municipal, presentes o Exmo. Sr. Mário Domingues Louzada, Prefeito desta Comuna, e o Sr. José Anselmo Araújo, Vice Prefeito, eleitos no pleito de três (3) de outubro de mil novecentos e cinquenta e oito (1958), reuniu-se a Câmara com a presença dos Srs. Vereadores Raimundo Magalhães Rocha, Geraldo Fonteles de Carvalho, João Batista da Rocha e Benedito Lopes da Silveira, sob a presidência do Sr. Raimundo Magalhães Rocha, comigo Vereador Geraldo Fonteles de Carvalho, Secretário da mesa. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos desta sessão, cuja finalidade é inaugurar a primeira legislatura da Câmara, dar posse ao Prefeito e tomar o compromisso do Vice-Prefeito, eleitos a três (3) de outubro de mil novecentos e cinquenta e oito (1958) e, com suas presenças, proceder a instalação do município criado pela Lei Estadual nº 3.538, de 23 de fevereiro de 1957, com território desmembrado do município de Acaraú. Presente a maioria absoluta dos Vereadores, foi lida e aprovada a ata da sessão preparatória, realizada às 14 horas de ontem, nesta cidade. Logo depois o Sr. Presidente declarou instalada a primeira legislatura da Câmara Municipal de Bela Cruz. A seguir, convidou o cidadão Mário Domingues Louzada, Prefeito eleito desta Comuna, e o cidadão José Anselmo Araújo, Vice Prefeito, a proferirem o compromisso legal do cargo. De pé, perante a Câmara, cada um por sua vez, prestou o seguinte compromisso: "Prometo com lealdade desempenhar as funções de Prefeito, defender as instituições e cumprir as leis". Diante do juramento prestado, a Mesa, pela palavra

de seu Presidente, declarou empossado no cargo de Prefeito de Bela Cruz, o cidadão Mário Domingues Louzada. E então, com sua presença e a do Vice-Prefeito compromissado, declarou instalado o novo município de Bela Cruz, criado pela Lei nº 3.538, de 23 de fevereiro de 1957, e constituído com território desmembrado do município de Acaraú. Concedido, após estas cerimônias, pelo Sr. Presidente, o uso da palavra, usaram-na, pela ordem, os Srs. João Damasceno Vasconcelos, que saudou as autoridades empossadas, em nome do povo de Bela Cruz, e Deusdedit Freitas, Agente dos Correios e Telégrafos nesta cidade, pronunciando um verdadeiro panegírico às autoridade eleitas e empossadas. Em seguida o Revmo. Pe. Odécio Loiola Sampaio, dd. Vigário da Paróquia, pronunciou empolgante discurso sobre a significação desta solenidade, convidando as autoridades e o povo em geral, a cooperarem com união de vistas e patriotismo esclarecido, para a grandeza e o progresso de Bela Cruz. E, como nada mais houvesse a tratar, o Sr. Presidente levantou os trabalhos da presente sessão, da qual, para constar, lavrei esta ata que vai assinada pela Mesa, pelos Vereadores presentes, pelo Prefeito empossado, pelo Vice-Prefeito compromissado, e pelo R. Vigário da Paróquia".

Lei Municipal N° 14, de 23 de julho de 1959

Delimita os quadros urbano e suburbano da cidade de Bela Cruz, do município de Bela Cruz.

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – Ficam delimitados os quadros, urbano e suburbano da cidade de Bela Cruz, no município de igual nome:

a) Perímetro Urbano: Partindo do ponto onde a Rua Domingos Aguiar incide com o travessão existente entre as terras do Patrimônio de N. S. da Conceição e os herdeiros de João Tibúrcio da Rocha, até atingir a Rua Nicolau Peixoto, que serve de limite leste, seguindo por esta até a margem norte da Lagoa do Correguinho; ao Sul, pela qual prossegue rumo ao Poente, até a Rua Domingos Aguiar por esta descendo ao ponto inicial, acima referido.

b) Perímetro Suburbano: Partindo do ponto terminal da linha divisória do oeste, serve de limite Norte a margem Sul da Lagoa de Santa Cruz, até encontrar-se com a Ipueira, a Leste; prosseguindo até o desaguadouro da Lagoa do Correguinho, ao Sul, a cuja margem meridional passa o caminho que serve do limite até encontrar-se com a Estrada do Campo de Pousos, ao Poente, por ela prosseguindo até atingir aquele logradouro público, na extremidade Leste, daí partindo, numa reta, na mesma direção Norte, até o ponto inicial, na margem da Lagoa de Santa Cruz.

Paço da Prefeitura Municipal de Bela Cruz,
em 23 de julho de 1959.

Mário Domingues Louzada
Prefeito Municipal
João Damasceno Vasconcelos
Secretário Municipal

Distrito de Prata

Superfície: 300 km². Sede: Vila de Prata. População: 6.938 habitantes. População da Sede: 253 habitantes. Criação do distrito: Lei estadual nº 4.439, de 30 de dezembro de 1958. Elevação a Subprefeitura: Lei municipal nº 43, de 24 de maio de 1961.

Limites: Ao Norte os municípios de Cruz e Jijoca de Jericoacoara; ao Sul, o distrito sede do município de Bela Cruz, a Leste, o Rio Acaraú; a Oeste, ao município de Camocim.

Situação Econômica: A base econômica do distrito assenta na agricultura, em virtude de ser ele localizado em terreno propício, e a lavoura ser exercida pela quase totalidade de seus habitantes.

Indústria: No setor industrial o distrito de Prata deixa muito a desejar, porque existe ali somente a indústria de farinha, goma de mandioca e cera de carnaúba.

Vida Religiosa: A primeira capela construída naquele distrito foi a de N. S. do Livramento, na Vila de Prata. Essa Igreja teve sua construção iniciada a 3 de agosto de 1936, sendo inaugurada, pelo Pe. Sabino de Lima, a 14 de dezembro de 1940. A bênção da imagem da Padroeira foi dada, pelo mesmo sacerdote, a 15 de dezembro de 1940. Seguiu-se a Capela de São Miguel, no Riacho da Prata, construída pelo Pe. Odécio Loiola Sampaio e por ele inaugurada a 12 de novembro de 1961. Em seguida a capela de N. S. de Fátima, em Correguinho, cuja construção deveu-

se também ao Pároco de Bela Cruz, sendo por ele inaugurada a 18 de novembro de 1966.

Instrução: A primeira escola de Prata foi criada pelo Governo do Estado e ali instalada a 1º de fevereiro de 1938, com a professora Raimunda de Sousa Fernandes, a qual, 15 anos depois, foi substituída pela professora Maria do Socorro Vasconcelos, até 30 de novembro de 1965. Desde então não mais funcionou. Seguiram-se duas escolas municipais, dirigidas pelas professoras Maria Vilani Vasconcelos e Maria Vanilda Vasconcelos. A 23 de fevereiro de 1966, foi inaugurado naquela vila um Grupo Escolar Municipal, pelo prefeito Expedito Deroci Vasconcelos.

A 30 de dezembro de 1958, antes, portanto, da instalação do município de Bela Cruz, o Dr. Flávio Portela Marcílio, então Governador do Estado do Ceará, criou o distrito de Prata. Mencionada providência veio trazer justificado regozijo não somente para aquela comunidade, mas também para os lugares vizinhos.

Lei nº 4.439, de 30 de dezembro de 1958

Cria o distrito denominado Prata, no município de Bela Cruz e dá outras providências.

O Governador do Estado do Ceará.

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica criado no município de Bela Cruz, o distrito denominado Prata, com os limites territoriais a

seguir especificados, o qual terá sua sede elevada à categoria de vila.

a) Ao sul, com o distrito da sede:

Parte da casa principal da Fazenda Santo Izidoro, nas proximidades dos limites intermunicipais com Camocim; segue daí para alcançar o travessão divisório das terras de propriedade de José de Paula Pessoa e Manoel Vieira: segue pelo mesmo travessão até o lugar São Geraldo, onde termina; daí segue por uma reta até encontrar o travessão divisório entre as terras de Miguel Dias e João Lopes Sobrinho, pelo qual segue até o término; segue daí até encontrar o rio Acaraú.

b) Ao nascente, ainda com o distrito sede:

Parte do rio Acaraú, no lugar onde ele recebe o riacho Canema, desce o rio Acaraú até encontrar os limites intermunicipais entre Acaraú e Bela Cruz.

Art. 2º – O distrito ora criado por esta lei deverá ser incluído na primeira Lei de Organização Administrativa Territorial do Estado que se seguir no lugar correspondente, integrando o município de Bela Cruz.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Ceará, em Fortaleza, aos 30 de dezembro de 1958.

FLÁVIO MARCÍLIO
Bento Costa Lima Leite de Albuquerque

Cartório de Prata

Na vila de Prata, em data de 1º de janeiro de 1960, deu-se a instalação de um Cartório de Registros de Nascimentos, Casamentos e Óbitos. Seu Oficial de Registro Civil é o Sr. Edésio Medeiros de Vasconcelos. Esse Cartório foi conseguido graças aos esforços do então Prefeito Municipal de Bela Cruz – Mário Domingues Louzada, atendendo a uma justa reivindicação da comunidade daquele distrito.

CAPÍTULO IV

FORMAÇÃO RELIGIOSA

A Companhia de Jesus, fundada em 1539 por Ignácio de Loiola e nove companheiros, sobressaía-se, desde 1549, na atividade missionária em terras do Brasil, estando mais indicada que outras congregações, por sua maior experiência e organização. Nesse ano, além do superior Manuel da Nóbrega, responsável pela demarcação da área da futura cidade de São Paulo, os jesuítas Leonardo Nunes, João de Azpilcueta e Antônio Pires, desembarcaram na Bahia de Todos os Santos acompanhando Tomé de Sousa, o primeiro governador geral do Brasil. Nóbrega dissera ao desembarcar: “Esta terra é nossa empresa”!

O jesuíta Luís Figueira foi o escolhido pelo Superior da Província do Brasil, Pe. Fernão Cardim, para fazer parte da expedição à Serra da Ibiapaba e ao Maranhão, em companhia do Pe. Francisco Pinto, que foi pouco tempo depois morto pelos silvícolas, no exercício da catequese.

Padre Figueira é o autor da *Relação do Maranhão*, (1) narrativa da malograda expedição ao sertão nordestino. Esse documento foi enviado ao Preposto Geral da Companhia de Jesus, Pe. Cláudio Acquaviva, em 1608.

(1) O texto integral da *Relação do Maranhão*, com notas e comentários de Thomaz Pompeu Sobrinho, vem reproduzido na obra *Três Documentos do Ceará Colonial*, publicada em 1967, sob a chancela do Instituto do Ceará. No volume contém ainda a *Relação do Ceará*, de Martim Soares Moreno (1618) e o *Diário*, de Matias Beck (1649); ver também *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 17, 1903. pp. 97 a 140.

Após a morte do Pe. Francisco Pinto, assassinado pelos índios, no dia 11 de janeiro de 1608, a caravana teve de retornar, desistindo da viagem ao Maranhão. Nesta viagem de retorno, o rio Acaraú foi atravessado, nas proximidades do local onde hoje se encontra a cidade de Bela Cruz. Portanto, o Pe. Luís Figueira foi o primeiro sacerdote a pisar o solo belacruzense, de acordo com o itinerário do regresso do Jesuíta, traçado sobre o mapa do Ceará, pelo historiador Thomaz Pompeu Sobrinho.

Segundo está provado, Nicolau da Costa Peixoto e Domingos Aguiar de Oliveira teriam sido os construtores da primeira capela do Sítio Santa Cruz (Bela Cruz). Isto pelos idos de 1732. Esta seria a 3ª construída na região, isto é, na freguesia de N. S. da Conceição da Caissara.

Nas *Notícias da Freguesia*, escritas em 1767, pelo Revdo. Cura e Vigário Dr. João Ribeiro Pessoa, (2) e publicadas na *Revista do Instituto do Ceará*, em 1888, o autor se refere ao “*Templo de priscas e longínquas datas*”. Ver também *Notas para a História de Sobral*. (3)

(2) “3ª Capela – a de N. S. da Conceição de Santa Cruz, ereta no ano de 1732, como se colhe do traslado de uma escritura que se acha inserta no princípio do livro da dita Capela, mandado fazer pelo Revdo. Dr. Visitador Manoel Machado Freire, no ano de 1747, e guardado no arquivo da Matriz; a dita escritura é do patrimônio da dita Capela, que para ela doou Domingos Aguiar de Oliveira, meia légua de terra, 40 vacas e 6 éguas; porque não se achava este patrimônio julgado por título canônico, como também não se acha a provisão da criação, o muito Revdo. Dr. Visitador José Teixeira de Azevedo julgou agora em sua visita o dito patrimônio por título canônico, e passou provisão para se edificar de novo a Capela mor da dita Igreja, que a não tinha, e para se reedificar o corpo dela por estar muito velho, o que tudo consta do livro à fl. 16, etc. É esta Capela sita 4 léguas da Barra do Acaracu da parte do norte do dito rio distante da Matriz 15 léguas”. (Cf. PESSOA, Dr. João Ribeiro, Pe. Notícias da freguesia de N. S. da Conceição da Caissara dadas pelo Revdo. Cura e Vigário da Vara Atual d’ela, ano de 1767. In: *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 2, 1888. p.148.)

(3) As *Notas para a História de Sobral*, publicadas por José Vicente Franca Cavalcante, na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 23, 1909, é, na verdade, uma cópia servil das *Notícias* do Pe. Dr. João Ribeiro Pessoa.

E como já foi dito, a 12 de setembro de 1732, os sesmeiros Nicolau da Costa Peixoto e Domingos Aguiar de Oliveira fazem doação à Capela de um valioso patrimônio ainda hoje pertencente à paróquia de Bela Cruz. Para conhecimento dos leitores, transcrevemos do livro *Santa Cruz do Acarahú*, de Nicodemos Araújo, publicado em 1936, pp.38-40, cópia da Escritura de Doação:

Escritura de Doação do Patrimônio da Capela

“João José Lobo de Macedo, Tabelião Público do Judicial e Notas da Villa de Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção do Siará Grande, por Sua majestade que Deus guarde, etetera.

“Certifico que em meu escriptorio e poder se acha a escriptura concebida em modos de duação cuja he do theor seguinte:

“Escriptura de duação que faz Capitão Domingos d’Aguiar e Nicolau da Costa a Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaracú, etetera.

“Saibão quantos este publico instrumento de duação como para sua validade e melhor nome e lugar haja a dizer se passou que sendo no anno de Nosso Senhor Jesus Christos de mil setecentos e trinta e dois annos, aos doze dias do mez de setembro do dito anno neste Sítio de Santa Cruz Ribeira do Acaracu termo da Villa de Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção Capitania do Siará Grande, ahonde eu Tabelião ao diante nomeado fui vindo aqui sendo alli appareceu o Capitão Domingos d’Aguiar e Nicolau da Costa, pessoas que reconheço pelos próprios de que se trata do que dou minha fé e faço menção por elles me foi dito em minha presença tistimunhas ao diante nomeadas que elles duavão como de facto logo duarão quarenta vacas e seis egoas e meia legua de terras que pega do norte da Capella para sima da Capella que elles ditos duadores fazem a Nossa Senhora da Conceição para que dos lucros dos ditos gados e bestas faça patrimonio da dita Capella, e mais que para ella lhe for neces-

sário a qual duação fazia a dita Senhora da Conceição deste dia para todo o sempre sem constrangimento de pessoa alguma e sim do seu moto proprio e desde logo desistirão de todo poder e domínio que tinham na dita terra e nos mais bens nomeados, por meio desta duação e pelos ditos duadores, foi dito que para fazer esta duação firme e valiosa obrigavão suas pessôas havidas e por haver e os mais bem amparados de sua fazenda e se comprometerão a não vir em tempo algum contra este instrumento, que requeriam fosse feito nestas notas e mencionado ausente, a quem a favor deste possa tirar como pessôa publica estipulante e aceitante que o estipulei e aceitei, sendo presentes por tistimunhas Luiz Martins Gonçalves e José Pereira, pessôas que reconheço pelos propios de que dou fé e que todos assignarão. Eu, Manoel d'Araújo Ferreira, Tabelião de Notas que o escrevi".

*Domingos Aguiar de Oliveira
Luiz Martins Gonçalves
José Pereira Silva*

“E não se achou assignado em dita duação e escriptura o dito Nicolau da Costa Peixoto, em a qual eu João Lobo de Macedo Tabelião do Judicial e Notas da Villa de Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção e seu termo Capitania do Siará Grande, tirei e trasladei em meos livros de notas que em poder e cartório fica o que me reporto a tudo e por tudo como a qual este traslado conferi e concertei e assignei-me ao meu signal raso costumado de que uso”.

Segundo as *Notícias* do Pe. João Ribeiro Pessoa, no ano de 1747, o Revdo. Dr. Manoel Machado Freire, filho do Reino, Vigário então em N. S. da Luz e depois Cônego na Santa Sé de Olinda; por ordem deste exemplar e Revdo. Visitador se fez o livro da Capela de N. S. da Conceição de Santa Cruz, por andar avulso seu patrimônio, provisões etc. (4)

(4) Cf. PESSOA, Dr. João Ribeiro, Pe. Notícias da freguesia de N. S. da Conceição da Caissara dadas pelo Revdo. Cura e Vigário da Vara Atual d'ela, ano de 1767. In: *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 2, 1888. p.139.

Segunda Capela

Em fins de 1798, como a localidade já contasse apreciável número de habitantes, fora construída outra Capela, com mais amplitude, no local onde ainda hoje permanece a nossa Igreja Matriz. Os trabalhos foram realizados sob a direção do famoso Padre Frei Vidal de Frescarolo, mais conhecido por Frei Vidal da Penha. Dizem que para esse serviço muito contribuíram o Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa, José da Silveira Dutra e outros.

Um século mais tarde, isto é, no ano de 1894, o Padre Francisco Theótimo de Maria Vasconcelos, (5) então coadjutor da paróquia de Santana, procedeu a uma notável reforma na Capela. O operoso sacerdote santanense aqui demorou apenas dois meses – novembro e dezembro – esse tempo, no entanto, foi suficiente para que a igreja tenha tivesse um novo consistório, paredes reparadas e pintadas interna e externamente. Depois dessa reforma, a Capela ficou medindo 120 palmos de comprimento por 50 de largura. Apreciável auxílio prestaram ao Padre Theótimo, nesses serviços, os senhores José Fonteles da Silveira, Florêncio José de Moraes, João Lopes de Araújo, Antonino Lopes de Araújo e Manoel Lopes da Silveira, então fabricanteiro

(5) “O Pe. Francisco Theótimo de Maria Vasconcelos nasceu em Santana do Acaraú, a 15 de fevereiro de 1845. Filho de José Ignácio de Vasconcelos e D. Rosa Maria da Conceição. Depois dos estudos primários na sua terra natal, matriculou-se no Seminário de Fortaleza, sendo ordenado sacerdote, a 15 de janeiro de 1871. Foi Vigário de Pentecoste e Santana do Acaraú. Eleito Deputado provincial para o triênio 1884-1887. Durante o paroquiato em Santana, construiu a Capela de São Manoel de Marco e reformou a Igreja de Bela Cruz. Faleceu a 9 de julho de 1915, sendo sepultado na Igreja matriz de Santana do Acaraú”. (Cf. SILVEIRA, Aureliano Diamantino. *Ungidos do Senhor na Evangelização do Ceará*, vol. II. Fortaleza: Premium, 2004. p. 64.)

do patrimônio. Nicodemos Araújo afirma que – para esses melhoramentos – foram doados dos cofres do Estado 500\$000, da Loteria; quantia concedida à mesma Capela, pela lei nº 2016, de 15 de setembro de 1882, promulgada pelo Bacharel Sancho de Barros Pimentel, então Presidente do Ceará.

Em 1923, uma comissão composta dos cidadãos Emílio Fonteles da Silveira, Manoel Damião da Silveira, Gabriel Florêncio de Vasconcelos e José Lopes da Silveira, com permissão do Bispo Diocesano e apoio do então vigário de Acaraú, Padre Antônio Thomaz, iniciou uma total remodelação na Capela. Para dirigir os serviços veio o Revmo. Padre Joaquim Severiano de Vasconcelos, que aqui se demorou algum tempo. O teto foi retirado e, demolidas, quase todas as paredes, levantando-se então um prédio de 45 palmos de altura, embora com as mesmas dimensões anteriores. No patamar da Capela foi construído um grande cruzeiro de madeira, com pedestal de alvenaria, cuja benção foi efetuada somente a 18 de dezembro de 1934, pelo Padre Vermoulen. Os trabalhos continuaram com manifesta morosidade, até que em 1932, estacionaram. A Capela, no entanto, que estava limpa e pintada internamente continuou sendo utilizada para os atos do culto, até 1945.

Segundo Centenário da Capela

Comemorando a 8 de setembro de 1932 o bicentenário da primeira Capela de Santa Cruz, o povo fê-lo com pompas e festas. Erigiu-se uma coluna no local onde fora construída a Capela, cuja benção foi oficiada pelo Revmo. Padre Sabino de Lima, então vigário da paróquia de Acaraú. Para documentação transcrevemos do livro *Santa Cruz do Acaraú*, de Nicodemos Araújo, a reportagem que o professor Nicácio Barbosa Cordeiro

escreveu sobre o evento e que foi publicada no jornal *Correio da Semana*, de Sobral:

“A postes de madeira caprichosamente descascados prendiam-se extensos cordões de galhardetes multicolores a divergirem das quatro faces do sacro templo para o presbitério e edifícios fronteiros, emprestando, destarte, à respectiva praça uma perspectiva de festival alacridade.

Sugestionados pela titânica força de vontade do jovem criador e promotor de tão significativo ideal, uma plêiade de moços contrerâneos efetivou, até às 22 ou 23 horas, a singela ornamentação que tão agradável impressão produziu no espírito da assistência estupefata.

Desde a véspera aqui permanecia o jovem vigário Pe. Sabino de Lima, no árduo pugilato de seu magno e sublime apostolado em prol da salvação das almas dos fiéis que, sedentos de pão espiritual, aproximaram-se do tribunal da penitência.

Era a primeira visita do simpático e esforçado vigário à mais importante das capelas da paróquia que, teve a felicidade de tê-lo por timoneiro, e a qual, por uma providencial eventualidade, coincidiu com o fato histórico-religioso que os filhos deste rincão comemoravam.

Às oito e meia horas da festival manhã soaram, no campanário, as lentas badaladas do velho sino, anunciando a missa seguida de centenas de comunhões, e em que a igreja transbordava de assistentes; ½ hora depois o incansável vigário encontrava-se à margem do Jordão cujas águas lustrais lavavam a culpa original a algumas dezenas de recém-natos.

Eram 5 horas da tarde quando uma onda humana acompanhava, procissionalmente ao digno pároco rumo à colina a meio quilômetro a noroeste, em cujo cimo fora erecta (sobre os

escombros da primitiva igreja) uma pirâmide quadrilátera de cerca de três metros, numa de cujas faces via-se uma abertura com porta de vidro, em cujo recinto a minúscula estátua da Virgem da Conceição, (primitivo Orago), de mãozinhas postas, lembrava o culto de veneração que ali rendiam os antanhos”.

Os Missionários

Não poderíamos deixar de mencionar aqui as visitas que fizeram alguns padres, à Capela de Santa Cruz e aqui se demoraram dias, meses e até anos. Consta que o primeiro missionário que visitou a localidade foi o Pe. Sebastião Vogado Soto-Maior, que teria sugerido a idéia da construção de uma capela. Isto em princípios de 1731. E os poucos moradores do lugar conseguiram, dentro de pouco tempo, construir uma ermida. Em fins de 1733, aqui esteve o Pe. Izidoro Rodrigues Resplande, homem de excelentes virtudes, que procedeu a benção da Capela. Já em 1798, chegou à Santa Cruz, aqui demorando algum tempo, o célebre Frei Vidal da Penha, (6) que soube legar à posteridade um nome aureolado de glória. Com efeito, Frei Vidal de Fresca-

(6) “Vários missionários percorreram as regiões do Acaracu, mas nenhum deles logrou maior fama do que frei Vidal de Frescarolo, italiano, vulgarmente conhecido por frei Vidal da Penha, assim chamado por ser frade do Convento da Penha, em Recife. Depois de ter missionado esta região em 1785, regressou novamente a Fortaleza, aonde chegou, em dezembro de 1796, e aí abriu as santas missões. No ano seguinte, no mês de setembro pregou em Sobral, donde seguiu em outubro para Beruoca (Meruoca) demorando-se aí vinte dias. As missões pregadas pelo célebre capuchinho e Missionário Apostólico, nunca foram esquecidas, tornando-se lendárias as profecias a ele atribuídas, segundo as quais a praça da Matriz de Sobral ainda havia de ser cama de tubarões”. (Cf. FROTA. D. José Tupinambá da. *História de Sobral*. Fortaleza: Pia Sociedade de São Paulo, 1953. p. 129.)

rolo, vigário da Penha, operou verdadeiros milagres. É a ele atribuído uma profecia que prevê o futuro dos povos de modo bem lúgubre, segundo a interpretação que lhe emprestavam. E o povo tinha por esse documento uma crença inabalável, pois as calamidades preditas ali eram esperadas com verdadeiro horror e contrição.

Lembra Luis da Câmara Cascudo que todos os mentores religiosos – frades e leigos – que tiveram mando no espírito popular, eram tidos como profetas e mesmo videntes. Depois de mortos, e alguns em vida, dão nascimento a um ciclo de profecias e de conselhos de acomodação social, prolongando o prestígio do morto na lembrança coletiva. Essa profecia, ampliada, deturpada no passar dos anos, chega a constituir uma algaravia misteriosa e de alucinante poder de sugestão para o povo. A grande profecia em todo o norte do Brasil, desde os sertões da Bahia até o Piauí, é a profecia de Frei Vidal, decorada por milhares de pessoas, e espalhada, há quase duzentos anos, num número incalculável de cópias manuscritas. Frei Vidal de Frescarolo era religioso capuchinho, do Convento da Penha, no Recife. Em dezembro de 1796 chegou ao Ceará (Fortaleza) missionado. Andou por todo o Nordeste e deixou fama de iluminado profeta. Sua profecia é datada de 1817, sem dia, mês e localidade. Vale por um exemplo completo do gênero. (7)

A Profecia do Frei Vidal

“Quando vires quatro irmãos saírem da União, guarda-te, Pernambuco, que lá chegou o teu quinhão”. (8)

(7) Cf. CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Brasília: INL/MEC, 1972.

(8) Esta versão, da Profecia do Frei Vidal, foi transcrita do estudo ‘Pela História do Ceará’, de autoria do cronista Eusébio de Sousa, publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 48, 1934. pp. 117-118.

“Quando vires os homens do Brasil presos e desgraçados, as masmorras ocupadas, piratas do mar, a gente da Europa a assolar, ameaça o tempo da chegada”.

“Quando vires os rapazes de Pernambuco de barretina e mitra aprendendo exercício, fazendo batalha, corre logo com a mecha ao fogão que os soberbos cavalheiros já te cercam; unam-se todos a corpo, ataquem ao inimigo e defendam a lei de Christo, que quando se virem perdidos ahí verão o milagre”.

“Serão grandes os trabalhos e grandes as tropas, que muitos estarão por bosques e serras para não verem o sangue correr na terra. Os contrários se receiarão das armadas que vem no mar que no meio d’ellas virá a nau dos quintos reais, carregada d’ouro, prata e diamante. É muito crua a guerra que vem para cá; ahí comerás o soldo do vosso soberano e cada um será premiado conforme as suas façanhas; aí verás na afamada Muribeca, nascer uma mina de prata que abrange rá toda a sua América”.

“Quem diria que de José nasceria Maria e que nela findaria? Em conclusão José e João não recuarão! Intentos grandes haverão, porém, na era de 189... antes ou depois, verás cousas mil, no mez mais vizinho de abril”.

“Quando vires Pedro e outros flagellados todos se acabarão a bocados, por serem findos os trez tempos com os seis números dobrados, e então acontecerá o que vou expor: – Um grande círculo haverá que a redempção cobrirá e a estrella haverá que a todos iluminará. Esta será a guia que primeiro não quererão depois abraçarão e do centro do sertão virá quem tudo acabará. Isto há de acontecer porque nos signaes que nos cobrem assim o indicam: um só rei haverá que tudo dominará e eu posto onde Deus for servido, verei o acontecido. De dois a dois VV um de perna para baixo e outro de perna para cima, quatro voltas de um compasso, vae chegando a um ponto d’um disforme mortação; no meio ponto a thesoura verão a guerra consumidora e o tempo será tal que tudo irá a final”.

“Quando vires o sol escuro amolla a faca para comeres couro no futuro, que na era dos XX verás rebanho de vinte mil. Isto há de acontecer quando o céo fizer signal; os povos fora da linha andarão como os pintos atraz da gallinha”.

“Quando vires a guerra feixar as duas pontas, serão tomadas todas as contas. Tudo há de acontecer arder e depois florescer, porque Deus o quer e eu o sei, por assim está escripto”.

Vidal – Missionário

Criação da Paróquia

A 29 de dezembro de 1941, Dom José Tupinambá da Frota, o grande Bispo de Sobral, assinou Portaria instituindo a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Bela Cruz, e logo no dia 31 do mesmo mês e ano, firmou provisão nomeando o Revmo. Pe. Odécio Loiola Sampaio, primeiro pároco da nova unidade eclesiástica. Pe. Odécio Loiola tomou posse, no dia 11 de janeiro de 1942, em presença do Sr. Bispo Diocesano, do Monsenhor Sabino de Lima, de numerosos religiosos, autoridades e da população belacruzense.

Portaria da Criação da Paróquia

“Dom José Tupinambá da Frota, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Sobral, Prelado Doméstico de Sua Santidade e Assistente ao Sólido Pontifício.

“Aos que esta Nossa Portaria virem, saudação, paz e bênção em Nosso Senhor Jesus Cristo.

“Fazemos saber que, atendendo ao aumento progressivo da população da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Acaraú, e desejando promover o bem espiritual de nossos Diocesanos. Havemos por bem desmembrar da dita paróquia de Acaraú o território da nova paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Bela Cruz, e elevar à dignidade de Matriz a igreja existente na dita vila de Bela Cruz; e tendo ouvido o parecer e o voto dos Revmos. Consultores Diocesanos, do Revmo. Pároco de Acaraú, em virtude da Nossa Autoridade Ordinária, pela presente Portaria erigimos e criamos a nova paróquia amovível de Nossa Senhora da Conceição com sede na sobredita vila de Bela Cruz, cujos limites são os seguintes:

“Ao norte limita-se com a paróquia de Acaraú. Começa no rio Aracati-Açu no lugar Porteiras (inclusive) e numa linha reta até a nascente do Córrego-Preto, segue por este até a sua foz no rio Aracati-Mirim, continuando na embocadura do Córrego Grande neste mesmo rio e seguindo pelo referido Córrego até a afluição do Córrego da Água Branca acima do lugar Catarina; daí prossegue por este último até a sua nascente e daí numa reta para a fazenda Junco (inclusive) e seguindo, pela mesma estrada que vai para a lagoa da Itapuará (inclusive) e continuando pela mesma estrada até a fazenda Macajuba (inclusive), daí, pelo travessão desta, atravessando o rio Canema no lugar Carapina, continuando pelo mesmo travessão até o rio Acaraú, no lugar Poço do Mofumbo, descendo pelo mesmo rio até encontrar a embocadura do Córrego do Nazário, e subindo por este até a fazenda Santa Teresa (inclusive) e daí, tomando a estrada que vai para a fazenda Pimenteira (exclusive) seguindo na mesma estrada até o Cambota, donde parte numa reta para as fazendas Embiratanha, Aroeira, São Geraldo e Lagoinha (exclusive) e daí sobe pelo Córrego de Dentro, passando pela fazenda Santa Teresinha até o limite da paróquia de Granja. Ao oeste

com a paróquia de Granja. Ao sul com a nova paróquia de São Manoel do Marco: começando no rio Aracati-Mirim, acima de Ema 3 quilômetros, segue numa reta até a fazenda Córrego Salgado, continuando noutra reta para a fazenda Santa Cecília (exclusive) e daí, pelo Córrego da Lagoinha até a estrada que vai para a fazenda Pereiras, daí segue na mesma estrada até a Lagoa de Santa Rosa, donde partindo em linha reta para o lugar Boca do Córrego, e continuando por outra linha reta, vai ao lugar Vitória (inclusive) e daí, ainda noutra reta, para o rio I-nhanduba, na fazenda Várzea Comprida, segue por esta até os limites da paróquia de Granja. Ao leste com a paróquia de São Bento da Amontada.

“Seja essa nossa Portaria lida nas Matrizes de Acaraú, Granja, Santana, Marco e Bela Cruz, para conhecimento dos interessados, em um Domingo ou dia santificado, à estação da Missa Paroquial, e transcrita integralmente no Livro de Tombo das ditas paróquias e arquivada na forma do costume. Dada e passada nesta cidade de Sobral e Câmara Eclesiástica, sob o nosso sinal e selo das nossas armas, aos 29 de dezembro de 1941”.

José, Bispo de Sobral



Com a criação da paróquia de Bela Cruz, o vigário Padre Odécio Loiola Sampaio, em 1945, deu início a uma recuperação total da Igreja, já então na categoria de Matriz. Depois de três anos de aturado trabalho, a paróquia de Bela Cruz possuía um dos templos mais belos e mais bem construídos do Ceará. Os trabalhos foram dirigidos pelo arquiteto italiano, Agostinho Odísio Baume, sob a supervisão do Padre Odécio L. Sampaio.

A solenidade da benção do templo teve realização a 21 de setembro de 1948, oficiada por Mons. Olavo Passos, então Vigário Geral da Diocese de Sobral.

A Igreja Matriz, cuja área construída mede 1980 m², com 750m² de área coberta, teve sua frente voltada para o lado oeste. Sua torre mede 35 metros de altura, encimada por uma escultura de N.S. da Conceição, medindo três metros e que é uma autêntica obra de arte.

Em 1984, Mons. Odécio adquiriu dez ventiladores e um excelente serviço de som. Em 1998, Padre Rômulo Rios Rocha realizou alguns melhoramentos, inclusive pintura nova da Igreja Matriz.

Vocações Religiosas

O louvável trabalho de Mons. Odécio, estimulando e ajudando às vocações religiosas em sua paróquia, foi compensado. Em verdade, Bela Cruz, que já tinha um filho sacerdote – Padre Francisco Olinto de Araújo, dentro de meio século, viu subirem ao altar da igreja os seguintes padres:

- ❖ Aureliano Diamantino Silveira
- ❖ Benedito Valter Araújo
- ❖ Francisco de Assis Lopes
- ❖ Francisco de Assis Magalhães Rocha
- ❖ Joaquim Diomar Araújo
- ❖ João Delmonte de Carvalho
- ❖ Hipólito Djaci de Carvalho
- ❖ Agnaldo Timóteo da Silveira

Associações Religiosas

No dia 6 de setembro de 1896, é fundada, em Santa Cruz, pelo Pe. Antônio Xavier Maria de Castro, (9) a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. A ata da instalação dessa confraria foi escrita nos seguintes termos:

Aos seis dias do mez de setembro do anno de mil oitocentos e noventa e seis, pelas doze horas do dia, reunido o povo na Capella de Santa Cruz, depois da missa parochial, o Revmo. Parocho Antônio Xavier Maria de Castro declarou que estando approvedo pelo Exmo. Prelado da Diocese, o compromisso da criação da Irmandade de N. S. da Conceição da referida Capella, ia proceder a sua installação. Imediatamente collocada uma meza no Consistório da Capella o Revdo. Parocho tomou nella o principal lugar, e fazendo a leitura do Compromisso, nomeou interinamente, para Juiz-Presidente a Venâncio Lopes de Araújo Costa; para Juíza a Exma. Sra. D. Angélica Francisca da Penha Araújo; para Escrivão a Manoel de Araújo Costa; para Thesoureiro a Manoel Antônio de Vasconcellos; para Procurador Miguel Lopes de Araújo Costa. Seguem-se os nomes de 24 mordomos e o Secretário, por nada mais haver a tratar, termina a acta.

(9) O Padre Antônio Xavier Maria de Castro nasceu, em 1815, em Fortaleza, no Ceará. Filho de José Xavier de Castro e Silva e D. Ana Rita Xavier. Ordenou-se sacerdote, em 1838. Foi Vigário de Santana do Acaraú, de 1839 a 1842. Vigário Colado de Acaraú, de 1838 a 1901. Deputado Provincial, seis vezes. Secretário do Visitador Pe. Antônio Pinto de Mendonça. Tomou parte do Sínodo, em 1888. Diz o poeta Francisco José Ferreira Gomes que Seu Vigário tinha uma cambada de meninas e meninos, nascidos dos seus amores com a Sinhá Maria, sua doce cozinheira, lavadeira, copeira, arrumadeira e companheira nas horas de folga – quando o Padrinho fechava o Breviário, muito pesado, grandalhão, muito latim, muitos salmos... Os outros salmos, os da Sinhá Maria, tinham o gosto de mel. O Pe. Antônio Xavier Maria de Castro faleceu, a 6 de janeiro de 1901. (Cf. GOMES, F. José Ferreira. *Menino da Barra*. Fortaleza: Edições UFC, 1978. pp.15-16.)

Os membros dessa associação contribuíam anualmente com 2\$000 (dois mil réis) cada um. Apesar de tão pequena ser a quota dos irmãos, a confraria conseguiu arregimentar uma elevada quantidade de contribuintes balanceando, anualmente, uma soma apreciável. Para corroboração do que afirmamos transcrevemos o seguinte recibo que entre outros, constavam nos livros da referida irmandade:

Recebi do Sr. Manoel Antônio de Vasconcellos, thesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, de Santa Cruz, a quantia de quinhentos e setenta e cinco mil e trezentos réis (575\$300), proveniente de utensílios comprados para a respectiva Irmandade.

Santa Cruz, 11 de setembro de 1897.

João Baptista da Silveira

Apesar, entretanto, do florescimento a que atingiu essa agremiação religiosa, foi extinta em setembro de 1911.

A 8 de setembro de 1932, porém, o vigário da freguesia de Acaraú, da qual pertencia Santa Cruz, Revmo. Pe. Sabino de Lima Feijão fundou uma Conferência Vicentina. Inscreveram-se como sócios fundadores 71 irmãos. A primeira Diretoria ficou assim constituída: Gabriel Florêncio de Vasconcelos – Presidente; Emílio Fonteles da Silveira – Primeiro Vice Presidente; Manoel Nicodemos Araújo – Tesoureiro; Vicente Lopes da Silveira – Vice Tesoureiro; Francisco das Chagas Silveira – Secretário; Mário Domingues Louzada – Vice Secretário. O movimento durante o ano de 1933 foi o seguinte:

Arrecadado em sessões	614\$700
Despendido com pensões e outras despesas	538\$278
Saldo em caixa	76\$422

Essa irmandade, em 1936, contava com 186 membros. Depois de Gabriel Florêncio de Vasconcelos, a Confraria teve como presidentes sucessivamente: Os senhores Emílio Fonteles da Silveira, João Venceslau Araújo (Joca Lopes), e Mário Domingues Louzada.



Em 1938, foram iniciadas as obras de construção da Igreja de São Vicente de Paulo. Sua benção se deu somente, a 19 de julho de 1945, quando estava aparelhada de todos os requisitos exigidos para as celebrações dos atos religiosos, e foi oficiada pelo Padre Sabino de Lima, então vigário de Acaraú.

Os trabalhos de construção dessa capela foram dirigidos pelos senhores Emilio Fonteles da Silveira e João Venceslau Araújo. E as despesas correram por conta da comunidade, com as promoções usadas para tais empreendimentos, sob os auspícios da Conferência Vicentina local.

Depois de um período em que, todos os anos, São Vicente era festejado na igrejainha, esta foi se estragando, pela ação do tempo. E Mons. Odécio houve por bem, mandar fechá-la, para evitar vandalismos.

Entretanto, em 1984, o Sr. João Venceslau Araújo conseguiu permissão do Vigário, para proceder na igrejainha os melhoramentos que se faziam necessários. Novamente, Joca Lopes põe-se em campo na busca de recursos. Então o forro, o piso e parte das paredes foram substituídos. O poeta Nicodemos Araújo, no livro, Cronologia de Bela Cruz, publicado em 1990, assim noticia: “20 de agosto – 1985 – na cidade de Bela Cruz acontece a reinauguração da capela de São Vicente de Paulo,

totalmente recuperada e dotada de serviço de som e outros melhoramentos.

“Os trabalhos foram promovidos pelo líder João Venceslau Araújo, e a pintura interna, com excelentes quadros bíblicos, é de autoria do jovem poeta e artista plástico belacruzense Vicente Freitas. A bênção do templo foi oficiada pelo Mons. Odécio Loiola Sampaio, que emprestou sua cooperação para o bom êxito da obra”.

Outras Capelas

Assumindo o múnus paroquial de Bela Cruz, uma das primeiras preocupações de Padre Odécio foi a construção de capelas nos povoados mais populosos da unidade diocesana.

E tal foi o empenho, nesse sentido, que dentro de um período de tempo relativamente curto, oito capelas foram construídas. Mencionadas capelas são as seguintes:

- ❖ Capela de São Pedro, no povoado de Lagoa do Carneiro, inaugurada a 29 de junho de 1943.
- ❖ Capela de São Francisco, no povoado de Matriz, inaugurada a 4 de outubro de 1945.
- ❖ Capela de Santo Antônio, no povoado de São Gonçalo, inaugurada a 2 de outubro de 1961.
- ❖ Capela de São Miguel, no povoado de Riacho da Prata, inaugurada a 12 de novembro de 1961.
- ❖ Capela de São José, no povoado de Cajueirinho, inaugurada a 14 de novembro de 1965.

- ❖ Capela de Nossa Senhora de Fátima, no povoado de Corre-
guinho, inaugurada a 18 de novembro de 1966.
- ❖ Capela de São João Batista, no povoado de Celsolândia,
inaugurada a 2 de agosto de 1970.
- ❖ Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no povoado
de Araticuns, inaugurada a 2 de julho de 1978.

A 19 de novembro de 2000, assume a direção da Paró-
quia de Bela Cruz, o Pe. João Batista Rodrigues Vasconcelos,
com Missa concelebrada por vários padres da Diocese, entre
eles Mons. Odécio Loiola Sampaio, ex-vigário de Bela Cruz. A
saudação ao novo pároco foi feita pelo prof. José Arimatéa Frei-
tas Filho.

Saudação do Prof. José Arimatéa

Revmo. Pe. João Batista Rodrigues Vasconcelos,
recém-nomeado vigário desta paróquia,
Revmo. Mons. Odécio Loiola Sampaio, ex-vigário da paró-
quia de Bela Cruz, demais sacerdotes;
caros irmãos em Cristo,

“Amo o Senhor, por que Ele ouvirá a voz
da minha oração.”

SI 114,1

Em meio a eclosão de alegria, a comunidade católica
de Bela Cruz, tem a satisfação de acolher com emoção o
novo pastor, o Revmo. Pe. João Batista, que prosseguirá na
caminhada da evangelização em nossa cidade e nas cercanias
da paróquia.

Desde 1732, os primeiros habitantes de Santa Cruz, já

havia edificado um pequeno templo em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. Pois bem: lá foi o alicerce da gênese cristã, onde missionários lançaram a semente da Boa Nova, gerando assim, da essência do Evangelho, a religiosidade cristã do povo belacruzense.

A cerca de cinquenta e oito anos, a 11 de janeiro de 1942, no turno vespertino, tomava posse da paróquia o primeiro vigário, Revmo. Mons. Odécio Loiola Sampaio, cujo trabalho pastoral de magnitude se concretizou na difusão da religião tendo como referência a construção do majestoso templo, sob a proteção de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, assim como lançou os fundamentos cristãos no empreendimento da edificação do estabelecimento de ensino – Instituto Imaculada Conceição, sob a direção das Irmãs de Caridade.

De 1996 a 2000, assumiu como segundo pároco o Revmo. Padre Manoel Rômulo que na exiguidade do tempo renovou e ampliou as associações religiosas, bem como transformou esta casa de Deus em templo de beleza, propiciando ao povo sentimento de comunhão e acolhimento na espiritualidade cristã.

A data de hoje, 19 de novembro de 2000, ficará registrada na nossa história, assim como nos anais da paróquia, como memória relevante da posse do novo guia espiritual – Revmo. Pe. João Batista.

Vivemos o Jubileu, ano da graça do Senhor. Obrigado, Senhor, já que fomos agraciados pela presença do eminente sacerdote. Seja bem-vindo para juntos inaugurarmos uma proposta de vida cristã mais autêntica ao despontar o próximo milênio. Hoje, mais do que nunca, sacerdotes e leigos cristãos são convocados por Deus para zelar e testemunhar ao mundo que é viável o exercício da fraternidade. É hora de conclamar

os cristãos para se engajarem na proposta pedagógica de Jesus Cristo: “A boa notícia” deve ser anunciada a todos, de forma especial aos menos favorecidos da sociedade: “pobres, famintos, os que choram”. LC 6,20.

O século XXI terá como marco referencial o projeto de vida: religião e família. O teólogo Francisco Catão esclarece à comunidade cristã que no ensino religioso é preciso se dar conta de que a cultura racionalista, puramente tecnológica, utilitária e consumista entrou em crise nesse fim de milênio.

As mulheres e homens de hoje, a começar pelos jovens, sentem a necessidade existencial e circunstancial do tempo de se realizarem plenamente como seres humanos. É fundamental reconhecer que temos na experiência humana uma sede de verdade, porém, esta valoração de vida se compartilha no Evangelho.

Mais uma vez sentimo-nos gratificados pela misericórdia de Deus. E, pela intercessão da nossa padroeira, suplicamos, que unidos na mesma fé, nos seja possível alcançar a transcendência na intimidade do Criador do Universo; mediante o mistério da vida, caminhar na esperança da verdade em Cristo. E, assim, revigorados no poder da oração, orar sempre com o salmista: “O Senhor está perto de todos *os* que o invocam.” *Salmo 145,18*.

Sendo assim, nós paroquianos, ratificamos aqui e agora, que vossa permanência no ministério sacerdotal seja duradoura e eficaz, na missão pastoral da comunidade cristã, na paróquia de Nossa Senhora da Conceição.

Bela Cruz, 19 de novembro de 2000

José Arimatéa Freitas Filho

Monsenhor Odécio

A vida de Monsenhor Odécio Loiola Sampaio está ligada à história de Bela Cruz, desde o início da década de quarenta. O exemplo que ele nos deixou foi o da coerência, espírito empreendedor e capacidade de luta. Daí a perplexidade e a comoção com que, não só Bela Cruz, mas toda a Diocese de Sobral foi surpreendida com a morte do líder religioso que até uma semana antes de sua partida era visto lúcido, saudável e imbatível.

Monsenhor Odécio gostava de repetir que era um homem essencialmente religioso – “Nunca me arrependi de ser padre. Nunca deixei de ser padre”.

Nascido a 17 de fevereiro de 1916, na fazenda Várzea Formosa – Novo Oriente, Ceará, filho de Francisco Rodrigues Sampaio e dona Maria Ignácia Loiola. Encaminhado ao Seminário Diocesano de Sobral, em 1928, estudou até 1935, ingressando a seguir, no Seminário da Prainha, em Fortaleza, onde concluiu os estudos para o sacerdócio. Foi ordenado a 30 de novembro de 1941, na Catedral de Sobral, oficiado pelo Bispo Dom José Tupinambá da Frota, e celebrou sua primeira missa, na Catedral da cidade de Crato, onde seus pais haviam fixado residência.

Por Portaria de 29 de dezembro de 1941, Dom José Tupinambá da Frota desmembrava da Paróquia de Acaraú, o território da nova Paróquia de Bela Cruz, elevando à categoria de Matriz, a Igreja existente na então vila de Bela Cruz. Igualmente, por Provisão de 31 de dezembro de 1941, o mesmo Bispo Diocesano nomeava Pároco da Freguesia, o Reverendo Padre Odécio Loiola Sampaio.

Criada a Paróquia, nomeado o vigário, restava a sua posse – o que se deu no dia 11 de janeiro de 1942, com a presença do Bispo Dom José Tupinambá da Frota, Padre Gonçalo Eufrásio e Padre Sabino de Lima Feijão, Pároco de Acaraú, de cuja paróquia foi desmembrada a nova paróquia de Bela Cruz.

No dia de sua chegada, ele se apresentou: “Eis o vosso vigário”. No cinquentenário da Paróquia, ele repetiu: “Eis o vosso vigário”. Ali chegando Padre Odécio teve boa acolhida. Emílio Fonteles da Silveira e sua esposa – dona Maroca, foram os primeiros benfeitores. Maria Lima dava-lhe toda assistência; Raimunda Pontes zelava a casa paroquial. Honras sejam dadas a Mário Domingues Lousada, Francisco das Chagas Fonteles, Anselmo Celso Vasconcelos, Francisco Assis Vasconcelos, João Ambrósio Araújo, Zacarias Adriano e Joca Lopes Araújo, todos lhe cercaram de desvelos e deferências.

Vejamos o que dele falou Pe. Valdery da Rocha: “Durante cinco décadas, as famílias belacruzenses viram-no acompanhar – com que solicitude – a solução dos problemas educacionais e familiares. Marcou o seu paroquiato não só com a pregação, o louvor a Deus e o ensinamento da lei do Senhor, mas também com a promoção do homem, ao fundar – em estilo grande – o Patronato Imaculada Conceição, que entregou às religiosas da Caridade – e, ultimamente, a Fundação Maria Inácia Loiola, para crianças pobres, exemplo de aplicação comunitária dos seus bens materiais adquiridos com suor e trabalho”.

Afeito às lides do campo, na agricultura e no criatório, conseguiu amealhar recursos que lhe permitiram um sustento digno; independente das ofertas dos paroquianos, lhe propiciaram viagens culturais aos Estados Unidos – em visita ao irmão padre – à Europa, ao Egito e à Terra Santa, e lhe deram o gozo de deliciar-se, como ele dizia, com os legítimos prazeres da vida rural e sertaneja, aprendidos na infância, junto ao doce lar de

numerosa família e que, sabemos, nunca foram obstáculo a um fecundo e responsável trabalho pastoral.

“Foram quase sessenta anos de pastoreio do rebanho que a Providência lhe confiou e que ele cuidou com desvelo e sabedoria, nunca desanimando, mas, pelo contrário, sempre dando o melhor que lhe era possível fazer”.

Esta trajetória de lutas chegou a seu final no dia 4 de julho de 2001, com a morte de Monsenhor Odécio. Seu sepultamento ocorreu no dia seguinte, na Igreja Matriz de Bela Cruz, onde já se encontravam os restos mortais de seus irmãos Monsenhor Joviniano Loiola Sampaio e Padre Adonias Loiola Sampaio. A missa de corpo presente foi concelebrada por Dom Aldo Pagotto, Bispo de Sobral e 28 padres da Diocese. Além de incalculável multidão estiveram presentes seus irmãos: Dr. João Rodrigues Sampaio, Dr. Edmilson Rodrigues Sampaio, Dr. Duque Rodrigues Sampaio; os sobrinhos: Dr. Henrique Sampaio e Irmã Siebra Sampaio; os primos: Edilson Carvalhedo Sampaio, Quinoa Carvalhedo Sampaio, Joaquina Carvalhedo Sampaio, José Arteiro Carvalhedo Sampaio e Edivanira Carvalhedo Sampaio.

Para lembrar uma de suas frases, inserimos aqui, o que Monsenhor Odécio falou por ocasião de seu cinquentenário sacerdotal: “Eis o meu último anseio: Que o meu derradeiro sono, nesta cidade temporal, seja emoldurado nos átrios do Senhor”.

Testamento do Mons. Odécio

Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, eu Monsenhor Odécio Loiola Sampaio, filho legítimo de Francisco Rodrigues Sampaio e Maria Inácia de Oliveira, nascido em 17

de fevereiro de 1916. Cursei o Seminário de Sobral e Seminário de Fortaleza. Fui ordenado sacerdote no dia 30 de novembro de 1941, em Sobral, pelo meu Bispo-padrinho D. José Tupinambá da Frota. Fui nomeado Pároco de Bela Cruz e tomei posse no dia 11 de janeiro de 1942. Em pleno gozo de minhas faculdades mentais e no uso da mais completa razão, por este instrumento escrito por meu próprio punho e por mim mesmo assinado, venho fazer, como de agora faço, o meu testamento cerrado a ser executado e cumprido depois de minha morte. Desejo de já, agradecer a Deus a felicidade da fé na Religião Católica em que nasci tendo vivido a graça do Sacerdócio que exerci em toda a minha vida e no qual espero morrer. Deus me proporcionou tantos favores, que me julgo indigno de merecê-los. Em todo o meu sacerdócio visei à glória de Deus e a extensão do seu reino. Conservei-me fiel a disciplina e ao ensino tradicional dos Santos Padres e da Igreja de Cristo. Faço neste momento, submissão incondicional aos desígnios de Deus e aceito a morte como ato de reparação pelos meus pecados. De coração, perdoos aqueles que me ofenderam e espero, igualmente, que me perdoem todos aqueles, a quem, por ventura haja ofendido. Agradeço também ao bom Deus a suprema ventura da felicidade que me concedeu os bens materiais que me agraciou e que me fez conservar até o presente. Recebi dos meus pais, por herança: bens, em dinheiro, gado e terra. Dei-lhes assistência, administrando-os com eficiência. Sendo Sacerdote, sem herdeiros necessários, nem ascendentes, nem descendentes, faço a distribuição dos meus bens com as pessoas e instituições as quais, livre e espontaneamente, quero deixar esses meus bens, esperando de cada beneficiado a obrigação em consciência de mandar celebrar anualmente doze missas em sufrágio de minha alma. Assim, em face das leis vigentes no meu país que me garantem o direito de dispor dos meus bens e sem nenhum constrangimento e coação de quem quer que seja, passo a distribuir os meus bens da seguinte ma-

neira: I – A Duque Rodrigues Sampaio – a) Todo o gado, rebanho de ovelhas e demais animais existentes na propriedade “Belém dos Campos”, propriedade que lhe doe; b) Uma casa residencial à Rua Domingos Aguiar S/N, em Bela Cruz, com todos os móveis, louça, televisão e demais objetos que nela se encontrarem, montada numa faixa de terreno que ocupa um quarteirão, todo murado e a Galeria da família; c) Uma camioneta D-20 – Pickup 1992, Diesel – Branca – Placa HUB 9298 – Chassi 9BG244ZANNC22960, ou outra camioneta, não existindo a mencionada. II – A João Rodrigues Sampaio – a) Uma propriedade rural, denominada “Mosquito”, no município de Novo Oriente, compreendendo todo o gado, rebanho de ovelhas, animais de carga e montaria; b) Uma propriedade rural denominada “Inharé ou Jatobá”, no município de Independência, rebanho de ovelhas, gado e animais ali existentes; c) Uma propriedade rural, denominada “Jatobá”, no município de Independência – faz corpo com a propriedade anterior; d) Um veículo Toiota 1990 – Chassi 9BR0J0040G1007251 ou outra Toiota que por ventura responda pela primeira; e) Um motor com forrageira YANMAR NSB75A. III – A João Vitor Araújo Silva, meu dependente, filho de Francisco Assis Silva e Maria Silene Araújo Silva – um quarto de comércio, no Mercado, alugado a Francisco Assis Silva; IV – Para Francisca do Livramento Araújo, a minha Biblioteca e estantes, isto é, todos os livros contidos nas estantes; V – Para Altina Siebra Sampaio, exclusiva, se existente, um terço do numerário da minha Conta 20182-0 no Banco do Brasil, em Bela Cruz. O numerário superávit será entregue à Diocese de Sobral que se encarregará de distribuir, equitativamente, entre o Seminário Diocesano e mandar celebrar missas gregorianas em meu favor; VI – Para a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Bela Cruz – A casa vizinha à Casa Paroquial, ocupada pela Secretaria Paroquial. À mesma Paróquia, na pessoa do seu Pároco, entrego a Direção da Fundação Maria

Inácia Loiola. No Banco do Brasil há um depósito denominado “Monte Pio” em favor da subsistência da Creche. Acredito que o juro desta Conta é suficiente para a manutenção desta entidade filantrópica. Lembro que os funcionários da Fundação são assalariados pela Prefeitura Municipal e desta a Fundação recebe uma verba mensal que dá cobertura nas despesas da mesma entidade. Espero que o meu sucessor assuma este encargo com a mesma dedicação que Jesus teve com as crianças. Se por ventura – o que não espero – a Fundação não prossiga na sua caminhada, o prédio que foi construído com minhas poucas receitas, fica pertencendo a Paróquia que o destinará para utilidade paroquial. Lembro que todo o terreno cercado, plantado de palmas, cajueiros e mangueiras, foi doado pela Diocese de Sobral, uma aquiescência dos Consultores Diocesanos à Fundação Maria Inácia Loiola. Mencionado terreno voltará à Paróquia no desaparecimento da Creche. Na Fundação Maria Inácia Loiola está a sobrevivência das crianças belacruzenses. Em tempo: as cabeças de gado, pertença minha, que se encontram, em Bela Cruz, devem ser vendidas e o numerário deve ser colocado no Banco do Brasil, a benefício da Fundação Maria Inácia Loiola. Nomeio os meus testamenteiros nas pessoas de Monsenhor Joviniانو Loiola Sampaio, Dr. João Rodrigues Sampaio, Dr. Duque Rodrigues Sampaio e testemunhas deste ato as quais peço que aceitem o encargo e compromisso fielmente. Solicito aos meus testamenteiros, tratando-se de irmãos, que se dispensem, voluntária e caridosamente do direito que lhes faculta a lei, do tributo exigido, no exercício das suas missões. Declaro sem efeito qualquer testamento público ou particular, anterior à data do presente testamento que hoje assino. Espero que a minha vontade tal qual foi manifestada, seja cumprida e respeitada por todos os meus parentes. Aqueles que não foram contemplados é que os julgo em boa situação de vida. Recomendo-me às preces de todos os que me conheceram e me cercaram de atenções, traba-

lhos e favores nas minhas lidas pastorais. Para todos peço as bênçãos poderosas da Onipotência Divina.

Bela Cruz, 2 de maio de 1994

Mons. Odécio Loiola Sampaio

Testemunhas:

João Willams Araújo

Francisco Fonteles de Moura

Antônio Marques Rocha

Maria do Socorro Araújo

João Bosco Viana

JOSÉ LEORNE NETO, 2º Tabelião, 2º Escrivão e Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Marco, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc.

Escritura Pública de Aprovação de Testamento Cerrado que faz Mons. Odécio Loiola Sampaio, como abaixo se declara:

Livro nº 1; Fls. 3v. /4v.

SAIBAM quantos, esta pública escritura virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e noventa e quatro (1994), aos oito (8) dias do mês de maio do dito ano, na residência do Testador na Rua Prof. Nicácio, nº 296, na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará, onde chamado fui, perante mim José Leorne Neto, 2º Tabelião do Cartório do 2º Ofício e de Notas, apresentou-se como Testador, o Mons. Odécio Loiola Sampaio, brasileiro, solteiro, clérigo, residente e domiciliado no endereço acima referido, portador da Carteira de Identidade nº 73.778 – SPSP/CE. E inscrito no CPF(MF) sob nº 026 643 993 49, reconhecido como o próprio de mim Tabelião e pelas cinco (5) testemunhas presentes, no uso e gozo de suas faculdades mentais, segundo o meu parecer e

das testemunhas, como se inferiu do acerto e segurança com que respondeu as perguntas que lhe foram feitas, do que de tudo dou fé. E pelo Mons. Odécio Loiola Sampaio, daqui em diante nomeado como Testador, me foi entregue estes papéis dizendo que neles se contém as disposições de sua última vontade, feitas sem sugestões, induzimento ou coações, por ele datilografadas, datado e assinado do seu próprio punho, pedindo que o aprovasse. Tomando ditos papéis de suas mãos, o examinei sem ler, verificando que o mesmo não continha qualquer emenda, borrão ou rasura que dúvida possa causar pelo que perguntei novamente ao Testador se este era realmente o seu testamento e, em face de sua resposta afirmativa, dada em voz alta e em idioma nacional, perante as testemunhas, o aprovo solenemente, numerando e rubricando todas as folhas do testamento com a rubrica que uso, para afinal lacrá-lo em envelope colado, carimbado, rubricado e vedado com durex por todos os lados. O presente termo foi feito separadamente por não haver espaço para continuação ao final do mesmo testamento onde foi carimbado e feito o sinal público de que uso. E, lido em voz alta ao Testador perante as testemunhas, achando-se, ele Testador, segundo sua vontade o pedira, pelo que o aceita e assina com as testemunhas sempre presentes e que são: João Willams Araújo, Francisco Fonteles de Moura, Antônio Marques da Rocha, Maria do Socorro Araújo e João Bosco Viana, brasileiros, todos casados, com exceção de Maria do Socorro Araújo que é solteira, os três primeiros agropecuaristas, a quarta professora e o último funcionário público, todos residentes e domiciliados na cidade de Bela Cruz – CE. Eu, José Leorne Neto, 2º Tabelião, escrevi, subscrevi e assino. O 2º Tabelião. Ass. José Leorne Neto. Mons. Odécio Loiola Sampaio. João Willams Araújo. Francisco Fonteles de Moura. Antônio Marques da Rocha. Maria do Socorro Araújo. João Bosco Viana. “Está conforme o original. Dou fé”. Em testemunho da verdade. O 2º Tabelião José Leorne Neto.

Centro Pastoral

O prédio do atual Centro Pastoral Monsenhor Odécio Loiola Sampaio teve sua construção iniciada em 1943. A ideia desse empreendimento partiu da Congregação Mariana de Homens, tendo a frente o Sr. João Venceslau Araújo.

Sua construção tinha como objetivo oferecer aos membros desta associação religiosa, momentos de lazer e estudos, que eram feitos normalmente nas tardes dominicais. O certo é que depois da construção dos alicerces, duas salas principais e bilheteria; faltando recursos para dar prosseguimento à obra, esta foi entregue à Paróquia. E foi assim que Pe. Odécio Loiola Sampaio implantou mais salas e um palco ficando como polo de lazer, onde se apresentavam peças dramáticas, pastorais, festivais, colação de grau dos alunos do Instituto Imaculada Conceição, avaliação dos alunos da Catequese, recepção aos novos sacerdotes, reuniões pastorais, enfim era o local ideal para a realização destas efemérides. Vale ainda ressaltar que na parte exterior existia um mini-auditório, onde em muitas ocasiões foram realizadas festas tradicionais como a Festa do Caju e da Primavera, em cujas comemorações havia a escolha da jovem que representava por um ano aquele acontecimento. Em 1976, o prédio foi cedido pela Paróquia para o funcionamento do Externato Santa Luiza de Marillac, sob orientação da Irmã Catarina Brasileiro. Em 1981 o prédio foi fechado por apresentar problemas em sua estrutura física, sendo posteriormente recuperado.

Em 1994 a Secretaria de Educação do Município de Bela Cruz, em pesquisa realizada com alunos do 3º Peda-

gógico, constatou o elevado número de analfabetos na periferia da cidade, fora da faixa etária. Novamente o prédio foi cedido à Prefeitura Municipal, onde funcionou uma escola com a mesma denominação de Externato Santa Luiza de Marilac. Entretanto, em março de 2002, a estrutura do prédio não suportou a um forte temporal, chegando a perder a cobertura onde funcionava o auditório, sendo devolvido novamente à administração da Paróquia. Nestas circunstâncias o Pe. João Batista inicia uma total reforma no prédio, agora com a denominação de Centro Pastoral Mons. Odécio Loiola Sampaio, inaugurado no dia 14 de setembro de 2003.

Outras Religiões

Informa o historiador Nicodemos Araújo, que as seitas chamadas protestantes ou evangélicas não têm encontrado facilidade de penetração na Paróquia de Bela Cruz, adiantando que alguns pastores, aqui estiveram no decorrer do tempo, tentaram conseguir prosélitos, mas não lograram resultados satisfatórios.

No ano da graça de 1981, aqui chegou um casal de americanos: pastor Kendle Nichols e sua esposa, D. Lorraine Nichols. Aqui se fixaram, construíram residência, precisamente no Alto da Genoveva. Entretanto, efetuaram apenas reuniões e cultos eventuais em casas de família.

Em 1983 esteve aqui, durante vários meses, um jovem casal – René e Suzana, – que se apresentaram como Testemunhas de Jeová. Também não realizaram outra coisa, se não visitas a algumas famílias.

Assembleia de Deus

Fundada em 1986, tendo como pastor Manoel Gomes, enviado pela Igreja sede de Fortaleza, situada à Rua Teresa Cristina, na presidência do pastor Emiliano Ferreira da Costa e vice-presidente Sebastião Bastos Pereira.

Com a vinda do primeiro pastor, foi adquirido um prédio na rua Gabriel Florêncio onde se encontra o atual templo e a casa pastoral da Assembleia de Deus.

CAPÍTULO V

ENSINO E EDUCAÇÃO

No intuito de prestar algumas informações sobre o movimento educacional no Município de Bela Cruz, vamos recuar no tempo, começando o nosso registro em 1857, ano em que foi criado o primeiro estabelecimento de ensino, na povoação de Santa Cruz. Sua instalação ocorreu somente em 1860. Criada pela Lei nº 801, de 5 de agosto de 1857, do então Presidente da Província do Ceará, Dr. João Silveira de Sousa. (1) Temos notícia de que o primeiro professor a ocupar a cadeira, chamava-se Aureliano Pessoa, e ali ensinou até 1870. Em seguida veio Manoel Jorge Vieira e, finalmente, em junho de 1876, chegou à localidade o professor Nicácio Barbosa Cordeiro, o qual, pela sua exemplar dedicação à causa do ensino e pela sua cultura, se constituiu um dos maiores benfeitores da comunidade, que ele fez sua pelo coração e que lhe cultua a memória com respeito e reconhecimento.

(1) “João Silveira de Sousa nasceu em 1827, em Desterro, hoje Florianópolis. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo. Em 1854 foi nomeado lente substituto da Faculdade do Recife, passando mais tarde a catedrático. Secretário do Governo do Pará. Recebeu do coronel Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, 3º Vice Presidente, o governo da Província do Ceará, a 27 de julho de 1857, entregando-lhe a 15 de setembro de 1859. No Ceará, os adversários políticos o apelidaram de “Cabeça de Cabaça” e o jornal “O Sol”, de Fortaleza, assim glosava: *Há homens que têm cabeça / Há outros que têm cabaça / Afirmam que João de Sousa / É desta última raça.* Era também chamado de João Tremeliques, apelido decorrente do culto que o Presidente Silveira de Sousa rendia a Baco”. (Cf. BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*, vol. 4, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. pp. 52-53.)

Antes, a instrução ficava restrita ao âmbito da família, exigindo-se como conteúdo mínimo o ensino de “ler, escrever, contar e outros rudimentos”. A situação era agravada pelo fato da maioria dos pais e tutores ser analfabeta. Quando do sexo feminino, a filha devia receber instrução de tal maneira que aprendesse também a “coser, fazer renda e tudo mais que se faz necessário saber uma mulher para o governo de uma casa”. Era apenas isso o conteúdo do ensino e da educação. Mais prático que teórico, mais formativo, que informativo, mais de preparação para a vida do que de treinamento para o desenvolvimento da inteligência, mais das mãos que da mente.

Até meados do século XVIII não havia, entre nós, as mínimas condições sociais e econômicas que permitissem a instalação de escolas e tornar rentável a profissão do magistério. Somente no final da sexta década daquele século, a 13 de setembro de 1768, foi que o Presidente do Ceará, Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, (2) preocupado com a dificuldade

(2) “Antonio José Victoriano Borges da Fonseca nasceu na villa de Recife, a 16 de fevereiro de 1718 e falleceu em Olinda, a 9 de abril de 1786. Foram seus paes o mestre de campo de infantaria Antonio Borges da Fonseca, portuguez, e D. Francisca Peres de Figueiroa, pernambucana. Depois de ter feito os estudos regulares no Collegio dos Jesuítas de Olinda, seguiu a carreira paterna, que serviu com distincção, tomando parte, aos dezoito annos, na expedição que foi de Pernambuco à Colonia do Sacramento em 1736, de onde voltou com o posto de tenente; promovido a capitão, teve o comando, em 1741, da guarnição da ilha de Fernando de Noronha, que não havia muito fora retomada do poder dos francezes, sendo feitas durante seu comando as fortificações da ilha. Depois dessa comissão foi a Portugal e lá recebeu as nomeações de Sargento-mor e ajudante de ordens do Governador de Pernambuco Luis Diogo Lobo da Silva. A tenente coronel foi promovido por carta de 27 de outubro de 1755. A 26 de março de 1765 proveu-o o Governador de Pernambuco, conde de Villa-Flor, no cargo de Governador da Capitania do Ceará Grande, vago pela morte de João Balthasar de Quevedo Homem de Magalhães, e que exerceu por tempo maior de quinze annos, com proveito para a Capitania e satisfação dos habitantes. Militar e administrador de boa fama, Borges da Fonseca foi também conhecido literato que mereceu a honra de figurar entre os sócios supranumerarios da Academia Braslica dos Renascidos. De sua atividade nas letras, além da *Nobiliarchia Pernambucana*, sabe-se que produziu uma *Estatística* (1768) e uma *Chronologia da Capitania do Ceará* (1778)”. (Cf. GARCIA, Rodolfo. *Explicação necessaria*. In: FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Penambucana*, vol. I. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1935.)

que sentia de encontrar quem quisesse se dedicar ao magistério por causa da baixa remuneração, determinou, em portaria, que os vencimentos dos professores não podiam ser inferiores “a um alqueire de farinha, anualmente, para cada rapaz ou moça que frequentasse as aulas”. Cada chefe de família, ainda nos termos da portaria, não teria obrigação de contribuir com mais de dois alqueires, no caso de mandar mais de duas pessoas para a escola. Desse modo, podemos concluir que, naquela época, além da vocação para o magistério, o candidato precisava ter muita aptidão para comer farinha.

Esta prática só começou a mudar, e muito lentamente, depois da Carta Régia, de 5 de novembro de 1772, que instituiu o Subsídio Literário, imposto esse que, apesar de arrecadado através de taxa da venda de produtos locais, como a aguardente, carne, vinagre, necessitava da determinação da Coroa para sua aplicação. Exemplo disso foi o pedido feito, em 1797, pelo Ouvidor da Câmara do Ceará, para provimento de mestre de ler e escrever da Vila de Aquiraz; quando o Governo de Pernambuco justificava “até o presente ainda a Corte não me determinou o que devo praticar sobre o provimento destas Cadeiras”. (3)

Primeiros Professores

Quem primeiro se dedicou ao magistério em Santa Cruz, embora de maneira esporádica e rudimentar, foi o Professor Aureliano Pessoa, que ali esteve até 1870, quando foi substituído por Manoel Jorge Vieira. Este, ali ensinou até 1876, quando chega à povoação o Professor Nicácio Barbosa Cordeiro. Foi ele, realmente, o primeiro mestre que ficou como um exemplo

(3) Ofício do Governo. Livro 5. 1796-1797. Arquivo Público do Estado de Pernambuco. Apud: Valdelice Carneiro Girão, *RIC*, vol. 96. 1982. p. 161.

para a história da educação em Bela Cruz. Além de professor estadual, era professor particular, pois sabemos que, em toda essa região, a escola persistia por esforço da iniciativa particular, não compreendida, infelizmente, pelos primeiros moradores, atarefados nas labutas de plantar e criar, e nem apoiado pelo poder público, como sempre, totalmente alheio ao problema.

Com o afastamento do professor Nicácio, passa a ocupar a cadeira, a professora Maria Gonzaga Araújo, que posteriormente cedeu a cadeira à professora Guiomar Costa Sousa. Em 1921, a professora Júlia Adélia Cordeiro, filha do professor Nicácio, assumiu a cadeira, sendo, posteriormente, substituída pela professora Maria Florinda dos Santos (Marieta Santos) que ali exerceu o magistério até se aposentar, em 1949.

Já em 1942, haviam sido ali instaladas as Escolas Reunidas de Bela Cruz, que passou a funcionar com as professoras: Geralda Lopes Araújo, Maria de Lourdes Pinto e Maria Iracema Pinto, sob a direção da professora Marieta Santos.

A 29 de março de 1976, ocorre a inauguração, em Bela Cruz, da escola de ensino médio e fundamental Professora Marieta Santos. Criada através do decreto Nº 11.770 de 4 de março daquele ano, no governo Aduino Bezerra, tendo como Secretário de Educação – Murilo Serpa. Esta Escola iniciou suas atividades com 319 alunos, distribuídos nos três turnos, com turmas de 1ª a 5ª série, tendo como diretora a professora Eliana Gualberto Carneiro. Em 1979, a escola conferiu o certificado de 1º grau a sua primeira turma de humanistas. Em 1983, passou a acampar o segundo grau, mediante o decreto nº 15.812 de 3 de março daquele ano. Em dezembro de 1989, a escola realizou a colação de grau da 1ª turma de professorandos. Atualmente, além das famílias residentes no centro da cidade, atende também alunos da classe operária, residentes nos bairros periféricos

e um grande número de alunos da zona rural. Conta também com três anexos, assim distribuídos: São Gonçalo – com 9 turmas; Prata – com 6 turmas; Bom Futuro – com 5 turmas. O corpo administrativo é constituído pelo grupo gestor, composto de um diretor geral, 3 coordenadores pedagógicos, uma secretária, 6 auxiliares administrativos, 8 auxiliares de serviços e dois vigias. O corpo docente é formado por 26 professores efetivos e 38 temporários. Do quadro temporário, 16 trabalham na sede e 22 fazem parte dos anexos. A organização física da escola conta com 11 salas de aula, 12 banheiros, uma diretoria, uma secretaria, uma sala dos professores com 2 banheiros, uma cantina, um depósito para mantimentos, uma quadra de esportes, uma biblioteca com aproximadamente 3 mil volumes, um laboratório de informática com 10 computadores e um laboratório de ciências físicas e biológicas. A Escola atende atualmente a 1.348 alunos, sendo 741 na sede e 607 nos anexos. Na sede, as modalidades estão assim distribuídas: 223 alunos no ensino fundamental e 518 no ensino médio. Como organizações internas a escola possui: conselho escolar, com representantes de todos os segmentos escolares; o grêmio estudantil, associação de pais e congregação de classes.

Já a 9 de dezembro de 2006, é inaugurado, em Bela Cruz, a Escola de Ensino Médio Júlio França. Criada através da lei nº 13.801, de 17 de julho daquele ano, no Governo Lúcio Gonçalo de Alcântara, tendo como Secretário de Educação Luís Eduardo de Meneses Lima. Iniciou suas atividades administrativas e pedagógicas em janeiro de 2007, com 513 alunos, distribuídos nos 3 turnos, com 12 turmas do primeiro ano do ensino médio e uma turma do TAM (tempo de avançar médio). Sua clientela é composta das famílias que residem nos bairros da cidade, bem como uma grande parcela da zona rural. O núcleo gestor é com-

posto de uma diretora, uma coordenadora pedagógica e uma secretária. O corpo docente é formado por 5 professores efetivos e 14 temporários. Com apoio na administração conta com o Conselho Escolar representado pelos segmentos da escola e Grêmios Estudantil, representando o corpo discente. A escola está situada na Rua José de Sousa Xerez, nas imediações do Alto da Genoveva, ocupando uma área de 6.612 m². Sua estrutura física conta com 6 salas de aula, Centro de Multimeios, um Laboratório de Informática e um de Ciências, ainda aguardando computadores e material de laboratório provenientes da SEDUC. Para atendimento ao público oferece espaço de uma Diretoria, uma Secretaria com 2 banheiros e uma quadra esportiva coberta e mais 17 banheiros. Na área de serviço dispõe de uma cantina e um depósito de mantimentos. Missão da Escola: Promover uma educação voltada à formação ética, intelectual e social, aprimorando o pensamento crítico dos educandos, preparando-os para o mundo do trabalho.

Ensino Particular

O ensino particular, em Bela Cruz, começou com um curso de português e francês, ministrado pelo professor Nicácio Barbosa Cordeiro, em 1914, auxiliado por sua filha, professora Júlia Adélia Cordeiro. Com o passar do tempo, outros mestres, como José Jorge Vasconcelos, Apolônia Rios de Miranda e Manoel Carneiro, aqui mantiveram escolas particulares. Já nos anos 60 e início dos anos 70, várias professoras aqui ensinaram, destacando-se Maria Guadalupe Vasconcelos, Maria Pompéia Pinto e Maria Socorro Lopes.

Com a criação da paróquia, o ensino particular tomou novo impulso, isto porque o Padre Odécio Loiola Sampaio sempre foi um devotado amigo do ensino. Em 1945 inaugurou o Centro Catequético Pio XII, destinado ao ensino da doutrina cristã e ao ensino primário. Em 1947 ele inaugura o Instituto Imaculada Conceição, também com sede própria, dirigido pela professora Ceci Regino Holanda. Esse colégio foi o primeiro a conferir Certificado de Curso Primário em Bela Cruz. Em 1960, Mons. Odécio inaugura o Patronato Imaculada Conceição, autORIZADO a ministrar os cursos Ginásial e Normal, e dirigido pelas Irmãs de Caridade, tendo como primeira diretora a Irmã Maria Clara Brasileiro, que juntamente com a Irmã Ana Maria Meireles e a Irmã Bernadete, deram início aos trabalhos educacionais.

A 10 de dezembro de 1966, este colégio confere o diploma do Curso Pedagógico à sua primeira turma de concludentes, constituída de 10 jovens belacruzeses, inaugurando uma nova era para a vida cultural de Bela Cruz. Foram elas: Maria Nazaré Silveira, Maria de Jesus Maranhão, Maria Estela Pinto, Ana Maria Lopes de Carvalho, Maria de Lourdes Araújo, Maria Alice Vasconcelos, Ana Rita Vasconcelos, Teresinha Magalhães Rocha, Margarida Vasconcelos e Francisca das Chagas Vasconcelos, oradora da turma, que em seu discurso destacou o trabalho relevante de Mons. Odécio Loiola Sampaio. (4)

Atualmente esta conceituada casa de educação tem um corpo docente de 25 professores, possui sede própria, com área de 8.455m², conta 26 dependências, com 6 salas de aulas, capela, biblioteca e quadra de esportes.

(4) “A nossa gratidão volta-se para a pessoa magnânima do Revmo. Pe. Odécio Loiola Sampaio que não medindo esforços tomou a si a responsabilidade de transformar esta terra fazendo-a progredir em todos os setores, salientando-a principalmente na religião e na cultura” (...)

A 13 de maio de 1967, a Associação Educacional e Esportiva Belacruzense, com seu diretor João Bernardino Pontes, fundou ali o Educandário Dom Walfrido, depois Escola de 1º Grau Dom Walfrido, que muito tem feito pela educação de Bela Cruz.

A 28 de fevereiro de 1988, aqui foi inaugurada a *Escolinha KK*, iniciando suas atividades com apenas uma sala de aula. Atualmente já conta com 3 salas de aula, biblioteca, sala dos professores, almoxarifado e pátio coberto para recreio e festas escolares. A *Escolinha KK* tem esse nome em homenagem a Benedita Clara, única filha do casal, Teresinha Rocha Magalhães e José Maria Vasconcelos, fundadores da Escola.

Segundo dados da Secretaria de Educação e Desporto de Bela Cruz, este é o quadro atual das escolas municipais:

346 professores

6.659 alunos matriculados no ensino fundamental

1.614 crianças matriculadas no ensino infantil

697 matriculados na Educação de Jovens e Adultos.

Totalizando 8.970 alunos, em 35 escolas municipais.

* * *

Em 1996, na administração do Prefeito José Edmar Fonteles, foi construída nova sede para a Biblioteca Municipal Professor Nicácio, inaugurada em dezembro do mesmo ano, e que vem beneficiando a classe estudantil, bem como o público em geral.

RELAÇÃO DAS CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS
DIRETORES E COORDENADORES (ANO: 2008)

CRECHES

Nº	CRECHE	<i>Diretor(a) / Coordenador(a)</i>
1	GERALDO FERREIRA ROCHA	<i>Benedita Maria Rocha</i>
2	RDA. SOUSA FERNANDES	<i>Maria Valdelene Moreira</i>
3	SANTA LUIZA DE MARILAC	<i>Susiane Carvalho Pereira</i> <i>Vânia Silva Vasconcelos</i>
4	FUNDAÇÃO MARIA INACIA LOIOLA *Filantrópica	<i>Maria Fátima de Araújo</i> <i>Josilene de Fátima Araújo</i>

ESCOLAS

Nº	ESCOLAS	<i>Diretor(a) / Coordenador(a)</i>
1	ANTONIO FAUSTINO DE MARIA	<i>José Kildeleno Vasconcelos</i> <i>Antonia Odeliana Fonteles</i>
2	CRISPIM JOSÉ DA SILVA	<i>Carla Maria de Paulo</i> <i>Maria Meiry de Sousa</i>
3	DEPUTADO MANUEL RODRIGUES	<i>José Ribamar Júnior</i> <i>Maria Eliana Araújo Queiroz</i>
4	FRANCISCO DE ASSIS ARAUJO	<i>Francisca Socorro Araújo</i> <i>José Rossicleiton de Freitas</i>
5	FRANCISCO LEOCADIO NASCIMENTO	<i>Maria Quiriane Nascimento</i>
6	FRANCISCO FERREIRA BRANDÃO	<i>Maria Rosângela da Silveira</i>
7	FRANCISCO ROMÃO	<i>José Gildávio da Silva</i> <i>Maria Eliane Albuquerque</i>
8	FRANCISCO SALES DE SOUSA	<i>Antonio Pedro de Souza</i>
9	FRANCISCO CIPRIANO SAMPAIO	<i>Maria Olivanda Carvalho</i> <i>Antonio Denílson de Paulo</i>
10	JOÃO ADEODATO ARAUJO	<i>Francisca Carla Silva</i>
11	JOÃO DAMASCENO VASCONCELOS	<i>Marta Leda Silveira Pinto</i> <i>Paulo Sergio Carneiro</i>
12	JOÃO LUÍS	<i>Maria Ivonete Pinto</i>

VICENTE FREITAS
BELA CRUZ – BIOGRAFIA DO MUNICÍPIO

- | | | |
|----|-----------------------------|--|
| 13 | JOÃO ORCEL DE CARVALHO | <i>Fernando Nunes Vasconcelos
Rosa de Fátima Morais</i> |
| 14 | JOÃO PEREIRA DO NASCIMENTO | <i>Maria Deusimar da Silva</i> |
| 15 | JOSÉ ANTONIO DE MORAIS | <i>Maria Luciene Vasconcelos
Helany Cindy Moreira Queiroz</i> |
| 16 | JOSÉ BATISTA DA ROCHA | <i>Ana Lucia Costa Coelho</i> |
| 17 | J. FRANCISCO VASCONCELOS | <i>Vânia Maria Vasconcelos</i> |
| 18 | JOSÉ JORGE DE MIRANDA | <i>Giovana Márcia A. de Oliveira
Fabiana Raquelle Silveira</i> |
| 19 | JOSÉ LOPES DA SILVEIRA | <i>Marilene de Fátima Lopes</i> |
| 20 | JOSÉ LUDGERO DA SILVEIRA | <i>Maria Sandra Araújo
Manoel Evaldo Silva
Maria Clara C. Vasconcelos</i> |
| 21 | J. TEIXEIRA DE ALBUQUERQUE | <i>Lílian Catarina Santos</i> |
| 22 | LUCIO MARQUES DE SOUZA | <i>Luciano Ricardo Araújo</i> |
| 23 | LUÍS MARQUES | <i>Jaina Clara Carvalho</i> |
| 24 | MANOEL VIEIRA | <i>Maria José de Sousa Pinto</i> |
| 25 | MARCIANO DOS SANTOS DIAS | <i>José Kildeleno Vasconcelos
Maria Cléa Angela</i> |
| 26 | MARIA DE NAZARÉ | <i>Maria Rosângela Cordeiro</i> |
| 27 | MARIO LOUSADA | <i>Marta Sandra Freitas
Carmelita Vasconcelos</i> |
| 28 | MIGUEL ABILIO DA COSTA | <i>Anna Cariny de Souza
Maria Elusia de Sousa</i> |
| 29 | MINERVINO JOSÉ VASCONCELOS | <i>Claudia Márcia
Maria Luciane Araújo</i> |
| 30 | PAULO SARASATE | <i>Sandra Vasconcelos Bessa
Francisco Jaques Oliveira</i> |
| 31 | RAIMUNDO JOVINO VASCONCELOS | <i>Junior Marques da Rocha
Nadia Rejane Silveira</i> |
| 32 | SÃO JOÃO BOSCO | <i>Mara Liégina Morais
Viviane Macia Araujo</i> |
| 33 | SÃO RAIMUNDO | <i>Maria Jaqueline Silva
Antonio Rodrigues Neto</i> |
| 34 | VIRGEM DE FÁTIMA | <i>Mônica Lázara Sales
Jânia Galgani Carvalho</i> |
| 35 | MONSENHOR ODÉCIO | <i>Maria Lucineide Silveira
Carmem Lúcia de Carvalho
Maria Erivalda Carvalho</i> |

Hino do Estudante Cearense

Letra: Filgueiras Lima

Música: Silva Movo

Coro

*Ideal grandioso e puro
Ilumina o nosso afã
Pelo Ceará do futuro
Pelo Brasil de amanhã.*

I

*É chegado o momento da luta.
Mocidade vibrante e viril,
Este brado de angústia se escuta:
Vinde, jovens, salvar o Brasil!*

II

*Pelejemos em prol da instrução,
Estudantes, patriotas em flor,
Na batalha em que o livro é clarão
Quem mais sabe será vencedor.*

III

*Ante os mares revoltos e fortes,
Sob os céus estrelados e azuis,
Marcharão nossas rijas coortes
Aureoladas de glória e de luz. (5)*

(5) O Hino do Estudante Cearense foi adotado nos estabelecimentos de ensino primário e secundário do Estado do Ceará, em virtude da Lei nº 249, de 24 de dezembro de 1936, sancionada pelo Governador Francisco de Meneses Pimentel.

CAPÍTULO VI

VIDA CULTURAL E SOCIAL

A vida cultural de Bela Cruz – podemos afirmar – teve início somente em princípios do século XX. E depois daí teve o seu principal incremento na imprensa. Entre os jornais que aqui circularam, ocuparam posição relevante “A COMUNA” e “O ACARAÚ”, principalmente pelos períodos relativamente longos em que tiveram existência. Eram jornais do município de Acaraú, do qual Bela Cruz era distrito, e ainda tínhamos a importante colaboração do jornalista, poeta e historiador Nicodemus Araújo, filho de Bela Cruz, e que militou na imprensa acarauense por muitos anos. Entre os belacruzenses que colaboravam com estes jornais, podemos citar – o professor Nicácio Barbosa Cordeiro, ainda no início do século XX, e depois, além do poeta Nicodemus Araújo, João Damasceno Vasconcelos, Geralda Lopes, Maria Neuma de Vasconcelos, José Mozart de Araújo e José Humberto de Araújo.

No período de 1933/34, o distrito de Bela Cruz experimentou uma fase de notável movimento cultural. Na imprensa tínhamos o jornal “ALVORADA”, impresso nas oficinas do jornal “O ACARAÚ”, que teve vida ativa com os jovens Nicodemus Araújo, Joca Lopes, Pedro Augusto da Silveira e Manoel

Fonteles, prestando um relevante serviço à nossa terra, não somente por defender nossas reivindicações, mas também porque, de qualquer modo, despertou na juventude local o gosto pelas letras.

Durante o período de 1948 a 1955, quando o poeta Nicodemos Araújo redatoriava o jornal “O ACARAÚ”, abriu em suas colunas uma Seção Estudantil, objetivando oferecer oportunidade às alunas da Escola Normal, para que manifestassem seus pendores literários. E as páginas do quinzenário passaram a ser enriquecidas com trabalhos de jovens conterrâneas, entre as quais podemos mencionar Geralda Lopes Araújo, Perpétuo Socorro Carvalho e Maria Neuma de Vasconcelos.

Em 1956, tivemos o jornal “Correio de Bela Cruz”, com João Damasceno Vasconcelos, Maria Neuma de Vasconcelos e José Mozart de Araújo. Infelizmente só saiu o primeiro número, por fatores alheios à vontade de seus dirigentes.

Diversos serviços de autofalantes funcionaram aqui, no curso dos anos. A 26 de agosto de 1950, o Sr. Mário Lousada inaugurou os “Serviços de Autofalantes a Voz de Bela Cruz”, chegando a contar em seu acervo 1.200 discos, constituindo, pelos seus programas, um eficiente veículo de cultura. Entre os locutores que ali militaram, destacamos José Milton de Oliveira e José Abelardo Vasconcelos.

No que se relaciona às bibliotecas, em data de 19 de dezembro de 1971, o Prefeito José Milton de Oliveira inaugurou a ‘Biblioteca Professor Nicácio’, com apreciável acervo bibliográfico. Nos principais estabelecimentos de ensino de Bela Cruz, existem boas bibliotecas, destacando-se a ‘Biblioteca Nicodemos Araújo’, da Escola Marieta Santos e a ‘Biblioteca Margarida Naseau’, do Instituto Imaculada Conceição.

O Folclore

O folclore que reúne as tradições, lendas e autos do povo, constitui uma diversão de geral aceitação, especialmente entre as chamadas “classes de baixa renda”. E como ciência, muitos escritores especializados no assunto, dele estão se ocupando. E o interesse pelo folclore é notável. Tanto que em 1947, foi fundada a Comissão Nacional do Folclore, por sugestão do escritor Renato de Almeida, e que muito vem fazendo pela promoção desse ramo da cultura popular.

Entretanto, o que constitui atração para o povo, são os folguedos, em suas diversas modalidades. Vamos então registrar aqui alguma coisa sobre o folclore no município de Bela Cruz. Iniciamos pelo reisado, que aqui chegou ainda no século XIX, e representa a atração popular mais importante do gênero. Aliás, o escritor Eduardo Campos afirma que “o boi é o folguedo da maior e melhor aceitação entre os menos abastados”. Já o escritor Lauro Ruiz de Andrade diz que o *Bumba meu boi* “é uma manifestação da criatividade nativa, aflorando em todos os recantos do território nacional”.

D. José Tupinambá da Frota, que possuía espírito de observador, no seu livro *História de Sobral*, aponta algumas personagens do Reisado: a Ema, o Caboré e o Fantasma; integra também o elenco, o Vaz Carrasco, jovem pelintra, em alusão ao velho Manoel Vaz Carrasco, pai das célebres sete irmãs, das quais descendem muitas famílias da ribeira do Acaraú.

Esse divertimento popular que Mário de Andrade chama de *dança dramática*, em Bela Cruz é apresentado a partir do dia 6 de janeiro – dia de reis – e se prolonga até o início da quaresma. O grupo de apresentadores compõe-se de velho, velha e quatro ou cinco mascarados. Em geral, as máscaras são feitas de pele de mambira, com barbas de embira de carnaúba. O dono da casa que é chamado de capitão fecha a porta da frente, para receber o grupo que, ao chegar, canta versos como estes:

Vaz Carrasco, antigamente
Fez sucesso na ribeira:
Bebia leite e aguardente,
Soltava traque na feira.

Esta casa está bem feita
Tem pintura muito bela.
Se ela é assim perfeita,
Quanto mais quem mora nela.

Em seguida, a porta é aberta e a função tem início com um sapateado, mesmo na sala, executado pelos melhores sapateadores do grupo. Logo em seguida, o folguedo continua no terreiro, onde é feita a exibição dos bichos: Pela ordem, vem o Boi, depois a Burrinha, depois o Bode e, na sequência, o Cabeçudo, a Ema, e o Bicho Caçador, todos esses personagens têm seus versos próprios, e são muito aplaudidos em suas exibições.

Os mascarados usam atirar lenços nas pessoas presentes. É a sorte, que sempre rende alguns trocados. Os namorados são sempre os mais atingidos pelos lenços da sorte.

Segundo informa o poeta e historiador Nicodemos Araújo, um dos mais antigos grupos de reisado da povoação de Santa Cruz, era o grupo de Mané Vicentina, o José Xerez fazia o papel de Velha, com mais uns três mascarados. O Chico Fortunato

dançava o Boi, e o Chico Helena dançava a Burrinha e Cabeçudo. Eram essas as únicas figuras daquele reisado. Posteriormente foram aparecendo outras – Cabeça de Fogo, a Ema, o Bode e até o jumento. As figuras eram recebidas com versos como estes:

Meu boi espaço,
Boi luzidio,
Segura o passo,
Dança macio.

E o boi aproximava-se do dono da casa, e fazia um aceno de cabeça. Depois da função vinha a matança, e logo após a divisão do animal; faziam-no reviver com versos assim:

Alevanta boi
Bem devagarim
Que o meu Capitão
Vai te dá capim.

O capim era uma boa lapada de cana, que fazia reanimar o bovino improvisado. Ao sair o Boi, entrava a Burrinha, quando se cantavam versos como estes:

Minha burra, minha burra
Da serena madrugada
Bota a cela, acocha a cilha
Vamos vê a namorada.

Entre os reseiros, podemos citar Pedro Avelino, chefe do grupo, residente em Bela Cruz; Antônio Pedro dos Santos que se apresentava como Boi, Burra e Bode; Inácio Moura, Caça-

dor; Alonso Gino, residente na Rua Capitão Miguel Lopes, era o Mascarado; Geraldo Gino, seu irmão, era a Velha; Manoel das Chagas de Paulo era o Velho; Venceslau Pinto era outro Mascarado. Muitos desses reisados aconteceram na residência do Sr. José Cajueiro, na Rua Nicolau Peixoto.

Outra atração do folclore apreciada em Bela Cruz são os Cantadores de Viola. Desde recuadas épocas, eles fazem uma das mais apreciadas diversões populares do sertão, como de muitas cidades. Sejam nas louvações, desafios, sextilhas, martelo agalopado, quadrão, mourão, etc. Estes peritos violeiros, exercitam sua agilidade imaginativa de modo realmente pasmoso. As cantorias são previamente ajustadas, e têm lugar em sala ampla, ou mesmo em área descoberta. Uma bacia ou um prato, posto sobre um tamborete, recebe as contribuições, cujo valor é medido pelo grau de simpatia de cada um ali presente.

E se o futebol, o rádio e a televisão, estão fazendo arrefecer um pouco o gosto do povo pelos folguedos folclóricos, o mesmo não acontece aos cantadores, que vão às emissoras radiofônicas e à televisão, e dali mandam para toda parte, os frutos de suas poesias.

Um Judas de Capim

O enforcamento do Judas, na manhã do Sábado de Aleluia, ou Domingo de Páscoa, é uma brincadeira popular que, desde recuadas eras, vem se repetindo, pelo mundo afora, todos os anos. O povo, fiel às suas tradições, não perdoa o traidor que mercadejou o próprio Cristo, vendendo-o para o suplício.

E tal como acontece em toda parte, no município de Bela Cruz, desde os seus primórdios, Judas é enforcado, no Domingo

de Páscoa, ao cair da tarde, com as formalidades de estilo: um boneco, confeccionado tamanho homem, com tronco e membros recheados de papel ou capim, encartuchado em estopa ou outro tecido, depois de vestido de paletó; calçam-lhe sapatos, põem-lhe chapéu e gravata e penduram-no numa carnaúba polida e ensebada. Este, pelo vento balouçado, é derrubado a pedradas, tiros, e estraçalhado ou queimado.

Hoje, banido da cidade, o Judas continua nos arrabaldes, pendurado do galho, preso ao mastro alevantado. Assaltado, aos vozeios do povo acelerado. Enquanto um bando, em frente à exótica figura, exulta, ao vê-lo em semelhante estado, é costume fazer-se o julgamento, sua condenação e execução, tal como falou o Pe. Antônio Thomaz. Antes do suplício, alguém lê o testamento, em versos, colocado especialmente no bolso do boneco. O testamento é uma sátira das pessoas e coisas locais, com a graça oportuna e humorística para quem pode identificar as figuras alvejadas pela *verve* do poeta anônimo.

Na verdade, o Testamento do Judas é uma peça indispensável ao complemento da brincadeira que, em tempos pretéritos, trazia em seu conteúdo o espólio do traidor que era, ante o festivo e insólito alvoroço, dividido entre populares.

Entretanto, em Bela Cruz, nas proximidades da Semana Santa, e isto já virou tradição, o que mais interessa, ou melhor, o que mais acirra a cobiça do zé-povinho, são os versos, e, principalmente, os desgraçados versos, denegrindo a imagem dos políticos locais. Pobres papéis, em que a ortografia bárbara faz parelha com os mais ingênuos absurdos e a escrita irregular e feia parece fotografar, com máquina digital, o fracasso que é o ensino, hoje, em nosso meio.

Os rudes poetas, rimando-lhe os desvarios da política, em quadras incolores, sem a espontaneidade dos improvisos sertanejos, deixam, entretanto, lamentáveis impressões nos versos disparatados; corridos e escorridos, no molambo da língua para-

lítica. Nesse aspecto, penso como o velho Machado de Assis: o maior pecado, depois do pecado, é a publicação do pecado. *Uma tolice rematada enfim.*

Bela Cruz, dos Anos 20/30

No ano da graça de 1995, algumas jovens estudantes, do Instituto Imaculada Conceição, foram à minha residência, pedir para que eu escrevesse algumas notas sobre a vila de Santa Cruz, dos anos vinte / trinta. Sugeriu que elas procurassem o senhor Afonso Celso Araújo, irmão do poeta Nicodemos Araújo – pois ele, um jovem da época – era um dos que havia participado, com ênfase, da vida social da comunidade. Recomendai-lhes também, que depois do trabalho pronto me enviassem uma cópia. Dito e feito: eis as notas do Senhor Afonso Celso Araújo:

“Conforme pesquisas procedidas, através de fontes devidamente credenciadas, damos aqui alguns tópicos relativos ao procedimento de como as coisas eram realizadas em nosso meio, isto é, em nossa terra, nas primeiras décadas do século XX.

INSTRUÇÃO – não havia aqui nenhuma escola pública, mas havia ensino, ministrado por leigos; as salas de aula eram no próprio lar do professor, apresentando o seguinte aspecto: uma mesa grande no centro da sala e, próximo as paredes, bancos toscos de quatro pernas, que formavam a bancada dos alunos; mas a gente estudava e aprendia os rudimentos da nossa língua. Inclusive, havia o castigo para os alunos insubordinados: a palmatória, a régua e muitas vezes alunos ajoelhados sobre areia. Frequentava-se as aulas com vestimentas comuns.

ADMINISTRAÇÃO – tratando-se de um distrito havia aqui um subprefeito e três fiscais, sendo – o subprefeito o chefe

do executivo; um fiscal para o mercado; outro para fiscalizar as ruas e praças e o terceiro para efetuar cobranças de impostos, isto porque naquela época não havia o recebimento de cotas, em virtude de que a administração tinha que sobreviver custeada pelas rendas tributárias, locais. Apesar disso, as praças eram limpas e não havia animais nas vias públicas. Os suínos encontrados pelas ruas eram apreendidos e só eram restituídos aos donos mediante o pagamento de uma taxa estipulada por lei.

BAILES E FESTAS JUNINAS – não havia clubes ou casas de danças; assim os bailes eram realizados em casas de família. Havia aqui apenas duas salas cimentadas; eram justamente as preferidas. Quando não era possível arranjar-se uma dessas salas, arranjava-se outra que tivesse um melhor piso, isto é, um tijolo melhor, visando não estragar os calçados. A promoção dessas festas era precedida de convites, sempre feitos por dois ou três rapazes interessados, os quais se dirigiam as casas onde havia moças para convidá-las, cuja aquiescência dependia dos pais, é claro. Os rapazes dançavam usando paletó e gravata. Os bailes eram animados por uma harmônica, um cavaquinho e um pandeiro. Quase sempre havia briga no decorrer das festas.

Quanto às festas juninas – estas eram realizadas debaixo de latadas construídas, isto é, cobertas de palhas de carnaubeiras, palhas de coqueiros ou ramos de árvores. Os dançarinos usavam vestes de chitão, chapéus de palha, enfeitados de fitas, flores, etc., processando-se as festas dentro de um clima de absoluta ingenuidade.

FOLCLORE E CARNAVAL – não existiam aqui determinados folclores, além dos cantos típicos dos reisados e violeiros, muitos deles bastante esquisitos. O carnaval era do seguinte modo: formava-se um grupo de senhores, inclusive, alguns rapazes e, depois, modestamente fantasiados saíam às ruas, usan-

do falas diferentes, e seriamente mascarados. Acompanhava o ‘bloco’ um homem com vestes de mulher, representando a velha do carnaval, conduzindo uma vassoura e varrendo as calçadas. Assim, depois de percorrerem as ruas, seguiam para o local onde ia realizar-se a festa dançante.

A MODA – os senhores e os rapazes apresentavam-se usando paletó e gravata, chapéu e uma bengala; era este o rigor da moda. (1) As senhoras e senhoritas usavam vestes de tecidos grossos, bem compridas, inclusive, as mangas cobrindo todo o braço – eram roupas enfeitadas com rendas e bicos, feitos em almofadas e com diversos babados – meias, grossas, de algodão vestiam as pernas até acima dos joelhos. As moças usavam vestido inteiro; as senhoras usavam saia e blusa, com um bolso de lado para guardar o dinheiro e, às vezes, o cachimbo.

FESTAS RELIGIOSAS – nessa época, aqui ainda não havia padre; a capela era visitada periodicamente pelos vigários da Paróquia de Acaraú, Padre Antônio Thomaz, Padre José Arteiro Soares e, por último, Padre Sabino de Lima Feijão, quando celebravam-se missas, batizados, casamentos, etc. Os habitantes da então vila, conservavam a capela sempre limpa e, aos sábados e domingos, eram rezados terços, sempre pelo professor Nicácio Barbosa Cordeiro, ou uma moça religiosa. Costumava-

(1) O cronista João Brígido, no seu livro *Ceará – homens e factos*, escrevendo sobre as “modas, folgares e novidades do tempo”, refere muito dado valioso para uma reconstituição da vida social naquele período. E, à medida que escreve, vai enumerando diversas expressões, que então vigoraram, e já hoje estão desaparecendo da linguagem normal. Citemos as seguintes, que dizem respeito a elementos da indumentária: – *rudaque*, espécie de casaca de abas curtas; *robissão* (sobrecasaca); *duraque*, *lila* e *xila*, nomes de tecidos usados na época; *timão*, camisola comprida; *barragana*, designação de uma fazenda de lã espessa, quadriculada; *encapelações* e *bíbio*, referentes a chapéu. (Cf. BRÍGIDO, João. *Ceará – homens e factos*. Rio de Janeiro: Besnard Freres, 1919.)

-se também rezar um terço, diariamente, nas casas de família. Anualmente, havia a Festa de Nossa Senhora da Conceição, animada pela Banda do Mestre Chico Monteiro, de Acaraú. (2) No dia 28 de novembro chegavam os músicos, para a Alvorada, que se fazia com o povo desfilando pelas ruas, em colunas por dois, todos empunhando lanternas coloridas. Os músicos vinham a pé e passavam o período da festa, hospedados num rancho, construído de madeira, tapado de palhas ou ramos e, na última novena, logo depois das nove horas, estavam de volta, cada um levando seu instrumento.

CASAMENTOS – os casamentos eram realizados em Acaraú, sede do município e da paróquia, justamente onde havia padre. Convidavam-se diversas pessoas, para acompanharem os noivos. Todos iam a cavalo e, de volta, aproximando-se a hora, saía daqui um senhor, também a cavalo, para encontrar os noivos e tirar o chapéu do noivo. Era isto um estilo e um determinado tipo de bravura ou de coragem. Logo após a chegada, havia os ‘comes e bebes’ e, depois, uma festinha dançante.

(2) “Sr. Vicente Freitas: Estou escrevendo a cronologia de minha família, da cidade de Acaraú, no Ceará. Meu pai, Geraldo Majela Monteiro, é um dos filhos de Francisco Miranda Monteiro (mestre Chico Monteiro, da Banda que abria os festejos em Bela Cruz). Há uma referência a ele no seu livro. Os irmãos de meu avô Francisco eram: Leonília Miranda Monteiro e Miguel Miranda Monteiro (1882-1964), comerciante em Bela Cruz. Meu tio avô, Miguel Miranda Monteiro, casou com uma descendente das sete irmãs, Sra. Maria Emília de Araújo (1885-1913), filha de Antônio Raimundo de Araújo e D. Maria José de Araújo. Parece que teve mais de uma esposa, porém só consegui identificar seu primeiro casamento. Minha avó chama-se Francisca das Chagas Bezerra e tinha duas irmãs: Maria Alexandrina Bezerra e Rita de Cássia Bezerra. Os Avós de meu pai eram: Avó paterna: Olivia Carolina Miranda; avó paterno: José Vicente Monteiro, que vivia em Itarema. Avó materna: Rita de Cássia Araújo; avó materno: Manuel Cassiano Bezerra. Encontrei no livro de Nicodemos Araújo, sete Ritas de Cássia Araújo, mas nenhuma é minha Bisavó. Por acaso você conhece algum livro ref. aos Araújo, Bezerras e Monteiros de Acaraú? Desde já agradeço”. (Ass.: Lúcia Maria da Costa Monteiro – correspondência enviada ao autor, 2009.)

VELÓRIO – nessa parte temos pouca coisa a registrar; pois a maneira de velar é quase uniforme. Mas, durante um velório, eram sempre escolhidas pessoas para contar ‘histórias de Trancoso’; esta medida visava tornar o tempo mais curto e, inclusive, menos triste. Convém salientar que, aqui na região, esses atos são também chamados de sentinela”.



Acho mesmo que o Sr. Afonso Celso Araújo foi um tanto conciso, principalmente, quanto a essa parte sobre velórios, por isso mesmo, transcrevo aqui, parte de um trabalho que fizemos no Curso de História e Geografia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, justamente sobre esse tema:

“Aqui em Bela Cruz, a cujos hábitos fúnebres estou me reportando, “as sentinelas e enterros” acontecem da seguinte maneira: Logo que a pessoa expira – é trazida do quarto para a sala. Há sempre o cuidado de se efetuar tal mudança com os pés do defunto para o lado da porta da rua, o que é feito para evitar a morte de outra pessoa próxima ou da família. Há também o cuidado para não deixar bater no portal – rede ou caixão onde está o morto.

Depois de colocado na sala, as primeiras visitas dão início a um terço. Quando trata-se de defunto pobre, usa-se como mortalha hábito franciscano, seja homem ou mulher. Sendo o morto de família mais rica, é vestido com roupa nova, sapatos, gravata e às vezes, paletó.

A hora do enterro é determinada, quase sempre, pela hora da morte. Costuma-se esperar que decorram 24 horas do passamento ao enterro – isso vai depender se o dito passa ou não no controle de qualidade.

A sentinela ou velório é constituído de grande ajuntamento de pessoas – parentes, amigos e conhecidos do morto ou da sua família. O corpo é colocado na sala de visitas, no caixão, com o crucifixo sobre o peito, ou santo da sua devoção, com os pés para o lado da rua, e nessa posição será levado à igreja para a encomendação e dali para o cemitério.

Quando o defunto é pobre e não há na casa cama, nem caixão, ele é colocado no chão, em cima de uma tábua, porta ou esteira, donde é retirado para a rede, na hora do enterro.

As velas ardem durante todo o tempo da ‘sentinela’, seja noite ou dia, e as rezas mais usadas são: *O Terço*, *Ofício das Almas*, e *Ofício de Nossa Senhora*. Também costumam cantar: *Com minha mãe estarei*. É também muito comum a oração: *Repouso eterno dai-lhes, Senhor*; enquanto o coro responde: *A luz perpétua o ilumine*.

Chegada a hora de sair o enterro, vem a despedida da família, ponto culminante da cena mortuária. A despedida é feita, em geral, com choros, beijos e abraços no morto, lágrimas e exclamações que comovem os presentes. Há ainda a tragédia dos desmaios, dos ataques nervosos, remediados pelo socorro dos amigos, dos chás de Cidreira e Capim Santo, da esfregação dos pulsos com álcool e, modernamente, a aplicação de injeções sedativas, etc.

A hora da saída do enterro, em nossa cidade, até os anos 80, era tradição o ‘toque do funeral’. Era o ‘sinal’, no sino da Igreja Matriz, enquanto prosseguia o enterro. Pois para um ‘defunto cristão’ não devia faltar o ‘sinal’. Para o enterro de crianças usava-se o repique, combinação de sons festivos de sinos.

Agora vejamos quando o enterro era feito em rede e vinha de sítios ou fazendas, onde não havia cemitério. A rede era de preferência branca. Usava-se apenas uma estaca forte e longa, em cujas extremidades eram presos os punhos da rede. Dois carregadores levavam o defunto numa marcha em compasso de trote. Durante a jornada não se dispensava a cachaça. Assim vinham os acompanhantes “matando o bicho” em todas as vendas por onde passavam. Na ocasião do enterro, tanto a rede como o lençol eram retirados e voltavam para a família, que depois de lavá-los, passava a usá-los como antes.

O cadáver era lançado à cova apenas com a mortalha. Era também costume, cada acompanhante pôr sobre o defunto, um pouco de areia. Outro costume em uso até recentemente – quando morriam solteiros, rapazes ou moças, tinham enterros diferentes: o caixão era azul e as coroas ou flores: brancas.

Mais ou menos assim acontecia quando se morria em casa. Agora, quando se morre no hospital ou na UTI tem outras complicações. Não é extensa a bibliografia acerca do tema. Aliás, o estudo dos costumes relativos ao nascimento, ao matrimônio e à morte (3) – a chamada trilogia da vida – apesar de tão pouco realizado pelos nossos cronistas, tem merecido a atenção de especialistas de nomeada.

(3) Lustosa da Costa abre um questionamento, na sua crônica *Lugar de nascer e morrer*, que interessa a todas as pessoas. “Nascer e morrer devem acontecer em casa”. E arremata: “Como podem as mulheres parir em casa, se não há mais parteiras para ‘aparar’ os novos brasileiros”? Essa questão se torna crucial quando ele passa ao outro extremo do fenômeno, a morte. “Ninguém, em são juízo, quer terminar seus dias na fria solidão da UTI. Ocorre, porém, que é uma complicação tão grande para a família quando um ente querido morre em seu seio. Vem a polícia, vem o legista, vem a aporrinhão de provar que o defunto virou defunto por conta própria sem nenhuma ajuda de filhos, genros, netos, cônjuges desejosos de se livrar dele ou de entrar na posse da herança. Por outro lado é pouco prático descer com o ‘presunto’ pelo elevador do edifício. De modo que nascer e morrer em casa são coisas do passado”. (Cf. COSTA, Lustosa da. *Ao cair da tarde*. Fortaleza: ABC Editora, 2006.)

CAPÍTULO VII

ECONOMIA

*D*esde os primórdios, Bela Cruz tem como base econômica, a agricultura, sendo através da lavoura que a população carente, até hoje, vem encontrando a forma de sobreviver. Há algum tempo, o solo belacruzense era coberto por razoáveis reservas florestais que aos poucos foram dizimadas e, posteriormente, feito o florestamento com cajueiros. O município apresenta solos profundos, arenosos, de boa drenagem, próprios para as culturas do cajueiro e mandioca, apresentando também solos aluvionais às margens do Rio Acaraú, propícios para a irrigação. Como recursos hídricos temos o Rio Acaraú, Riacho da Prata, Açude Público da Prata, pequenos açudes nas propriedades e algumas lagoas perenes. Apresenta água abundante no subsolo, através de poços e cacimbões. Achemos oportuno lembrar aqui, que o nordeste semiárido e, particularmente, o Ceará, já vive em condições de escassez de água, enfrentando enormes dificuldades para conviver com tamanha deficiência de um bem tão essencial à vida e ao desenvolvimento sócioeconômico. A Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará vem sendo desenvolvida a partir da Lei Nº 11.996 de 24 de julho de 1992. Esta gestão pressupõe a participação da sociedade civil, dos usuários, das instituições públicas municipais, estaduais e federais que compõem os Comitês de Bacias Hidrográficas, órgãos colegiados de funções consultiva e deliberativa que fazem parte

do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGE-RH. A Secretaria de Recursos Hídricos vem desenvolvendo um estudo de alternativas de integração desses recursos na Ibiapaba, Coreaú e região do Acaraú, visando atender demandas dos vários usos da água. O recurso hídrico assumiu, mundialmente, a condição de “bem público de uso comum, escasso e dotado de valor econômico”.

Outro fenômeno que vem preocupando atualmente é o avanço da desertificação. O solo perde definitivamente a cobertura fértil e se vão para sempre os parques nutrientes que sustentam a vegetação. Sobram apenas a areia, poucas plantas espinhosas, sem valor econômico, e os enormes buracos provocados pela erosão. A desertificação é uma tragédia ecológica. Além de acabar com a caatinga e com o solo cultivável, provoca o assoreamento de rios e açudes em regiões onde a água escassa tem importância vital. Com isso, acelera o êxodo das famílias que migram em busca de trabalho ou vão avançando a fronteira agrícola para áreas vizinhas, ampliando ainda mais o problema. Os Estados mais atingidos são Ceará e Pernambuco que, juntos, têm mais da metade da área sob o risco de se desertificar. Os especialistas já identificaram com precisão o mecanismo de proliferação dessa verdadeira praga. O sertão tem quase 18 milhões de habitantes. É o maior adensamento populacional em região de semiárido do mundo. Para sobreviver, eles lançam mão de técnicas rudimentares de agricultura e pecuária num ambiente que tem muito pouco a oferecer em termos de recursos. As plantações são feitas de forma inadequada e com produtos que exaurem o solo. Os animais criados na região são do tipo que come o que vê pela frente. As lavouras de mandioca e feijão, as mais populares, entre os agricultores, estão entre as que menos protegem o solo da devastação. Isso sem contar que a terra continua sendo preparada com queimadas.

Pois bem: voltando a falar sobre nossos produtos agrícolas, ressaltamos que em Bela Cruz, além do caju, cultivava-se também a mandioca, o feijão, o milho, o jerimum, a melancia e o algodão. No leito do rio, são cultivados batata doce e feijão.



A 8 de julho de 1956, foi fundada a Sociedade Ruralista de Bela Cruz, tendo como presidente o Sr. Anselmo Celso de Vasconcelos, e que funcionou por um curto período. Em seguida tivemos a Associação Rural de Bela Cruz, cujo presidente foi o Sr. Francisco das Chagas Silveira; instalada a 19 de março de 1957. Já em 1960, foi aqui aberto um posto de revenda de implementos agrícolas, financiado pela Secretaria de Agricultura do Estado, mas logo depois das primeiras remessas, seu fornecimento foi suspenso. Em 1966, foi aqui instalado novo posto de revenda, o qual funcionou com a ajuda do Dr. Aduino Figueira Bastos, Chefe da Residência Agropecuária de Acaraú. Em 1965, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA promoveu o cadastramento das propriedades rurais do município, onde foram cadastradas 647 propriedades.

A 23 de fevereiro de 1981, foi instalado o Escritório da EMATERCE, que prestou inestimáveis serviços ao setor agropecuário do município. Seu objetivo era concorrer através de processos educativos para aumentar a produção, a produtividade e a renda real dos produtores rurais, bem como incentivar a seleção de sementes; o plantio em espaçamentos corretos; a seleção de manivas; o combate às pragas; melhorar a alimentação da família rural, incentivando o consumo de hortaliças, frutas e alimentos básicos; incentivar a implantação de hortas e pomares domésticos; como também, conseguir junto aos Agen-

tes Financeiros, a liberação de Crédito Rural para o pequeno agricultor. Graças a este órgão do Governo e as entidades de crédito, a agricultura vai se ampliando. O município dispõe de um viveiro de mudas de cajueiro anão precoce, padrão Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A Assistência Técnica aos produtores rurais, como já foi dito, é prestada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE).

Cajucultura

O cajueiro é uma cultura de grande importância para o município de Bela Cruz. É uma garantia real de renda para as nossas pequenas e médias propriedades. Além da produção destinada à subsistência garantindo à família rural a suplementação alimentar com um produto sadio e nutritivo, o excedente pode ser vendido, tanto "in natura" como beneficiado em forma de doces, sucos, além da castanha torrada que também é exportada para o mercado internacional. Aproximadamente 2000 pessoas são ocupadas na colheita da castanha durante o período que coincide com a entressafra das culturas anuais, época de pouco trabalho no campo. Quando o caju (pedúnculo), é processado, mesmo de modo artesanal: são produzidos doces, sucos, mel, mocoioró e cajuína, empregando mão-de-obra, principalmente durante os meses de colheita. O processo de comercialização gera negócios que envolvem produtores, comerciantes, atravessadores, armazenistas e atacadistas. Infelizmente, ainda hoje, 95% do pedúnculo produzido no município são desperdiçados, por falta de aproveitamento industrial ou pelo desconhecimento da sua utilização na dieta alimentar.

O cajueiro comum, o mais cultivado no município, é uma planta de porte alto, cuja copa atinge uma altura média entre 10 a 12 metros e envergadura entre 14 a 16 m. Existem plantas que podem alcançar até 20 m de altura e envergadura superior a 20 metros. Já o cajueiro anão precoce, atualmente, o tipo mais plantado, é uma planta de porte baixo, cuja altura não ultrapassa 6 m e a envergadura de 6 a 8 metros. Além do porte, o que mais diferencia os dois tipos de cajueiro é a rapidez e o aumento do período de floração e frutificação. O tipo anão precoce inicia o florescimento no primeiro ano de plantio e apresenta um período de frutificação de 6 a 7 meses.

Segundo estudiosos, a origem brasileira do cajueiro é um fato; o litoral nordestino é tido como centro de origem e dispersão do cajueiro comum; a Amazônia, do cajueiro precoce. No Brasil, a quase totalidade da produção de castanhas situa-se nos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

Internamente o Brasil consome pedúnculos do fruto, amêndoa e líquido da castanha; a comercialização da safra tem início 3 a 4 meses antes da colheita. (castanha crua e pedúnculo). O Brasil exporta quase toda a produção. Ceará, principalmente, e Rio Grande do Norte são os maiores exportadores.

A palavra caju vem do termo "Acâi-ou" (língua tupi), que significa pomo amarelo; em línguas estrangeiras é conhecido como marañon (espanhol), cajou, anacardier (francês), cashew (inglês), anacardio (italiano). O cajueiro precoce é também conhecido como cajueiro anão, cajueiro-anão-precoce, cajueiro-do-ceará, cajueiro-do-ceará-de-seis-meses.

Os tipos se diferenciam quanto à cor, forma, tamanho, sabor e consistência do pedúnculo, sendo conhecidos como: caju amarelo, caju vermelho, caju banana, caju manteiga, caju travoso, caju branco, caju maçã, entre outros.

Árvore: espécie vegetal para florestamentos havendo registros do seu uso como árvore ornamental e para sombreamento. A casca do tronco é adstringente, rica em tanino, própria para o curtume; ainda a casca contém substância tintorial vermelho-escuro (tinge roupas, redes e linhas de pesca). Cortes no tronco deixam sair resina medicinal (expectorante) e de uso no preparo da cajuína.

Pedúnculo: rico em vitamina C. É utilizado na alimentação do homem e animais (bagaço da indústria). Ao natural o pedúnculo é consumido fresco (inteiro; cortado em rodela, acompanhando feijoadas e tira-gosto de cachaça); esmagado, produz suco refrescante – a cajuada. Processado (artesanal ou industrialmente) produz compotas, doces (cristalizados, em massa), caju-passa (ameixa), geleia; com o sumo produz-se sucos concentrados, cajuína (suco clarificado), vinho, vinagre, aguardente, licor, mel-de-caju. Com o suco fermentado (artesanalmente) fabricam-se bebidas (mococoró e cauim); com pedúnculo + castanhas jovens – maturi – prepara-se guisados e fritadas.

Castanha-Amêndoa: é processada e consumida como castanha assada e salgada em coquetéis ou como tira-gosto de bebidas sofisticadas; ainda a amêndoa inteira ou quebrada ou sob forma de farinha entra no preparo de bolos, doces, bombons, chocolates; acompanha sorvetes, além de fornecer óleo, altamente insaturado.

Transformar cajueiros envelhecidos em produtivos é o que promete a técnica de substituição de copas do cajueiro gigante pelo anão precoce. A idéia é manter a produtividade sem elevar custos, através da troca da copa da planta gigante pela do anão precoce. No Ceará, a maioria dos cajueiros são do tipo gigante. A planta, apesar de resistente, é considerada pouco produtiva. Só consegue produzir de um a quatro quilos de cas-

tanha. Já o cajueiro anão, em fase de estabilidade de produção, chega a produzir 15 quilos. Para fazer a substituição de copas o produtor precisa detectar em sua plantação as unidades improdutivas. Elas serão cortadas com ajuda de uma moto serra, preservando 50 centímetros de tronco, onde serão enxertadas mudas da espécie anão precoce; mais produtivas e com menor tempo para iniciar a frutificação. O processo de substituição é fundamental para a cajucultura, porque ajuda a diminuir os custos. Hoje, 80% da produção do Estado do Ceará são desenvolvidas por pequenos produtores. A troca deve ser feita no fim do período chuvoso, quando acontece a dormência da planta. Segundo afirma o agrônomo Antônio César de Sá Neto, Técnico da Ematerce, o essencial é que a mudança seja feita até o mês de agosto. A técnica de substituição permite elevar a produtividade em 30%. Hoje, a maioria dos produtores consegue 240 quilos de castanha por hectare. Depois da enxertia, mesmo em regime de sequeiro, a produção pode chegar a 700 quilos. A técnica apresentada consiste, essencialmente, em rejuvenescer os cajueiros de baixa produção, através da enxertia, utilizando clones superiores, que possuem porte reduzido e alta produção. A experiência permite facilitar os tratos culturais e a colheita. A técnica de substituição é melhor do que o plantio de um novo cajueiro. Com oito meses a planta enxertada já começa a floração e garante maior quantidade de frutos médios, apreciados nos mercados interno e externo.



Curiosidade vegetal: No sítio Aguiar, de propriedade do Sr. João Batista Silveira, a 5 km da sede, existem vários cajueiros centenários. O mais antigo ocupa uma área de aproximadamente 6.400 m².

Farinha de Mandioca

A farinha, produto extraído da raiz da mandioca é consumida em todo o município de Bela Cruz, sendo a maior parte da produção exportada para Fortaleza. São produzidas no município diversas ‘variedades’ de farinhas de mandioca. O padrão descritivo definido pelo Ministério da Agricultura é a portaria de número 554, de 30 de agosto de 1995, que normatiza a identidade, qualidade, transporte e armazenamento.

Atualmente, as farinhas de mandioca, são fontes de renda, para pequenos e médios agricultores, que continuam sem obter preços justos pelo seu produto, isso, em função das condições inadequadas de colheita, manejo, fabrico e instalações. Em função das práticas inadequadas, é que nossas farinhas se apresentam com qualidade inferior, dificultando a comercialização, nas grandes redes de supermercados e centros atacadistas, ficando, portanto, sua comercialização, às vezes, restrita à própria região produtora, sem controle de qualidade através da classificação vegetal.

A grande maioria das casas de farinha encontra-se em condições precárias com relação a equipamentos, manutenção, telhados, paredes, tanques – presença de animais domésticos, ausência de cortinas ou paredes de proteção contra chuvas e poeiras, em algumas, as condições de água não são satisfatórias, o escoamento dos resíduos não são bem feitos e acumulam-se em poças, tudo isso implicando diretamente na qualidade do produto.

A farinha de mandioca, produzida no Agropolo Baixo Acaraú, de acordo com dados levantados pela SDA, apresenta-

se com um percentual muito elevado com relação ao item *desclassificação* (29,86%); índice este, em função da quantidade de matérias estranhas encontradas (argila, areia, pelos de roedores e de outros animais, penas de galinha, fezes de ratos, teias de aranha, entre outros). Isso demonstra a falta de higiene em que se encontram nossas casas de farinha, necessitando de maior orientação e conscientização de nossos agricultores.

Localização: A casa de farinha deverá está situada o mais próximo possível das áreas plantadas com mandioca, facilitando assim o transporte e evitando a desidratação da mesma pela incidência do sol.

Higiene: O aspecto limpeza é de vital importância em uma indústria de farinha de mandioca (piso, telhado, vasilhames paredes, prensas, tanques, forno etc.), pois, restos de cascas da mandioca, tanques com restos de massa beneficiada no dia anterior, influem diretamente nos resultados das classificações.

Cultura da Carnaúba

A Carnaubeira (*Copernicia Cerifera*) é uma planta típica do nordeste brasileiro, predominando nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. A literatura cita que no Pantanal Mato-grossense ocorre a espécie *C. alba* (denominada carandá), diferindo da carnaubeira encontrada no Nordeste pela ausência do pó cerífero. A carnaubeira, de maneira geral, produz cera para evitar a perda de umidade que funciona como uma proteção das folhas.

O pó está presente em uma película protetora existente na superfície das folhas protegendo a planta da transpiração excessiva que ocorre em ambientes com longos períodos de estiagem e com baixa umidade relativa. A carnaubeira predomina nos ambientes com solos argilosos, aluviões, margens de rios, suportando lugares alagados e com elevados teores de salinidade, o que é comum no município de Bela Cruz.

Seu emprego industrial abrange diversas áreas, devido às características da cera a qual após ser refinada – conforme as variadas classificações – é utilizada na fabricação de produtos farmacêuticos, cosméticos, filmes plásticos e fotográficos; participando ainda, na composição de revestimentos, impermeabilizantes, lubrificantes, vernizes, na confecção de chips, códigos de barras e na indústria alimentícia.

Enquanto o naturalista – Arruda Câmara evoca a si a primazia de haver anunciado ao mundo a cera, que se extrai das folhas da carnaúba, julgando-a objeto curioso de química, e persuadido de sua serventia para uso civil; o que fez em 1808, afirma Dom José Tupinambá da Frota, que alguns autores atribuem ao Dr. Marcos de Macedo haver descoberto a cera de carnaúba. E adianta que o governo brasileiro recompensou com seis mil francos o descobridor Macedo. Arruda Câmara faleceu em 1810, sem concluir seus estudos sobre a carnaúba, a que deu o nome científico de *Corypha Cerifera*. (1)

(1) “Por justiça, devera chamar-se a famosa árvore *Arrudaria Cerifera*, como propôs o Dr. Marcos de Macedo, autor da excelente monografia *Notice sur le Palmier Carnauba*, editada em Paris, em 1857. Ficou, ao contrário, classificada como *Copernicia Cerifera*, denominação de Martius, oferecida em 1819”. (Cf. GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.). “Planta de préstimos variados, o seu grande produto é a cera, que reveste as células epidérmicas das folhas, sob a forma de partículas brancas”. (Cf. BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: UFC, 1962. p. 376.)

Todavia, consoante o emérito historiador Raimundo Girão, já em 1795, o então Governador da Província do Ceará, Capitão-mor João Batista Azevedo Coutinho Montaury, em correspondência enviada à Corte de Lisboa, informava: – “Dizem que do mesmo pau (carnaúba) costumam extrair uma espécie de cera, porém ainda não vi. Dá umas frutas a semelhança das nossas azeitonas grandes, que são de grande recurso para os pobres, que delas se sustentam no tempo da seca, que é o maior flagelo deste sertão”. E adianta o emérito escritor Raimundo Girão: “Embora não se acreditasse, era, pois, certo que àquele tempo já havia notícia da cera de carnaúba, objeto agora de vasta literatura e inúmeras aplicações técnicas”. (2)

Em uma recente publicação, o Dr. Marc Jacob enfatiza que se pode obter celulose e proteína da palha da carnaúba, através de processos simples, sem o uso de álcalis. Ensaios preliminares indicam que as palhas possuem um teor de celulose bruta entre 26,8 e 33,6% e 17 a 25% de proteína.

Da cera de carnaúba, a exemplo da cera existente nas folhas e no caule da cana de açúcar, da alfafa e da cera de abelha, entre outros, pode-se obter um álcool alifático que influencia o crescimento e produtividade de várias espécies hortícolas, frutíferas e ornamentais. Esta substância pode ser utilizada na área médica como poderoso inibidor da peroxidação dos lipídios, podendo exercer efeitos anti-inflamatórios.

A Carnaubeira é uma planta nativa que se desenvolve nos grandes vales, aluviões e tabuleiros do Estado do Ceará, sendo também explorada com menos intensidade nos Estados do Piauí e Rio Grande do Norte. Os três Estados possuem aproximadamente 25 indústrias de refinamento da cera, com a capacidade de beneficiamento em torno de 35 mil toneladas ano.

(2) GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947. p. 373.

Existem 13 espécies do gênero encontradas na América Latina, no entanto apenas a variedade encontrada no Brasil, especialmente no Nordeste, produz o pó cerífero. Sua safra se estende de setembro a dezembro, através do corte de suas palhas e secagem; nos meses subsequentes ocorre o cozimento do pó e conseqüentemente a produção da cera de origem.

Conforme o SINDICARNAÚBA, a safra dessa palmeira, no Ceará, produz cerca de 16 mil toneladas de cera, empregando pelo menos 100 mil pessoas no período mais seco do ano, onde não é possível nenhum cultivo de outras culturas de sequeiro. Além disso, a carnaúba é fonte de alimento, através do seu fruto que é comestível no qual pode-se extrair óleo, palmito do caule, além da utilização das raízes como fitoterápico; a madeira, através da utilização dos troncos, na construção de casas, postes, cata-ventos, e pontes; as fibras, para a produção de cobertas, cordas, redes, chapéus, cestos e outros artesanatos; na indústria farmacêutica e cosmética; na produção de emulsões para proteção de frutas e flores e no setor de polimento em móveis, pisos, carros e outros.

O período do corte dos carnaubais, como já foi dito, ocorre numa época em que a mão-de-obra agrícola encontra-se, em grande parte, ociosa com referência aos plantios de feijão e milho. Por outro lado, sendo esta palmeira resistente a falta de chuvas, a sua existência em uma propriedade assegura emprego e renda para a população rural no período seco, sendo um fator de fixação do homem no campo e um sustentáculo seguro para a promoção de atividades agropecuárias consorciadas.

Com a finalidade de conscientizar os diferentes segmentos da cadeia produtiva e para que a mesma ganhe competitividade no mercado, necessário se faz a racionalização dos sistemas de produção vigentes, contribuindo para o aumento da ren-

da do produtor e melhoria da qualidade do pó cerífero, da cera e de seus derivados.

No que se refere à exportação da cera, o município de Bela Cruz já ocupou lugar de destaque, entre os municípios do Baixo Acaraú, no entanto vem gradativamente, ao longo dos anos, diminuindo a sua participação na pauta de exportação, devido a desorganização da cadeia produtiva em todos os seus segmentos, o baixo índice tecnológico do sistema de produção e falta de apoio creditício.

A cera de carnaúba é um produto com mercado cativo, de produção exclusivamente nordestina, com possibilidade de crescimento e de maior geração de divisas. Embora a importância da cera de carnaúba seja incontestável, nenhum órgão ligado ao setor de pesquisa (municipal, estadual e federal), se preocupou em desenvolver tecnologias visando o desenvolvimento da cultura em todos os segmentos de sua cadeia, observando-se uma desorganização tanto dos produtores, refinadores e exportadores. Além do mais há necessidade de ações coordenadoras das instituições governamentais, com vistas a um melhor desenvolvimento da cadeia produtiva.

Seria de suma importância, não apenas para o município de Bela Cruz, mas para toda a região, tornar essa atividade economicamente viável, através da transferência de tecnologias e organização dos produtores, contribuindo para o aumento da renda das famílias rurais, melhoria da qualidade do pó e da cera; modernização da agroindústria e geração de emprego.

Para a concretização deste objetivo, há necessidade do envolvimento de várias instituições, cada uma com atribuições específicas, desde os estudos agrônômicos, qualidade do pó cerífero, refinamento e classificação das ceras, capacitação e organização dos produtores, comercialização e exportação.



Aqui no Nordeste, habitações inteiras são construídas com materiais retirados da carnaúba, da mesma forma como se retiram materiais do babaçu e do buriti. Também com suas folhas fazem-se coberturas de casas e abrigos; com suas fibras confeccionam-se cordas, sacos, esteiras, chapéus, balaio, cestos, redes e mantas. Imponente, esbelta como a maioria das palmeiras brasileiras, a carnaúba é mais alta do que o babaçu e economicamente mais rentável do que o buriti. Isto porque, além dos frutos, das amêndoas, do estipe, das folhas e das fibras de utilidades variadas – das folhas da carnaúba obtém-se a cera, como já mencionamos, ainda hoje e na maioria dos carnaubais, extraída por processos manuais bastante rudimentares. Em geral, o procedimento adotado é o seguinte: depois de cortadas, as folhas são estendidas no chão e expostas ao sol, por vários dias, para secar. Quando as folhas secam e a película de pó que as recobre se transforma em um esfarinhado, elas são levadas para um local escuro, sem janelas, de construção simples. Ali, são rasgadas com grandes garfos de madeira – quando começa a ‘batedura’: (3) as folhas são repetidamente batidas até que todo o pó se desprenda na forma de minúsculas escamas e possa ser separado da palha rasgada. Depois que esse pó se assenta, ele é varrido, recolhido e levado ao fogo, com um pouco de água, em grandes latões. Essa calda transforma-se em uma pasta esverdeada, que é jogada em uma prensa rústica de madeira, a partir

(3) “Gardner, minucioso como era, descrevendo a carnaubeira, fê-lo de maneira concisa e clara e termina dizendo que “se extrai dela uma espécie de cera tirada das folhas novas, que se cobrem de um pólen glauco de fácil extração, açoitando-se (batendo-se) as folhas cortadas. Cada uma destas produz cerca de cinquenta grãos de um pó alvacentos que, recolhido a quantidade desejada, é posto num pote e fundido ao lume”. (Cf. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 26, 1912. p.149.)

da qual se obtém uma cera líquida que, depois, é despejada em gamelas de barro ou de madeira até esfriar. Assim é obtido o chamado “pão de cera de carnaúba”.

Palmeiras – disse o naturalista Von Martius – abundam na terra brasílica, medram nas areias do litoral, crescem nas campinas infundas, levantam-se destemidas e orgulhosas nos paus e brejos, expandem sobranceiras suas lindas frondes por entre o verdume das florestas e vivem mesmo no ressequido solo das caatingas.

Grandes ou pequenas surgem em toda parte, nas praias sobre os cômoros, nas encarpas das rochas, no solo fértil e no estéril. Apesar de ter tantas qualidades, de oferecer tantos produtos diferentes e de crescer com facilidade em qualquer clima tropical, é apenas no particular ambiente seco das caatingas do Nordeste do Brasil, que a carnaúba produz a cera em condições de exploração econômica. Porém, o processo de fabricação da cera envolve um conjunto de operações que, em virtude das técnicas rudimentares utilizadas, geram um produto de qualidade inferior ao exigido pelos processos industriais.

Na verdade, a carnaubeira é uma palmeira nativa das regiões semiáridas. Nas ribeiras do Acaraú, do Jaguaribe, em toda a extensa zona do território entre Aracati e o Icó e ainda em muitos outros pontos da Província do Ceará, a carnaúba, há muito tempo, já era conhecida e aproveitada de várias formas, do tronco ao fruto e suas folhas. A primeira grande utilidade para a cera da carnaúba foi o emprego no fabrico de velas. Essa utilidade perdurou por quase todo o século XIX. Nas primeiras décadas do século XX, a cera de carnaúba passa a ser empregada na indústria, para assoalhos. A pesquisa, aliada ao grande desenvolvimento industrial, proporcionou um vasto campo de utilidade para esse produto: papel carbono, graxa para calçados e mobílias, cera para carro, isolantes térmicos, discos, polimen-

to de couro, tintas e vernizes, entre outros. Acreditamos que, com a utilização industrial da carnaubeira, estabeleceu-se um sistema técnico, cujos componentes se encontram em diferentes setores da economia, além de projetar-se na vida social, econômica, política e cultural.

Seu peso econômico, entretanto, decaiu muito em virtude do emprego de outros produtos químicos que se prestam melhor à antiga função da cera, que, atualmente, está em sexto lugar na pauta de exportação do Estado. Há indícios do uso da cera de carnaúba em novos processos de alta tecnologia, o que a coloca em novas perspectivas com possível retorno à fase áurea do produto.

E aqui lembramos os cuidados e a recusa do governo português, intimada e recomendada aos seus agentes das governações do Brasil, para que não fosse permitido ao Barão de Humboldt, percorrer livremente o nosso território. (4)

Quando no início do século XIX, o naturalista Humboldt conheceu a carnaúba em terras brasileiras, impressionou-se de tal forma com as numerosas e importantes finalidades da planta que passou a chamá-la *árvore da vida*. E o príncipe dos poetas cearenses decantou em versos maravilhosos a grande palmeira

(4) A atitude que hoje nos parece insólita da Corte portuguesa em relação ao Barão de Humboldt, era perfeitamente explicável àquele tempo. O governo luso até os começos do século XIX vedou ciosamente os seus domínios à curiosidade estrangeira. Ninguém podia estudá-los sem prévia autorização régia. Para atalhar a viagem de Alexandre de Humboldt foram expedidas, a 2 de junho de 1800, cartas do Ministro de Estado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao Governador e Capitão General, D. Francisco de Sousa Coutinho, e ao Chefe de Esquadra Bernardo Manoel de Vasconcelos, Governador da Capitania do Ceará. O Dr. Guilherme Studart, em estudo publicado na *RIC*, conclui que: “a carta de 2 de junho não encerra uma pena pela primeira vez cogitada e expressamente cominada contra Humboldt, mas é aplicação a ele de ordens anteriores contra qualquer estrangeiro que haja penetrado ou pretenda penetrar no território português sem autorização”. (Cf. STU-DART, Guilherme. Alexandre Humboldt e Bernardo Manoel de Vasconcelos. In: *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 2, 1888. pp. 81 a 86.)

nordestina, que “dá sustento e teto protetor e cama e luz ao pobre, à sua custa”.

No governo de Almeida Rego, em 1851, foi votada a primeira lei de proteção à carnaubeira, proibindo-se o seu corte para a extração da palha; fosse para esteiras ou outro fim, “devendo as pessoas que se empregarem neste ramo de indústria cortar a palha sem derrubar a árvore, sob pena de pagar quatro mil réis, para as despesas da Câmara por cada carnaúba que derribar, ou quinze dias de prisão”. (Lei nº 543, de 20 de outubro de 1851). Entretanto, não sabemos qual motivo, infelizmente, determinou que, no início do ano de 1990, Mons. Odécio Loiola Sampaio desse início à destruição do carnaubal de Bela Cruz, patrimônio da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. O corte já havia atingido uma grande área, duas mil árvores, aproximadamente, quando um vereador fez protestos na Câmara e distribuiu notas volantes, contra esse crime ecológico. (5)

A carnaúba é uma das palmeiras mencionadas por Martius, o naturalista, encantado com sua exuberância. Mas não é apenas mais uma delas: é especial; tão especial que não escapou à atenção de escritores, poetas e políticos. No Governo Lúcio Alcântara, através do Decreto nº 27.413, de 30 de março de 2004, foi a Carnaubeira instituída Árvore Símbolo do Ceará, em função do seu valor econômico, cultural e paisagístico.

(5) “Muito foi o clamor em face do Mons. Odécio estar devastando o carnaubal da Paróquia. Todos reclamaram por urgentes providências, para coibir essa ação danosa. Diante dos reclamos, eu, Eliésio Rocha Adriano, após pedir e até mesmo implorar ao Monsenhor para por fim a esse crime, sem obter êxito, obriguei-me a denunciar a ocorrência às autoridades, resultando em drásticas consequências, pois que Fiscais do IBAMA compareceram em Bela Cruz, onde constataram a veracidade do crime, razão pela qual apreenderam as carnaúbas. Em consequência, foi o Mons. Odécio multado duas vezes e obrigado a parar com o corte...” (*Comunicado ao Povo de Bela Cruz*, “O caso corte das carnaúbas”. Bela Cruz, 8 de março de 1990.)

A Carnaubeira

Padre Antônio Thomaz

*Nascida dos sertões na gleba adusta,
Sob os raios do sol abrasador,
Garbosa e altiva, ostenta o seu vigor
Das nossas várzeas, a princesa augusta.*

*Princesa... Bem que o nome se lhe ajusta
Tal dos seus benefícios o primor,
Pois dá sustento e teto protetor
E cama e luz ao pobre, à sua custa.*

*Tem certos modos de mulher faceira,
Os longos verdes cachos exibindo
Como tranças de enorme cabeleira.*

*E quando o sol a pino a terra escalda,
Abana a fronde, as asas sacudindo,
Com seu formoso leque de esmeralda.*

Cultura do Coqueiro

O coqueiro é considerado uma das palmeiras mais importantes, por fornecer alimento para consumo "in natura" e matéria-prima para processamento agroindustrial. No município de Bela Cruz, o coqueiro pode ser cultivado em qualquer área, desde que disponha de água necessária ao seu cultivo. O litoral constitui o habitat ideal para a cultura, em função da melhor distribuição pluviométrica, maior proximidade do lençol freático e temperaturas altas, além dos benefícios da brisa marinha e dos ventos constantes que dificultam a manifestação de doen-

cas. É uma planta típica de clima tropical e de baixas altitudes, produzindo economicamente nas areias salgadas das praias. De crescimento contínuo, emite, em média, de 12 a 16 folhas por ano, as quais permanecem em atividade durante um a dois anos. A planta tem uma longevidade de 80 a 100 anos. A produção no município de Bela Cruz, em 2008, foi de 180 ton., para uma área colhida de 40,0 hectares.

Pecuária – A pecuária no município, atualmente, apresenta um pequeno rebanho de gado bovino misto, sem raça definida; ovino/caprino, em criação extensiva, e criação extensiva de suínos e aves caipiras. Através da Ematerce, os pecuaristas recebem ainda orientações técnicas sobre vacinação, vermifugação e uso do sal mineral, aumentando assim os índices de produtividade dos rebanhos. No ano de 2009, segundo dados da EMATERCE, foram vacinados, contra a Febre Aftosa, apenas 65% do rebanho bovino.

Comércio – O movimento comercial, em Bela Cruz, teve início no final do século XIX, com o comerciante João Lopes de Araújo. Antes as compras eram feitas no comércio de Acaraú. A medida que o tempo passava, as relações comerciais foram se ampliando para os municípios vizinhos, Sobral, e logo depois, a Capital do Estado.

A partir de 1933, foi registrado um retrocesso em nosso comércio. As causas determinantes desse lamentável estado foram os efeitos da seca de 1932. Já em 1937, o comércio começou a reagir e firmou-se novamente.

Em 1978, com a abertura de uma Agência do BRADESCO, nosso comércio experimentou um novo ritmo. Este setor de crédito trouxe planos de empréstimos com prazos razoáveis, que facilitou às atividades comerciais.

A 27 de outubro de 1982, Bela Cruz ganha um posto da Caixa Econômica Federal, e a 15 de dezembro do mesmo ano, uma Agência do Banco do Brasil, a única que atualmente opera no município. Hoje, o nosso comércio reveste-se de expressiva importância, sendo constituído de lojas de materiais de construção, armarinhos, eletrodomésticos, calçados, farmácias, mercearias e armazéns de atacados.

Indústria – Nesse setor tivemos de início a produção de farinha e polvilho de mandioca, os quais são consumidos por todas as camadas da população, principalmente a mais carente. Em seguida veio a extração de cera de carnaúba, a qual é produzida para exportação. Ao mesmo tempo teve início o fabrico de rapadura que foi evoluindo à medida que o tempo passava. O plantio de cana cresceu significativamente em 1908, quando o agropecuarista Francisco Romão de Carvalho, montou outro engenho, sendo que este, além da rapadura, também produzia aguardente. Em 1910, funda-se uma pequena indústria de beneficiamento do algodão, que sobreviveu por um curto período. Uma das primeiras padarias de Santa Cruz foi a do Sr. João Facundo Leitão. Atualmente temos várias padarias na cidade, entre as quais destacamos a do Sr. Valdemar Lopes de Carvalho (Valdemar Romão). Em 1965, aqui foi instalada uma Moageira de Café, do Sr. José Potiguara da Silveira (José Fernandes), e a 1º de setembro do mesmo ano, foi inaugurada a Indústria, Agricultura Castanha e Óleo Ltda. – IACOL, para beneficiamento da castanha de caju, e que teve forte reflexo na economia do município; mas já há alguns anos, com a denominação de CAÍSA, encontra-se fechada. Hoje, nosso setor industrial, está representado por fábricas de móveis, na sede, e agroindústrias de beneficiamento da mandioca, na zona rural do município.

Artesanato – As atividades artesanais em Bela Cruz são bastante diversificadas, não só pela variedade de produtos, co-

mo também pelo montante da produção. Aqui se confeccionam redes para dormir, em fio e tucum, chapéus de palha, tarrafas de fio de algodão, redes de nylon, rendas e labirintos, bordados à mão, louça de barro, tamancos e outros.

Em agosto de 1985, os Srs. José Milfon Silveira e Francisco Gilvan Vasconcelos, inauguraram uma cerâmica que funcionou por um curto período de tempo. Posteriormente, o empresário Raimundo Jovino também investiu no ramo.

Entre os produtos artesanais de maior peso na economia do município, atualmente, destacam-se o tijolo e a cerâmica. Na década de 80, teve maior produção, o crochê e o bordado, que ocupava centenas de mulheres, tanto na sede como na zona rural. Atualmente, todo esse artesanato belacruzense ainda sobrevive, mesmo enfrentando sérias dificuldades, pois a crise afeta todos os setores.

Outras Atividades

A economia do município concentra-se na agricultura, onde se produz castanha de caju, mandioca, milho, feijão, e extrativismo vegetal – pó e cera de carnaúba, madeira para produção de lenha e carvão. A pecuária também constitui fonte de emprego e renda, assumindo importância a criação de ovinos, caprinos e bovinos. Existem no município indústrias de transformação de pequeno porte, com destaque para a indústria moveleira que exporta para vários estados do nordeste. A fábrica de beneficiamento da castanha de caju encontra-se desativada, há anos. Existem outros segmentos, como produtores de farinha, polvilho da mandioca, cera de carnaúba, serrarias, cerâmicas e confecção.

Áreas Irrigadas

Com Fruteiras (banana, coco, feijão, batata doce, etc.) 18,0 ha – localidades: Araticuns, Ilha dos Rochas, Tabubas, Lagoa do Mato, Correguinho, Mal Assombrado, Lagoa Seca, Guarda, Espinhos, Varjota, Barreiras, São Lourenço. Emprego de baixa tecnologia de produção, plantio efetuado nas margens e no leito seco do rio Acaraú e de algumas lagoas.

Áreas com potencial para irrigação

600 ha, nas margens do rio Acaraú distribuídos nas localidades de Araticuns, Ilha dos Rochas, Tabubas, Lagoa do Mato, Correguinho, Mal Assombrado, Lagoa Seca, Guarda, Espinhos, Varjota, Barreiras, São Lourenço. Além das áreas integrantes do Projeto de Irrigação do Baixo Acaraú que contempla as localidades de Varjota, Barreiras, São Lourenço e São José.

Projeto de Irrigação Baixo Acaraú

Localizado nos municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco, o Projeto Baixo Acaraú representa uma das mais importantes ações para o desenvolvimento agrícola do Ceará. A implantação dos 7.776 ha de área do projeto é fruto da parceria entre os governos federal e estadual, num acordo com o Banco Mundial, identificando na região condições privilegiadas para a produção de frutas, hortaliças e flores de excelente qualidade, em qualquer época do ano, e com menor incidência de pragas e doenças. Outras qualidades, como solos profundos, bem drena-

dos, clima tropical semiárido, que permite o início da produção de frutas em tempo recorde, cerca de 3 mil horas de sol por ano, e temperatura média de 28° C, são características diferenciadas que, somadas à infra-estrutura, transformam-se em vantagens para os investidores em agricultura irrigada.

Tipos de agroindústrias do Município

Indústria de Beneficiamento de Castanha (CAISA): 01, Mini-fábrica (INCRA/PROCERA), não instalada:(01), Agroindústrias de raspas de mandioca: (02), de produção de farinhas, fécula de mandioca: 60.

Potencial para Assistência Técnica

Constituem o potencial de atuação para Assistência Técnica: 1 – A Fruticultura Irrigada oferece a mais promissora das atividades agrícolas, pois existem todos os elementos básicos: clima, solos, recursos hídricos disponíveis e a distância dos mercados consumidores. 2 – A implementação da cajucultura de sequeiro, através da implantação de novas áreas e da gradativa transformação das florestas de cajueiro gigante improdutivo, em pomares produtivos, de cajueiro anão precoce, através do método de substituição de copas; 3 – O restabelecimento da cultura da mandioca, através da adoção de sistemas tecnológicos avançados de produção e de modernas indústrias de beneficiamento para atender demanda de mercado diferenciado. 4 – Modernização da exploração pecuária no que diz respeito aos rebanhos bovinos, ovinos, caprinos e aves.

Pecuária

Para o rebanho bovino de corte o sistema de exploração principal é o extensivo. O sistema semi-extensivo está restrito a exploração do rebanho de produção mista, principalmente na sede, sendo pouco representativo. O sistema de exploração intensivo não é praticado. A pecuária do município não tem apresentado crescimento significativo nesta última década, sendo seus rebanhos principais: bovino, ovino, caprino, aves, suínos, muares, equinos e asininos. Vacarias: Sede: 20, das quais 6 com mais de 10 matrizes; na zona rural : 33 unidades.

Tecnologias

Preparo de solo mecanizado à tração motora, controle fitossanitário, substituição de copas de cajueiro gigante improdutivo, produção de mudas certificadas, padrão: EMBRAPA; vacinação, controle de endo e ectoparasitas dos rebanhos. O município tem um grande potencial para utilização de novas técnicas na cultura do cajueiro por se destacar com uma grande área da cultura e dispor de produção de mudas e clones produtivos para substituição de copas.

Associações Comunitárias

Encontram-se estruturadas no município, 45 associações comunitárias formais e 15 grupos informais – desenvolvendo atividades junto às comunidades. Essas associações estão distribuídas por todo o município e têm como objetivo principal a busca de solução para os problemas que atingem as comunida-

des, desenvolvendo atividades bastante diversificadas (educacionais, produtivas, associativas e recreativas). Há ainda o Sindicato dos Trabalhadores Rurais com mais de 5.000 sócios (entre agricultores e desocupados). Essas associações e sindicato encontram-se representados nos diversos conselhos existentes no município.

Armazenamento e Comercialização

O processo de comercialização é feito através do intermediário que, normalmente, financia as atividades de custeio da safra dos principais produtos: castanha de caju; farinha / fécula de mandioca e pó cerífero (carnaúba). A rede de armazenamento local é totalmente privada, constituída de galpões de alvenaria, situados prioritariamente, na sede.

Agentes Financeiros

Banco do Brasil S/A, com agência na sede do Município. O Banco do Nordeste, agência de Itapipoca, atende indiretamente, através do Agente de Desenvolvimento Rural e agências Itinerantes programadas. Atualmente temos agências do Bradesco, na sede dos Correios e no Mercantil Santa Rita.

CAPÍTULO VIII

SAÚDE

*I*nicialmente vamos fazer um breve histórico sobre os meios primitivos que o povo de Bela Cruz utilizava para cuidar da saúde. Informa Nicodemos Araújo que o Capitão Diogo Lopes exerceu com muito tino e inteligência a profissão de médico. É que, desde a adolescência, Diogo Lopes de Araújo manifestou sua inclinação pela medicina, isto é, sua vocação pela arte de curar. E, à medida que os anos iam decorrendo, seus conhecimentos, no ramo, iam aumentando, não somente pelos estudos a que se entregava continuamente, mas também pela prática que ia adquirindo, em seu labor de todos os dias.

Vale ressaltar que os dois anos que estudou em Fortaleza foram de grande aproveitamento para Diogo Lopes, que teve seus conhecimentos medicinais largamente enriquecidos, como não podia deixar de acontecer, dada a sua privilegiada inteligência e o seu imenso gosto pelo estudo.

O botânico A. Balbach afirma que no reino das plantas há abundância de virtudes curadoras, próprias para as necessidades do homem. Hipócrates só aconselhava medicamentos vegetais e dava as suas consultas entre as plantas, ao ar livre.

Pensando de igual maneira, certamente, o Capitão Diogo Lopes, quase sempre, ia colher na riquíssima flora ribeirinha os elementos de que necessitava, para exercer a sua *terapêutica*.

Folhas, flores, sementes, cascas, resinas, raízes, etc., eram constantemente empregadas na *clínica* do ilustre patriarca de Lagoa do Mato. E ele conhecia, como poucos, as qualidades medicinais das plantas e suas aplicações no tratamento das numerosas doenças que afetam o organismo humano. (1)

Deste modo, as plantas eram responsáveis pela quase totalidade de suas curas. Dizem, ainda, que Diogo Lopes estudava anatomia, pelo que conhecia a complicada estrutura do corpo humano, bem como a função específica e a capacidade normal de funcionamento de vários órgãos o que contribuía para o bom êxito de sua profissão de médico. O renomado historiador Antônio Bezerra, em suas *Notas de Viagem*, informa: “Ainda hoje as pessoas que o conheceram referem fatos incríveis a respeito da experiência e conhecimento que tinha das moléstias, afirmando as inúmeras curas difíceis que conseguiu fazer, de sorte que o seu hospital era ansiosamente procurado pela certeza do pronto restabelecimento”.

E esse seu trabalho de assistente aumentava, de muito, a estima e a consideração que ele desfrutava entre as populações ribeirinhas, naqueles recuados tempos tão carecidos de assistência médica. É que o médico mais próximo residia então na Vila Real de Sobral, que dista quase dezoito léguas de Lagoa do Mato, onde morava Diogo Lopes.

(1) Do primeiro livro de óbitos, de Sobral, hoje conservado no Centro de Pesquisas Históricas e Geográficas da UVA, podem ser colhidas preciosas informações sobre o que, naquela época, se conhecia sobre patologia, bem como a denominação popular das doenças. Naquele tempo se morria de estopor, moléstia do interior, de febre amarela, dor de uma banda, de puxado, de espasmo, de mal gálico, de garrotinho, de ar, de corrupção, de ferida na venta, de tuberto, de inchação, de defluxão, de caroço na barriga, de câimbras, de reumatismo, de desinteria, de ipicundria, de esquinência, de maligna, de papeiras, de ferida nas guelgas, de lepra, de moléstia no peito, de sezão, de icterícia, de destemperaço, de constipação no ventre, de erisipela, de umas febres, de postema, de pleuriz, de gota coral, de catarrão, de sirro de sangue, de parto, de resguardo quebrado, de cachaça com leite, de repente, de velho, etc. (Cf. ARAÚJO, F. Sadoc de, Pe. *História da cultura sobralense*. Sobral: Imprensa Universitária da UVA, 1978. pp. 50-51.)

Um fato, de relevante importância, na *clínica* daquele *médico* que a Providência mandara, para servir ao povo: qualquer que fosse a condição social ou financeira do consulente ele não pagava nada. E aconteceu que, com o aumento da afluência, cada vez maior, de doentes que o procuravam, Diogo Lopes houve por bem mandar construir um pavilhão anexo à sua residência. E ali passou a funcionar um pequeno hospital. E, então, não só as consultas, mas também os remédios e o tratamento eram gratuitos: isto porque o Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa tinha recursos e filantropia.

O tempo correu e decorreu e aí pelo ano de 1920, chega a Santa Cruz, vindo da Meruoca, o senhor João Rodrigues de Matos, conhecido por João da Mata, imortalizado na obra *Os verdes abutres da colina*, de José Alcides Pinto. (2) Dizem que esse curandeiro fazia seus diagnósticos através do tato – pois o

(2) “João da Mata – o cego curandeiro – este personagem tem um pacto com o demônio para ter o poder de cura, e também o poder da premonição, isto é, ele sabe quem vai ou não morrer. O seu símbolo é uma mosca presa em uma garrafa. A mosca, segundo Alberto Cousté, é uma das manifestações mais conhecidas das identidades do diabo: Belzebu quer dizer “Senhor das Moscas”. Este nome, *Baal-Zebud*, é o nome que os fariseus davam ao príncipe dos demônios: “É por Belzebu, chefe dos demônios, que ele expulsa os demônios” (Mateus 12,24). O excerto a seguir demonstra o quanto o curandeiro é pactuário: “As duas jumentas de carga passavam a noite soltas pelas imediações da casa do curandeiro, amarradas pelas suas orações fortes, e bastava que o cego gritasse alto três vezes seguidas pelo nome do diabo, e logo elas apareciam relinchando e atirando coices no vento, como se acossadas pelo espírito maligno”. João da Mata detém o poder dos animais “pelas orações”. Isso tem duas implicações. Primeiro, os animais (as “jumentas de carga”) são também manifestações do demônio e suas ações, ao chamado do curandeiro, são próprias da anormalidade dos que estão sob o seu domínio. Segundo, o tempo e o espaço são elementos da natureza que não guardam entre si, como no mundo verossímil, as características normais de causa, efeito e linearidade, pois são comandados pelas orações. O poder do cego, assim, é ilimitado, pois todo o mundo natural passa a ser regido por leis próprias que somente os pactuários conhecem”. (Cf. PINTO, José Alcides. *Os verdes abutres da colina*. Rio de Janeiro: Americana, 1974; PARDAL, Paulo de Tarso. *O Espaço Alucinante de José Alcides Pinto*. Fortaleza: Edições UFC, 1999.)

mesmo era cego, mas apenas ao tocar o pulso do paciente, logo descobria suas mazelas, receitando em seguida o remédio adequado. Quanto ao seu pacto com o diabo, queremos deixar bem claro, trata-se apenas de criação do ficcionista e poeta José Alcides Pinto. Também seu filho Vicente de Matos, como poucos, sabia preparar e aplicar xaropes e meizinhas, bem como receitava diversos remédios, sempre com bons resultados. Um cavalo se sela era tratado na cocheira, junto à sua residência, para facilitar o atendimento aos chamados que, frequentemente, lhe chegavam. E a todos, ele atendia, não importando a hora do dia ou da noite. Seu Vicente de Matos faleceu em Bela Cruz, no dia 27 de março de 2007.

Com a instalação da Farmácia do Sr. Mário Louzada eventualmente, recebíamos a visita de médicos que atendiam mesmo na farmácia. Desde então, o atendente da farmácia, Sr. Francisco Linhares Fonteles, foi aprendendo as atividades lá desenvolvidas, tais como aplicar injeções, fazer curativos e massagens, passando mais tarde, também, a receitar. E com isso ganhou a credibilidade da clientela.

Manoel Fonteles, seu irmão, também aprendeu muito com as observações que fazia aos trabalhos ali desenvolvidos, e começou também, aplicando injeções e fazendo curativos, orientando as pessoas quando procurado. Conhecia bastante o aparelho digestivo, atuando também como pediatra – portanto, teve sua importante parcela de contribuição.

A partir de 1964, o Dr. Manoel Airton Osterno, começou a atender em Bela Cruz. Suas consultas eram feitas no Posto de Saúde, que tinha como atendente Ana Rios Araújo. Com a vinda do médico, Diana passou a ser sua assistente – segundo informações que tivemos, foi uma enfermeira muito prestativa, pois se fosse preciso, era capaz de ir, até mesmo em outra cidade, em busca de um remédio, para aliviar alguém do sofrimento.

Ela sempre participava de cursos em Sobral, a fim de atualizar seus conhecimentos, e com a instalação da Unidade Mista de Saúde, foi sua primeira Diretora – portanto seu trabalho é reconhecido.

As parteiras eram: Maria Josefa e Maria José Noême, que sempre eram chamadas para assistir às pacientes. Em seguida, tivemos como parteira dona Marieta Louzada, irmã do primeiro prefeito da cidade, Mário Domingues Louzada. Depois tivemos a senhora Altair Neves Regadas Carvalho, que ali trabalhou muitos anos, e recebia orientações de seu primo, Dr. Neves, muito amigo de Bela Cruz. Dona Altair, posteriormente, passou a residir em Fortaleza, onde faleceu, mas na memória das pessoas do seu tempo, fica a saudade e o reconhecimento – pelo valioso trabalho que prestou às famílias belacruzenses.

Em 1945, ali chegou, vindo da cidade de Acaraú, o Dentista dr. Ciríaco Barbosa Damasceno, que casou-se com uma filha de Bela Cruz – Maria de Lourdes Carvalho. A partir de algum tempo, João Bernardino Pontes, passou a ser seu assistente, aprendendo assim, com habilidade, a profissão.

Sistema Municipal de Saúde

O município de Bela Cruz está enquadrado no modelo de gestão plena de atenção básica, tendo sido aprovado e habilitado pela Comissão Intergestores Bipartite – CIB-CE, em abril de 1998, segundo a NOB. SUS Nº 01/96. Bela Cruz conta com Conselho Municipal de Saúde, que se reúne mensalmente com seus conselheiros, para a discussão e aprovação de projetos relacionados à saúde. Com o objetivo de implementar a organização dos serviços de saúde, foi realizada no município a ofici-

na de territorialização em saúde onde foram definidas 6 áreas de distritos sanitários assim representados:

❖ Área de abrangência do distrito sanitário da sede, cobrindo uma população de 4.941 hab.

❖ Área de abrangência do distrito sanitário de Araticuns, cobrindo uma população de 4.470 hab.

❖ Área de abrangência do distrito sanitário de São Gonçalo, contando com uma população de 4.334 hab. Nesse distrito funciona uma equipe do Programa Saúde da Família.

❖ Área de abrangência do distrito sanitário de Córrego dos Reinaldos, que conta com uma população de 5.693 hab.

❖ Área de abrangência do distrito sanitário de Baixio, que centraliza uma população de 3.616 hab. Dispõe também de uma equipe do Programa Saúde da Família.

❖ Área de abrangência do distrito sanitário de Prata. Converte uma população de 4.166 hab., tendo implantado uma equipe do Programa Saúde da Família.

OFERTA DE SERVIÇOS

Unidade Mista de Saúde

Serviços Ambulatoriais

- ❖ Atendimentos Odontológicos;
- ❖ Consultas médicas simples; consultas médicas com terapia;
- ❖ Pequenas cirurgias;

- ❖ Exames de radiologia;
- ❖ Imunização;
- ❖ Farmácia;
- ❖ Atendimentos básicos;
- ❖ Urgências e Emergências;
- ❖ Planejamento familiar;
- ❖ Pré-natal;
- ❖ Prevenção do Câncer Ginecológico e de Mama.

Internamentos

- ❖ Obstetrícia: 6 leitos;
- ❖ Enfermaria pediátrica: uma com 5 leitos;
- ❖ Enfermaria masculina: uma com 3 leitos;
- ❖ Enfermaria feminina: 3 enfermarias, cada uma com 2 leitos;
- ❖ Observação pediátrica: 3 leitos;
- ❖ Observação de adulto: 2 leitos.

Sistema de Referência e Contra Referência

O Sistema de Referência de Bela Cruz tem como porta de entrada os agentes comunitários de saúde; como estratégia de atenção, o Programa Saúde da família, que dividiu o município em cinco áreas de saúde, sendo estas: São Gonçalo, Prata, Araticuns, Córrego dos Reinaldos e Baixio. As equipes de Saúde da família que se encontram implantadas no município são compostas de médicos, enfermeiros, aux. de enfermagem e agentes de saúde. Com isso, as equipes realizam visitas em sua área de abrangência, e encaminham os casos mais graves para a unidade hospitalar, localizada na sede do município. Os casos não resolvidos são encaminhados para outros centros de maior comple-

xidade, como Itapipoca, Sobral e Fortaleza, conforme a especialidade. Os hospitais para onde são referenciados os pacientes: Santa Casa de Misericórdia de Sobral; Hospital São Camilo (Itapipoca); Instituto Dr. José Frota (Fortaleza); Hospital Geral (Fortaleza); Maternidade Escola (Fortaleza); Hospital Albert Sabin (Fortaleza); Hospital São José (Fortaleza); Hospital Geral (Messejana); Instituto de Psiquiatria do Ceará (Fortaleza) e Instituto de Prevenção do Câncer do Ceará (Fortaleza).

Dentre as prioridades eleitas pela Secretaria de Saúde, a redução das taxas de mortalidade infantil, foi um dos destaques. Segundo série histórica feita pela Secretaria de Saúde, o número de mortalidade infantil no ano de 2008, foi de 26 óbitos. Terminando o ano com 46,46/1000, nascidos vivos. Atualmente, com a ampliação da atenção primária à saúde, segundo dados da Secretaria de Saúde de Bela Cruz, a cobertura vacinal em 2006 foi de 100%, o índice de aleitamento materno exclusivo aumentou para 65%; a desnutrição em crianças de 6 a 24 meses foi reduzida em torno de 15% e a cobertura de pré-natal aumentou para 99%.

Foram realizados ainda em 2008, 2.274 exames citológicos (identificação de doenças), e 13.584 exames laboratoriais. Também foi implantado a realização de exames de colesterol, uréia, creatinina, triglicerídios, tgo e tgp. Quanto às visitas domiciliares foram feitas 79.762, assim distribuídas: visitas médicas - 514; visitas de enfermagem - 914; profissionais de nível médio - 650; agente comunitário de saúde - 77.684 visitas.

RELATÓRIO DE ÁREAS DE ABRANGÊNCIA POR PSF
(ANO: 2008)

PSF SEDE I

Médico: *Libório Ximenes Aragão Filho*
Enfermeira: *Jaqueline Kátia Muniz da Rocha*
Auxiliar de Enf.: *Regiane Kelly Brandão*

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

- 01- *Ana Joelma Nascimento*
- 02- *Maria Samaria Nascimento Silva*
- 03- *Maria Sandra do Carmo de Freitas*
- 04- *Imaculada Conceição Furtado*
- 05- *Paulo Júnior Rios*

PSF Sede II

Médico: *Klécio*
Enfermeira: *Carmem Rita Sampaio de Sousa*
Auxiliar de Enf.: *Maria de Jesus Menezes Penha*

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

- 01- *Maria Lucivande de Andrade Vasconcelos*
- 02- *Raimunda Elza de Vasconcelos*
- 03- *Nilton César Vasconcelos*
- 04- *Maria Gerusia de Oliveira*

PSF SEDE III

Médico: *Eduardo Martins Albuquerque*
Enfermeira: *Kélvia Maria Araújo*
Auxiliar de Enf.: *Maria José Morais*

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

- 01- *Geobson Freitas Silveira*
- 02- *Francisca Maria Mota Nascimento*
- 03- *Maria Altina Araújo*
- 04- *Francisca Silva Araújo*
- 05- *Maria Eliane Costa*
- 06- *Maria Lucinete da Silveira*

PSF Araticuns/Varjota

Médico: *Mozart Ney Rolim Teixeira Henderson*
Enfermeira: *Sandra Margila Pimentel*
Auxiliar de Enf.: *Glória Maria Morais Dutra*

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

- 01- *Silvia Helena Marques*
- 02- *Rita de Cássia Rocha*
- 03- *Maria Lúcia Helena*
- 04- *Caetana Deusimar Araújo*
- 05- *José Valdeemi Sousa*
- 06- *Francisca Eliene da Costa*
- 07- *José Aduino Rodrigues*
- 08- *Maria Rojânia dos Santos*

PSF PRATA

Médico:

Enfermeira: Lídia Tailândia F. Farias

Auxiliar de Enf.: Héliida Régina Araújo

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

- 01- *Ângela Maria de Souza*
- 02- *Vera Lúcia Alberto de Abreu*
- 03- *Francisca Eliene do Nascimento*
- 04- *Maria do Carmo Vasconcelos*
- 05- *Maria Marlene do Nascimento*
- 06- *Rosa Helena de Freitas Nascimento*
- 07- *Maria Aurineide do Nascimento*
- 08- *Maria Elizabete de Souza*

PSF Baixio

Médico:

Enfermeiro: Carlos Façanha Sampaio

Auxiliar de Enf.: Maria do Socorro Capistrano

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

- 01- *Auricélia Pires de Sousa Sabóia*
- 02- *Maria Genílcia Coelho de Souza*
- 03- *Maria do Socorro Sabóia Sousa*
04. *Maria Lúcia Sampaio*
- 05- *Ana Glória Cordeiro*
- 06- *Regina Adália Brandão Souza*
- 07- *Iracema Marques Cunha Sousa*
- 08- *Antônia Maria Freitas*
- 09- *Altélias Pires de Sousa*
- 10- *Maria Gleidiane dos Santos*

PSF CORREGUINHO

Médico: *Orlandea de Queiroz Silva*
Enfermeira: *Edileia Marcela Dutra*
Auxiliar de Enf.: *Rejane Xavier Albuquerque*

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

- 01- *Maria Valderina de Sousa Nascimento*
- 02- *Maria Marluce Araújo*
- 03- *Maria Cilene de Farias*
- 04- *Maria Aurenice Sales*
- 05- *Maria Ely Cunha Araújo*
- 06- *Maria do Rosário Araújo*
- 07- *Maria de Fátima dos Santos*

PSF São Gonçalo

Médico:
Enfermeiro: *Everton Lima Rabelo*
Auxiliar de Enf.: *Maria Geane Moraes Carvalho*

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

- 01- *Matilde Angelita Penha*
- 02- *Maria Irisvan Araújo Fontenele*
- 03- *João Batista Andrade Araújo*
- 04- *Maria da Paz dos Santos*
- 05- *Maria de Jesus do Nascimento*
- 06- *Maria Aureliana Alves Fonteles*
- 07- *Elinalda Faustino de Maria*
- 08- *Gerlane Sheila Vasconcelos*
- 09- *Benedita Najda de Lima*

CAPÍTULO IX

A VELHA DO CHAPÉU GRANDE

A literatura sobre as secas do Nordeste brasileiro é bastante diversificada. Versa os mais variados assuntos relacionados com o problema. Refere-se às causas incertas do fenómeno. Arrola-os através do tempo. Enumera os seus efeitos mais aparentes, conseguindo até mesmo ingressar no terreno da ficção. E aqui lembramos os nomes de Domingos Olímpio, Rodolfo Teófilo e Rachel de Queiroz, que tão bem retrataram o drama da seca, através de suas obras literárias.

O romance da seca descreve as misérias resultantes das calamidades climáticas. Alardeia a fome e a sede do flagelado. Coloca o pedinte em face da esmola. E desafia o rosário de humilhações. (1)

Porém, o geógrafo Josué de Castro, no seu livro magistral – *Geografia da fome* – estranha o fato de que, num mundo como o nosso caracterizado por tão excessiva capacidade de se escrever e de se publicar, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenómeno da fome.

Se fizermos um estudo comparativo da fome com as outras calamidades que costumam assolar o mundo – lembra, ele –

(1) Cf. MONTENEGRO, Abelardo F. *Psicologia do povo cearense*. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 2000. p. 226.

verificaremos, mais uma vez, que a menos debatida, a menos conhecida em suas causas e efeitos, é exatamente a fome. E conclui o geógrafo: “trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura; foram os interesses e os preconceitos de ordem moral, política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido”.

Embora fazendo apenas um registro incompleto sobre o assunto, passamos a enumerar as visitas que a malesuada *Velha do Chapéu Grande* fez aos sertões e, particularmente, ao Ceará – a partir do século XVII.

As primeiras secas de que se tem registro, na Terra do Sol, foram as de 1603 a 1606, quando morreram de fome e sede, vários integrantes da caravana de Pero Coelho de Sousa, inclusive seu filho mais velho, de 18 anos (dois filhos, diz Berredo) na trágica retirada para o Rio Grande do Norte. (2)

Em seguida, tivemos as secas de 1614, 1692, 1711 e 1721. Sobre essas calamidades, conforme aduz Filgueiras Sampaio, em sua *História do Ceará*, “as notícias são esfumadas pela passagem dos anos”. Entretanto, Sampaio Ferraz admite que no século XVII houve quatro secas – 1603, 1614, 1645 e 1692. Joanne Bauchardet adiciona a estas as de 1606 e 1652. As informações sobre a seca de 1692 são fornecidas por Irineu Jofily, que diz o seguinte: – “Os sertões da Parahiba e das Capitânicas do Ceará e Rio Grande do Norte, possuindo, então, população civilizada muito resumida, por datar apenas de uns 40 anos a sua colonização, teriam sofrido, principalmente na sua única indústria, a criação de gado, que ali floresceu muito cedo”.

(2) Aderaldo cita apenas o ano de 1605. “Tudo parecia ir mais ou menos bem. Mas em 1605 ocorreu no Ceará a primeira seca de que temos notícia. Fenômeno social que é, só pode ocorrer, sociologicamente falando, quando a região por ela atingida se acha habitada pelo homem sedimentado. Destarte, podemos classificar como primeira a crise climática que ocorreu no Ceará em 1605”. (ADERALDO, Mozart Soriano. *História abreviada de Fortaleza*. Fortaleza: UFC, 1974. p. 22.)

De 1725 a 1727, o Ceará foi marcado por mais uma grande seca. Relativamente a essa terrível calamidade que durou três anos, assolando quase todo o Nordeste, de um modo fatalíssimo aos seus habitantes, esse fato deu lugar a emigração, sucedendo que muitas famílias se viram obrigadas a refugiarem-se nas serras, a fim de se furtarem aos rigores do cruel flagelo.

No ano de 1736, nova estiagem assolou o Ceará, acompanhada de sua companheira inseparável – a *malesuada fames*. E os anos de 1745 e 1754 também foram assinalados pela escassez quase absoluta de chuvas.

Depois de vinte e três anos veio a célebre seca de 1777, cognominada de “seca dos três setes”. Essa calamidade fez emigrar grande quantidade de índios e reduziu consideravelmente os gados. Entretanto, o Vale do Acaraú, ao que parece, não padeceu muito dos deploráveis efeitos desse flagelo.

Ao findar o século XVIII, os sertões atravessavam uma fase de reconstrução econômica, procurando resistir aos efeitos destruidores da seca de 1790-1793, comum a toda a região. (3) As fazendas estavam despovoadas; não obstante, permanecia a semente humana que devia repovoar e continuar a obra de civilização iniciada pela indústria das carnes secas, instalada em Acaraú, Aracati e Camocim, centros que progrediram enquanto o flagelo da grande seca não atingiu profundamente as fazendas.

No *Registro de Memória* do Vereador Manuel Esteves de Almeida, da Vila de Aracati, consta que no ano de 1790, principiou, além de outras mais moderadas, uma seca tão terrível e rigorosa que durou quatro anos, porém em 1791 e 1792 tornou-

(3) “As crônicas nordestinas estão refertas de alusões a esta seca, chamada vulgarmente *seca grande* ou a *comprida*, que, matando os rebanhos quase inteiramente, liquidou em definitivo o comércio das carnes, cujos mercados consumidores passaram a ser abastecidos, algum tempo ainda pelas *fábricas* do Parnaíba, e depois e até hoje pelo charque do Rio Grande do Sul”. (Cf. GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947. p. 159.)

se tão excessiva, que assolou, destruiu e matou quase todos os gados dos sertões e por isso veio a desaparecer o comércio das carnes secas, e já não houve gado para o consumo em 1793–1794; e toda a população pereceria de fome se do Piauí não viesse gado. A fome, durante a seca, foi horrível. (4)

O Governador Féo e Torres em sua informação, de 10 de outubro de 1791, diz que a *Capitania estorcia-se sob o açoite de tremenda seca*. A que deixou *mais tradições tristes*, diz Pompeu; *mais extensa e fatal* afirma Araripe; *inaudita* chama-a Bernardo de Vasconcelos; *a maior das secas*, diz Abreu e Lima. *Seca grande* denominou-a o povo na sua rude e pouco eufônica linguagem. (5)

No entretanto, em 1816 registrou-se mais uma estiagem, porém de caráter parcial, e, de 1823 a 1825, nova seca veio trazer a fome, a peste e a miséria a esta terra. Foram três anos – os estragos imensos – e lamentável o sofrimento da população que, impelida pela fome, se entregava a toda sorte de rapina, encontrando a morte na repressão e em bárbaros castigos que a direção estúpida do governo ainda inspirava.

Em 1845, mais uma seca visitou o Ceará, porém seus efeitos foram pouco sentidos nesta ribeira. João Brígido afirma que “não se deram óbitos de fome”, neste ano.

Em 1871, Antônio Marco de Macedo publicou as suas *Observações sobre as Secas do Ceará*. O registro que faz a respeito das estações climáticas da província é mais simples do que os dos seus contemporâneos que se ocuparam do assunto – lembra Joaquim Alves – mas nem por isso deixa de ser interessante, pois revela a preocupação do autor em conhecer as condições da vida regional, focalizando aspectos do século XIX.

Entretanto, dentre os que escreveram sobre o clima do nor-

(4) *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 1, 1887. p. 80.

(5) STUART, Guilherme. *Notas para a história do Ceará*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. p. 417.

deste, em especial, do Ceará, o senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil foi o que melhor compreendeu e interpretou o problema. Por isso mesmo foi a sua opinião que chegou até os dias atuais, os seus trabalhos servindo ainda de referência aos estudos iniciais da questão, aos quais recorrem todos os que se ocupam do assunto.

Com a manifestação da seca de 1877, que se estendeu até 1879, desenvolveu-se o interesse pelo estudo do fenômeno, sendo os dois primeiros anos de seca o período em que foi publicado maior número de trabalhos, além dos comentários da imprensa que motivaram polêmicas, dividindo os cientistas em vários campos.

Segundo Kênia Rios, a seca de 1877 motivou a produção de mais textos científicos do que qualquer outra. Este interesse chegou até os centros de pesquisa europeus e o Ceará passou a ser visitado por cientistas alemães, britânicos e de outras partes do mundo. (6) Felizmente, nesse ano, no Vale do Acaraú – aliás, no município de Acaraú, foram constituídas duas comissões; uma de socorros e outra de obras, cuja direção coube ao santanense João Augusto de Castro Moura, o qual – segundo Nicodemus Araújo – fez estender os benefícios enviados a toda a população do Baixo Acaraú – farinha, feijão, arroz e charque, distribuídos regularmente entre os flagelados. De 1900 a 1905 registrou-se mais um longo período escasso de chuvas. (7) Todavia, suas consequências foram suportadas. Dez anos após, isto é, no ano de 1915, registrou-se mais uma grande seca no Ceará, cujos efeitos foram profundamente experimentados em Bela Cruz. Igualmente danosa foi a seca de 1919, assumiu proporções de terrível calamidade, abrindo uma vasta lacuna na economia cearense e nordestina, e proporcionando grandes sofrimentos à gente desta região.

(6) Cf. RIOS, Kênia Sousa (Org.) *A Seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

(7) Afora uma crise econômica, nada mais tem posto em perigo o Ceará, que se mantém galhardamente contra o mau tempo, que, há três anos, se repete (...) Outras secas hão de vir, está sabido, porque estamos sob um regime meteorológico, que é lei eterna. (BRÍGIDO, João. A seca. In: *Unitário*, edição de 30.09.1903.)

Em 1931 não veio o inverno desejado, entretanto, nesse ano, não houve migração. Mas em janeiro de 1932, os retirantes começaram a chegar até Fortaleza e já em março grandes levadas de flagelados, com seus xerimbabos, enchiam de tristeza e fome o centro da Capital e as estradas do sertão. (8) Porém, o Baixo Acaraú não sofreu muito os efeitos dessas estiagens.

Outro ano de estiagem foi o de 1951, ocasionando grande sofrimento à população pobre e enormes danos à pecuária e à agricultura. Em 1958, mais uma seca atingiu o Ceará. O município de Bela Cruz, como todo o território cearense, foi duramente atingido pela calamidade climática. Então o governo mandou construir a estrada ligando a cidade de Bela Cruz ao Rio Acaraú, possibilitando trabalho a mais de 3.000 pessoas, que, destarte, escaparam a maiores rigores do flagelo.

Com a década de 1960, tivemos uma série de invernos bons e produtivos, restaurando, assim, a economia do município, que se encontrava profundamente combalida.

De 1979 a 1983, o desventurado Nordeste e o Ceará, de modo calamitoso, conviveram mais cinco dolorosos anos com a Velha do Chapéu Grande. Patativa do Assaré boceja: “É triste

(8) “Para barrar a marcha dos retirantes rumo a Fortaleza e outras cidades do Estado, foram erguidos sete “Campos de Concentração” (em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e dois em Fortaleza). Eram locais para onde grande parte dos retirantes foi recolhida a fim de receber do governo comida e assistência médica. Dali não podiam sair sem autorização dos inspetores do Campo. Havia guardas vigiando constantemente o movimento dos concentrados. Ali ficaram ‘encurralados’ milhares de retirantes a morrer de fome e doenças. Entre abril de 1932 e março de 1933, foram registrados mais de 1.000 mortos somente no Campo de Concentração de Ipu, conforme livro de óbitos da Igreja Matriz de Ipu”. (Cf. RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001. p. 41). Ainda sobre os campos de concentração no Ceará, cf. NEVES, Frederico de Castro. Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915-1932). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Editora Contexto, vol. 5, nº 29, 1995.

para o Nordeste / o que a Natureza fez / mandou cinco anos de seca / uma chuva em cada mês / e agora em 85 / mandou tudo de uma vez”. O cronista Ribeiro Ramos afirma que esse foi o mais longo período que a história registra. Já na década de 1990, ocorreram alguns invernos escassos – as chamadas *secas verde*, porém, o governo abriu ‘frentes de serviços’ (1992-1993) amenizando, assim, a miséria que rondava o lar do pobre. (9)

Início do novo século e novo milênio – tivemos pequenos invernos, entretanto, não afetaram muito a economia. No ano de 2008, foram registrados no Posto Pluviométrico de Bela Cruz, 1161,0 mm, o que caracteriza um bom inverno. Já em 2007, registramos apenas 634,0 mm.

Ao que estamos informados, a maioria dos agricultores familiares do município visa, sobretudo, a subsistência, através da produção de castanha de caju, cera de carnaúba e cereais. Ao objetivo básico desses agricultores incorpora-se o do pequeno proprietário e do foreiro que, não obtendo a subsistência em sua pequena terra (em geral de fraca produtividade em função mesmo do sistema agrícola), é levado a trabalhar, como diarista, nos estabelecimentos maiores, o que lhe garante pelo menos a alimentação.

O nosso agricultor caracteriza-se, de modo geral, por ter baixo padrão de vida, pois o que produz, com frequência, não dá nem mesmo para sua subsistência ou, quando dá, a sua men-

(9) “Não se compreende o problema da seca como capaz de solução. Prefere-se tratar a situação como a de um desgraçado que precisa de esmola. Inconcebe-se a ajuda revestida de caráter constitucional, materializada através de recursos do Tesouro Nacional. A própria construção de açudes determinada pelo poder público é interpretado como “munificência governamental”, espécie de eufemismo ou sainete de esmola. Consagra-se a política de manutenção das mãos estendidas à espera de socorros públicos e particulares”. (Cf. MONTENEGRO, Abelardo F. *Psicologia do povo cearense*. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 2000. p. 228.)

talidade não lhe permite fazer provisões para o ano vindouro. Não podendo resistir ao desequilíbrio econômico em que vive é forçado a abandonar a terra, na ilusão de encontrar melhores ganhos em outras regiões. Emigrou nos séculos passados e continua emigrando neste século. É um imperativo do meio a que não pode fugir, até quando uma política agrária mais eficiente seja posta em prática.

Inadaptado ao meio semiárido, vive à mercê dos bons invernos ou das secas, às quais, não preparado para enfrentar, aceita com resignação, como uma fatalidade. A emigração, nesse caso, é generalizada, afetando indistintamente pequenos proprietários, moradores, assalariados e parceiros. (10)

Segundo o meteorologista Vernon Kousky, o problema da origem da seca começa fora do Brasil. Ele responsabiliza o *El Nino*, alusão ao Menino Jesus, porque o ápice do fenômeno ocorre no Natal. O *El Nino* é uma corrente de ventos, aquecidos por um súbito aumento de temperatura no Oceano Pacífico, nas águas do Peru, que provoca uma alteração na rota das chuvas. Ocasiona também um abaixamento dos *jet-stream*, corrente de ventos que normalmente se situa a 10 km de altitude, com uma velocidade de 200 km/h. A presença desta forte massa de ar quente impede que as frentes frias provenientes do polo sul atinjam a baixa latitude. Esta colossal corrente de ventos, que sopra constantemente no sentido oeste/leste, impede a passagem das frentes frias, ocasionando inundações nas regiões sul e sudeste do país e a falta de chuvas no semiárido nordestino. (11)

(10) Cf. MOREIRA, Amélia Alba Nogueira. *Os fatores geográficos da emigração rural*. In: *As migrações para Fortaleza*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967.

(11) Cf. BOTELHO, Caio Lóssio. O secular problema da seca. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 105, 1991. pp.100-101.

Seca, Inverno e os Profetas de Chuva

Foi lançado recentemente, um substancioso trabalho, do Professor Abelardo Montenegro. Livro que tem como principal objetivo corrigir uma omissão, já que a maioria dos nossos historiadores, sociólogos e romancistas ignoraram injustificadamente a existência do *profeta de chuva* e o seu importante papel na sociedade sertaneja. (12)

Um dos problemas que mais afligem aos cearenses – o maior, talvez de todos – diz respeito às precipitações pluviais, lembra o escritor e folclorista Alberto Santiago Galeno. Adiantando que, no Ceará, os fenômenos de ordem meteorológica são confundidos, frequentemente, com os de ordem religiosa. Para os matutos simplórios, os bons invernos constituem presentes com os quais o Onipotente premia os homens pelas suas boas ações. Da mesma maneira que as secas significam o castigo. Entretanto, Deus em sua sabedoria e bondade, antes de premiar ou de castigar as criaturas, resolve avisá-las a fim de que estas se cuidem. E o faz, utilizando-se de certos sinais de natureza meteorológica ou, ainda, através do comportamento dos bichos e dos vegetais, durante as estações do ano. Conhecer estes sinais, saber interpretá-los com acerto é da maior importância para os rurícolas da região das secas, pois, como base das “experiências” de inverno representam eles uma orientação a ser seguida. (13)

(12) Cf. MONTENEGRO, Abelardo F. *Ceará e o profeta de chuva*. Fortaleza: UFC/BNB, 2008.

(13) Cf. GALENO, Alberto Santiago. *Seca e inverno nas experiências dos matutos cearenses*. Fortaleza: Coopcultura, 1998.

Sempre que se fala em experiências de inverno, surge de imediato a lembrança de Joaquim Roque de Macedo, o maior conhecedor e divulgador, no Ceará, dos fenômenos climáticos. (14) Ao contrário do que se afirma que os profetas de chuva são geralmente pequenos agricultores, mestiços, pobres e analfabetos, Roque de Macedo era homem de letras, formado em Farmácia, leitor constante, conversador, observador e, sobretudo sagaz; fazia afirmações arrojadas em caráter meio dogmático, como se tudo dependesse dos estudos e da confiança que ele mesmo depositava em si, afirma Abelardo Montenegro.

Numa entrevista concedida ao *Unitário*, de Fortaleza, edição de 25 de dezembro de 1953, Roque de Macedo enumerou 12 de suas experiências de inverno, baseado nas quais pressagiava excelente inverno para o ano seguinte:

1. *As fêmeas do tatu estão prontas para dar cria nos primeiros dias de janeiro;*
2. *Os pebas estão com carrapato na barriga. Quando o carrapato aparecer no sovaco, a chuva cairá;*
3. *A cobra cascavel está muito gorda e com filhotes;*
4. *O besouro serra-grosso começou a trabalhar desde o mês de julho e continua nessa faina de derrubar galhos secos de aroeiras e sabiás;*
5. *A coruja-bode está espantando os cavaleiros com os seus berros no sertão e a cauã já principiou seus gritos nas matas;*

(14) “Joaquim Roque de Macedo, farmacêutico licenciado e funcionário do Telégrafo Nacional, falecido recentemente em Fortaleza, já octogenário, era grande apologista e divulgador das experiências de inverno de seus conterrâneos. Todos os anos, quando o verão se tornava mais intenso, ele dava entrevistas aos jornais e rádios da capital cearense, anunciando as previsões de chuvas dos matutos para o ano seguinte. Havia quem o chamasse de *Profeta das Chuvas*, cognome que Roque se negava em aceitar, pois afirmava não ter a pretensão de adivinho. Apenas divulgava “aquilo que Deus anunciava, servindo-se dos bichos e das plantas”. (Cf. GALENO, Alberto Santiago. *Idem, ibidem.*)

6. *O tetéo não foge mais quando alguém se aproxima dos seus ninhos, mas, voa em torno, defendendo-os, e só faz isso quando vai haver inverno, para alimentar os filhotes. Vai aparecer tetéo novo em janeiro;*
7. *As abelhas de ferrão estão trabalhando ativamente e os marimbondos de chapéu, (experiência do dep. Menezes Pimentel), estão se aproximando das casas-grandes das fazendas;*
8. *As marias-de-barro fizeram suas casas com as portinhinhas viradas para o poente para evitar a chuva;*
9. *As maritacacas estão se mudando dos leitos dos riachos para os tabuleiros;*
10. *Os bacurins atiram palha para o lombo e dão cambalhotas, isso pela madrugada;*
11. *Os sapos e os cururus estão de boca aberta no mundo;*
12. *Está chovendo no Piauí.*

Rachel de Queiroz fez-lhe homenagem, em crônica publicada na revista *O Cruzeiro*, edição de 16 de abril de 1955:

“São os bichos que ensinam a Roque a adivinhar chuva. Convivendo com eles, examinando seus métodos de vida, observando-lhes as reações nos tempos que precedem as chuvas nos começos de ano, anotando as épocas de procriação, de emigração e imigração, verificando-lhes as condições físicas (peso e gordura), e sobretudo concluindo sobre a própria dedução dos animais (ele acha que os animais sabem) em relação aos invernos, Roque lança seus editos. E aí de quem duvidar. Em dezembro de 1952, Roque me dizia o seguinte, em reportagem que publiquei no *Correio do Ceará*, órgão dos *Diários Associados*: “Os animais estão me dizendo que este ano vai ser ruim. Os pebas estão gordos e não têm ninhadas. As cascavéis (cobra cascavel) estão magras, têm muitos filhos. Os sapos e rãs ficaram mudos e até um cururu “teitei” morador há vários anos numa loca de pedra perto da fazenda, adivinhação de chuva em dezembro, está calado. Na noite em que meu sapo ensaia uma ária inteiriça, enchendo a várzea com seu tu-ru-tu-estridente, matuto pode esperar: cai chuva. Também a coruja bode, assombração dos carnaubais jaguaribanos, está silenciosa. Quando ela afina a viola e começa o “farrancho” em dezembro, enche de esperança o baixo Jaguaribe. As maritacacas, os

cassacos, coatis e fedorentos não acreditam no inverno do ano que vem. É claro: ano ruim. As casas do João-de-barro foram feitas com a boca virada para o nascente, o passarinho quer dizer com isto que não vai chover. Tetéos, bacuraus, gaviões, xexéu, saracuras e curicacas, todo esse “povo” está silencioso, esquecido de que estamos na entrada de janeiro. E se os bichinhos de Deus, sábios pela própria intuição não estão esperando inverno, eu é que vou esperar? Acredito na ignorância sábia dos bichos. O ano é ruim. Evidentemente, o ano de 1953 foi quase totalmente seco. Já para 1955, Roque de Macedo mudou de rumo. Predisse um grande inverno. Falou em dezembro e se transformou num pastorador de relâmpago e vaqueiro de trovão. Declarou que os bichos garantiam muita chuva. Citou formigas, besouros, quelônios, ofídios e batráquios. Cochichou com os tatus, gambás, jacus, asas brancas, patos e marrecas. Todos lhe disseram que a internada era a maior. As vespas não lhe enganaram. Quem me disse isto não sabe mentir, declara Roque Macedo”.



Ainda de todo não termina o inverno e já o sertanejo se preocupa de fazer experiências que possam algo revelar sobre o próximo ano, lembra Josa Magalhães. Assim, as primeiras experiências são feitas em junho e se relacionam com São João e São Pedro. Diz-se que se no dia 23 ou 24 de junho, véspera ou dia de São João, cair um serenozinho ou pintar chuva durante o dia, o inverno do ano seguinte será bom. Afirma-se, outrossim, que se, à noite, cair chuva que apague a fogueira de São João, não faltará inverno, igualmente, no próximo ano. (15)

Há um provérbio que diz: “De chuva e eleição não se faz previsão”. Todavia, como afirma J. de Figueiredo Filho: “Todo mundo é profeta no Ceará e no Nordeste. Como são muitos os adivinhos, alguém há de acertar”. Aliás, os sertanejos mais antigos e aqueles que fazem alguma leitura, emitem suas profecias

(15) Cf. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 66, 1952. pp. 253-68.

arrimados em interpretações do *Lunário Perpétuo* que, para muitos sertanejos, tem a força das *Escrituras Sagradas*.

Quando alguém, em base científica, se aventura a predir se o ano futuro é seco ou molhado, o caboclo sertanejo costuma ironizá-lo dizendo que “Profecia de doutor não vale pra nada: quando diz que vem chuva é seca e quando pensa em seca, o que aparece é inverno grande”. No entender dos sertanejos, ninguém melhor do que ele conhece os problemas de sua região porque nela vivem e observam.

Numa região semiárida, sujeita à secas periódicas, a preocupação com o tempo futuro constitui, sempre, a nota dominante, principalmente entre os agricultores e pecuaristas, cujas lavouras e cujos rebanhos dependem, primordialmente, da água de chuva, aduz Abelardo Montenegro, adiantando que a história do Ceará confunde-se com a história das secas.

Lembra Yaco Fernandes que tudo no Ceará gira em torno da água, nela encontra a sua origem e para ela volta, afinal; e adianta que talvez em nenhuma outra parte do mundo tanto se façam sentir a presença e a atuação modificadora do líquido elemento; presença periódica, e mais ou menos incerta. É que o jogo alternado dos invernos e dos estios compõe variações anuais sobre a perpétua e quase inapercebida transformação de tudo. (16)

Conheci de perto dois profetas de chuva, aliás, um; porque o primeiro só profetizava *seca*. Ele era natural de Granja. Chegou muito moço em Bela Cruz. Ficou enamorado da cidade. Casou-se, constituiu família e fez de Bela Cruz sua terra sempre querida. Seu nome? Elídio Costa Vasconcelos, gente de bem. Conversador. Sempre alegre. Agricultor. Veterinário prático. Trabalhador. Falecido recentemente. Na verdade não se tratava

(16) Cf. FERNANDES, Yaco. *Notícia do povo cearense*. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, 1998. p. 14.

de um profeta, pois raramente acertava. O outro conheci em Fortaleza – José Emídio de Sales, mais conhecido por *Seu Sales*. Com certeza discípulo de Joaquim Roque de Macedo. Na verdade, seu Sales também não era um profeta de chuva. Era um santo. Ele estava sempre ocupado com explicações empíricas ou científicas, relacionadas com o chove e não molha. Era o seu dia-a-dia. Como a chuva faz falta!

Transposição do São Francisco

A transposição do Rio São Francisco é problema que data dos tempos coloniais. Já no governo del Rei D. João VI ordenaram-se estudos para o restabelecimento do terreno, vantagens e possibilidades da canalização.

O deputado Tristão de Alencar Araripe, partidário da açudagem, fez indicações sobre a construção dos Açudes do Boqueirão de Lavras e de Arneirós, e falava com convicção sobre a eficiência da canalização do São Francisco. Em discurso pronunciado na Câmara, na sessão de 27 de junho de 1877, sobre as *Providências relativas às secas do Ceará*, publicado depois em opúsculo de 33 páginas, ele apresenta sugestões e comenta a situação das províncias flageladas: “devemos lembrar-nos que a causa das desgraças atuais está nas condições da região, onde elas se realizam e que, portanto, cumpre empregar meios para modificar essas condições: 1º levantar a planta e orçamento de um canal que abra comunicação do rio São Francisco com o rio Salgado e rio Jaguaribe, no Ceará, de modo que nestes dois rios estabeleça-se uma corrente perene; 2º estudar nos sertões das quatro províncias, atualmente flageladas pela

seca, os sítios onde se poderão construir açudes capazes de manter consideráveis massas d'água”.

A esperança de Tristão de Alencar Araripe repousava nos açudes e na transposição do São Francisco; quando disse que a canalização e os açudes são os dois meios de mais notável influência para o fim de modificar as condições meteorológicas do Ceará, pondo na superfície do seu solo águas que não só refrescam, mas, sobretudo, deem possibilidade de abundante evaporação que possam produzir chuvas.

O que é fato é que as secas se reproduziram e continuarão a produzir-se no Ceará com o caráter de necessidade e intermitência, observado desde o seu povoamento regular. Se é impossível evitá-las, é fácil melhorar os seus efeitos: e tal já estaria feito se não fosse a imprevidência dos nossos governos.

Observa-se que nos estudos realizados no século XIX três sugestões predominaram: canalizar as águas do São Francisco para o Ceará, construir açudes e abrir estradas. Mas nenhuma se realizou. A história segundo a qual o Imperador D. Pedro II estaria resolvido a vender a última gema de sua coroa, *contanto que não morresse um só cearense de fome*, não passou realmente de uma lenda, pois, decorridos dez anos, em 1888, nova calamidade flagelou o Nordeste, e as obras planejadas já haviam sido preteridas. Só o açude do Cedro, no município de Quixadá, cujos estudos datavam de 1884, fora iniciado.



Quando tratamos de tecnologias agrícolas – entendidas aqui como aquelas fixadoras do homem no campo – temos que ter em mente um ponto que é fundamental: a exploração. O Nordeste brasileiro tem aproximadamente 1.600.000 Km² e apenas 2% dessa área são passíveis de irrigação. Apesar de

restrita, devido a problemas de qualidade dos solos, bem como de quantidade e qualidade da água, a região poderá vir a ser um dos maiores polos de fruticultura do mundo. (17)

Fala-se muito no extenso lençol de água no subsolo do Nordeste, e que sua exploração poderia ser a solução para resolver de vez os problemas hídricos. Não é bem assim, lembra o pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, João Suassuna. Nesse aspecto, temos que ter um pouco de cautela. Água de subsolo só existe quando a geologia assim o permite. As áreas sedimentares que possibilitam a acumulação de água no subsolo são muito esparsas na região. No semiárido, o Estado do Piauí é o que apresenta um maior percentual de áreas sedimentares (praticamente todo o Estado) e tem demonstrado exemplos de fartura hídrica, a exemplo dos poços jorrantes no município de Cristino Castro. Paralelamente à questão da água do subsolo, todos acham que a transposição do São Francisco é a alternativa redentora para mitigar a sede dos nordestinos. É ver para crer.

Nesse quadro de penúria hídrica, querer-se subtrair mais água do rio para abastecimento das populações é, na melhor das hipóteses, uma ação inconsequente. Certamente não teremos água para atender a tudo isso (geração de energia, irrigação e abastecimento). Ação muito mais coerente, quanto a este aspecto, seria a de se propiciar melhor gerenciamento, no uso das águas, das grandes represas do Nordeste. O açude Orós, aqui no Estado do Ceará, por exemplo, que possui 2 bilhões de m³ de

(17) Segundo dados do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (UnB) “a agropecuária consome 69% do volume de água retirado dos mananciais. Embora a tendência seja de aumento da área irrigada na agricultura, o uso de tecnologias e métodos mais eficientes podem evitar o desperdício e diminuir o crescimento da demanda por água no campo. Hoje existem tecnologias que permitem reduzir as aplicações e até reaproveitar a água”. (Cf. *Agroanálisis*, Fundação Getúlio Vargas, vol. 26, nº 11, nov. 2006.)

água, até hoje não justificou o porquê da sua construção. Outro aspecto merecedor de atenção como alternativa produtiva no semiárido é o setor extrativista vegetal. Temos uma riqueza enorme de plantas adaptadas ao ambiente seco que poderiam ser economicamente exploradas. Entretanto, praticamente não se conhece nada sobre elas. Ações de governo, nesse sentido, seriam importantes.

A pecuária talvez seja a mais viável das alternativas para o Nordeste seco, principalmente por se tratar de uma região carente de proteína. A piscicultura seria outra alternativa que poderia ser desenvolvida através da utilização do potencial de açudes já instalado. Ações governamentais que deem suporte aos agricultores familiares, mormente nos setores de ATER, são oportunas. As alternativas de produção existem e não são implementadas porque na verdade, tem faltado a indispensável vontade política para definir ações estruturadoras no semiárido. E tem faltado porque concretizá-la significa contrariar interesses, muitas vezes situados na base de apoio parlamentar do governo. (18) Finalmente, a Velha do Chapéu Grande (19) não poupa nem a cabra, animal por demais adaptado ao semiárido, e que sofre também a ausência do verde, como bem lembra o poeta José Alcides Pinto.

(18) Cf. SUASSUNA, João. Vontade política é a verdadeira seca do Nordeste. In: *Gazeta do Nordeste*, 19 de maio de 1998.

(19) “Os sertanejos do Nordeste personalizam a fome numa figura esquelética de velha, com um chapéu imenso. Chamam-na mesma “A Velha do Chapéu Grande”. Numa correspondência na *A República*, Natal, 16-V-1907, lê-se: Março foi inteiramente seco. Abril começou seco e assim se conserva, de modo que já podemos considerar empoleirada no seu trono a terrível “velha do chapéu grande”. A malsuada fames virgiliana (*Eneida*, VI, 276) é representada por uma velha, porque a velha é, em todos os cultos agrários, o símbolo da esterilidade, da infecundidade, das forças improdutivas ou malévolas”. (Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 3. ed. Brasília: INL, 1972. p. 385.)

José Alcides Pinto*

1.

A cabra salta, berra, sacoleja a ossada.
O couro esticado no estrado, dela, cabra.
A cabra nestas securas de outubro
(esqueleto que o sol em brasa incendeia)
sopra as cinzas do vapor do tempo
pelas ventas da vulva murcha.

.....

6.

Deixai que um poeta observe a cabra magricela
em toda sua trajetória histórica
em toda a extensão de seu sofrimento.
Esta cabra semita, apátrida, berrando de
fome
pelos tabuleiros de Inhamuns e de
Quixeramobim.
Pelo Vale do Acaraú, Massapê da Linha, Uruoca.
Deixai que um poeta observe o olho ciclópico
desta cabra:
imóvel, silencioso, cinza-azul, sem brilho,
de cuja retina escapa um coágulo de luz
mortiça
que se desmancha na ferrugem da manhã em que
agoniza.

7.

Desta cabra-mãe nordestina só resta o berro aflito.
Desta cabra martirizada, lembrando uma
mulher etíope
só resta a esperança de que a morte seja breve.

(*) PINTO, José Alcides. *As Tágides*. São Paulo: Edições GRD, 2001. pp. 81-83.

CAPÍTULO X

MEMÓRIAS DE EMÍLIO

I

O vento arrastou as nuvens. A chuva cessou. E sob o céu, limpo e claro, a lua voltou novamente a ser a rainha da noite. Um cheiro de terra molhada invadia o ar. Pingos de água brilhavam sobre as palhas verdes do carnaubal. Uma silenciosa tranquilidade se estendeu sobre a fazenda Timbira. Apenas as vozes dos de casa e da parteira, cortavam a calma daquele momento. Era 14 de março de 1880, domingo, dez horas da noite. Foi assim que vi pela primeira vez a luz do mundo, e soltei o primeiro vagido. Chorei porque pressenti um futuro negro, cheio de altos e baixos, cheio de espinhos pontiagudos por onde eu tinha que palmilhar. Cinquenta e oito dias após meu nascimento, levaram-me à Pia Batismal, no Alto da Lagoa do Serrote, em casa do Sr. Raimundo Lopes de Araújo. Foi oficiante do Ato o Revmo. Pe. Antônio Xavier Maria de Castro, vigário da paróquia de Acaraú. Foram padrinhos meu avô paterno, Miguel Ferreira Fonteles e minha avó materna, Maria da Penha Silveira. Em junho próximo, adoeci gravemente, atacado de uma febre intermitente. Neste estado apareceu uma chuva, e tendo eu recebido um pouco d'água, como era de se esperar, agravou-se

consideravelmente o meu estado de saúde. Fizeram-me sentinela durante vinte dias e vinte noites, e diziam: “Não amanhece; não anoitece”, até que me restabeleci para enfrentar o que adiante me esperava.

Fui crescendo. Gozando dos carinhos de papai e mamãe. Em junho de 1889, vindo com um feixe de lenha ao ombro, em companhia de uma negra escrava de meu avô paterno, aconteceu que, distante de casa a uns quatrocentos metros, o feixe de lenha desmantelou-se e caiu uma haste de ponta e pegou-me em cima do meu joelho direito. Fincou a ponta e quebrou, deixando uma parte dentro. Por ser um lugar muito delicado não pude andar. Veio alguém em meu socorro. Levaram-me nos braços. Colocaram-me numa cama improvisada, com a perna estirada e, assim, neste penoso estado passei noventa e três dias. Tantas dores! Tanto enfado! Só Deus sabe avaliar. Mas tudo passa. Comecei a melhorar e tentei andar de quatro, isto é, três patas no chão e arrastando a perna doente. Até àquela data não sabia qual era a primeira letra do alfabeto. Isso por falta de quem me ensinasse. Nesta mesma época, um tio meu – João Batista Fonteles – estava com um panarício e não podia andar. Meu querido pai, aproveitando a ocasião, falou ao irmão para me ensinar a Carta de ABC. Foi ele meu primeiro Mestre.

Nicácio Barbosa Cordeiro, canideense, que já havia sido professor aqui, mas que, logo, fora transferido para o povoado de Massapê – e não se dando bem por lá, pediu transferência para Santa Cruz, e obteve. Mas, muito pobre, como se transportar? Escreveu uma carta ao meu pai (eram muito amigos) e por esta razão e pela precisão, meu pai atrelou os bois em dois carros e rumou ao povoado de Massapê. Chegando lá, encontrou o professor Nicácio, satisfeitíssimo. Juntaram a bagagem, embarcaram nos carros, e juntos com a senhora dele, chegaram aqui depois de dois dias de penosa viagem, para recomeçar sua nobre

missão de ensinar. Foi assim que a 10 de janeiro de 1890, eu pisei pela primeira vez numa escola.

Deixando o estudo, a 18 de maio de 1893, ingressei no trabalho grosseiro, determinando operários nas roças de meu pai, correndo a cavalo atrás de gado – profissão em que tão mal empreguei o meu tempo.

Aos vinte anos, pensei em me casar. Namorei uma moça, minha prima. Com esta ideia, no dia 7 de fevereiro de 1901, mandei-lhe uma carta, nesse sentido. A portadora foi uma empregada da casa dela. No dia 10, do mesmo mês, às seis horas, recebi uma carta dela, trazida por um irmão. Agradei e coloquei no bolso. Estava de saída com uma turma de trabalhadores. Chegando à roça, determinei os homens, e, retirando-me para uma palhoça, li a bendita cartinha – era uma resposta amável, tão delicada, que senti um dos maiores prazeres de toda a minha vida. Dias depois, tivemos ocasião de conversar. Feri no assunto. Ela riu-se com gestos de quem estava me amando. Eu continuei: –“Pois bem. Li sua carta, a qual me deu muito prazer e, desde então, meu pensamento descansou em você. E pretendo perante Deus seres tu a minha companheira na peregrinação de nossa vida”.

E assim ficamos definitivamente entendidos. Daí em diante comecei a frequentar a casa dela. Os velhos pais compreenderam minha intenção. Percebi que estavam de acordo.

No dia 3 de outubro de 1906, o senhor João Batista Silveira, convidou-me para trabalhar na loja dele, em Acaraú, como guarda-livros. Neguei-me de pronto. Aleguei que não tinha queda para o comércio e mesmo tinha um compromisso para o fim do ano. Mas ele insistiu. Falou que servia pelo menos quatro meses, então eu disse-lhe:

– Nesses três dias dou-lhe uma resposta.

Conversei com minha predileta. Pedi sua opinião. Ao que ela respondeu:

– Eu te governo?

Falei que um pedido dela era uma ordem, e mais ainda que estávamos compromissados para o fim do ano. E ela:

– Quanto a isto não há dúvida, mas acho bom que converse com meus pais, pois eles sabem do nosso amor e... esta é a minha intenção.

Sucedeu que, pela tardinha, ela saiu para passear com a mãe, e conversando com meus pais, descuidaram-se e a noite chegou. Elas mostraram-se medrosas, e minha mãe falou:

– Emílio, vai com a Maria do Carmo e a Maroca até passar as ipueiras. Eu prontifiquei-me e saímos. Quando faltavam poucos metros da casa eu disse-lhes:

– Já está perto, posso voltar? Elas concordaram. Quis me despedir, mas disse apenas:

– Com licença.

Alguns dias depois, falei com sua mãe o que estava se passando entre nós, quais nossas intenções, o que ela e tio Manoel não ignoravam. Ao que ela respondeu:

– Apesar de você não ter dito nada.

– É exato – respondi, – mas vou dizer agora – sendo do seu agrado e do tio Manoel, desejo sua filha para me casar.

A resposta não tardou:

– É muito do nosso gosto, eu respondo por ela e por mim. Outro melhor ela não encontra.

– Muito obrigado! Eu estava certo com Maroca para dezembro próximo, já me entendi com ela e estou lhe pedindo uma trégua de seis a oito meses. – Aleguei o motivo.

– Não há duvida, – respondeu.

E assim, no dia 26 de novembro de 1906, segunda-feira, segui para o Acaraú. Na minha saída, como me era indispensável, passei na casa dos pais da moça para dizer um “adeus”. Encontrei-a com lágrimas e fala trêmula, e... não menos eu. Despedi-me e sai. Ela acompanhou-me com os olhos marejados de lágrimas e entoou estas quadrinhas:

*Se eu com lágrimas pudesse
Tua viagem impedir
Eu choraria a cada instante
Só para não te ver partir.*

*Oh! quanto sinto em ser pobre
Nada de meu possuir
Se eu tivesse eu te daria
Só para não te ver partir.*

Mas...eu parti, sentindo aquela aguda punhalada. Por algumas vezes senti vontade de voltar, mas tive vergonha e mesmo a promessa que tinha feito, me desafiava. Mas há! Quanto hoje e há muitos anos tenho me arrependido. Ainda nesta hora em que estou escrevendo, depois de cinquenta e três anos, três meses e vinte e nove dias, sinto como uma ingratidão feito a quem tanto me queria e a quem tanto eu adorava.

Entreí no comércio, como “guarda-livros”, mas o meu pensamento não descansava. Tinha eu um agregado. Este tinha filhos. Fiz negócio com ele para todos os sábados levar meu cavalo para eu vir dormir em casa, e assim minorar ou aumentar as saudades de minha noiva; oito dias pareciam oito lustros, e neste penoso estado passaram-se alguns meses. Até que o incansável coração falou-me mais sério: –“Volta para onde está

quem tanto te estima, eu não posso te dar descanso porque a dona consciência não dá licença”. Obedeci. Voltei para meu santo lar. Senti-me satisfeito e minha querida noiva satisfeítíssima. Mas ah!... Não há gosto perfeito. Por um certo rolar de coisas, urdido por um irmão, sofri um certo aborrecimento que chegou ao ponto d’eu mandar uma cartinha a minha noiva, dizendo que não iria mais em casa dos pais dela, e aguardei sonhando acordado, com o pensamento em outras paragens. Com dezenove dias recebi dela uma cartinha dizendo que não havia respondido ainda, porque não tinha expressões para responder tão duras palavras: “Mesmo nesta carta não estou dizendo nada, apelo para Nossa Senhora”. E com isto terminou a missiva.

Agora em discussão o coração e dona consciência. Após sérios debates, dona consciência falou-me imperiosamente: – Não tens remorso, depois de tantas promessas, fracassar tão impiedosamente? Consulta a própria razão, segue os ditames do teu coração.

Determinei, em última análise, convidá-la para uma fuga. E por meio de uma carta, manifestei todas as minhas intenções. Ela respondeu-me: – Eu estava tão longe desta ideia de fuga, como é distante do sol o planeta terra. Porque uma amizade tão grande que tem sido, de tanto gosto de nossos pais. E agora para nos unir ser preciso uma fuga! Mas faça-se a vontade de Deus e a sua, não crio dificuldades, me oriente para eu saber me determinar.

Os pais dela estavam farinhando, no Córrego de Santa Cruz e ela ficou em casa com a avó materna. Tudo ficou mais fácil. O certo é que com três dias após a carta dela, eu tive a ventura de um encontro. E então conversamos longo tempo e acertamos nossa fuga, bem a nossa vontade. Isto era segunda-feira e ajustamos para sábado, em Santa Cruz. Ela lembrou:

– E a minha roupa?

– Faça uma trouxa – ordenei, – e bote na casa de engenho. Sexta-feira à noite eu venho roubar.

E assim sucedeu. A fuga tinha sido marcada para as seis e meia da noite, em casa do nosso avô – José Pereira. Convidei meu parente e colega Chiquinho Sales, que não se negou, e no dia e hora marcados, estava no ponto. Ela estava na casa do pai Pedrinho, como ela chamava. Viu-me passar, seguiu para lá. O certo é que chegamos quase iguais. Encostei o cavalo na calçada, e ela sentou-se na anca do dito. Busquei uma vereda. Tomei outra. E rumei em direção ao Aguiar, para a casa de meu tio – João Batista Fonteles, com quem eu já havia me entendido. Isto sucedeu no dia 10 de agosto de 1907. No dia 12, segunda-feira, fui ao Acaraú, levei tudo ao conhecimento do meu tio e amigo Antonino Lopes, e pedi para ele arrumar os papéis com brevidade para o casamento ser feito no dia 1º de setembro próximo (domingo); era, naquela época, a Festa de Nossa Senhora, aqui em Santa Cruz. Felizmente saiu tudo conforme meus desejos. O certo é que no referido dia 1º de setembro, às cinco e meia da tarde, estávamos recebendo as bênçãos do nosso sacramento matrimonial, sendo oficiante do Ato o revdo. Pe. Antônio Thomaz, vigário da Sede.

Veio a noite, tivemos que procurar a cama para o descanso das fadigas do dia. Como era de costume, todas as noites eu dava um passeio no terreiro da casa paterna. Assim fiz na noite do nosso casamento. Refleti sobre o meu novo estado de casado – e a minha consciência gritou imperiosamente: “Estais pensando no que fizestes? Há muito tempo já devias ter feito: muito bem. Pensa e traça outro caminho que debes seguir, foge daquelas amizades, esquece aqueles passeios, deixa aqueles divertimentos”, e o coração que estava de acordo, apoiou, e ligeiramente tracei mentalmente um programa. Mas... mal sabia eu que outro programa estava sendo traçado. Um caminho cheio de

espinhos me esperava. E com certeza eu tinha que trilhar. O homem propõe e Deus dispõe.

Voltei de meu passeio costumeiro, e quando fui entrando em nossa alcova, ouvi gemidos. Aproximei-me. Era a minha Maroca. Indaguei o que era. Ela disse ser uma dor muito forte, no estômago. Tornou-se um incômodo sério, a ponto da família perder a esperança de vida. Exceto eu, que sempre me mostrava forte, confiante na bondade de minha Mãe Celeste, a quem depositei toda a minha confiança. Mas o caso, como já disse, tornou-se sério, a ponto de inspirar cuidados. Já havia passado doze a quinze dias e eu do lado dela, sem dormir. Vinha alguém e dizia:

– Vá para o outro quarto descansar, dormir.

– Minha gente, aqui tem meu coração, minha alma, como eu poderei deixar? Não tenho para onde ir.

Mas a precisão obriga a tudo. E eu disse pra ela:

– Maroca, me dê licença de três a quatro horas, eu me afastar daqui.

Ela muito baixinho, perguntou-me:

– Onde vai?

– Vou ao Acaraú.

– Vá.

Abracei-a com lágrimas e sai. Montei-me em fogoso animal e sacudi as rédeas, como quem ia pegar um boi. Parava alguns momentos para dar fôlego ao animal, e tornava à desfilada. O certo é que com uma hora estava em casa do senhor Alberto Rodrigues de Azevedo. Contei a que ia, e ele me deu uma cápsula, dizendo:

– A saúde da sua esposa.

E de fato, com quatro dias estava ela dirigindo nossa casa. Curada. Graças a bondade de Maria Santíssima, a quem eu tanto me recorri.

Tratei logo de continuar meus afazeres – minha farinha-da, meu carnaubal – extrair a cera, após fui tratar do roçado para o ano vindouro. Quando no dia da queima, 4 de janeiro de 1908, ao salvar uma cerca, recebi uma grande baforada de fumaça e, nesta ocasião, senti uma dor de cabeça insuportável, acompanhada de um argueiro no olho. E o que resultou? É que com oito dias, quis ir ao Acaraú procurar remédio, mas não pude ir só. E com vinte dias já não sabia distinguir a noite do dia. Tudo eram trevas.

Usei muitos remédios, mas tudo em vão. Fui a Sobral, no dia 20 de março; apresentei-me ao Dr. João Marinho de Andrade. Disse-me, após um ligeiro exame, ser uma catarata, mas que só podia operar depois de dez meses. Conformei-me e esperei. Expirado o tempo, por ele determinado, procurei o tal, e ele negou-se, dizendo que o mal não era catarata, e que operação não resolvia. Fiquei mais para morrer do que para viver. E ainda caí na asneira de não procurar outro oculista, em Fortaleza.

No dia 3 de abril de 1909, veio ao mundo a minha primeira filha, Maria Odete, fiquei muito satisfeito, mas não pude vê-la. Depois que banharam e enxugaram botaram em meus braços. Beijei, cheirei e entreguei, com os olhos marejados de lágrimas. Em maio próximo foi batizada pelo mesmo vigário Antônio Thomaz, sendo padrinhos, Manuel Pereira e Maria do Carmo.

Mesmo sem nada ver, lutando pela vida. Tudo somente a golpe da palavra e auxiliado por minha querida Maroca.

Na vida ingrata que me amargurava, veio a grande seca de 1915. Tinha eu, naquele tempo, mais de oitenta réis para

tratar. Já era bem pesado para um vivente, no estado em que me achava, porém, não desanimei; arrumei operários: uns levavam o gado para a várzea; outros cortavam carnaúba (o fruto); outros tiravam mandacaru, e tudo isso trazido para casa, nas costas de jumentos.

Eu, sempre as palpadelas, ajudava a cortar o mandacaru. Sucedeu que bati com a mão esquerda em cima das costas do facão, para abrir um pedaço e senti um grande ardor, no dia seguinte estava muito inchada e o resultado foi um grande panarício que para estourar passou trinta e oito dias de horríveis dores.

E, neste estado de sofrimento, cívico e moral, vi se passar onze anos e dez meses.

No dia 17 de fevereiro de 1919, vi nascer minha segunda filha, Maria Malta, que me trouxe muito prazer, mas que pela vontade de Deus, me deixou com quatorze meses de nascida. Neste espaço de onze anos e dez meses passaram-se fatos bem desagradáveis: doença perigosa na minha Maroca, em minha mãe, em minha pessoa, além da tal cegueira. Anos secos, como o “quinze” e o “dezenove”, e dezenas de aborrecimentos, que é mais fácil imaginar que escrever.

Em maio de 1919, surge um mensageiro de Deus, Maria Santíssima e São Geraldo; na pessoa de minha prima e comadre Manuela Hosana, me ativando para eu recorrer a São Geraldo, que com certeza eu seria valido. E me confortou, alegando dezenas de curas operadas pelo milagroso Taumaturgo do século XVIII.

Ouvi e calei-me, mas uma voz não me saía da audição; parecia dizer-me:– Aproveita a ocasião, o tempo é este.

Raciocinei. Senti um grande desejo. Prostrei-me em meu santuário e, quase trêmulo, me encomendei ao grande santo; o

meu futuro médico. Até então eu não conhecia nem sequer uma imagem. Soube que em casa de um parente meu tinha imagens do glorioso santo. Encomendei uma, mandei benzer e coloquei em meu santuário. Aguardei-me, não cessando de implorar a sua proteção.

Quando um bendito dia atacou-me uma dor de cabeça e, ao mesmo tempo, uma dor num olho, tudo igual como começou. Tanto era a dor que perdi a esperança de vida. Após vinte dias e com um purgante de aguardente Alemã, trazida de Aca-raú pelo meu amigo Zacarias Adriano – que se ofereceu para ir buscar – tive um grande alívio.

Ainda, neste tempo, não tinha feito o meu contrato civil. Aproveitei a melhora, mandei chamar o Juiz Casamenteiro, e fiz em minha casa o dito Contrato. Era Juiz – Antônio Fernandes da Silveira; Escrivão – Domingos Fonteles de Araújo e Testemunhas – Nicácio Barbosa Cordeiro e Manuel Lopes do Prado Leão.

Neste alívio que senti, das dores, apareceu um ardor muito forte nos olhos, o que me impedia de receber vento e luz do sol. Fui obrigado a vendar os olhos, com uma faixa de fazenda preta, e assim passava o dia. À noite, me sentia melhor, pelo escuro e a fresca. E a tal cegueira sempre triunfante.

Mas em poucos dias, ao ser chamado para o almoço, com passos trôpegos, me aproximei da mesa, que era muito próxima da porta da nossa alcova. Sentei-me. Levantei a faixa que guardava os olhos. Curvei a cabeça e salivei. Vi a saliva se desprender. Espantei-me. Repeti. Tornei a ver. Senti um choque e... dei um “Ai, Meu Deus!” Voltei à cama sem tocar no alimento. A Maroca que estava afastada, ouvindo a minha queixa, correu em meu socorro e perguntou-me o que havia sucedido. Dei uma resposta qualquer, mas ela ficou impressionada.

No dia seguinte, retirei a faixa dos olhos, na alcova escura, e, olhando para o teto, notei um claro – como se fosse uma telha quebrada. Mais tarde repeti. Vi o mesmo claro. Comecei uma luta entre alegria e tristeza. No dia seguinte, cerca de dez horas da manhã, repeti – repeti e vi bem mais claro, mas o ardor nos olhos sempre me perseguindo. Fui chamado para o almoço. Chegando à mesa, levantei a faixa. Vi o prato com a comida e uma colher. Fiquei paralisado alguns segundos. Mas para ocultar aos que estavam à mesa, baixei a faixa. Comecei a comer, no meu costume de tantos anos. Quase não conseguia engolir, tal era a minha agitação. Pouco fiz no dito almoço e voltei para minha alcova.

No dia seguinte, antes do sol raiar, levantei-me, saí fora, olhei o pátio da casa e vi muita coisa: árvores, cercas, nuvens. Tudo cinzento. Mas o ardor nos olhos fez com que eu procurasse o meu abrigo contra o claro e o vento. Refugiei-me, muito alegre, e chorei de tristeza. E como pode ser isto? Eu explico em poucas palavras: muito alegre e com justa razão, porque estava vendo, o que a cento e quarenta e dois meses não via, e outras coisas que nunca tinha visto, bem como a minha casa, feita na época da minha cegueira, minhas filhas, Odete e Malta, a primeira com dez anos, a segunda com oito meses.

Ao mesmo tempo estava duvidoso, sem saber se aquilo seria apenas uma passagem, e voltava ao meu triste estado de cego. Mas não, fui sempre melhorando e com quinze dias estava podendo andar só. Mas sem nada dizer, temendo uma viravolta.

Como era natural, por mais que fingisse ocultar, alguém desconfiou, até que, com trinta dias, eu vendo a realidade do grande milagre, me encostei a minha querida Maroca e disse:

- Vou te dar uma boa nova.
- O que houve?

Eu respondi:

– Maroca, por São Geraldo, eu estou enxergando tudo.

Ela olhou-me, duvidosa, e disse:

– Ah! se fosse uma verdade!

– Pois é uma verdade, – respondi.

Então, ela levantou uma tesoura e perguntou-me o que tinha na mão. Respondi:

– Uma tesoura.

Pegou um pedaço de fazenda e perguntou. Eu respondi:

– É um pedaço de mandapolão.

Ela soltou, levantou as mãos e perguntou:

– E agora?

– Cinco dedos em cada.

Ela vendo que era verdade, toda trêmula, levantou-se e foi buscar nossa filha Maria Malta, que tinha oito meses, e fez igual pergunta. Respondi:

– Esta é nossa filha Maria Malta.

Aí ela queixou-se:

– Emílio, porque você estava ocultando de mim, que tenho tanto interesse na sua vista?

– É porque este grande acontecimento eu tenho tido como um sonho. Várias vezes tenho acordado à noite, ponho-me a meditar e quero duvidar, risco um fósforo para mim certificar, mas é uma realidade.

II

O ano de 1919 foi seco. Estávamos no trato do gado, quando me apareceu o grande milagre. E eu me achando com suficiência, entrei na luta. Chegara 1920, e nada de inverno, e assim prolongou-se até o dia quatro de março, quando tivemos a primeira chuva. Veio para alagar tudo. No dia dez, soltamos o gado. Escrevi a história da minha cegueira, mandei publicar e soltei aos quatro ventos. Em seguida, mandei vir uma imagem de São Geraldo, pelo senhor Joaquim Ferreira Gonçalves – dita imagem ainda se encontra na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, nesta cidade.

Em maio de 1920, veio certo incômodo, e no dia quatro do dito mês, levou a minha querida Malta, que me deixou bastante abatido pelo amor, pela saudade que ainda hoje me acompanha.

Em 1927, nos primeiros dias do mês de agosto – Manoel Albano da Silveira, prefeito, naquela época, em Acaraú, nomeou a minha filha Maria Odete, para Agente Postal de Santa Cruz; isto sem me consultar. Neguei-me de pronto. Aleguei que morava a dois quilômetros de distância da povoação, que meu pai estava privado do primeiro sentido e seria uma ingratidão se eu o abandonasse, e que isso eu não faria.

Ele procurou me convencer, mas não me dobrei. Finalmente, por muita insistência, prometi levar ao conhecimento de meu querido pai, se ele não concordasse, estava tudo resolvido.

Certifiquei-lhe toda a história:

– Papai, se não é bem do seu agrado, me seja franco, porque seus desejos são ordens.

Respondeu-me que satisfizesse o sobrinho dele e prometeu que vinha também.

Avisei ao interessado – Manoel Albano, que aceitava. No dia 16 de setembro de 1927, mudei-me para este lugar. Muito me arrependi e continuo arrependido.

No dia dezoito, o compadre Bião e o irmão Manoel Cosme da Silveira, ex-agente, chegaram a nossa residência com os materiais da referida agência e entregaram à nova Agente – Maria Odete, que ficou empossada do cargo. Quarenta e cinco mil réis, mensais, era o ordenado. Meu pai não veio como havia prometido. Em julho de 1928, minha mãe adoeceu. O mal se agravou. O certo é que no dia sete de agosto às sete horas da manhã, deu o último suspiro. Ela estava contando setenta e quatro anos, três meses e dois dias. Fiquei bastante encabulado, por me ver privado das vistas de quem tanto me queria e de quem eu tanto adorava. Procurei consolo naquelas palavras: “Meu Deus, fiat voluntas dei”.

Meu querido pai ficou, como se costuma dizer, morto. Até que passados nove meses e dezoito dias, desapareceu também da face da terra, para unir-se à sua esposa, onde Deus foi servido. Isto se deu no dia 25 de maio de 1929.

III

Havia aqui uma Conferência de São Vicente de Paulo, fundada pelo Pe. Sabino de Lima. Criada a mesa, coube a presidência ao senhor Gabriel Florêncio. Após alguns anos, ele desistiu da incumbência, alegando que morava fora e que nem sempre podia comparecer. Foi então discutido pelos confrades, quem poderia substituí-lo; recaiu na minha pessoa, e assim fiquei dirigindo a dita conferência.

Isto se deu no primeiro domingo do mês de janeiro de 1938. Eu já vinha sonhando edificar um prédio Vicentino. Logo que fui nomeado presidente, tratei de levar a efeito minha ideia; no primeiro domingo de maio após à reunião, levei ao conhecimento dos confrades presentes, o que tinha em mente – foi um aplauso geral. Logo ali discutimos o local, onde devia ser construído o prédio. Um confrade ofereceu um terreno, mas cheirou pouco aos presentes. Apelaram para eu resolver. Eu que também achei o local inadequado, respondi:

– Também tenho um terreno na Rua Humaitá, e de bom gosto, cedo, fica em frente ao antigo cemitério. Escolham. Como fizerem estou de acordo.

Notei os presentes, mais satisfeitos, entrarem em discussão com o primeiro ofertante do terreno, o qual disse estar de acordo, e assim ficou acertado o lugar que havia de ser construído o prédio – foi aceito a minha oferta. Criamos uma comissão de homens, a Conferência não possuía um tostão, mas eu enfrentei. Mande logo fazer tijolos, meus ajudantes pediram auxílio ao povo, e graças a São Vicente, com facilidade apareceu dinheiro. Inventamos leitões, quermesses, dramas e muitas outras formas de angariar dinheiro, de forma que não houve falta. Os trabalhos já estavam bem adiantados quando fiz encomenda de uma imagem de São Vicente e de um sino de 25 kg. O certo é que saiu tudo conforme os nossos desejos. No dia 10 de julho aqui chegou o Pe. Sabino de Lima, para tratar dos festejos ao benfeitor dos pobres – São Vicente de Paulo.

Como há muito era esperado, desde seus primórdios, o povo de Santa Cruz, desejava que nossa povoação fosse elevada à categoria de Paróquia. Isso acontecia de tal modo que já no início do século, os senhores Gabriel Florên-

cio, Miguel Lopes de Araújo Costa, João Batista da Silveira, Francisco Romão de Carvalho e o professor Nicácio Barbosa Cordeiro, que naquele tempo representavam a comunidade, lutavam por esse benefício. De feito que a 29 de dezembro de 1941, Dom José Tupinambá da Frota assinou a Portaria, criando A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Bela Cruz. Dois dias depois, Dom José nomeou o Padre Odécio Loiola Sampaio, para o cargo de Vigário da mesma, da qual tomou posse no dia 11 de janeiro de 1942.

Nesta época, adoecera minha querida e leal esposa. Não poupei esforços, porém o mal sempre aumentando. Chamei um médico de Sobral, veio o Dr. Antônio Custódio de Azevedo, que diagnosticou a doença, acrescentando que só operação resolvia. Maroca não quis aceitar, mas por insistência minha – que muito me arrependi – aceitou.

A 15 de maio de 1942, o médico fez a operação, sem fazer exame do estado da doente. Com poucos dias eu soube pelo farmacêutico Benjamim Studart Gurgel, que a mesma estava atacada de diabetes. Tentei o mais que pude. Esforcei-me loucamente, e nada consegui. No dia 26 de julho, às duas horas da madrugada, falecia minha querida esposa. E eu não sei, nem posso escrever o que se passou com minha fraca pessoa. Depois de trinta e cinco anos de casado, vivendo tão unido, me ver separado de quem eu tanto amava e era amado. Não enlouqueci porque tinha Maria Santíssima como minha advogada.

IV

Naquela desditosa época, estava em nossa casa uma mocinha de quatorze anos de idade, nos ajudando durante toda a doença de Maroca, que foram setenta e dois dias. Estava também em casa uma mulher casada, que tinha sido criada por meus pais. No dia seguinte, segunda-feira me dirigi a elas e pedi que ficassem comigo o resto da semana. Prometeram ficar e, tomarem conta da malfadada casa. E o pobre velho pensando como podia continuar a triste vida, no penoso estado em que se achava. Desde meu tempo de rapaz, tinha feito propósito de que casando, viuvasse, não casaria segunda vez e, neste propósito estava.

No quinto dia da minha separação, às duas horas da tarde, eu estava numa saleta, nos fundos da casa, deitado num tucum. A dita mulher estava penteando a mocinha, que também tinha ficado ao meu pedido. Casualmente, lancei um olhar para ela, demorei talvez uns dez minutos, e veio-me um ligeiro pensamento, como um pesadelo: “Se eu ainda casar é com esta criatura”.

Tive um estremelecimento e afastei o pensamento, continuando no meu propósito de não me casar. Convidei uma negrinha velha e viúva, mas ainda com suficiência de arrumar a minha alimentação. Aceitou, nas seguintes condições: às cinco horas da tarde voltar para a casa dela, que dista 2,5 km, chegando no outro dia às sete da manhã. Como precisava, obriguei-me a imposição: Comia mal, bebia mal, dormia pessimamente, com o pensamento em quem tanto me zelava e que não mais havia de voltar! E assim iam-se passando lentamente os enfadonhos dias.

Quantos incômodos de saúde, quantos aborrecimentos, quantas calúnias injuriosas, quantas contrariedades! Só Deus sabe. Sem um auxílio nas minhas doenças, sem ao menos quem me oferecesse um chá. Eu tão acostumado a ser tratado com tanto zelo, tanto carinho, e me ver privado de tudo isso! Mesmo assim, sempre no ideal de não casar segunda vez.

O certo é que a 21 de fevereiro de 1943, amanheci indisposto, mesmo assim resolvi ir ver o gado. Uma chuva torrencial me deu um banho em regra, chegando em casa fui procurar roupa para trocar (coisa que eu não sabia fazer). Caí numa rede. Não pude almoçar, pedi café e logo senti febre e, ali isolado, passei a noite. Pela manhã, sem ânimo, mas como precisava, fui ordenhar uma vaca. Quando lá estava, de momento chegou uma *chuvola*, abandonei e rumei pra casa. Mas qual – molhou-me bem.

Deste segundo banho senti-me abalado. Sem ser esperado, chegou em nossa casa o senhor Antônio Minervino, farmacêutico homeopático, de saudosa memória. Pedi que ele fizesse uma visita à mocinha que também estava muito doente em casa do pai dela. Ao voltar ele disse: “A doente que você me encomendou está com sarampo e você também. Cuide em se tratar”.

Eu perguntei-lhe: – Você tem remédios?

– Tenho, sim, mas estão no Marco.

No dia seguinte, mandei buscar.



Chamaram-me para tomar o café das sete horas, como de costume. Levantei-me e segui para a mesa. Senti uma forte repugnância. Voltei de chofre, sem tocar em coisa alguma. Tornei de novo à rede, e, para mim, acabou-se o mundo, uns três dias. Não sei o que se passou. Minha ex-cunhada Ana, mandou chamar o Pe. Odécio para me ouvir, mas ele não pôde atender, por motivo de doença, mas por bondade, mandou chamar o colega dele, o Pe. Apoliano, vigário de Marco, o qual chegou a nossa casa às oito horas da noite. Recebi os últimos sacramentos e o padre saiu dizendo: – O doente não amanhece vivo.

Após três dias deste ato sacramental, caiu um avião para os lados do *Cafundó*, e muita gente foi assistir o *funeral* do dito avião. Por lá também chegou um médico (talvez para medicar os moribundos, já falecidos), cujo nome nunca soube. Quem, não sei – levou o tal a minha presença, e ele diagnosticou que meu mal era pneumonia e aplicou remédio conforme sua vontade, e assim continuaram a me tratar. Ora o médico disse, está dito. Não sabiam que o tal médico tinha era um apelido, pois assim ficou provado – tudo que tenho rabiscado aqui só sei por que depois da doença me contaram – por bondade de Nossa Senhora eu alcancei um pouco de melhora e ouvi alguém dizendo:

– O mal dele é pneumonia, pois o médico disse.

Chamei o Pedro Lúcio que estava sendo o ouvinte, e perguntei-lhe: – Que conversa é aquela que estavam lhe tratando? Ele quis despistar, para atender a dona Marieta

Louzada, que estava fazendo gestos para ele negar. Mas agitado, falei imperioso:

– Conte a história direito que eu já ouvi tudo.

Com este meu positivismo, dona Marieta apresentou-se, acrescentando que o médico havia dito que eu estava salvo, precisava apenas continuar com os remédios indicados. E eu sabendo perfeitamente que estava sendo tratado d’um mal muito diferente do que realmente estava sofrendo, falei para dona Marieta:

– Eu não quero mais uma só dose dos remédios de tal médico e, finalmente, eu não aceito mais nem sequer um chá, porque podem me enganar.

O senhor Mário Lousada, sabendo no mesmo instante da minha intransigência com os tais remédios, chegou à porta (coisa que ele raramente fazia) advogando a favor do médico, querendo me convencer a continuar com os tais medicamentos. Eu dei a resposta com o silêncio. No correr da conversa chegou o Chico Batista e foi dizendo:

– Abenção, padrinho Emílio.

Eu respondi e disse-lhe:

– Quero que você vá já ao Marco. Aí no quintal deve estar o meu cavalo. Monte e vá ligeiramente dizer ao senhor Antônio Minervino que venha aqui, sem perda de tempo.

Isto se deu às sete horas da manhã. O saudoso amigo Antônio Minervino estava de saída para atender um chamado, quando chegou meu portador e deu o meu recado. E ele falou:

– Eu sei que o caso do senhor Emílio inspira mais cuidados, portanto vou vê-lo agora.

Eis que chegou meu encomendado. Alguém mandou-lhe entrar. O dito aproximou-se e perguntou-me como estava. Eu, com a fala muito vagarosa, cansado pela fraqueza, contei-lhe a conversa que há pouco tinha observado e em seguida disse-lhe:

– Se atrever-se a me tratar, aqui estou eu.

Ele alegou o que já havia dito no início da tal doença, que meu mal era sarampo e nada mais. Chamou algumas pessoas que se achavam ali ao redor e, abrindo a minha blusa, mostrou aos presentes:

– Estão vendo o estado deste homem? Ainda duvidam que não seja sarampo?

Todos afirmaram que sim. Ele advertiu:

– Este pobre homem morrendo à míngua no meio da família, tendo remédio tão fácil e tão perto. O senhor mande vir os remédios e de hoje a três dias eu venho lhe visitar.

Mandei trazer pelo velho Chico Ponte, os remédios indicados por Antônio Minervino. E logo fui sentindo melhora, apareceu-me suor que há muito não sentia. O velho amigo como tinha prometido, veio no dia marcado. Notou alguma melhora e disse-me:

– As *biscas* estão murchando. Tenha calma, na sua alcova. Os remédios são os mesmos. Com cinco dias venho trazer-lhe outros.

As *biscas*, como ele chamou, continuaram murchando, coçando desesperadamente. Vi o inferno e os cães *bulindo* dentro, mas eu suportando resignadamente, pedindo conforto a Nossa Senhora, e foi ela quem me salvou.

Sentia-me fraco. Sem poder me alimentar. Tudo me aborrecia. E também sem ter quem cuidasse do pobre doente. Certo dia chegou à porta o senhor Mário Louzada, perguntou-me como estava. Respondi:

– Estou aqui a mercê de Deus, e pra morrer de fome, porque além de não poder comer, não tenho quem trate de mim.

Ele admirou-se, e eu repeti:

– Você admira-se! Quem está tratando de mim?



O bondoso velho Antônio Minervino veio e me achou melhor. Mudou os remédios e disse: – Com dez dias você pode tomar banho em água tépida.

A falta de apetite continuava. Consultei ao meu médico se podia tomar água de coco e de laranja, ele não concordou, e eu continuei suportando uma fraqueza enorme. Finalmente, mandei o Pedro comprar umas laranjas ao senhor José Florêncio. Ele mandou uma dezena, dizendo que eram as últimas. Mandei espremer duas e colocar num copo com água e açúcar, e tomei. Senti gosto e um bem estar no estômago. Mais tarde repeti. Arrumei algumas com o Joca Lopes. Depois mandei comprar um cento, na Gijoca. Eram muito ordinárias, mas me serviram muito.

Neste tempo em que eu estava usando as santas laranjas, o compadre João Geves andou em nossa casa, e vendo o meu penoso estado, mostrou-se muito penalizado, e falou-me em água de coco. Eu disse para ele:

– É muito bom, mas hoje, para mim, tudo é difícil.

Ele foi pra casa e mandou comprar alguns em Acaraú. O certo é que com três dias chegou em nossa casa quatorze cocos verdes, que muito me serviram. Mais tarde fui pagar e ele nada quis. Este gesto, e do modo como ele fez, jamais se apagará da minha memória.

Já estavam acabando os cocos, presente do compadre Geves, quando chega em nossa casa meu primo e compadre Bião Silveira, que sendo sabedor de meu estado, veio me visitar. Vendo-me doente, sem minha companheira, sem conforto, quase ao desamparo, lutou poderosamente para me levar para a casa dele em Acaraú, dizendo que eu não me dava mal, que sua comadre me trataria o mais bem que pudesse. Eu agradei e disse-lhe que não podia ir:

– Compadre, se eu tiver de morrer é mesmo aqui onde a Maroca me deixou.

Ele indagou sobre minha alimentação. Eu disse-lhe que estava me valendo de laranja e água de coco verde e isto muito racionado. Logo ele despediu-se e foi embora. No dia seguinte recebi do dito Bião uma carga de cocos verdes. Fiquei-lhe muito grato por esta nobre e generosa oferta.

Com este último presente fui sentindo algum ânimo e disposição para me alimentar. Com cinquenta e quatro dias de sofrimento, a conselho do senhor Antônio Minerino mandei preparar um banho: banhei-me, enxuguei-me, tomei a cama e dormi umas quatro horas. Alguém me chamou. Julgavam que eu ainda estivesse dormindo. Mas não. Não dou este prazer a ninguém. Pedi uma xícara de café, o que no decorrer da doença, foi o primeiro que aborreci. Após o sono, senti um bem estar. Mas tão fraco, tão abatido, só Deus sabe. Quanto mais eu ia convalescendo mais saudade sentia da minha querida Maroca, e na certeza

de nunca mais vê-la. Resolvi então ir a Santa Missa. Chamei meu empregado, mandei levar uma cadeira e colocar no lugar de costume. Arrumei um pouco de álcool e coloquei num vidro, para aspirar, se preciso fosse. Falei para o empregado: “Vamos e tome cuidado comigo, se eu falsear qualquer nada, eu caio. Segui com muita cautela, sentia que não podia com as pernas. O solo em que pisava parecia um buraco. Finalmente cheguei à Igreja. Ajoelhei-me. Persignei-me. Tomei o meu acento, e assim assisti a Santa Missa. De vez em quando aspirava o álcool.

Terminada a santa missa fui ao consistório, onde estava o meu querido vigário – Padre Odécio Loiola Sampayo – e disse para ele:

– Aqui me tem Deus, Padre Odécio!

Ele parabenizou-me e disse:

– O senhor Emílio, para mim, ressuscitou, segundo o estado em que o vi.

Voltei para a tristonha casa (que onze meses antes eu chamava o meu paraíso) me sentindo tão enfadado como se tivesse feito uma grande jornada, tamanha era a minha fraqueza.

Continuei na minha solidão, procurando me fortalecer; muito a vagar: primeiro porque não podia aceitar bem os alimentos; segundo porque não tinha quem cuidasse de minha pessoa. Como meu estado exigia, só mesmo a santa Maroca. Mas esta já não existia e não apareceu quem a substituísse nem mesmo em sombra.

Neste penoso estado alguém me disse:

– Senhor Emílio, quem vive só, morre só. O senhor não pode continuar assim.

Gravei essas palavras e meditei algumas vezes: “Quem vive só, morre só”. E disse pra mim mesmo:

– Isto é uma verdade, não há meio termo.



Pela bondade de minha Mãe Santíssima, eu estava restabelecido e me sentindo com disposição para enfrentar as lutas da vida. Pensei pela primeira vez que precisava me casar. Compreendi que só, não podia continuar.

Voltei o pensamento. O mesmo que havia tido, com cinco dias de viúvo. Pensei e me firmei a pôr em prática a minha resolução, e nesta conjectura ousei me declarar e saber se era aceito. Procurei me avistar com a dita moça e feri no assunto. Ela não me deu resposta. Aguardei. Passado uns dias, tratei de novo. Ela mostrou-se duvidosa. Pareceu-me que ela julgava que eu estava brincando. Nesta ocasião chegou o pai dela. Eu mudei de conversa.

Cheguei em casa, contrariado. Peguei da pena e fiz uma carta, revelando todo o meu desejo. E que não estava brincando, nem com más intenções. Que eu queria era me casar. E que deixasse de receios, disto ou daquilo. E me desse uma resposta definitiva. Satisfatória, se pudesse.

Coloquei a carta dentro do meu missal cotidiano e fui à missa; de volta a vi conversando com uma senhora. Aproximei-me e dei-lhe o livro dizendo:

– Entregue este livro ao Chico Ponte.

Mais tarde fui a casa dela e, não encontrando o velho, pude conversar. Perguntei-lhe:

– Quê meu livro?

Ela riu-se e foi buscá-lo.

– Leu a carta?

– Li, – respondeu-me.

– Pois quero que me seja franca. A ocasião não pode ser melhor.

Calou-se. Eu insisti:

– Não me diz nada?

– Hoje, não.

– E pra que tanta maçada?

– Breve eu lhe dou uma resposta satisfatória.

– E porque não é já?

– Não pode ser. É breve.

Com três dias fui disposto. Era “sim” ou “não”. O velho estava almoçando. Ela saiu adiante e me entregou uma carta. Não me deu desengano, nem promessa. Veio alegar qualidades, família e outras coisas. Passado dois dias fui a casa dela; achando-a sozinha, rompi de novo:

– Me seja franca, é porque eu sou velho?

– Não senhor, morre o velho e morre o moço; é porque não pode ser.

– E porque não pode ser?

– Eu já disse naquela carta.

– Aquela carta não me convence em nada.

E para abreviar, vou logo dizendo, passei oito meses nessa lenga-lenga, e sem obter uma resposta definitiva. Eu precisando me casar, resolvi por fim a minha resolução. Neste espaço de tempo me arranjaram três casamentos, mas eu defendia-me dizendo que não queria casar. A razão é que só me servia aquela, eis o motivo porque resisti tanta maçada. Até que um dia perdi a esperança. Chegando em casa, peguei da pena e escrevi mais uma carta: “Esta será a última que te escrevo. Já estou farto de lutar por

uma resposta, e ainda não pude alcançar, portanto – a-deus!, desculpe a minha imprudência de tantos meses”. Terminada a carta, guardei-a, e, no dia seguinte, procurei ocasião de fazer entrega. Passando na porta dela, estava na sala, sozinha. Entreguei a carta. Ela mandou-me entrar. Eu respondi: “Não posso”. E saí sem dizer “até logo”. Pensei em seguir outro caminho. Dias depois fui fazer uma visita ao cemitério, onde estavam os restos da minha querida Maroca; fui buscar a chave na casa do José Silveira, e tinha que forçosamente passar na sua porta (eu tinha um livro em poder dela) e ela aproveitou a ocasião e perguntou-me:

– Quer levar seu livro?

Respondi, secamente:

– Posso levar.

Recebi o livro e segui meu caminho. Veio-me um pensamento. Abri o livro, não me enganei. Encontrei uma carta. Li. Entre outras coisas, terminou dizendo: “Seu Emílio, se acha que eu sirvo de chá, eu aceito. Mas só pode ser de hoje a um ano”.

Isto se deu no mês de junho. Eu pensei o resto da tarde, e quase toda a noite, o certo é que consenti, achando muito longe, mas...

No dia seguinte, precisando me entender com ela fui até sua casa. Lá encontrei o velho. Não pude conversar com a moça, fiquei indeciso. De momento, lembrei-me de uma traição e disse:

– Chico Ponte, eu quero que você hoje ou amanhã, vá cortar duas carnaúbas para certo trabalho.

– Sim, senhor. Pode ficar para amanhã?

Eu não achei bem bom, mas para não desconfiar, respondi muito resignado:

– Pode!

Só Deus sabe este “pode”. E prossegui:

– Pois bem, você arrume os seus ferros e quando for passe em minha casa pra eu dar as medidas das carnaúbas.

Eu bem podia ter dado logo, mas eu queria ver as costas do velho, e saber a hora em que a casa estivesse livre do embusteiro. Os outros da casa andavam fora; de tudo eu estava bem informado. No dia seguinte, Chico Ponte passou em minha casa, dei-lhe a falsa medida. Digo falsa, porque eu não precisava de carnaúba. Era só um pretexto, para botá-lo fora de casa. Bem: ele recebeu as medidas e seguiu rumo a nossa terra, para cortar as indesejáveis carnaúbas. Passados quinze minutos, saí desassombrado. Chegando na casa dela, encontrei-a meio risonha. Entrei, sentei-me em um tucum, calado. Ela rompeu:

– Está com raiva de mim?

– Com raiva? Não. Absolutamente. Antes, estou muito satisfeito, mas, ao mesmo tempo, com queixa. Pois está fazendo oito meses que luto por uma resposta, quando agora você dá um “sim” e ainda pede doze meses de trégua. Isto é um pretexto de quem não quer, será?

– Não, respondeu-me – não é má vontade. Aceito de bom gosto, estou disposta a lhe satisfazer.

Eu reclamei:

– Vamos deixar por seis meses.

– Não, seu Emílio, não pode ser, vamos passar o ano, como eu já disse, nesse tempo estou pronta.

Finalmente, acertamos. Estávamos noivos. Neste período de tempo, dei dois passeios em Chaval, fui a Camocim e ao Ipu. Lá estive com o Dr. Chagas Pinto, com quem me receitei de uma gripe. O certo é que percorri toda a linha de Camocim até Ipu. Terminada minha excursão, fui ao Acaraú, procurei nossos batistérios e os guardei.

Eis que chegou o desejado mês de junho. Então eu disse-lhe:

– Chegou o tempo. Vamos marcar o dia.

Ela riu-se e confirmou:

– É verdade. Então, seu Emílio, quer mesmo casar-se comigo?

Fiquei maçado e disse-lhe:

– Raimunda, isso é pergunta que você me faça? Depois de tantos entendimentos por carta e mesmo pessoal, você ainda vem com essa?

– Eu sei, seu Emílio, eu estou pelo que disse. Mas quero fazer-lhe um pedido. Você promete?

– Se for possível.

– É para o seu Emílio deixar para depois da festa de Nossa Senhora, aí eu não peço mais trégua.

Eu perguntei-lhe:

– E por que?

– Eu queria – disse ela.

– Pois fica, respondi. – Isso parece mistério.

Eu já sabia que o Padre Odécio era contra o meu ideal. Parece-me, para *chaleirar* o Mário, e fazer um certo embaraço, criando dificuldades, para ver se eu desistia.

Engano. Quanto mais ele embrulhava, mais eu dizia:

–Deixa vir, pois o senhor ainda não sabe com quem está pegado.

Na confissão, por várias vezes, repreendeu a Raimunda: – “Que ela visse quem era; que fugisse dessa ideia”. De tudo a Raimunda me contava. Eu, sendo sabedor, escrevi a Dom. José, de saudosa memória, revelando o meu ideal. Disse-lhe mais, que não me era igual em qualidades, mas que o gosto era meu, e que tinha certeza de ser feliz.

Dom José, respondeu para o Padre Odécio, mandando que ele fizesse o casamento do senhor Emílio, da forma que ele determinasse.

Quando, uma bela noite, Padre Odécio, surge em nossa casa:

– Seu Emílio, recebi uma ordem, do senhor Bispo, sobre um seu casamento. Vim aqui em missão de Sua Excelência, para lhe ouvir.

– Sim senhor, Reverendo, eu preciso me casar, como já vos tenho dito.

– Bem, – disse ele – com quem, com a Raimunda? E abafou um suspiro. – Seu Emílio, lhe sou franco. Eu não faço este casamento porque depõe contra a minha pessoa, e mesmo eu devo muito ao Mário.

Se fosse um homem qualquer eu tinha o mandado ir pro inferno. Mas... era o meu vigário. Procurei calma e disse-lhe muito maneiroso: (só Deus sabe como eu estava): – “Está muito bem, Padre Odécio, eu julgava que um sacerdote não se acovardava por caretas de cumprir sua missão sacerdotal. Pois muito ao contrário: o senhor deve tanto ao Mário, e eu não devo nada a este homem; faço o que entender, e me desculpe, eu também lhe sou franco – o senhor não é o primeiro padre que eu vi; quando o seu pai veio ao mundo, eu já conhecia padre”.

Passados uns vinte dias, fui me confessar com ele. Contei-lhe que tinha tido uma grande queixa dele. Ele pegou nos “ares”. Não perguntou o porquê. E foi dizendo:

– O padre tem obrigação de corrigir.

–Muito obrigado – respondi – “eu não sou menino e em artigo de casamento eu não quero conselhos”.

Dias depois, indo ao Acaraú, passei em casa do Padre Sabino, e em conversa, ele indagou:

– Inda não quis casar? Deve se casar.

– É verdade, padre, eu preciso me casar.

Nesta ocasião, contei-lhe tudo o que se tinha passado com o meu vigário. Ele permaneceu calado por alguns minutos e disse:

– Não é só ele que é padre.

E adiantou mais algumas palavras, fazendo-me entender que ele faria o casamento. Escrevi, novamente, a Dom José, no mesmo sentido. Mas não tratei em coisa alguma, do que se passou entre eu e o meu vigário. Primeiro, porque não queria melindrar. Segundo, porque o senhor Bispo podia me chamar de fuxiqueiro, e isto não me saía bem. Tirei o assunto de outra forma, dizendo que não tinha dado certo o meu ideal, como eu tinha projetado. Eis a razão de ter-lhe escrito a segunda vez. E na carta pedia-lhe licença para: primeiro: casar sem banhos; segundo: licença de menor de idade; terceiro: de rapto; quarto: sem licença do pai; quinto: para ser feito em horas fora do comum; sexto: ordem para o Padre Sabino abençoar a nossa união.

Enviei-lhe a carta e aguardei resposta. Com poucos dias recebi um recado do Padre Sabino. “Que eu indo ao Acaraú, passasse na casa dele”. Não julguei que fosse assunto de casamento, mesmo porque fazia tão pouco tempo que havia enviado a tal carta a Dom José. Neste tempo, a

política estava muito agitada, nas proximidades das eleições. Achei que ele quisesse me filar alguns votos. Era eu adversário dele, na política. E, precisando dele, pensei: “Estou entre o báculo e a espada – mas eu tenho armas para me defender”.

Chegando em sua casa, como de costume, chamei:

– Padre Sabino?

Ele respondeu:

– Entre, seu Emílio.

Entrei, fui me aproximando. Ele levantou-se. Recebeu-me. Mandou que eu sentasse. E, meio risonho, dirigiu-se a mim nesses termos:

– O que é que você anda fazendo?

Silenciei alguns segundos, e respondi:

– Não sei. Venho saber agora. Recebi uma ordem sua de vir aqui, portanto: “Ecce Homo”.

Ele continuou:

– “Recebi um cartão do senhor Bispo dando ordem para fazer o casamento de Emílio Fonteles, da forma que ele quiser”. – E calou-se.

– E o que mais? – perguntei-lhe.

– Nada mais – Eu precisava lhe avisar e, com sua presença, saber suas intenções.

– Muito bem, eu lhe informo: preciso me casar, e, por certos deuses e me deuses, fiz uma carta ao Sr. Bispo, nestes termos: e declarei o pedido como já havia escrito na carta, dirigida a Dom José Tupinambá da Frota.

– É certo – respondeu-me – E com ordem do Sr. Bispo, estou às suas ordens.

V

Eu tinha uma empregada, e ela estava com vontade de ir embora.

–Pois bem, quarta-feira, pela manhã, eu mando lhe deixar em casa.

Avisei ao Chico Ponte para ir com ela. A viagem era longa. Dava tempo eu fazer o rapto. Com antecedência, avisei aos meus convidados, marcando dia e hora. Pedi ao Chico Batista e Gregório que arranjassem uma balsa e fossem me esperar na beira do rio Acaraú, às quatro horas.

Acertado com a moça para certo ponto, na hora determinada, montamos num cavalo e seguimos para o rio. Chegando lá, encontramos tudo arrumado. Os balseiros voltaram e, eu com minha moça, seguimos. Às oito horas, estávamos em Acaraú, em casa do mestre Alberto. Eu sabendo que o pai dela ia ficar muito aflito ao sentir falta da filha, fiz uma carta e lhe enviei. Isto se deu no dia 13 de junho de 1945. No dia 14, às cinco e meia da manhã, estávamos recebendo as bênçãos da nossa união matrimonial, com o Mons. Sabino de Lima.

Saindo da Igreja, tomamos nossos cavalos. Às oito horas, estávamos em nossa casa, na Timbira. Calmei uns quatro dias, pensando, cuidando da minha nova vida – com a minha nova esposa; traçando novos planos e novas ideias. Tudo muito diferente dos três anos passados que tão mal vivi.

Durante trinta e cinco meses estive muito desequilibrado de meus afazeres, e só depois de casado é que comecei a ver o grande desarranjo em que se achavam as

coisas. Foi então que Iniciei a luta para regular as desordens. Lá fiquei até 25 de novembro, início da Festa de Nossa Senhora, data em que fixamos, novamente, aqui, nossa residência.

Este meu casamento deu muito que fazer a língua dos entrosados; daqueles que cuidam da vida alheia e não cuidam da sua; daqueles que não olham para seus defeitos; e, finalmente, daqueles que não olham para seus antecessores, seus trancos ainda tão rasos e tão podres. Mas eu, nesta peregrinação de novecentos e sessenta meses, ou seja, 29.200 dias, sei tanta coisa de arrepiar cabelos. Mas eu calmo vendo e ouvindo, e, com a graça de Deus, vou atravessando a tempestade.



A Raimunda teve sérios incômodos de saúde. E a 27 de fevereiro de 1947, fomos a Sobral, a procura de médico. A estrada da Ribeira, por ser inverno, estava intransitável para carro. Por esse motivo fomos em animais, pela mata, em busca da Uruoca. Saímos aqui de Bela Cruz, cerca das oito horas da manhã; alcançamos a casa de Antônio Faustino já nos molhando e, depois de uma chuva torrencial, que durou três horas, saímos já achando dificuldades em atravessar o Riacho de São Gonçalo, devido o crescimento das águas. Seguimos viagem, mas não conseguimos atravessar o Rio Remanso e fomos forçados a dormir na casa do amigo Doca Rocha. No dia seguinte, sexta-feira, rumamos ao ponto desejado, atravessamos o *riozinho* quase molhando o acento da cela. Almoçamos na casa de uma senhora – Maria Cândida. Ali demoramos algumas horas, devido à chuva, como também dando um

tempo ao riacho Jurema dar passagem. Já enfadados de esperar, alguém nos avisou que em certo lugar já se podia atravessar. Falei ao tal para nos guiar até o local; ele não criou dificuldades. Fiz-lhe um agrado e seguimos viagem, sempre apanhando chuvas. Às três horas da tarde estávamos em Uruoca – tomei um fôlego e disse: “Louvores a Deus, a viagem está feita. Sim: está feita, porque amanhã, sábado, muito cedo o trem estará na estação e a viagem para Sobral é um divertimento”.

E de fato, na hora costumeira, estava o veículo a desafiar os passageiros. Tomamos acento num carro de primeira, e com poucas horas estávamos em Sobral. Procurei a pensão. O Grande Hotel, que naquela época pertencia ao meu conterrâneo João Maranhão. À tarde, procuramos o médico – Dr. Assis Machado, da Faculdade de Medicina da Bahia – que estava de passeio naquela cidade. Fez um ligeiro exame. Disse que não podia tratar da Raimunda, porque tinha um chamado urgente.

No dia seguinte, procurei o Dr. Aragão, que depois de um minucioso exame, entre outras coisas, disse-me que eu mandasse tratar dos dentes, que era de muito proveito. Obedeci. No mesmo dia procurei um dentista; ajustamos o trabalho e no dia seguinte demos início ao tratamento. Terminado o trabalho dos dentes, voltamos. Fomos tratar de usar os remédios indicados pelo Dr. Aragão, porém, o resultado não apareceu. O tratamento dos dentes teve início, na quinta-feira, dia 27 de fevereiro de 1947. Chegamos a nossa casa, em Bela Cruz, só no dia 14 de março, sexta-feira.

Voltando à Timbira, continuei a minha vida, como sempre, lutando com os afazeres da profissão.

Pois bem: assim foi o meu segundo casamento. Tinha a Raimunda dezesseis anos e cinco meses, e eu, sessenta e cinco anos e três meses. Satisfeito por ter conseguido o que eu desejava, não foi possível ter a tranquilidade esperada. O destino da criatura é sempre assim. Nunca a felicidade é como sonhamos. Há sempre um mundo de mistérios e sombras entre o sonho e a realidade... E a nossa vida se desenrola dentro do destino, sem que ao menos a gente possa orientá-la pelos devaneios da mente.

Dei o desprezo à curiosidade daqueles que com tudo se importavam. Notei alguém se afastar, mas também, outros que eu nem esperava, se mostraram amigos.

Segui em frente. A tudo prestando atenção. E continuei vivendo em paz com a minha companheira e lutando com os afazeres de minha obrigação.

Emílio Fonteles

14.03.1960

O líder comunitário belacruzense, Emílio Fonteles da Silveira, a quem a população local deve uma elevada soma de serviços, nasceu em 1880. Filho de José Fonteles da Silveira e D. Maria Especiosa da Silveira. Estudou apenas três anos, na Escola do Professor Nicácio Barbosa Cordeiro. Casou-se duas vezes, tendo como primeira esposa, sua prima dona Maria Emília Silveira, dona Maroca, e a segunda, dona Raimunda Nonato Silveira. Foi o 2º Presidente da Conferência de São Vicente de Paulo, em Bela Cruz. Faleceu a 4 de setembro de 1968, aos 88 anos de idade. Os poderes municipais de Bela Cruz, em reconhecimento ao seu trabalho, deram seu nome a uma rua da cidade.

CAPÍTULO XI

MÁRIO LOUZADA

*M*ario Domingues Louzada nasceu a 15 de agosto de 1904, na pequena cidade de Acaraú. Filho de pais humildes – Francisco Domingues Louzada e Maria Araújo Domingues. Órfão aos três anos de idade foi acolhido e amparado por sua tia – Filomena Domingues Louzada e teve uma infância normal, como as demais crianças do seu tempo. Frequentou a escola pública, sob a regência da professora dona Antônia e ali concluiu os estudos primários, fazendo jus ao Certificado do 5º Ano, aproximadamente em 1918.

Manifestou, desde cedo, acentuado pendor artístico, notadamente para o desenho e o teatro. Suas aptidões constituíram objetos de valiosa colaboração à sua parenta e amiga dona Nanã Louzada, que mantinha naquela época, um famoso *atelier* de artes e decorações, de larga aceitação por parte das famílias abastadas. Às vésperas do Natal, ele era frequentemente solicitado, para instalações e adornos de presépios, nas elegantes residências de Acaraú; bem como na ornamentação de ruas e praças. Em ocasiões festivas, lá estava, como organizador e arquiteto.

Também pertenceu ao aplaudido elenco teatral de dona Adélia Louzada, conhecida pelas suas excelentes habilidades cênicas, auxiliando-a, muitas vezes, com real eficiência, onde apresentavam diversas peças no Recreio Dramático Familiar, local.

Aos quatorze anos de idade, iniciou-se no comércio. Preliminarmente, como auxiliar de vendas, da firma comercial de Luiz Albuquerque. Em seguida, foi admitido como funcionário do conceituado estabelecimento comercial de Manoel Álvaro Sales, com idênticas atribuições, ali permanecendo por alguns anos. Por esse tempo, a firma comercial de José de Paula Pessoa, já mantinha uma filial em funcionamento, na povoação de Santa Cruz, sob a gerência de Raimundo Albano da Silveira. Com o afastamento deste, foi empossado, na qualidade de gerente daquela sucursal. Foi assim que, no mês de junho de 1929, transferiu-se para Santa Cruz, vindo assumir suas novas funções. Aqui entrou com o pé direito; prosperou e venceu tornando-se anos depois, proprietário da referida filial, agora autônoma, com a denominação de Casa o Mário. Esta veio a tornar-se uma das maiores e mais populares da região.

Aqui radicado, logo se integrou no processo de afirmação sócio-político-econômico, imprimindo o cunho de sua atuação. Em 1932, casou-se com a jovem Maria Odete da Silveira, filha do ilustre casal Emílio Fonteles da Silveira e Emília Maria da Silveira – dona Maroca. Deste consórcio matrimonial tiveram três filhos – José Maria Louzada, Maria Filomena Louzada e José Mário Louzada.

Embora acarauense de nascimento, era, de fato, belacruzenso, de coração. Amava Bela Cruz, como se fora o seu próprio berço. Ali constituíra família, era o berço de sua esposa e filhos. Julgava-se, portanto, no dever de re-

tribuir-lhe, os favores recebidos, com dedicação e carinho. A este lema foi sempre fiel, dentro de suas limitações.

Amigo dos seus amigos, jamais os abandonou nas horas difíceis. Para cada caso particular, para cada um dos seus problemas angustiantes, esforçava-se sempre por arranjar-lhe uma solução adequada. Ninguém que batesse à sua porta, premido por uma necessidade urgente ou grave, em busca de uma ajuda, jamais voltou de mãos vazias. Escolheu a Conferência de São Vicente de Paulo desta cidade, da qual foi presidente, por longos anos, imprimindo-lhe mais impulso. Nesta qualidade, não apenas designou comissões de vicentinos, na forma estatutária, incumbidas de visitar os pobres e enfermos, enfim, de examinar-lhes a verdadeira situação a que se achavam presos, levando-lhes o lenitivo de que tanto careciam.

Dentro do programa de assistência aos pobres, fundou lactários, postos de puericultura, em convênio com a LBA, para distribuição de leite, vitaminas e outros alimentos de excelente valor nutritivo às crianças e às gestantes necessitadas. Aqui funcionaram estas instituições por longo tempo, proporcionando vasta soma de benefícios.

II

Sempre teve acentuado amor às aves e às plantas. Por isso mesmo manteve um aviário e um jardim, anexos à sua residência, cuja variedade de espécimes raros, constituía as delícias e a admiração dos visitantes. Também muito apreciava as artes plásticas, a pintura e o desenho, salientando aqui o talento genial do nosso artista João Veneslau Araújo – o Joca Lopes.

Promoveu e fomentou o esporte proporcionando-lhe um período áureo em sua história, nos idos de 1936 a 1940, quando mantínhamos amistosos com as equipes de Acaraú e Massapê, e onde já se afirmavam as qualidades positivas dos nossos jogadores, notadamente das equipes Santos Dumont e Vera Cruz.

Aqui introduziu o primeiro rádio e a primeira amplificadora, com uma discoteca fabulosa de 1200 unidades, contendo os principais sucessos da época.



Nas condições aqui descritas, é fácil avaliar, como decorrência lógica, a simpática acolhida que desfrutava junto às classes populares do município. Assim tornou-se, com o tempo, o líder nas esferas políticas de Bela Cruz. Nesta qualidade militou desde o princípio, na organização partidária chefiada, na área municipal, pelas tradicionais famílias Albano da Silveira e Louzada Gonçalves. E, em termos de Estado, pelos Távoras, de larga atuação política no Ceará.

Foi subprefeito do então distrito de Bela Cruz, duas vezes, nos períodos de 17 de março de 1947 a 27 de fevereiro de 1951, e, ainda, de 26 de março de 1955 a 2 de setembro de 1957, correspondentes às administrações municipais dos prefeitos Manoel Duca da Silveira e Geraldo Benone Gomes da Silveira, este último sob cuja administração fora criado o Município de Bela Cruz.

Entre as obras públicas, de maior vulto, de sua administração como subprefeito, figuram a construção de um *matadouro modelo*, efetuada no ano de 1950, e a reconstrução de *mercado público* local, no ano de 1955. Podemos citar ainda, entre outras, a edificação de uma *escola típica*

rural, em 1948, e um *campo de pouso*, no ano de 1949. Foi este, por sinal, reconhecido pelo Ministério da Aeronáutica, e que tanto serviço prestou à comunidade.

Estas obras de reconhecido mérito, principalmente considerando-se a exiguidade dos recursos disponíveis, representam realmente inestimáveis conquistas.

Por ocasião da criação do Município, ocorrida a 23 de fevereiro de 1957, fez o possível, seja influenciando as autoridades, seja na organização dos meios necessários para atingir o seu objetivo; sempre lutou por esta ideia que se tornou realidade.

A 15 de novembro de 1958, foi eleito o primeiro Prefeito Municipal de Bela Cruz, (1) na qualidade de candidato único das forças políticas militantes no município, e a 25 de março de 1959, assumiu o Governo da nova unidade político administrativa.

Logo de início, à falta de sede própria, adaptou e mobiliou, convenientemente, os prédios onde passaram a funcionar os poderes, executivo e legislativo, do Município recém-instalado. Adquiriu e instalou um *grupo gerador* termelétrico, a óleo Diesel, de 54 KWA, e a 21 de dezembro de 1960, foi inaugurada a iluminação pública, na sede do município, realizando-se assim uma das principais aspirações do povo.

Estas e tantas obras de menor vulto, como a abertura e conservação de estradas, a melhoria do ensino público, foram realizadas na sua administração.

(1) “O Prefeito Mário Louzada não concluiu a sua administração, pois faleceu prematuramente, aos 56 anos de idade, de enfarte, a 19 de dezembro de 1961, em Fortaleza, quando tratava de assuntos ligados aos interesses da edilidade municipal que dirigia”. (Cf. VASCONCELOS, João Damasceno. *Mário Domingues Louzada* – dados biográficos, 1971.)

CAPÍTULO XII

CRONOLOGIA

1637 – 26 de outubro – Os holandeses tomam o Forte do Ceará, conseguindo apoio dos índios que se sentiam maltratados pelos portugueses. Aos poucos foram se apoderando de todo o litoral, especialmente, Jericoacoara e Camocim, onde construíram fortificações. A 28 de fevereiro de 1644, abandonam o Maranhão, sob pressão dos comandados de Antônio Teixeira de Melo. Vendo-se derrotados fogem para Pernambuco, deixando os tapuias. Revoltados, os indígenas investem contra o Forte holandês de Camocim, matando-lhe os soldados; logo depois se dirigem a Jericoacoara onde fazem o mesmo. Começa e termina assim a dominação holandesa nas praias da Ribeira do Acaraú e Camocim.

1650 – 8 de dezembro – Alvará do Rei determina que “os Governadores, em benefício da povoação e da lavoura das terras do Brasil, dessem em sesmarias a todas as pessoas que, com mulher e filhos, viessem para qualquer parte do Brasil”. Com esta determinação a colonização do interior brasileiro foi imensamente facilitada motivando a imigração de muitos portugueses. (Cf. *Cronologia sobralense*, vol. I, 1974)

1666 – 23 de agosto – Por Carta Patente desta data é nomeado Capitão de Ordenanças de Ipojuca, Pernambuco, Francisco Vaz

Carrasco, filho de Manoel Vaz Vizeu e Maria da Rocha. Casou-se com D. Brites de Vasconcelos, com a qual teve seis filhos, entre estes, Manoel Vaz Carrasco (pai das sete irmãs que povoaram a Ribeira do Acaraú). Ordenou-se sacerdote, logo após o falecimento de sua mulher. Francisco Vaz Carrasco e D. Brites de Vasconcelos tiveram: 1 – Manoel Vaz Carrasco que casou-se duas vezes. A primeira com Luiza de Sousa, filha de Sebastião Leitão de Vasconcelos e Inês de Sousa. A segunda, com Maria Madalena de Sá, sobrinha do Capitão-mor do Ceará Sebastião de Sá e de Leonardo de Sá. 2 – Francisco Vaz Carrasco (filho) casado com Antônia de Mendonça Uchoa, viúva de Bartolomeu Peres de Gusmão, filha de Francisco de Faria Uchoa e Ana de Lira Pessoa. 3 – Antônio Vaz Carrasco, casado com Margarida de Sousa, filha de Sebastião Leitão de Vasconcelos e Inês de Sousa. 4 – Maria Madalena que se casou com Pedro Gama. 5 – Eugênia Vaz Carrasco, que faleceu solteira, em 1724. 6 – Maria de Goes.

1670 – Nesse ano já se encontra no Ceará Leonardo de Sá, irmão do Capitão-mor Sebastião de Sá, filho de Manoel Ribeiro de Azevedo. Serviu no Forte de N. S. da Assunção. Conseguiu sesmária no riacho Juá, correndo pelo rio Siupé, no ano de 1682, juntamente com seus companheiros Francisco Dias Carvalho, Bernardo Coelho de Andrade e Domingos de Mendonça da Câmara. Foi militar, chegando ao posto de Coronel. Fez algumas viagens através dos sertões cearenses, inclusive na ribeira do Acaraú, desbravando matas e domesticando índios. Conseguiu várias sesmarias na ribeira do Acaraú – alguns de seus filhos vieram ocupar estas terras. Sua filha Maria de Sá casou-se com Félix da Cunha Linhares, vindo residir no sítio São José. Seu filho Sebastião de Sá, casado com Cosma Ribeiro França, era possuidor de muitas terras nesta Ribeira, inclusive onde hoje se encontra a cidade de Santana do Acaraú, posteri-

ormente compradas pelo Pe. Antônio dos Santos da Silveira. Sua filha Paula de Sá casou-se com Nicolau da Costa Peixoto, doador de terras para a Capela de Santa Cruz (Bela Cruz). Sua filha Leonarda de Sá casou-se com o Capitão Francisco Dias Peixoto. O Coronel Leonardo de Sá participou também da política, tendo sido eleito vereador da recém-criada Vila de São José de Ribamar – Aquiraz.

1672 – Nasce em Pernambuco, D. Maria de Araújo Vasconcelos, mulher de Manoel de Goes, primeiro sesmeiro da ribeira do Acaraú. Manoel de Goes que recebeu sesmaria a 23 de setembro de 1683, com mais seis companheiros, se diz “descobridor do rio Acaraú”. Dona Mariinha faleceu com 90 anos, no dia 5 de janeiro de 1763, e foi sepultada na capela de Santana do Acaraú.

1676 – Chega ao Ceará o português Antônio da Costa Peixoto. Em 1702, juntamente com Leonardo de Sá, irmão do Capitão-mor Sebastião de Sá, que governou o Ceará em dois períodos, consegue sesmarias na ribeira do Acaraú. Dois filhos de Antônio da Costa Peixoto vieram habitar nestas ribeiras, para ocupar terras das sesmarias obtidas pelo pai: Nicolau da Costa Peixoto e Apolônia da Costa. Nicolau fixou-se no sítio Santa Cruz (Bela Cruz). Apolônia fixou-se no Siupé.⁽¹⁾ Casou-se com o Sargento-mor Antônio Marques Leitão.

(1) Primeiro nome do rio São Gonçalo. Velho topônimo que figura em muitos documentos cartográficos da época colonial. Encontrado pela primeira vez, em 1610, com a forma de Siope. A ribeira do Siupé começou a povoar-se nas últimas décadas do século XVII, quando, em 1680, o Capitão Filipe Coelho de Moraes obteve uma sesmaria. Neste documento e em vários outros da mesma natureza, o topônimo é grafado Siupê, soando como atualmente (Siupé). *Etim. Corr. de Çoo. pe*, “o trilho do animal, da caça” (Barbosa Rodrigues e Teodoro Sampaio). Mas, para Paulino Nogueira, que segue José de Alencar, quer dizer “lugar de caça”. (Cf. SOBRINHO, Thomaz Pompeu. Topônimos indígenas dos séculos 16 e 17 na costa cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 59, 1945. p. 203.)

1678 – Por Carta Patente, Sebastião de Sá é nomeado Capitão-mor do Ceará, cargo que exerceu pela primeira vez, até 11 de setembro de 1682. Era filho de Manoel Ribeiro de Azevedo e Madalena de Sá. Dois de seus irmãos estão ligados à história da ribeira do Acaraú: Leonardo e Madalena. Leonardo de Sá, sogro de Félix da Cunha Linhares, que recebeu sesmaria juntamente com Antônio da Costa Peixoto, foi o primeiro proprietário das terras às margens do rio Acaraú, nas proximidades da hoje cidade de Sobral. Madalena de Sá – sogra de Manoel Vaz Carrasco, pai das sete irmãs. O Capitão-mor Sebastião de Sá era tio-avô das sete irmãs. Talvez sua alta posição de primeiro mandatário da Capitania condicionou a vinda de seus parentes para o Ceará, onde se radicaram.

1681 – 7 de março – Por carta régia desta data fora criada uma Junta de Missões, com sede em Recife. Na ocasião foi estudada a possibilidade da criação de um curato na ribeira do Acaraú.

1683 – 23 de setembro – Registro da data de sesmaria de Manoel de Goes e seus companheiros Amaro Fernandes de Abreu, Estevão de Figueiredo, Francisco Pereira Lima, Fernando de Goes, Manoel de Almeida da Ruda e Simão de Goes de Vasconcelos. Segundo consta da petição em que requereram a concessão da sesmaria deslocaram-se de Pernambuco, tangendo bois e cavalos “por distância de 200 léguas de matos fechados e tapuios bárbaros” em direção ao Maranhão, até encontrarem o Rio Acaracu. Manoel de Goes e seus companheiros requereram para cada um, cinco léguas de comprimento rio acima e quatro de largo, duas de cada margem do dito rio. O Capitão-mor Bento Macedo de Faria concedeu-lhes três léguas de comprimento por duas de largura a cada um dos requerentes. Toda a região da Ribeira do Acaraú, compreendida no atual município de Bela Cruz ficava dentro dessa sesmaria que se estendia até meia légua ao sul da sede do atual município de Marco, cujo topônimo

tem origem numa baliza que demarcava as terras da sesmaria de Manoel de Goes.

1689 – Nasce na Paraíba o Capitão Ângelo Dias Leitão. Casou-se com Rosa Maria Ferreira e residia na Ribeira do Acaraú. Era amigo de Manoel Ferreira Fonteles. Quatro filhos de Ângelo casaram-se com filhos de Manoel Ferreira Fonteles. Destes casais procede imensa descendência em Bela Cruz.

1700 – 25 de janeiro – O Capitão Português, Antônio da Costa Peixoto é eleito vereador – na primeira eleição havida na província do Ceará – realizada em Iguape, nas proximidades de Aquiraz. Residia no Siupé, povoação hoje pertencente ao município de São Gonçalo do Amarante, onde conseguiu sesmaria, a 9 de maio de 1694. Conhecemos dois de seus filhos – Apolônia da Costa e Nicolau da Costa Peixoto, ambos ligados à história da ribeira do Acaraú. Apolônia casou-se com o Sargento-mor Antônio Marques Leitão, construtor da Capela de Nossa Senhora da Soledade, do Siupé. Deste casal nasceram 7 filhos, dentre os quais Quitéria Marques de Jesus, mulher do Capitão Antônio Rodrigues Magalhães, fundadores da fazenda Caiçara (Sobral). O outro filho – Nicolau da Costa Peixoto, casado com Paula de Sá, fixou residência, no Sítio Santa Cruz (Bela Cruz) e foi o doador de terras e gados para a constituição do Patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição, no ano de 1732.

1702 – 14 de outubro – Dia importante para a história de Bela Cruz e da Ribeira do Acaraú. São confirmadas várias sesmarias por D. Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro, Capitão-Geral de Pernambuco. Entre estas sesmarias, está a que foi concedida ao português Nicolau da Costa Peixoto, na região hoje pertencente ao município de Bela Cruz. Para lá se deslocou fixando residência. Foi ele que juntamente com Domingos A-

guiar de Oliveira (cunhado de Manoel Vaz Carrasco) fez doação de terras para a constituição do patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Santa Cruz (Hoje Bela Cruz) a 12 de setembro de 1732. Foi também ele que vendeu terras a Manoel Ferreira Fonteles, terras onde foi instalada a célebre Fazenda Tucunduba. Nicolau da Costa Peixoto era casado com Paula de Sá, filha de Leonardo de Sá, de quem teve seis filhos. Faleceu em 1745 e seu inventário foi feito a 20 de agosto de 1746, no sítio Araticuns. Nicolau da Costa Peixoto foi, provavelmente, um dos primeiros colonizadores a se estabelecer no atual território do município de Bela Cruz, entre o final do século XVII e albores do século XVIII.

1703 – Tem início o tombamento das datas de sesmarias já concedidas nas ribeiras do Acaraú e do Jaguaribe pelo Ouvidor Cristóvão Soares Reimão, com o fim de evitar posses ilícitas. Esta ordem deu motivo a graves rixas, inclusive lutas armadas. Na Ribeira do Acaraú o conjunto de sesmarias concedidas a Manoel de Goes e seus companheiros, a 23 de setembro de 1683, que media 21 léguas ao longo do Rio Acaraú, fica reduzido a 9 léguas. Segundo registra o Pe. Francisco Sadoc de Araújo (Cronologia sobralense, vol. I) os sesmeiros reagiram a essa medida, a ponto de ser baixada uma Ordem Régia, a 11 de dezembro de 1710, autorizando o Ouvidor Soares Reimão a sufocar a resistência. Disse o coronel João Brígido: “Nesse ano baixou uma ordem do Governo de Lisboa para que o Ouvidor Christovão Soares Reymão (denominado Cutia) tombasse as sesmarias concedidas no Jaguaribe e Acaracu; o que foi motivo para grandes luctas armadas. Cutia era um magistrado de má nota. Ficou com merecida fama de prevaricador”. (Ephemerides do Ceará, p. 20). O historiador Antônio Bezerra, como já havia prometido, fez a *Defesa ao Desembargador Suares Reymão*, a vista dos documentos de seu tempo. “Cumpro a promessa feita

na minha conferência realizada na *Phenix Caixeiral*, em 11 de novembro de 1901, relativamente ao que escreveu o coronel João Brígido do Desembargador Suares Reymão, (2) na Revista do Instituto do Ceará do primeiro e segundo trimestre de 1900”.

1731 – 6 de julho – Batismo de Sebastiana de Sá e Oliveira, filha caçula de Manoel Vaz Carrasco e Silva e Maria Madalena de Sá. (3) Eis o texto: “Aos seis dias do mês de julho de mil settecentos e trinta e hum nesta capella de N. S. da Conceipção dos Tremembés, Baptizou com santos óleos por licença minha o Rdo. Pe. Felix de Azevedo, a Sebastiana, filha legítima de Manoel Vaz Carrasco e D. Maria Madalena. Foram padrinhos o Capitão Domingos Aguiar, solteiro, e Antônia Eduarda, casada, e moradores nesta freguezia de que fiz este termo ut supra. Isidoro Ruis Resplande, cura do Acaracu”. Liv. Bat. Nº1, fl. 23.

1732 – Iniciada a construção de uma capela no local hoje conhecido por ‘Alto da Genoveva’. O Pe. Dr. João Ribeiro Pessoa, escreveu *notícias*, inseridas na *Revista do Instituto do Ceará*, edição de 1888, onde registra: “3ª Capela – a de Nossa Senhora

(2) E continua Antônio Bezerra: “Vamos demonstrar com documentos, alguns inéditos, que aquella personagem não merece o epíteto que se lhe deu, e foi julgado injustamente; pelo contrário, tem direito à veneração de todos, sobretudo dos cearenses, pelo grande esforço que empregou no desenvolvimento da capitania quando começava a constituir-se. Vejamos. A primeira vez que se fala no seu nome relativamente a coisas do Ceará é na carta de 20 de abril de 1696, que ele dirigiu ao rei de Portugal, quando Ouvidor da Paraíba, na qual lembra a conveniência de se criar câmara com juizes, vereadores e escrivão no Ceará, pela necessidade de se fazer boa administração da justiça; a Sua Majestade respondeu que sendo aquele negócio da obrigação dos Governadores, a ele não pertencia”. (Cf. BEZERRA, Antônio. *Algumas origens do Ceará*. Fortaleza: Typ. Minerva, de ASSIS BEZERRA, 1918. pp. 234-65.)

(3) Sebastiana faleceu solteira, sem descendência, no dia 18 de maio de 1791, e foi sepultada na capela de Santa Cruz (Bela Cruz). Por não ter tido filhos, não é contada entre as irmãs (as famosas sete irmãs que povoaram o Vale do Acaraú). Na verdade, Manoel Vaz Carrasco teve oito filhas mulheres.

da Conceição, de Santa Cruz, erigida em 1732, segundo escritura no primeiro Livro de Capelas, de ordem do R. Dr. Visitador Manoel Machado Freire, no ano de 1747.

1732 – 23 de agosto – Parte de Fortaleza uma expedição, vinda de Pernambuco, chefiada por Domingos Fernandes Barbosa, comandante do Forte das Cinco Pontas, com o fim de prender o ex-ouvidor Antônio Loureiro de Medeiros (4) que se refugiara na ribeira do Acaraú, exatamente na Fazenda Tucunduba, de Manoel Ferreira Fonteles. Esta expedição constava de cinquenta soldados pagos, um capitão, um alferes, quatro sargentos, trinta e cinco soldados de cavalaria, cento e seis índios, dois tambores e uma trombeta. Loureiro era inimigo dos jesuítas e quis obstar a instalação do Hospício de Aquiraz. Procurava intrigar os jesuítas com os missionários de outras ordens religiosas. Queria subornar o Cel. Sebastião de Sá, proprietário de muitas terras nesta ribeira, para explorar uma suposta mina de prata existente em sua sesmaria. Tornou-se exemplo de homem prepotente e arbitrário. Recusando entregar a ouvidoria a seu sucessor, escondeu-se na ribeira do Acaraú e depois nos Inhamuns. (5) Houve motins que deram ocasião a vários distúrbios. Ordem Régia

(4) “1732 – 3 de junho – Foge de Fortaleza para a Ribeira do Acaraú o Ouvidor Antônio Loureiro Medeiros, conhecido por suas arbitrariedades no poder judicial, em companhia de seu parente João de Medeiros, protegido de um séquito armado, conduzindo o arquivo da Ouvidoria e da Câmara. Escolhia a Ribeira do Acaraú para sua fuga pelo fato de ter aí um conhecido ex-vereador da Câmara de Aquiraz com quem mantivera frequente relacionamento, o Tenente Manoel Ferreira Fonteles. Foi em busca de Fonteles que Loureiro partiu, refugiando-se na Fazenda Tucunduba, em uma ipueira que tomou o nome que ainda hoje conserva – Juiz. Aí permaneceu Loureiro até o mês de setembro quando se viu procurado pela expedição de Domingos Fernandes Barbosa”. (Cf. ARAÚJO, Francisco Sadoc de, Pe. *Cronologia sobralense*, vol. I. Fortaleza: Grecel, 1974.)

(5) Ao ser procurado pela expedição de Domingos Fernandes Barbosa, Loureiro homizava-se nos Inhamuns, sob o manto protetor do Coronel Francisco Alves Feitosa. Sobre o assunto cf. FREITAS, Gomes de. Equívocos de João Brígido. In: *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 84, 1970. pp. 280-82.

de 15 de dezembro manda que o Bacharel Antônio Marques Cardoso, que se encontrava na Bahia, siga para o Ceará, com o fim de fazer devassa sobre prisões e mortes que estavam acontecendo por resistência do ex-ouvidor.

1732 – 12 de setembro – Domingos Aguiar de Oliveira (pernambucano, cunhado de Manoel Vaz Carrasco, pai das sete irmãs, aliás, oito) e Nicolau da Costa Peixoto, português, fazem doação de terras, medindo meia légua de fundo, “40 vacas e 6 éguas”, para constituir o patrimônio da Capela de Santa Cruz (Bela Cruz). Nesta mesma data o tabelião de notas Manoel de Araujo Ferreira, vindo especialmente de Fortaleza, faz a Escritura da referida doação. Mencionado Patrimônio foi julgado por título canônico, pelo Visitador Pe. José Ferreira de Azevedo.

1733 – 9 de fevereiro – Casamento do Sargento-mor Antônio de Sá Barroso, filho do Coronel Sebastião de Sá e Cosma Ribeiro, com Ignez de Araújo Vasconcelos, filha do Capitão Manoel de Goes e Mariinha de Araújo Vasconcelos. O pai da noiva é o conhecido Manoel de Goes, descobridor do Rio Acaraú e que, com seis companheiros, recebeu a primeira sesmaria, às margens do Acaraú, no ano de 1683.

1733 – 3 de novembro – Casamento de Helena, filha natural de Nicolau da Costa Peixoto e da índia Paula Dias, (6) com Vicente Dias, viúvo de Joana da Gama. No mesmo dia, batismo de Maximiana, filha legítima de Nicolau da Costa Peixoto e Paula de Sá. Maximiana casou-se duas vezes. A primeira, no dia 24 de janeiro de 1747, com Antônio Pimentel, filho de Luciano Costa

(6) Era praxe, na época, o casamento ou concubinato de brancos com índias. A mestiçagem proliferou, nesses dias iniciais, de maneira mais ampla, certamente, do que em qualquer outro momento do nosso passado histórico, lembra Carlos Studart Filho. “Não havendo mulheres europeias, o imigrante era forçado a cruzar com índias, arrancadas violentamente aos pais ou aos maridos, mas que, de ordinário, se mostravam dóceis e complacentes aos convites dos brancos. Sentir-se-iam, talvez, enlevadas pela preferência que lhes acordavam seres por elas julgados de essência superior”. (Cf. STUDART FILHO, Carlos. *O antigo Estado do Maranhão e suas Capitânicas Feudais*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960. p. 279.)

e Catarina Pimentel. A segunda com Sebastião Dias Madeira, filho natural de Sebastião Dias, português, e Maria de Vasconcelos, solteira. Nicolau da Costa Peixoto teve ainda a filha Cecília que casou-se, a 12 de julho de 1746, com Antônio Ribeiro Guimarães, português, filho de Matias Rodrigues e Margarida Ribeiro. Outro filho de Nicolau, Antônio da Costa Peixoto Neto, casou-se a 1º de outubro de 1754, com Ana Maria Cardoso, filha de Félix Cardoso e Francisca de Sousa.

1735 – 8 de novembro – Falece Leonardo de Sá que, na hora da morte, casou-se com a preta (7) Joana da Costa, mulher legítima do seu irmão João de Sá, com o fim de regularizar sua vida matrimonial. João de Sá, homem influente na região, falecera já havia algum tempo. Leonardo de Sá teve com a cunhada cinco filhos. Joana da Costa era mãe de Andresa, jovem de rara beleza, disputada pelos homens da ribeira, e que depois de ter filhos, no tempo de solteira, casou-se com José Ferreira da Fonseca. Ainda hoje é comum na região a beleza das mulatas. *A cor morena denunciando as proezas do avô lusitano*, como bem lembra o poeta Márcio Catunda.

1736 – 18 de novembro – Casamento de Domingos Aguiar de Oliveira, filho de Nicácio Aguiar de Oliveira e Maria Madalena de Sá, com Francisca do Canto Almeida. Deste casal nasceu Maria Patrícia, de cujo parto faleceu a mãe. Maria Patrícia casou-se com Francisco Xavier Caminha, filho de Caetano Pereira de Brito e Teresa Jesus Pereira, a 7 de janeiro de 1766, na Capela de Santa Cruz (Bela Cruz). Domingos Aguiar de Oliveira fo-

(7) “O negro trouxe uma nota alegre ao lado do português taciturno e do índio sorumbático. As suas danças lascivas, toleradas a princípio, tornaram-se instituição nacional; suas feitiçarias e crenças propagaram-se fora das senzalas. As mulatas encontraram apreciadores de seus desgarres e foram verdadeiras rainhas. O Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos, resumiu em 1711 o benemérito Antonil”. (Cf. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial* (1500-1800). Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2006. p. 30.)

ra homem de muitos bens e doara terreno para constituir o patrimônio da Capela de Santa Cruz. Faleceu em maio de 1747, em São Gonçalo da Serra dos Cocos. (8)

1742 – Neste ano nasce em Lamego (Portugal) Ignácio Gomes Parente, filho de Manoel Gomes e Catarina Lopes. Veio para o Brasil, bem jovem. É tronco da numerosa família Parente. Casou-se duas vezes. A primeira a 24 de novembro de 1777, com Francisca de Araújo Costa, filha do Capitão José de Araújo Costa (meu pentavô paterno e materno) e D. Brites de Vasconcelos (filha de Manoel Vaz Carrasco). Casou-se a segunda vez, a 19 de agosto de 1830, com Maria Joaquina, filha de Luís da Silva Fialho e Ignez Maria de Jesus.

1743 – 24 de janeiro – Com idade de 70 anos falece na cadeia, em Fortaleza, o Tenente-Coronel José Correia Peralta. Residiu na Ribeira do Acaraú e viveu maritalmente com Andresa, célebre jovem, conhecida por sua beleza. O Tenente era casado com Maria da Assunção Marreiros.

1746 – 20 de agosto – Feito, nesta data, o inventário de Nicolau da Costa Peixoto, casado com Paula de Sá. Foi o doador de terras para a construção da primeira capela de Santa Cruz (Bela Cruz). De seu inventário consta que possuía as seguintes propriedades: 1 – Uma légua de terra no Córrego, junto ao sítio

(8) “Em meados do século XVIII era importante Vila. Quando da divisão do Curato do Acaraú foi uma das quatro freguesias a sediar um Curato, a 30 de agosto de 1757. Foi teatro de grandes conflitos políticos até 1846. Atualmente é distrito do município de Ipueiras com a denominação de Mororó, em homenagem ao Padre Gonçalo Ignácio de Loyola Albuquerque e Mello Mororó, herói do movimento republicano de 1824, que foi condenado à pena última, sendo executado a 30 de abril de 1825”. (Cf. ARAÚJO LIMA, Francisco Augusto de. *Soares e Araújo no Vale do Acaraú*. Fortaleza: Carvalho Serviços Gráficos, 1989.)

Araticuns. 2 – Uma légua por duas de largura, também no sítio Araticuns. Homem de fé e amante da boa leitura possuía muitos livros: Reformação Cristã, Pecador Convertido, Católico no Templo, Paraíso Seráfico, Grito das Almas, Mística Cidade, Pequenos na terra e grandes no céu, entre outros. (9)

1746 – 24 de novembro – Casamento do português João da Silveira Dutra com Maria Soares. Deste matrimônio nasceram: 1 – Francisco Xavier Pereira Dutra que casou-se duas vezes. A primeira, com Floriana Coelho de Albuquerque, filha do Capitão Antônio Coelho de Albuquerque e sua 1ª mulher Joana Teixeira Morais, a 19 de setembro de 1771. A segunda, com Ana Gonçalves, viúva de José de Lima Ávila, filha de João Gonçalves Rosa e Floriana Furtado de Mendonça, a 14 de novembro de 1794. 2 – Maria Soares da Silveira, casada com Pedro Coelho de Albuquerque, filho do Capitão Antônio Coelho de Albuquerque e sua 1ª mulher Joana Teixeira Morais, a 27 de setembro de 1777. 3 – Manoel Pereira Dutra, casado com Ana Maria de Albuquerque, filha do Capitão Antônio Coelho de Albuquerque e sua 1ª mulher Joana Teixeira Morais, a 20 de novembro de 1781. 4 – Ignácia da Silveira Dutra, casada com Francisco Xavier de Vasconcelos, filho de Manoel Carlos de Vasconcelos e Joana Correia da Silva, a 28 de abril de 1778. 5 – Antônio Silveira Dutra, casado com Ana Maria, filha de Manoel Carlos de Vasconcelos e Joana Correia da Silva, a 16 de novembro de 1778. 6 – João da Silveira Dutra Filho casou-se duas vezes. A primeira, com Adriana Francisca de Araújo, filha de Jerônimo Bezerra de Meneses e Francisca Antônia de Araújo, a 22 de se-

(9) Nertan Macedo narrando modos de vida da época, afirma: “Rezavam, como velhos sertanejos, a sua Missão Abreviada” e as suas “Horas Marianas”. Consultavam, também, o seu “Lunário Perpétuo” e tinham os seus romances de cavalaria e histórias sagradas, encadernados a couro. (Cf. *O Clã dos Inhamuns*, 2. ed. Fortaleza: Jornal A Fortaleza, 1967. p. 217.)

tembro de 1784. A segunda, com Genoveva Lopes Mendonça, viúva de Francisco Rodrigues, a 26 de junho de 1800. 7 – José Pereira Dutra, casado com Antônia Maria, filha de José Nunes e Eugênia Maria, a 14 de outubro de 1772, na serra da Meruoca. Com o falecimento de Dona Maria Soares, a 29 de junho de 1765, em Olho d'Água (Santana), João da Silveira Dutra casou-se, em segundas núpcias, a 8 de setembro de 1766, com Maria da Conceição Araújo. Deste matrimônio nasceram: 1 – Antônio José do Espírito Santo, casado com Quitéria Maria da Encarnação, filha de Manoel Lourenço da Costa (Filho) e Ana Maria de Vasconcelos, a 28 de julho de 1800. 2 – Luiza Maria da Conceição, casada com Amaro do Prado Leão, filho de Miguel do Prado Leão e Ana de Sá Oliveira, uma das sete irmãs, a 20 de junho de 1797. 3 – Joaquim Pereira Dutra, casado com Angélica Maria de Jesus, filha de Antônio Mendes de Vasconcelos e Ana Joaquina de Jesus, a 23 de outubro de 1797, na Capela de Santa Cruz (Bela Cruz). 4 – Manoel da Silveira Dutra, casado com Maria Álvares Pereira, filha de Antônio Mendes de Vasconcelos e Ana Joaquina de Jesus, a 10 de setembro de 1801. 5 – Angélica Maria da Conceição, casada com Gabriel José Lima, filho de José de Lima Ávila e Ana Gonçalves Rosa. 6 – Maria Raimunda da Conceição, casada com Anastácio Teles de Meneses, filho de Joaquim Teles de Meneses e Luiza Soares de Vasconcelos, a 28 de novembro de 1806. 7 – Quitéria Maria do Espírito Santo, casada com Manoel Ferreira da Rocha, filho de Francisco de Faria Almeida e Ana Ferreira Fonteles, a 4 de julho de 1796. 8 – Ana Francisca da Encarnação, casada com Alexandre José de Albuquerque, filho de Antônio Carvalho Albuquerque e Joana Cavalcante, a 7 de janeiro de 1800. 9 – José da Silveira Dutra, casado com Francisca de Araújo Costa, filha de Pedro de Araújo Costa e Maria José de Jesus, a 20 de novembro de 1811.

1747 – 21 de outubro – Casamento do Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa, filho de Francisco Xerez Furna e D. Inês de Vasconcelos Uchoa, com Rosa de Sá e Oliveira, uma das sete irmãs, filha de Manoel Vaz Carrasco e Madalena de Sá e Oliveira. A cerimônia foi assistida pelo Visitador Pe. Manoel Machado Freire. José de Xerez foi homem influente na Ribeira do Acaraú. Residiu por longo tempo nos sítios Lagoa Seca e Santa Cruz (Bela Cruz) posteriormente fixou-se em Sobral, onde foi Juiz Ordinário e Juiz de Órfãos, bem como político de forte liderança. Faleceu a 1º de abril de 1797. De seu casamento com D. Rosa de Sá nasceram: 1 – Ana América Uchoa, batizada a 20 de setembro de 1749, casada com Manoel José do Monte, a 30 de novembro de 1769. 2 – Francisca Xavier de Mendonça, batizada a 2 de outubro de 1751, casada com o Capitão Antônio Manoel, a 21 de setembro de 1788. 3 – Mariana de Lira Pessoa, casada com o Capitão Antônio Álvares de Holanda, filho de Domingos Alves Ribeiro e Ana de Sá Cavalcante, a 21 de setembro de 1778. 4 – Padre Miguel Lopes Madeira Uchoa, nascido a 2 de abril de 1762. 5 – Maria Manoela, nascida a 6 de dezembro de 1768, casada com o Sargento-mor Francisco Antônio Linhares, a 22 de maio de 1787. 6 – Maria José Mendonça, casada com Joaquim José Madeira de Matos, filho de Manoel Madeira de Matos e Francisca de Albuquerque, a 8 de fevereiro de 1781. 7 – José de Lira Pessoa, nascido a 4 de setembro de 1766, casou-se duas vezes. A primeira com Ignácia Cavalcante de Albuquerque. A segunda com Maria Pereira Viana, a 26 de agosto de 1828.

1749 – 2 de julho – Na fazenda Tucunduba é feito o inventário de Domingos Aguiar de Oliveira, cunhado de Manoel Vaz Carrasco, perante o Juiz de Órfãos, Barnabé Vieira Coelho e seu escrivão Manoel Matos Pessoa. Domingos Aguiar de Oliveira possuía muitos bens e, juntamente, com Nicolau da Costa Pei-

xoto, doara terras para a constituição do Patrimônio da Capela de Bela Cruz, a 12 de setembro de 1732.

1750 – 20 de agosto – Casamento de Luis de Sousa Xerez, filho de Francisco de Xerez Furna e Inês de Vasconcelos Uchoa, com Ana Teresa Lins de Albuquerque, filha de João Lins de Albuquerque e Rosa Maria Ferreira. Deste casal nasceram: 1 – João de Sousa Xerez, casado com Ana Maria de Jesus, filha do Capitão José de Araújo Costa e D. Brites de Vasconcelos (uma das sete irmãs) a 15 de agosto de 1771. 2 – Maria Joaquina da Conceição Uchoa, casada com Manoel Francisco de Vasconcelos, filho de Matheus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto, a 26 de novembro de 1767. Deste matrimônio nasceram ainda Ignácio de Sousa Uchoa, Inês Antônia de Albuquerque e Quitéria Maria. (10) Falecendo sua mulher, a 28 de abril de 1788, Luis de Sousa Xerez casou-se, em segundas núpcias, a 20 de novembro de 1789, com Quitéria Maria do Rosário. Deste segundo casamento nasceram: Maria, Inês e Francisco.

1753 – 1º de novembro – Realiza-se o casamento de Miguel do Prado Leão, filho de Cosme do Prado Leão e Luzia da Assunção Oliveira, com Ana Maria, filha de Manoel Vaz Carrasco e Madalena de Sá. O casal foi residir no sítio Malassombrado, en-

(10) “1 – Esta família tem principio em Bartholomeo José Xares, a quem acho tratado por Capitão no termo de irmão da Misericórdia de Olinda que assignou a 25 de junho de 1703 e do qual consta que era natural de Lisboa e filho de João de Xares e de Joanna de Castro, naturaes da mesma Cidade. Casou em Pernambuco com Eugenia Vaz da Silva, natural de Ipojuca e filha de Manoel Vaz Vizeu, de sua mulher Maria da Rosa, em titulo de Carrascos. E deste matrimonio ficou somente: 2 – Francisco de Xares que nasceo em Goyanna, onde foi Capitão, e faleceo, sendo Juiz de Orphãos. Casou e foi primeiro marido de sua parenta D. Ignez de Vasconcellos Uchoa, filha do Capitão Francisco Vaz Carrasco e de sua mulher D. Antonia de Mendonsa Uchoa, em titulo de Carrascos. E deste matrimonio nasceram: 3 – José de Xares Furna Uchoa, que continua. 3 – Luiz de Sousa Xares, adeante. 3 – D. Rosaura de Ó Mendonsa. 3 – D. Anna da Conceição Uchoa, adeante”. (Cf. FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Penambucana*, vol. 1. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1935. p. 96.)

tre Lagoa do Mato e Lagoa Seca (Bela Cruz). Deste consórcio nasceram: 1 – José do Prado Leão, batizado a 10 de novembro de 1754, casado com Ana Teresa da Conceição, filha de Miguel Bezerra de Araújo e Ana Rocha Meneses, a 8 de setembro de 1775. 2 – Rosa do Prado Leão, batizada a 8 de junho de 1758, casada com Domingos Álvares Magalhães, filho de Domingos Álvares Magalhães e Clara da Silva Medeiros, dia 17 de setembro de 1778. Rosa faleceu a 17 de junho de 1798. 3 – Manoel do Prado Leão, batizado a 6 de setembro de 1758, casado com Micaela Maria Machado. 4 – Martinho do Prado Leão, casado com Genoveva Maria de Jesus, filha de Anselmo de Araújo Costa e D. Francisca dos Santos Xavier, a 22 de julho de 1793. Esse casal residia no local hoje conhecido por Alto da Genoveva. Percebe-se que a velha estória da mulata não é exata. 5 – Úrsula da Soledade das Onze Mil Virgens, casada com Antônio Pereira de Sousa, filho do Capitão João Pereira de Sousa e Tomásia do Espírito Santo, a 7 de janeiro de 1783. 6 – Amaro Lopes do Prado, casado com Luzia Maria da Conceição, filha de João da Silveira Dutra e Maria da Conceição, a 20 de junho de 1797. Do casamento de Miguel do Prado Leão com Ana Maria – nasceram ainda: Maria, Ignácio e Bernardino, que faleceram criança. Miguel do Prado Leão faleceu a 11 de setembro de 1794, com 83 anos e foi sepultado na Capela de Santa Cruz (Bela Cruz). Ana Maria faleceu em junho de 1770.

1755 – 6 de junho – “Ao tempo de D. José I e sob a influência do Marquês de Pombal, novas Leis datadas de 6 de junho de 1755 e 17 de agosto de 1758, voltadas para o povoamento da Colônia, alteraram a legislação existente sobre os indígenas, proibindo tratá-los pejorativamente por caboclos e favorecendo seu casamento com pessoas de origem e raça diversa”. (11)

(11) Cf. AZEVEDO, Jorge Duarte de. *Portugal & Brasil, dos Afonsinos aos Braganças*. Brasília: Senado Federal, 2008. pp. 168-69.

1756 – 20 de agosto – Casamento de Quintiliano Dias Leitão, filho de Ângelo Dias Leitão e Rosa Maria Ferreira, com Bibiana Ferreira, filha do Tenente Manoel Ferreira Fonteles e Maria Pereira. Deste casal nasceram: 1 – Quitéria Maria de Jesus, casada com Manoel Matos do Nascimento. 2 – Manoel Ferreira Pinto, casado com Cosma Barbosa, filha de João Pereira de Sousa e Tomásia Pereira. 3 – Maria José de Jesus, casada com Pedro de Araújo Costa, português, filho de Pedro de Araújo Costa e Maria de Sá. 4 – Ana Josefa do Rosário. 5 – Vicente José Leitão. 6 – Antônio José Leitão.

1761 – 8 de março – Nasce, na fazenda Lagoa Grande, próximo a povoação de Santa Cruz, o Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa, uma das figuras de maior expressão política de seu tempo, nesta região do Baixo Acaraú. Era filho do Capitão-mor português José de Araújo Costa e D. Brites de Vasconcelos. Seu batismo ocorreu a 22 do mesmo mês e ano, na capela de Santa Cruz, hoje cidade de Bela Cruz, sendo oficiante o Padre Jerônimo da Cunha Lima. Em 1789, é eleito Vereador à Câmara Municipal de Sobral. A 7 de agosto de 1811, o Presidente da Província do Ceará – Dr. Luiz Borba Meneses, assina Carta Patente, nomeando-o Capitão da Companhia do Corpo de Ordenanças da Vila Real de Sobral. A 10 de março de 1817, requer ao Presidente da Província do Ceará, Dr. Manoel Ignácio de Sampaio, uma data de sesmaria de 3,0 léguas de terra, tendo por sede sua fazenda Lagoa do Mato. Mencionado requerimento foi atendido, graças ao despacho nele exarado, pelo mesmo Presidente, em data de 18 de junho de 1817. A 22 de junho de 1833, Capitão Diogo Lopes faz testamento no 1º Cartório de Sobral, no qual reconhece apenas 16 filhos seus, nascidos de 3 mulheres, com as quais conviveu maritalmente: 8 de Maria Rodrigues de Sousa; 7 de Maria Ciciaca da Fonseca e 1 de Antônia Maria do Rosário. Faleceu no dia 18 de setembro de 1838.

Foi sepultado na segunda Capela de Santa Cruz, justamente no local da atual Igreja Matriz. (12) Os poderes municipais de Bela Cruz deram seu nome a uma rua da cidade.

1761 – 16 de abril – Nasce Antônio Soares Bulcão, filho de Cosme Soares Bulcão e Francisca de Medeiros Albuquerque. Casou-se com Teodora Ignácia de Meneses, filha de Gabriel Cristovam de Meneses e Bernarda Correia de Araújo. Deste matrimônio nasceu Joana Maria de Jesus, a 7 de setembro de 1788, casada com Joaquim de Araújo Costa, filho de Pedro de Araújo Costa e Maria José de Jesus, a 20 de setembro de 1805, na Capela de Santa Cruz. A 2 de novembro de 1793, Antônio Soares Bulcão é assassinado por um seu escravo. A viúva Teodora casa-se, em segundas núpcias, com Antônio Mendes de Vasconcelos, viúvo, filho de Matheus Mendes de Vasconcelos. Deste matrimônio nasceram, entre outros: 1 – Rosa Maria da Conceição, casada com o Tenente José Ignácio de Vasconcelos, filho de Ignácio José de Vasconcelos e Joana da Costa Medeiros, a 3 de agosto de 1826. 2 – Angélica Maria de Vasconcelos, casada com Thomaz Lourenço da Costa, filho de Antônio José e

(12) Segundo a tradição oral, o Capitão Diogo Lopes era dono de uma extraordinária perceptibilidade, e próximo à sua residência havia uma pedra – *tinha uma pedra no meio do caminho*. Pois bem: Depois que perdeu a visão, todos os dias pela manhã, o Capitão sentava-se sobre aquela pedra. Pessoas amigas, querendo experimentar sua pasmosa faculdade de percepção, puseram uma folha de papel sob a pedra. E quando, na manhã seguinte, Diogo Lopes sentou-se, notou, e disse: “O céu baixou ou a terra subiu”. O certo é que no final dos anos setenta, o artista plástico Joca Lopes (bisneto do Capitão Diogo Lopes) apresentou ao público uma pedra, segundo ele, pertencente ao seu bisavô. Sobre ela esculpiu a inscrição: Capitão Diogo Lopes *1761 +1838. Esta pedra atualmente faz parte do acervo do Museu Emílio Fonteles, na cidade de Bela Cruz. Entretanto, algumas pessoas acham que a pedra é daqui mesmo, do quintal do Seu Joca. Mas o que vale é a criação do mito. Com esta pedra Joca Lopes reproduzia, possivelmente sem intenção, os versos de Fernando Pessoa: O mito é o nada que é tudo / Assim a lenda se escorre / A entrar na realidade / E a fecundá-la decorre.

Quitéria Maria de Vasconcelos, a 3 de agosto de 1826. Angélica é avó paterna do Pe. Antônio Thomaz, príncipe dos poetas cearenses.

1764 – 27 de novembro – Na Capela de Santa Cruz (Bela Cruz) em presença do Pe. Antônio Thomaz Serra e das testemunhas Quintiliano Dias Leitão, Francisco Rego e João da Silveira Dutra, é celebrado o casamento dos filhos gêmeos de Manoel Ferreira Fonteles e Maria Pereira. Os irmãos casaram com duas irmãs, respectivamente. Francisco Ferreira Fonteles Rios, casou-se com Ignácia Ferreira de Verçosa. Tomé Ferreira Fonteles casou-se com Maria José de Verçosa, ambas, filhas do Alferes Ângelo Dias Leitão e Rosa Maria Ferreira.

1767 – 5 de outubro – Casamento de Manoel Lourenço da Costa com Ana Maria de Vasconcelos. Ele, filho de Manoel Lourenço da Costa e Suzana Lourenço da Costa, naturais da freguesia de Duas Igrejas, Portugal. Ela, filha de Matheus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira. Casamento realizado na Capela de Santana, em presença do Pe. João Ribeiro Pessoa e das testemunhas Capitão Manoel José do Monte, Luís de Sousa Xerez e Francisco do Rego. Deste casal nasceram: 1 – Rosa Maria de Vasconcelos, casada com José Gomes de Albuquerque, a 28 de outubro de 1806, na Igreja Matriz de Sobral. 2 – Quitéria Maria da Encarnação, casada com Antônio José, filho de João da Silveira Dutra e Maria da Conceição de Araújo, a 28 de julho de 1800. Bisavós do Pe. Antônio Thomaz, o príncipe dos poetas cearenses. 3 – Maria Lourenço da Costa, casada com Joaquim Carneiro da Costa, a 30 de abril de 1804, na Igreja Matriz de Sobral, filho de Manoel Carneiro da Costa e Rosa Maria da Conceição. 4 – Ana Maria do Espírito Santo, casada com Domingos da Cunha Linhares Neto, a 12 de agosto de 1788. 5 – José Francisco de Vasconcelos, casado com Teresa Maria da Soledade, a 22 de fevereiro de 1797. Casou-se em segundas

núpcias com Francisca da Frota Cavalcante, a 23 de setembro de 1819. 6 – Manoel Lourenço da Costa Neto, casado com Ana Maria, a 22 de fevereiro de 1797. 7 – Francisco José de Vasconcelos, casado com Nicácia Alves Pereira, a 26 de agosto de 1805. 8 – Ignácio José de Vasconcelos, casado com Joana da Costa Medeiros, a 26 de agosto de 1805. 9 – Gonçalo José de Vasconcelos, casado com Maria Joaquina.

1767 – 26 de novembro – Na fazenda Marco realiza-se o casamento religioso do Capitão-mor Manoel Francisco de Vasconcelos com Maria Joaquina da Conceição Uchoa, perante as testemunhas Capitão-mor Manoel José do Monte, Matheus Mendes de Vasconcelos e Luís de Sousa Xerez, com assistência do Pe. João Salvador Aranha. O noivo, filho de Matheus Mendes de Vasconcelos e D. Maria Ferreira; a noiva, filha de Luís de Sousa Xerez e D. Ana Lins de Albuquerque. Deste casamento nasceram os seguintes filhos: 1 – Ana Maria da Conceição (Ana Joaquina) casada a 28 de outubro de 1806, com o Major Ignácio Gomes da Frota, nascido em 1789 e falecido a 13 de março de 1859. Filho de Felipe Gomes da Frota e Josefa Dionísia Linhares. 2 – Josefa da Conceição Vasconcelos, casada com o Alferes João Rodrigues Lima, filho do Capitão Domingos Rodrigues Lima e D. Maria da Soledade, a 25 de novembro de 1800, na Capela da Meruoca. 3 – Capitão Diogo José de Sousa, casado com Constância Maria do Carmo, filha de Francisco Ferreira da Ponte Neto e D. Maria do Carmo, a 27 de maio de 1813, na Igreja Matriz de Sobral. 4 – José Joaquim de Vasconcelos, casado com Maria Joaquina de Santana, filha de Antônio José de Faria e D. Bernarda Rodrigues Coelho, a 27 de junho de 1803, na Igreja Matriz de Sobral. 5 – Alferes Manoel Ignácio de Vasconcelos. Casou-se duas vezes: a primeira com Maria José do Espírito Santo, filha de Manoel Ferreira Fonteles Filho e Ana Maria da Conceição, a 25 de julho de 1787, na Capela de

Santana. A segunda com Ana de Araújo Costa, filha de Anselmo de Araújo Costa e D. Francisca dos Santos Xavier, a 7 de outubro de 1797, na Capela da Meruoca, em presença do Frei Vidal da Penha. Foi administrador do Patrimônio da Capela de Santa Cruz, de 1818 a 1825. 6 – Maria Manoela, casada com José Alexandre da Rocha, filho de Manoel Ferreira Fonteles Filho e D. Ana Maria da Conceição, a 15 de novembro de 1795, na Capela de Santana. 7 – Félix Francisco de Vasconcelos, casado a 8 de setembro de 1806, na Capela de Santa Cruz, com Quitéria Maria de Jesus, filha de Manoel Ferreira Fonteles Filho e D. Ana Maria da Conceição. 8 – Pe. Miguel Francisco Mendes de Vasconcelos, nascido a 25 de setembro de 1786, em Santana do Acaraú. Ordenado em Olinda, em 1812. Faleceu no dia 18 de janeiro de 1836. 9 – Quitéria: faleceu criança. 10 – Rita: faleceu criança.

1771 – 9 de julho – Na povoação de Caiçara é feito o inventário de Ana Maria de Vasconcelos, uma das sete irmãs, falecida em julho de 1770. Seu marido, Miguel do Prado Leão, foi inventariante, o qual declarou perante o Juiz de Órfãos, Gregório Pires Chaves e o escrivão Ignácio José Gomes de Oliveira, possuir um quarto de légua de terra na localidade Malassombrado, entre a Lagoa Seca e Lagoa do Mato (Bela Cruz), avaliado em cem mil réis. Possuía cem cabeças de gado vacum, doze bestas e quatro escravos. O Juiz nomeou José de Xerez Furna Uchoa, seu cunhado, para Curador de Órfãos, e para avaliadores dos bens, Antônio do Espírito Santo e Roque Correia Marreiros.

1773 – 5 de julho – Em solenidade presidida pelo Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, João da Costa Carneiro e Sá, é instalada a Vila Distinta e Real de Sobral. A cerimônia foi composta de três partes: Instalação oficial da Vila; eleição dos membros da Câmara e, finalmente, primeira audiência do Ouvi-

dor Geral. Entre os convidados presentes que assinaram a Ata encontravam-se três moradores do atual município de Bela Cruz: José de Xerez Furna Uchoa, Luís de Sousa Xerez e Capitão José de Araújo Costa.

1774 – 17 de abril – Na fazenda Lagoa Grande, casamento de Ignácio Bezerra de Meneses, filho de Gonçalo João Coimbra e D. Cosma de Melo Moura, com Maria Madalena, filha do Capitão José de Araújo Costa e D. Brites de Vasconcelos, uma das sete irmãs. Gonçalo João Coimbra, pai do noivo, é irmão de D. Brites de Vasconcelos, por parte de mãe, uma vez que é filho de D. Madalena de Sá e de seu primeiro marido Francisco Bezerra de Meneses.

1775 – 1º de agosto – Na sessão da Câmara de Sobral há abertura de Pelouro (eleição) para escolha dos oficiais que servirão durante o ano seguinte de 1776. Eis a relação dos eleitos: Juizes Ordinários: Capitão Manoel José do Monte, José Tavares Pessoa. Vereadores: Capitão José de Araújo Costa (meu pentavô), João Xerez de Sousa Uchoa, Antônio Madeira de Matos. Procurador: João Gonçalves Ferreira.

1775 – 12 de novembro – Na capela de Santa Cruz, em presença do Pe. Elias Pinto, casamento de Manoel Ferreira Fonteles Filho, primogênito do Capitão Manoel Ferreira Fonteles e Maria Pereira, com Ana Maria da Conceição, filha de Ângelo Dias Leitão e Rosa Maria Ferreira. Deste casal nasceram os seguintes filhos: 1 – Manoel Ferreira da Rocha, casado com Maria Joaquina, filha do Capitão Antônio Gomes de Albuquerque e sua primeira mulher Maria Teresa de Jesus. 2 – José Alexandre da Rocha, casado com sua prima Maria Manoela, filha de Manoel Francisco de Vasconcelos e Maria Joaquina da Conceição, a 15 de novembro de 1795. 3 – Quitéria Maria do Carmo, casada com seu primo Félix Francisco de Vasconcelos, filho de Manoel Francisco de Vasconcelos e Maria Joaquina da Conceição, a 8

de setembro de 1806, na Capela de Santa Cruz. 4 – Gonçalo José do Amarante, casado com Maria Madalena de Sá, filha do Sargento-mor Pedro Ferreira da Ponte e Catarina da Costa, a 9 de outubro de 1788, no sítio Santo Antônio, serra da Meruoca. 5 – Francisco Antônio Ferreira, casado com Teodora Maria de Jesus, filha do Sargento-mor Pedro Ferreira da Ponte e Catarina da Costa, a 8 de janeiro de 1800, na Matriz de Sobral. 6 – Francisco Ferreira da Rocha, casado com Ana Quitéria Gomes, filha de João Fonseca Álvares e Maria Teresa de Jesus, a 4 de agosto de 1796. 7 – Manoel Ignácio Fonteles, casado com Teresa Coelho, filha de Pedro Coelho de Albuquerque e Maria Soares da Silveira, a 24 de junho de 1806. 8 – Ignácio Ferreira Fonteles, casado com Fortunata Maria Angélica, filha de Pedro Coelho de Albuquerque e Maria Soares da Silveira, a 24 de junho de 1806. 9 – Maria do Carmo Fonteles, casada com Francisco Ferreira da Ponte, filho do Cel. Vicente Ferreira da Ponte e Ana de Sá Medeiros, a 31 de junho de 1780, na Fazenda Tucunduba. 10 – Ana Maria da Conceição, casada com seu primo, Joaquim Ferreira de Vasconcelos, filho de Matheus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto, a 29 de julho de 1793. 11 – Tomásia Ferreira da Rocha, casada com seu primo, Alexandre Ferreira da Rocha, filho de Matheus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto, a 9 de setembro de 1792, na Capela de Santa Cruz. 12 – Luzia Ferreira Fonteles, casada com Joaquim Ferreira da Paixão, filho do sargento-mor Pedro Ferreira da Ponte e Catarina da Costa, a 15 de outubro de 1787, na Fazenda Tucunduba. 13 – Rita Teresa de Jesus, casada com seu primo Alberto Carneiro da Costa, filho de Manoel Carneiro da Costa e Rosa Maria de Vasconcelos, a 22 de agosto de 1806. Parte desses casais é tronco das famílias Rocha e Fonteles em Bela Cruz.

1776 – 1º de junho – Em sessão da Câmara de Sobral toma posse o Vereador Polinardo Caetano de Ataíde, eleito para substituir o Vereador José de Araújo Costa (meu pentavô) que renunciou ao cargo. O novo Vereador chegou à Vila de Sobral, fugi-

do de Pernambuco, onde se casara e deixara a mulher. Seu verdadeiro nome era José Luís Pestana de Vasconcelos. Mudou de nome para casar com Isabel Pinto de Mesquita. (13) Ludibriou as autoridades eclesiásticas, sendo realizado o casamento na Matriz de São Gonçalo da Serra dos Cocos. Deste casamento nulo nasceram quatro filhos: 1 – Otaviano, nascido a 5 de maio de 1773. 2 – Polinarado, nascido a 26 de agosto de 1775. 3 – Gercina, nascida a 9 de novembro de 1777, casada com o Capitão Thomaz Aquino de Sousa, de quem nasceu Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, (14) o célebre Senador Pompeu. 4 – Antônio, nascido a 25 de novembro de 1779, quando o seu pai já estava preso e remetido ao Tribunal da Inquisição de Lisboa. É que descoberto seu crime, Polinarado fugiu da Ribeira, ameaçado de morte e tendo seu casamento anulado pelo Tribunal da Inquisição. Isabel, sua mulher, casou-se posteriormente, a 12 de junho de 1783, com Gregório José Torres.

1776 – 4 de setembro – Nasce no sítio Lagoa Seca (Bela Cruz) José de Lira Pessoa, filho de José de Xerez Furna Uchoa e Rosa de Sá, uma das sete irmãs. Teve como padrinho de batismo o Governador do Ceará, Antônio José Victoriano Borges da Fon-

(13) Sobre a genealogia de D. Isabel Pinto de Mesquita, v. CÂMARA, Fernando. A descendência do tenente-general Vicente Alves da Fonseca. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 121, 2007. pp. 309-62.

(14) Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877), advogado, senador do império e professor do Liceu Provincial, foi, no Brasil, o precursor dos estudos de geografia, demografia e estatística. Publicou numerosos trabalhos sobre a população cearense e suas condições econômicas, sociais e intelectuais. Suas pesquisas sobre o clima e as secas cearenses avultam pela seriedade, segurança e originalidade. Seu trabalho teria continuadores em sua própria linhagem familiar: o filho Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e o neto Thomaz Pompeu Sobrinho constituiriam o eixo do desenvolvimento da geografia do Ceará, numa vigorosa sequência que honra, dignifica e engrandece a nossa cultura. (Cf. ALCÂNTARA, José Denizard Macedo de. Roteiro econômico da geografia cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 75, 1961. pp. 34-35.)

seca, autor da famosa *Nobiliarquia Pernambucana*. Casou-se, em 1793, com D. Ignácia de Holanda Cavalcante, filha de Bento Pereira Viana e D. Bernarda Cavalcante de Albuquerque. Deste matrimônio nasceram quatro filhos que deixaram descendência. Com o falecimento de D. Ignácia de Holanda, José de Lira Pessoa casou-se, em segundas núpcias, com Maria Pereira Viana, filha de seu cunhado Capitão Bento Pereira Viana Filho e Teresa Maria de Jesus, solteira, a 26 de agosto de 1828. Deste matrimônio nasceram seis filhos. José de Lira Pessoa faleceu em 1848.

1778 – 30 de julho – Carta Patente da Rainha D. Maria I, concede a José de Xerez Furna Uchoa o cargo de Capitão-mor da Vila Distinta e Real de Sobral. A 14 de dezembro, José de Xerez presta juramento, em Fortaleza, perante o Governador Antônio José Victoriano Borges da Fonseca, para assumir o cargo de Capitão-mor da Real e Distinta Vila de Sobral. Dele e de seus irmãos descendem os Xerez de todo o vale do Acaraú.

1778 – 21 de setembro – Realiza-se, na Matriz de Sobral, a cerimônia religiosa de casamentos de duas filhas do Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa e Rosa de Sá Oliveira, uma das sete irmãs. Francisca Xavier casa-se com o Capitão Antônio Manoel da Conceição, filho de Manoel José do Monte (15) e Luiza da Costa Maciel. Mariana de Lira casa-se com Antônio Álvares de Holanda, filho de Domingos Ribeiro e Ana de Sá.

(15) O Capitão-mor Manoel José do Monte casou-se duas vezes. A primeira com Luiza da Costa Maciel, filha de Timóteo da Costa Maciel e Eugênia Medeiros, a 20 de novembro de 1755; a segunda, com Ana América Uchoa, filha do capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa e Rosa de Sá e Oliveira, uma das sete irmãs, a 30 de novembro de 1769, na Matriz de Caiçara, Sobral. (Cf. SOUZA, Francisco Esio de. Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa, o homem de seu tempo (1722-1797). *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 121, 2007. pp. 147-84.)

1780 – 20 de abril – Falece Miguel Bezerra de Meneses, com idade de 66 anos, casado com D. Ana Rocha. Sepultado na Capela de Santa Cruz (Bela Cruz).

1781 – 8 de julho – Realiza-se o casamento do Capitão José Alves Linhares, filho de Antônio Álvares Linhares e Ignez Madeira, com sua prima Rita Teresa de Jesus, filha do Capitão José de Araújo Costa e D. Brites de Vasconcelos. Foi Juiz Ordinário e Vereador da Câmara de Sobral. Deste casal provêm os Linhares de Santa Quitéria e da Serra de Baturité. Faleceu a 16 de outubro de 1800. Rita Teresa nasceu a 21 de janeiro de 1764 e faleceu a 19 de junho de 1828.

1783 – 11 de dezembro – Falece a senhora Ignez de Vasconcelos Uchoa, aos 80 anos, filha de Francisco Vaz Carrasco (filho) e Antônia de Mendonça Uchoa. Dona Ignez casou-se duas vezes. A primeira com seu primo legítimo Francisco Xerez Furna, filho do Capitão Bartolomeu Rodrigues Xerez e D. Eugênia Vaz da Silva. Deste consórcio Nasceram: 1 – Capitão José de Xerez Furna Uchoa. 2 – Luís de Sousa Xerez. 3 – Rosaura Mendonça. 4 – Ana da Conceição Uchoa. Do segundo casamento de D. Ignez de Vasconcelos Uchoa, com Lourenço da Silva Melo, nasceram: 1 – Inocência Vaz Vasconcelos. 2 – João de Melo e Silva.

1787 – 22 de maio – Realiza-se o casamento de Francisco Antônio Linhares, filho de Antônio Álvares Linhares e Ignez madeira, com sua prima Maria Manoela da Conceição, filha do Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa e Rosa de Sá e Oliveira. Francisco Antônio Linhares nasceu a 15 de julho de 1765 e faleceu a 10 de fevereiro de 1849. Maria Manoela nasceu a 8 de dezembro de 1754 e faleceu a 8 de dezembro de 1846. Avós maternos da abolicionista Maria Tomásia.

1795 – 13 de setembro – Falece, em Santa Cruz, o Capitão Anselmo de Araújo Costa, filho do Capitão José de Araújo Costa e

D. Brites de Vasconcelos, uma das sete irmãs. Casara a 30 de maio de 1779, com Francisca dos Santos Xavier, filha de Manoel Gomes Diniz e Maria Josefa dos Santos, naturais de Recife. Foi sepultado na Capela de Santa Cruz (Bela Cruz). O Capitão Anselmo de Araújo Costa é pai da célebre Genoveva, cujo local em que residia, ainda hoje conserva o seu nome “Alto da Genoveva”.

1798 – 20 de fevereiro – Falece nesta data, Luis de Sousa Xerez, aos 72 anos, e foi sepultado na Capela de Santa Cruz (Bela Cruz). Era irmão do Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa. Deles descendem os Xerez da Ribeira do Acaraú.

1800 – 28 de julho – Casamento de Antônio José do Espírito Santo, filho de João da Silveira Dutra e Maria da Conceição Araújo, com Quitéria Maria da Encarnação, filha de Manoel Lourenço da Costa e Ana Maria de Vasconcelos (filha do Capitão Matheus Mendes de Vasconcelos). Deste matrimônio nasceram: 1 – Thomaz Lourenço da Costa, casado com Angélica Maria de Vasconcelos, filha de Antônio Mendes de Vasconcelos e sua segunda mulher Teodora Ignácia de Meneses, a 3 de agosto de 1826. Thomaz Lourenço é avô paterno do Padre Antônio Thomaz, príncipe dos poetas cearenses. 2 – Luis José da Costa, casado com Francisca das Chagas Dutra, filha de Manoel da Silveira Dutra e Maria Álvares Pereira, a 11 de julho de 1824. 3 – José Antônio do Espírito Santo, casado com Genuína da Conceição.

1805 – 20 de setembro – Realiza-se na Capela de Santa Cruz (Bela Cruz) o casamento de Joaquim de Araújo Costa, filho de Pedro de Araújo Costa e D. Maria José de Jesus, com Joana Maria de Jesus, filha de Antônio Soares Bulcão e Teodora Ignácia de Meneses. O casal passou a residir no sítio Tabubas (Bela Cruz). Deste consórcio nasceu, entre outros, Vicente Ferreira de

Araújo que se casou a 7 de janeiro de 1843, com Teresa Rosalina de Vasconcelos que foram pais de Antônio Nabuco de Araújo, casado com Teresa de Jesus Frota, a 27 de janeiro de 1883, avós paternos do Pe. Francisco Sadoc de Araújo

1816 – 16 de março – Nasce, na fazenda Lagoa do Mato, vizinha à povoação de Santa Cruz, Simplício de Araújo Costa, filho do Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa. A 20 de outubro de 1850, foi eleito Vereador à Câmara Municipal de Acaraú, com 1010 votos, juntamente com seu irmão Manoel de Araújo Costa, com 1008 votos. Simplício de Araújo Costa exerceu ainda os cargos de Tesoureiro da Câmara, Promotor de Justiça, Professor Provincial e Alferes da Guarda Nacional, nomeado por Portaria de 3 de junho de 1872, firmada pelo Presidente Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo.

1843 – 7 de janeiro – Casamento de Vicente Ferreira de Araújo, nascido a 19 de novembro de 1821, filho de Joaquim de Araújo Costa e Joana Maria da Jesus, com Teresa Rosalina de Vasconcelos, nascida a 17 de junho de 1827, filha de José Ignácio de Vasconcelos e Rosa Maria da Conceição. Deste matrimônio nasceram: 1 – José de Araújo faleceu inupto. 2 – Antônio Nabuco de Araújo, nascido a 30 de agosto de 1855, casado com Teresa de Jesus da Frota, filha de Galdino Gomes da Frota e sua segunda mulher Maria do Livramento Vasconcelos, a 27 de janeiro de 1883. Antônio Nabuco faleceu a 7 de outubro de 1935. 3 – Miguel Horácio de Araújo, casado com sua prima Constança Amélia de Araújo, filha de Miguel Francisco de Araújo e Pacífica Benvinda de Araújo, a 23 de fevereiro de 1884. 4 – Ana Dativa de Araújo, casada com João Batista de Paula, filho de José Ferreira de Paula e Francelina de Paula, a 11 de outubro de 1879. 5 – Maria Cândida de Araújo, casada com Miguel Orcel de Araújo, filho de João Pedro de Araújo e Maria José de Araújo, a 31 de julho de 1879. 6 – Rosa Adília de Araújo, casada com José Coridon Soares, filho de Rafael Arcanjo Soares e Maria José dos Reis, a 17 de maio de 1890. José Cori-

don casou-se, em segundas núpcias, com Maria da Penha Andrade, filha de Antônio Juvêncio de Andrade e Francisca Laura Andrade, em 1894. 7 – Maria Jovina de Araújo faleceu inupta.

1849 – 12 de julho – Casamento de João Pedro de Vasconcelos, filho de Ignácio José de Vasconcelos e Joana da Costa Medeiros, com Maria Lourença da Frota, filha de Galdino Gomes da Frota e sua primeira mulher Ana Joaquina da Frota. Deste matrimônio nasceram 10 filhos; 6 mulheres e 4 homens, entre estes, Miguel Arcanjo de Vasconcelos, casado com Antônia Maria Freire, filha de José Freire Benjamim e Rosalina Freire, a 18 de janeiro de 1876.

1849 – 31 de julho – Criado o município de Acaraú, por força da Lei nº 480, desta data, sancionada pelo Presidente da Província do Ceará – Fausto Augusto de Aguiar. O território da nova unidade cearense, desmembrado do município de Sobral, abrangia toda a área que hoje integra os municípios de Acaraú até Santana do Acaraú, totalizando 5.069 km².

1850 – 26 de agosto – Nomeadas as primeiras autoridades para o recém-criado município de Acaraú – Juiz Municipal: Antônio José Rodrigues; Promotor de Justiça: Simplício de Araújo Costa; Escrivão: José Ignácio Pessoa; Delegados: Joaquim Carneiro da Costa, Manoel Carneiro da Costa, Manoel Ignácio de Vasconcelos, Luís Pereira Brandão e José Antônio Teixeira.

1851 – 5 de fevereiro – Ocorre a instalação do município de Acaraú, com a posse de seus vereadores: José Victor Memória, Simplício de Araújo Costa, Manoel de Araújo Costa, Pe. Luís Martins dos Santos, José da Costa Gadelha e Joaquim Domingues Terceiro. José Victor Memória foi eleito Presidente, para exercer, cumulativamente, os poderes executivo e legislativo do novo município.

1854 – 6 de junho – Criada, nesta data, a Diocese do Ceará, pela Bula “Pro animarum salute”, do Papa Pio IX. As paróquias do

Ceará que até então pertenciam à Diocese de Olinda, passam a pertencer a Diocese do Ceará.

1856 – 23 de fevereiro – Ofício da Câmara é dirigido ao Presidente da Província do Ceará pedindo para pôr em quarentena os barcos que chegam de Pernambuco ao porto de Acaraú, já que em Recife está grassando o cólera-morbus e poderá ser transmitido aos habitantes da ribeira do Acaraú.

1866 – Nasce, em Santa Cruz, o líder comunitário Gabriel Florencio, casado com dona Maria da Anunciação. Foi um constante lutador pelo progresso de sua terra, que representou na Câmara Municipal de Acaraú, de 1910 a 1914. O montante de seus descendentes é o seguinte: 2 filhos, 10 netos e 10 bisnetos. Faleceu a 20 de setembro de 1939. Os poderes municipais de Bela Cruz deram seu nome a uma rua da cidade.

1872 – Construído o primeiro cemitério em Santa Cruz, sob a direção do virtuoso Pe. José Antônio de Maria Ibiapina, quando ali esteve em missões. Antigamente, os mortos eram sepultados nas igrejas, razão porque as capelas de Santa Cruz, tanto a primeira, construída em 1732, quanto à segunda, construída em 1798, no local onde ainda hoje permanece, serviram de cemitério durante longo tempo. (16)

1874 – 6 de dezembro – É instalado, na cidade de Acaraú, uma Associação Civil, intitulada Fundo de Libertação, com o objetivo de angariar recursos financeiros para libertar escravos. Esta associação tinha no cargo administrativo o santacruzense Raimundo Nonato de Araújo. De uma relação dos escravos existentes no município de Acaraú, organizada em data que não sabemos precisar, arrolamos os nomes dos senhores de escravos da

(16) “Enterravam-se os cadáveres nas igrejas. Só a pouca população explica a ausência de epidemias. Da higiene pública incubiam-se as águas das chuvas, os raios do sol e os diligentes urubus”. (Cf. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial* (1500-1800). Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2006.)

então vila de Santa Cruz, com os respectivos números de peças: 1 – Ana Fonteles da Rocha: 05 peças; 2 – Diogo Lopes de Araújo Costa: 02 peças; 3 – Florêncio José de Moraes: 01 peça; 4 – Francisco Joaquim de Araújo: 07 peças; 5 – Geraldino Lopes de Araújo: 01 peça; 6 – José Pereira da Rocha: 02 peças; 7 – Joaquim de Araújo Costa: 03 peças; 8 – José Romão de Carvalho: 01 peça; 9 – João de Araújo Costa: 02 peças; 10 – José Joaquim da Silveira: 02 peças; 11 – João Pedro da Silveira: 02 peças; 12 – Lúcio Lopes de Araújo Costa: 03 peças; 13 – Miguel Ferreira Fonteles: 03 peças; 14 – Manoel Lopes da Silveira: 02 peças; 15 – Manoel Araújo Costa Filho: 05 peças; 16 – Manoel Antônio de Vasconcelos: 02 peças; 17 – Pedro Marques da Rocha: 02 peças; 18 – Rufino Lopes de Araújo Costa: 07 peças; 19 – Raimundo Nonato de Araújo Costa: 01 peça; 20 – Venâncio Lopes Araújo Costa: 03 peças; 21 – Vicente Lopes de Araújo Costa: 02 peças; 22 – Vicente Ferreira da Silveira: 01 peça. (17)

(17) Nesta época “o braço escravo havia diminuído muito, com a venda de negros para outras províncias, com a morte de grande parte e as fugas de outros, tudo em consequência da seca de 45. Grande parte da escravatura da província foi vendida para remir as necessidades de seus possuidores, afirma Théberge, sendo exportados para outras províncias do império, o que deu causa a definhar ainda mais a pouca agricultura adotada. Os jornais do tempo se acham repletos de avisos ao público anunciando tais fugas e fornecendo os sinais de identificação dos foragidos. Explica-se dessa forma o elevado preço das peças, notadamente os moços e fortes, “figuras bonitas” e os conhecedores de ofício ou arte, que eram vendidos até por 1:000\$000. Foi preciso a decretação de pesado imposto para coibir a saída de cativos do território da província. O Senador Pompeu calcula que de 1845 a 1862 se exportaram mais de 5.000 escravos, não contados os que escapavam à ação do fisco, em grande número”. (Cf. GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947. p. 339). Na verdade “o afluxo de negros para o sertão foi sempre diminuto”, lembra Thomaz Pompeu Sobrinho, adiantando que “a indústria pastoril rudimentar não exigia muita gente e para o labor dos campos de pastoreio tornara-se melhor o índio livre (ou os seus valentes descendentes). Por outra parte, a mortalidade, maior do que a de qualquer outro elemento, e as secas calamitosas abriam claros sensíveis nos escravos”. (Cf. Povoamento do Nordeste Brasileiro, in: *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 51, 1937. p. 135.)

1884 – 21 de setembro – Nasce, na localidade de Tapera, Roque Lopes de Araújo Costa. Filho de Venâncio Lopes de Araújo Costa e D. Maria da Penha Araújo. Era o segundo filho do casal, pois seu pai casara-se duas vezes e nasceram treze filhos. Fez seus estudos iniciais em Santa Cruz, com o professor Nicácio Barbosa Cordeiro. Casou-se em 1910, com Maria Enedina Araújo, filha do capitão Antônio Raimundo Araújo e Maria José Araújo. Desse casamento nasceram seis filhos – Maria Alda Araújo, Francisco Luis Araújo, José Abdon Araújo, Manoel Cleôncio Araújo, Rita Odília Araújo e João Dionísio Araújo. Era comerciante e agropecuarista estabelecido em Tapera, transferindo-se mais tarde para a localidade de Tabuleirinho, onde permaneceu até 1920, quando faleceu sua esposa. Em 1921 retorna à Tapera, onde possuía uma fazenda de gado e uma faixa de terra de carnaubal. Residia em um enorme casarão e, anexo ao seu estabelecimento comercial, mandou construir uma grande sala a que chamou “sala da escola”, mantendo sempre uma professora de Acaraú, com a finalidade de alfabetizar seus filhos e as demais crianças da vizinhança, tendo ministrado aulas as professoras Maria Jordele Araújo, Maria Lindaura Araújo e Francisca Doralice Araújo. Era um líder da região, procurando sempre resolver as necessidades de seus conterrâneos, amigos e familiares. Encarregava-se das festas religiosas, trazendo o Padre para a celebração da Páscoa e a tão esperada Festa de São João, padroeiro do povoado. Nunca ocupou cargo político por opção sua; nomeado delegado não assumiu, para não praticar injustiças. Tinha grandes amigos políticos – coronel Manoel Duca da Silveira, Manoel Fabião Silveira, José de Paula Pessoa, deputado Manoel Gomes Sales e outros. Comerciante, fez boas amizades com seus fornecedores nas cidades de Fortaleza, Sobral, Granja e Acaraú. Contraiu segundo casamento com Francisca Avelino Araújo, desse enlace nasceram sete filhos – Francisco Diomar Lopes Araújo, (sacerdote) falecido em Recife, em 1982, Francisca Denilda Araújo, Geralda Gracildes Araújo, Francisca Doralice Araújo, Francisco Djacir Araújo, Francisca Theresinha de Jesus e Francisca Sineida Araújo.

Em 1953, passou a residir em Bela Cruz, na Rua Padre Odécio. Era católico praticante, assistia missa diariamente e recitava o terço em família. Saudável, alegre, gostava muito de cantar e sempre fazia em voz alta, sendo sua música favorita o Salmo 23: “Tu és meu pastor, ó Senhor / nada me faltará / Se me conduzis”. Viveu 84 anos, vindo a falecer a 14 de agosto de 1968. Roque Lopes de Araújo Costa era meu tio-avô.

1888 – 7 de março – Criação do Juízo de Paz e do Cartório de Registro Civil de Santa Cruz (Bela Cruz). Esse cartório foi criado pela lei provincial nº 1896, firmada pelo Dr. Antônio Caio da Silva Prado. Era destinado ao registro de nascimentos e óbitos e, posteriormente, de casamentos. Antes, os registros de nascimentos e óbitos eram feitos nos livros da Capela. O primeiro juiz de paz nomeado para a povoação de Santa Cruz foi o Sr. João Lopes de Araújo, pai do poeta Nicodemos Araújo.

1894 – 14 de dezembro – Nasce, em Santa Cruz, na fazenda Timbira, Francisco das Chagas Silveira. Filho de João Batista Fonteles e D. Guilhermina Maria da Silveira. Foi batizado pelo Pe. Francisco Teótime de Maria Vasconcelos, tendo como padrinhos Albano José da Silveira e Maria do Carmo Silveira. Em 1904, matriculou-se na escola do professor Nicácio Barbosa Cordeiro, onde cursou até o terceiro ano; terminado o curso, continuou na agricultura e na pecuária. Foi eleito vereador à Câmara Municipal de Acaraú, assumindo a 2 de janeiro de 1948, onde representou o distrito de Bela Cruz. Casou-se com Maria Raimunda Silveira, a 27 de março de 1915. Desse enlace matrimonial nasceram 22 filhos, entre estes o Prefeito de Bela Cruz – José Ludgero da Silveira. Exerceu os cargos de Subdelegado de Polícia, Agente da Coletoria de Bela Cruz e presidente da Associação Rural de Bela Cruz, da qual foi o fundador. Faleceu a 23 de julho de 1973. Dona Raimunda, nasceu em Santa Cruz, a 15 de setembro de 1895, filha de Livino José da Silveira e D. Antônia Maria da Silveira. Faleceu a 14 de fevereiro de 1983.

1900 – 3 de março – Assinada pelo Presidente da República M. Ferraz de Campos Sales, a nomeação do santacruzense Miguel Lopes de Araújo Costa para o posto de Capitão Cirurgião do 49º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional: “O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Faço saber, aos que esta Carta Patente virem que, por decreto de 22 de outubro de 1898, foi nomeado Miguel Lopes de Araújo Costa, para o posto de Capitão Cirurgião do 49º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Acaraú, Estado do Ceará, e como tal gozará de todas as honras e direitos inerentes ao posto; pelo que mando à autoridade competente que lhe dê posse depois de prestado a solene promessa de bem servir, aos Oficiais superiores que o reconheçam, e a todos os seus subalternos que lhe obedçam e guardem suas ordens. Para servir de título, lhe mandei passar a presente Carta por mim assinada, o que lhe cumprirá depois de selada com o selo das Armas da República. Palácio da Presidência no Rio de Janeiro, em três de março de mil novecentos, décimo segundo da República”.

1904 – Construção de um cemitério de alvenaria, na povoação de Santa Cruz. Os trabalhos foram dirigidos pelo Pe. Joaquim Severiano de Vasconcelos, tendo à frente os líderes comunitários Miguel Lopes de Araújo Costa, Galdino Lopes de Araújo, José Lopes da Silveira, José Fonteles da Silveira, Raimundo Nonato da Silveira, Manoel Antônio Moraes e outros. Esse cemitério, construído no local onde hoje está o Instituto Imaculada Conceição, serviu a comunidade até 1917, quando foi construído outro cemitério no hoje bairro de Brasília.

1904 – 18 de novembro – Nasce, em Acaraú, Ceará, Maria Florinda dos Santos – Professora Marieta Santos – filha de Manoel Martins dos Santos e D. Raimunda Florinda dos Santos. Viveu sua infância e juventude na casa de seus avós – Belisário César da Silva Lopes, escrivão, e Maria

Encarnação Silva. Fez o Curso Primário em Acaraú; o Secundário, no Colégio Sagrado Coração, das Irmãs Doroteias, em Fortaleza. Ainda na Capital cearense, ingressou no Curso de Formação de Professores, obtendo classificação, em 1923, sendo nomeada professora. Desempenhou suas funções na Escola Isolada de Santa Cruz, depois, Escolas Reunidas de Bela Cruz, criada a 16 de setembro de 1942, por ato do Interventor Dr. Francisco Menezes Pimentel. Casou-se em 1930, com um filho de Bela Cruz – Anselmo Celso de Vasconcelos. Participou, ativamente, da vida social e política de Bela Cruz. Dona de estilo fluente, discursava nas festas cívicas e religiosas da comunidade, assim como estimulava seus alunos nas aulas de canto e poesia. Foi modelo de educadora, fiel à pedagogia de sua época. A professora Marieta Santos é patrimônio Cultural de Bela Cruz. Por justiça e merecimento foi homenageada, dando nome à Escola de 1º e 2º Grau Professora Marieta Santos. Faleceu em Fortaleza, a 13 de setembro de 1966, tendo residido em Bela Cruz, 43 anos, dos quais, 26 dedicados à educação.

1905 – 23 de fevereiro – Nasce na localidade de Lagoa Grande, José Anselmo de Araújo (José Diogo), filho de Francisco das Chagas de Araújo e dona Francisca das Chagas de Araújo. Casou-se com a senhora Joana Alice de Araujo. Deste matrimônio nasceram treze filhos, dos quais cinco sobreviveram. Em 1935 passaram a morar em Santa Cruz, onde José Diogo militou na agricultura, na pecuária, no comércio e na política. A 3 de outubro de 1958, realizaram-se as primeiras eleições em Bela Cruz, para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores do município. Foram eleitos prefeito e vice-prefeito, respectivamente, os Srs. Mário Domingues Lousada e José Anselmo de Araújo. Para

a Câmara Municipal foram eleitos os vereadores – Benedito Lopes da Silveira, Geraldo Fonteles de Carvalho (Geraldo Bernardino), Geraldo Silveira Rocha (Geraldo Pedro), João Osmar Araújo, João Batista da Rocha (Batista Pereira), Marino Pereira Brandão e Raimundo Magalhães Rocha (Doca Rocha). A 25 de março de 1959, acontece, em clima de autêntica festa comunitária e política, a instalação oficial do município de Bela Cruz, com a posse do prefeito e vice-prefeito, perante a Câmara Municipal, então instalada. Mário Domingues Lousada dirigiu o poder executivo da nova unidade cearense, até o dia 19 de dezembro de 1961, quando faleceu repentinamente, assumindo o cargo José Anselmo de Araújo, que governou até 25 de março de 1963, deixando de sua administração uma gama de realizações honestas, em benefício da comunidade belacruzense, cujo reconhecimento é atestado nesta cidade. A 15 de fevereiro de 1959, ocorre na Igreja Matriz de Bela Cruz, com expressiva presença de fiéis, a ordenação sacerdotal do Padre Benedito Walter de Araújo, filho de José Anselmo e dona Joana Alice. Padre Walter foi professor de História Universal, Inglês, Francês e Grego. Deixou uma larga folha de serviços prestados à Igreja, em alguns Estados da Federação Brasileira, onde exerceu sua missão apostólica. Nasceu a 2 de setembro de 1931 e faleceu a 18 de novembro de 1996. José Anselmo de Araújo – presenciou a história e o desenvolvimento de Bela Cruz, durante um século. Faleceu no dia 29 de junho de 2006, aos 101 anos de idade, deixando a marca de sua atuação nos movimentos aqui registrados, visando o engrandecimento de sua terra natal.

1905 – 10 de março – Nasce em Bela Cruz, o poeta e historiador Nicodemos Araújo. Filho de João Lopes de Araújo e dona Francisca Silveira Lopes. Em Acaraú, representou o distrito de

Bela Cruz, na Câmara Municipal, durante o período de 14 de março de 1928, a outubro de 1930, perdendo o cargo em virtude do movimento revolucionário, daquele ano. Em 1936, foi eleito novamente vereador, assumindo até novembro de 1937, quando foi estabelecido o Estado Novo pelo Presidente Getúlio Vargas. Durante vários anos foi Redator-Chefe do Jornal *O Acaraú*. Publicou seu primeiro soneto, intitulado *Virgem da Conceição*, no jornal *A Comuna*, edição de 15 de maio de 1923, editado na cidade de Acaraú. Em 1933, juntamente com o amigo João Venceslau Araújo – Joca Lopes funda, em Bela Cruz, o Jornal *Alvorada* e uma pequena biblioteca. Estreou na literatura em 1935, com o livro de poemas *Harmonia Interior*, período em que o Brasil passava – política e socialmente – por uma série de transformações: Eleição de Getúlio Vargas, em 34; sublevação comunista, em 35 – resultando, em 37, na dissolução do Congresso e na implantação do Estado Novo, que se estenderia até 45. Escreveu valiosos trabalhos sobre a região norte do Ceará, notadamente, sobre Bela Cruz e Acaraú. É autor de 12 livros de poesias, 12 de história, com incursão pelo teatro, biografia e genealogia. Pertenceu a Academia Sobralense de Estudos e Letras, Academia Cearense de Letras, Academia de Letras Municipais do Brasil e a União Brasileira de Escritores. Faleceu na cidade de Acaraú, a 23 de junho de 1999, sendo sepultado, no dia seguinte, em Bela Cruz, sua cidade natal.

1905 – 5 de maio – Nasce, em Bela Cruz, José de Arimatéa Freitas, filho de Vicente Lopes de Araújo Neto e dona Maria Luiza da Silveira. Batizou-se a 20 de junho do mesmo ano, sendo oficiante o Vigário Pe. Joaquim Severiano de Vasconcelos (Liv. 20, p. 181) tendo como padrinhos José Fonteles da Silveira e dona Maria Especiosa da Conceição. Passou sua infância em Santa Cruz, juntamente com os irmãos e primos Ni-

codemos Araújo e Joca Lopes. Na juventude viajou por diversos estados do Brasil, mas a cidade que jamais lhe saiu da memória foi São Luís do Maranhão. Voltando à sua terra natal, casou-se, em 1941, com sua prima, dona Maria Rios de Araújo, nascida a 10 de julho de 1918, e falecida a 16 de novembro de 2001, filha de Salvino Lopes de Araújo Costa e dona Isabel Rios de Araújo, sendo celebrante o Pe. Sabino de Lima Feijão, vigário da paróquia de Acaraú. Desse enlace matrimonial nasceram 12 filhos, dos quais 7 sobreviveram. Faleceu a 22 de fevereiro de 1995. São esses os pais do autor destas notas.

1906 – 27 de janeiro – Nasce, em Bela Cruz o compositor, desenhista e escultor João Venceslau Araújo, filho do Capitão Miguel Lopes de Araújo Costa e d. Maria José de Araújo. Eleito vice-prefeito de Bela Cruz, em duas legislaturas. Detentor de uma inteligência polimorfa – Joca Lopes, como era conhecido – foi escultor, compositor, desenhista, xilógrafo, pintor, etc. Era também manufator de instrumentos musicais e cultivava charadas, enigmas, logogrifos e outros, colaborando em várias publicações do gênero. Em 1933, juntamente com os amigos Nicodemus Araújo e Manoel Fonteles, funda em Bela Cruz o jornal *Alvorada*, impresso na gráfica O Acaraú. Em junho do mesmo ano, funda um Salão de Leitura que perdurou poucos anos, porém, bastante frequentado, prestando bons serviços à juventude estudiosa. Em 1938, juntamente com o Sr. Emílio Fonteles, à frente da Conferencia Vicentina, edifica em Bela Cruz, a Igreja de São Vicente de Paulo, inaugurada em 1945, quando estava aparelhada de todos os requisitos exigidos para as celebrações dos atos religiosos. Entre suas esculturas, merece destaque especial a imagem da Virgem de Fátima, que se encontra sobre o monumento, na entrada da cidade, inaugurado a 1º de janeiro de 1957. Esse modesto esboço sobre Joca Lopes não ficaria completo se não se dissesse algo sobre suas preferências literárias.

Tinha muita admiração pelos grandes poetas do passado, falava de suas obras com pleno conhecimento, pois desde muito jovem, era amigo da boa leitura, sabendo tirar proveito de suas lições. Em várias ocasiões ouvi Seu Joca dizer: “A poesia chegou ao apogeu com Luis de Camões e depois dele decaiu”. Foi também de sua iniciativa a construção do Prédio dos Marianos, hoje, Centro Pastoral Monsenhor Odécio. Foi por vários anos professor de música, do Instituto Imaculada Conceição. É autor de inúmeras composições, destacando-se o Hino de Bela Cruz, em parceria com o poeta João Damasceno Vasconcelos. Faleceu no dia 4 de junho de 1995.

1912 – 5 de abril – Nasce, em Bela Cruz – o tabelião Afonso Celso Araújo – filho de João Lopes Araújo e d. Francisca Silveira Lopes. Casou-se a 22 de maio de 1943, com Narcisa Norberta Maranhão. Foi funcionário público em Bela Cruz e Acaraú por cuja Câmara foi vereador. Em Bela Cruz fundou o Clube Recreativo Belacruzense e a Associação Esportiva e Educacional de Bela Cruz. Em Acaraú fundou e manteve a Sociedade Artística Pe. Arimatéa Diniz e a Escola Professor Nicácio. Exerceu o cargo de Oficial do Registro Civil, durante 18 anos.

1912 – 11 de abril – Nasce o Pe. Francisco Olinto de Araújo. Filho de José Aprígio de Araújo e D. Felizmina de Araújo Leitão. Fez seus primeiros estudos em Sobral, Filosofia e Teologia no Seminário Maior de Fortaleza. Ordenado a 21 de setembro de 1935, por Dom José Tupinambá da Frota. Celebrou sua primeira missa em Bela Cruz, a 29 de setembro. Trabalhou em Reriutaba, Sobral, Belém do Pará e Rio de Janeiro. Faleceu a 20 de novembro de 2001. A Missa de corpo presente foi celebrada por Dom Eusébio, Arcebispo do Rio de Janeiro.

1913 – O Líder santacruzense Capitão Miguel Lopes de Araújo Costa manda construir, na hoje Rua Nicolau Peixoto, da cidade

de Bela Cruz, um conjunto de dez quartos de alvenaria, destinados ao comércio, denominado de Feirota. A construção da obra foi executada pelo pedreiro José Fortunato da Paixão. Esses prédios desabaram em consequência das enchentes do Rio Acaraú, ocorridas em 1924. No mesmo local, posteriormente, foi construído um prédio que serviu de sede para as escolas reunidas de Bela Cruz. Esse imóvel, abandonado pela comunidade a que tanto serviu, desmoronou em 1996.

1914 – O Capitão Miguel Lopes de Araújo Costa adquire o primeiro gramofone, na povoação de Santa Cruz. Aparelho que reproduzia o som em discos, através de um enorme funil, com músicas da Casa Edson, do Rio de Janeiro, cantadas pelo Mário. O gramofone do Capitão Miguel Lopes constituiu um grande sucesso para a comunidade. O poeta Nicodemos Araújo, no seu livro *Cronologia de Bela Cruz*, faz o registro.

1917 – 26 de março – Nasce, em Bela Cruz, José Ludgero da Silveira, filho de Francisco das Chagas Silveira e Maria Raimunda Silveira. Casou-se com D. Franci Lousada de Sousa. Foi eleito Prefeito Municipal de Bela Cruz, a 15 de novembro de 1966, assumindo o cargo a 25 de março de 1967, com mandato até 1971. De seu enlace com D. Franci, nasceram 11 filhos, entre estes, Júlio França de Sousa Neto, Prefeito de Bela Cruz.

1917 – 19 de dezembro – Nasce, na localidade de Marquinho, Bela Cruz, Raimundo Jovino Vasconcelos. Passou sua infância e juventude no vizinho município de Marco, mais precisamente na localidade Batim, onde casou-se com d. Rita Zilmar Vasconcelos. Ali fez sociedade com seu sogro Teófilo, numa panificadora que abastecia de pães e derivados, todo o povoado. Após exercer o cargo de vereador do município de Marco, ingressa no ramo da agropecuária, sobressaindo-se como beneficiador de

cera de carnaúba. Em 1960, volta a residir na cidade de Bela Cruz, na Rua Pe. Odécio, onde prossegue com suas atividades de agropecuarista. Em 1965, juntamente com seu cunhado Manuel Teófilo e Jaime Osterno, funda em Bela Cruz a Indústria–Agricultura, Castanha e Óleos Ltda. IACOL, de beneficiamento de castanha de caju, sendo toda sua produção exportada para os Estados Unidos. Mesmo com as atividades de agropecuarista e industrial bem sucedido, em 1972, Raimundo Jovino resolve enfrentar mais uma batalha – disputando as eleições para Prefeito de Bela Cruz. Vitorioso na campanha eleitoral assume a Prefeitura no período de março de 1973 a março de 1977. Na sua administração, implantou o que seria o início do progresso do município – para citar algumas obras: foram construídos: Grupos Escolares nas localidades de Correguinho, Matriz e Araticuns; ponte sobre o Riacho São Gonçalo; expansão da rede de energia elétrica; construção de um cemitério no distrito de Prata; Mercado Público nas localidades de São Gonçalo e Riacho da Prata; instalação do Posto da Teleceará; implantação do FUNRURAL, para aposentadoria dos idosos; construção do Matadouro Municipal, no bairro de Brasília; Poços Profundos para abastecimento d’água da CAGECE; calçamento das ruas Padre Odécio, São Vicente, Domingos Aguiar e outras; sendo ainda o prefeito que mais contribuiu para a formação da primeira turma de Universitários de Bela Cruz, na Universidade Vale do Acaraú – UVA. Após relevante administração do município, transferiu suas atividades de industrial da castanha de caju para ceramista, fundando em 1980, a Cerâmica Santa Cruz Ltda., gerando mais empregos para a classe trabalhadora. Sentindo a necessidade de uma educação teórica mais profunda para seus filhos, enviou para Fortaleza os que tiveram maior interesse em expandir seus conhecimentos, obtendo assim o sonho de formaturas na família. Com sua saúde abalada devido o diabetes veio a falecer em Fortaleza, no dia 22 de novembro de 1989.

1918 – 7 de setembro – Inaugurada a Casa Paroquial. Construída pelo Padre Antônio Thomaz, para hospedagem dos padres que demorassem na povoação. À frente dessa construção esteve o Sr. João Batista da Silveira – João Albano, falecido a 28 de março de 1918. Com a criação da Paróquia de Bela Cruz e a vinda do Padre Odécio, a casa fora reformada e ampliada, ficando então capaz de oferecer hospedagem aos Bispos e suas comitivas, nas visitas pastorais. Padre Odécio, ali residiu durante 60 anos. A casa hoje abriga o Museu Emílio Fonteles.

1919 – 12 de março – Nasce, na serra da Meruoca, Vicente de Paulo Matos, filho de João Rodrigues de Matos e D. Raimunda Pereira Lopes. Quando criança serviu de guia para seu pai que era cego. Foi trabalhador desde a adolescência, arrimo de família e pequeno comerciante. Casou-se, aos vinte anos de idade, com D. Maria Carolina da Rocha, filha de Abílio César da Rocha e D. Maria Augusta da Rocha, naturais de Bela Cruz. Desse consórcio nasceram 22 filhos. Nunca frequentou a escola, entretanto, com certa dificuldade, conseguia ler alguns escritos, inclusive, livros sobre plantas medicinais. Porém, graças a sua religiosidade e esforço chegou a ler a Bíblia Sagrada, completa, diversas vezes. Para as pessoas mais humildes, foi conselheiro, orientador espiritual e médico pelo consenso popular. Seu pai veio da Meruoca para Bela Cruz, em 1920, trazendo-o com apenas 1 ano de idade, segundo me contou, em visita que lhe fiz, dias antes de sua morte. Foi membro da Congregação Mariana e participou do Grupo de Dirigentes do Dia do Senhor. Homem afeito ao trabalho, caridoso, bom esposo e de grande dedicação à família, Vicente de Matos, é nome que honra a cidade de Bela Cruz. Faleceu no dia 27 de março de 2007.

1920 – 30 de junho – Nasce, em Bela Cruz – a professora Geralda Lopes Araújo, filha de João Lopes Araújo e d. Francisca

Silveira Lopes. Em 1935, já adolescente, passou a residir na cidade de Acaraú, com seu irmão Nicodemos Araújo. Lá estudou no Grupo Escolar Pe. Antônio Thomaz. Em 1938, fez curso para professora municipal, sendo aprovada e nomeada para ensinar em Bela Cruz. Depois de alguns anos foi transferida para a cidade de Acaraú, onde ensinou na Escola Normal Virgem Poderosa e no Externato São Vicente de Paulo. Nesta mesma época, cursou o 3º Pedagógico. Em 1953, volta à sua terra, casando-se com Abdon de Murilo Zacas. Dessa união nasceram 3 filhos – Marta Dalila, casada com o mexicano Edmundo Lemus Bloch, residente em New Jersey, Estados Unidos; Marcílio César, casado com Regina Lopes, trabalha no Banco do Nordeste, e Helena Clara, casada com o italiano Eddy Moretton, reside em Genebra, na Suíça.

1921 – 5 de janeiro – O Prefeito Municipal de Acaraú, Manoel Albano da Silveira, determina a obstrução da “Estrada Grande”, no trecho de “Boca do Córrego” ao Rio Acaraú, na passagem de “João de Lima”. Essa providência visava incluir a povoação de Santa Cruz (Bela Cruz) no roteiro dos comboios que faziam o transporte de mercadorias entre as cidades de Sobral e Acaraú. A população de Marco discordou da medida, e tentou prejudicá-la, gerando um confronto entre as duas comunidades inconstantes. No entanto, a 8 de setembro desse ano, realiza-se em Santa Cruz, importante reunião, com a presença dos senhores Manoel Albano da Silveira, Prefeito de Acaraú, e João Batista de Araújo Vasconcelos, Prefeito de Santana, com o objetivo de dirimir a “Questão da Estrada”. Além dos prefeitos, compareceram à reunião os líderes: Manoel Damião da Silveira, Francisco Xavier de Araújo Costa, Gabriel Florêncio de Vasconcelos e José Lopes da Silveira, por parte de Santa Cruz; e Francisco Eduardo Rios, Ricardo Neves Filho, Francisco Rodrigues Bastos e Raimundo Freitas Rios, por parte de Marco. Felizmente, prevaleceu

o bom senso, e a famosa estrada ficou mesmo pela povoação de Santa Cruz.

1923 – 15 de abril – Nasce na localidade de Tapera, Bela Cruz, o Pe. Joaquim Diomar de Araújo, filho de Roque Lopes de Araújo Costa e D. Francisca Avelino de Araújo. Fez o Curso Primário em sua terra natal; Segundo Grau em Sobral; Filosofia e parte da Teologia no Seminário da Prainha, em Fortaleza. Por motivo disciplinar se transferiu para Manaus, onde concluiu Teologia e ordenou-se, a 30 de outubro de 1955. Celebrou sua primeira missa na Igreja Matriz de Bela Cruz, a 15 de dezembro do mesmo ano. Foi recebido por seus familiares, pelo Pe. Odécio Loiola Sampaio, Pe. José Palhano, Secretário do Bispado, Pe. Sabino de Lima, Pe. Egberto Rodrigues de Andrade, Pe. Osvaldo Chaves, João Damasceno Vasconcelos e Mário Domingues Louzada. O poeta João Damasceno fez a saudação ao novo padre belacruzense. Joaquim Diomar de Araújo era meu primo. Amigo dos livros fazia conferências e palestras, com muito brilhantismo. Trabalhou em Manaus, Belém e Recife. Faleceu no dia 27 de junho de 1982.

1923 – O líder comunitário Emílio Fonteles da Silveira constrói, na então vila de Santa Cruz, seu primeiro prédio de dois pavimentos, localizado na Praça Mário Louzada. Mencionado prédio está ligado à história de nossa cidade pelas seguintes ocorrências: Ali funcionou de 23 de novembro de 1924 a 1942, a Estação Telefônica; ali foi recebido com sua comitiva, a 11 de janeiro de 1942, o Padre Odécio Loiola Sampaio – primeiro vigário de Bela Cruz; ali em 23 de fevereiro de 1957, o então Governador Paulo Sarasate assinou a lei nº 3.538, criando o município de Bela Cruz. Naquele palacete morou durante muitos anos, o líder político Mário Domingues Louzada, primeiro prefeito de Bela Cruz.

1924 – 13 de agosto – Nasce, em Bela Cruz o poeta, jornalista e escritor João Damasceno Vasconcelos. Filho de José Florêncio de Vasconcelos e dona Idalina Maria da Silveira. Em Bela Cruz, exerceu o cargo de Chefe da Estação Postal Telefônica e Diretor do Jornal “Correio de Bela Cruz”. Em Acaraú, representou o distrito de Bela Cruz, na Câmara Municipal e foi Secretário da Prefeitura. A vida que levou, de exemplar humildade foi, até certo ponto, a razão do desconhecimento de sua obra, por parte do público, em face da excelência artística dos sonetos que escreveu e que hoje são patrimônio cultural a ser conservado e estudado. Uma característica do poeta que merece ser ressaltada: o seu domínio perfeito da língua portuguesa, sem prejuízo das marcas naturais impostas pela fala brasileira ao idioma. Sua obra faz-nos raciocinar quando expõe sua erudição e proficiência. Em vários pontos de seus livros se faz notar o amor do poeta ao seu torrão natal e o quanto universal é a sua bagagem psíquica. É autor dos seguintes livros publicados: “A congregação mariana no mundo moderno” (conferência), 1948; “Retalhos de sonhos” (poesias), 1956; “A Sonhar e a cantar” (poesias), 1968; “Mário Domingues Louzada” (dados biográficos), 1971; “Cinza e fagulhas” (poesias), 1972; “Meu itinerário” (sonetos), 1982; “Fragmentos e poeira” (poesias), 1985. O poeta viveu em Bela Cruz até o ano de 1975, quando mudou-se para Fortaleza, onde trabalhou na Receita Federal. Faleceu, a 9 de junho de 1990, deixando viúva a Sra. Maria Ledioneta Vasconcelos e três filhos estudantes.

1927 – 3 de agosto – Nasce, em Bela Cruz, Maria do Perpétuo Socorro Carvalho, filha de José Domingues de Carvalho e dona Maria Angélica Fonteles. Fez seus primeiros estudos com a professora Maria Florinda dos Santos – dona Marieta Santos. Em 1947, passou a estudar na Escola Normal Virgem Poderosa de Acaraú, sob a direção das filhas de São Vicente de Paulo,

concluindo o curso em 1949. Regressando à Bela Cruz, passou a ensinar no Instituto Imaculada Conceição. Em 1960, ingressou na Companhia das Filhas de Caridade, em São Luis do Maranhão, onde desempenhou as funções de educadora no Colégio São Vicente de Paulo, durante treze anos. Fez o Curso de Pedagogia na Fundação Universidade do Maranhão – FUM, no final da década de 60. Foi coordenadora Pedagógica da Escola de Ensino Fundamental Irmã Luiza de Marilac, em Fortaleza.

1928 – 5 de dezembro – Nasce, em Bela Cruz, Ana Rios Araújo (Diana), filha de Salvino Lopes de Araújo Costa, nascido em 1887 e falecido a 14 de setembro de 1951, casado a 19 de julho de 1914, com Isabel Rios de Araújo. Seus pais descendem de tradicionais famílias do Vale do Acaraú, de origem portuguesa, sendo Diana, trineta do Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa, e tetraneta do Capitão Manoel Ferreira Fonteles, também portugueses. A partir de 1964, o Dr. Manoel Airton Osterno, começou a atender em Bela Cruz; suas consultas eram feitas no Posto de Saúde, que tinha como enfermeira Diana Rios Araújo. Com a vinda do médico ela passou a ser sua assistente – segundo é do nosso conhecimento, foi uma enfermeira muito prestativa, pois se fosse preciso, era capaz de ir até mesmo a outra cidade, em busca de um remédio, viajando, às vezes, a cavalo, para aliviar alguém do sofrimento. Ela sempre participava de cursos em Sobral e Fortaleza a fim de atualizar seus conhecimentos, e com a instalação da Unidade Sanitária Marieta Cals, no dia 21 de janeiro de 1973, pelo Prefeito José Milton de Oliveira, foi sua primeira diretora. Com a inauguração do hospital Manoel Rodrigues, a 21 de outubro de 1978, Diana assume o mesmo cargo, dirigindo com muita competência e honestidade àquela casa de saúde; portanto, sua contribuição é reconhecida. Dedicou toda a sua vida ao trabalho, especialmente na área da saúde. Tendo ingressado na Unidade de Saúde de Bela Cruz, no dia 1º

de junho de 1964, como Enfermeira Padrão, permaneceu ali até a aposentadoria. Faleceu no dia 5 de fevereiro de 2002, em Fortaleza, depois de complicada cirurgia no coração. Seu corpo foi sepultado no dia seguinte, no Cemitério de Bela Cruz.

1929 – 2 de abril – Nasce, na localidade de Lagoa Seca – Bela Cruz, o professor Aureliano Diamantino Silveira. Filho de Diogo Lopes de Freitas e D. Francisca Assis Rocha. Menino ativo, ágil e estudioso, fez as primeiras letras em sua terra natal. Secundário no Seminário de Sobral, Curso Superior de Filosofia e Teologia no Seminário da Prainha, em Fortaleza. Ordenou-se a 8 de dezembro de 1956. Foi Vigário nas paróquias de São Benedito, Viçosa do Ceará e Frecheirinha. Passou nove anos em Sergipe, na Diocese de Estância, transferindo-se depois para o Rio de Janeiro. cursou História, fez mestrado em Filosofia e Direito. Lecionou na Universidade Gama Filho, na PUC e Universidade Cândido Mendes. Pediu dispensa do Ministério e recebeu o Restrito da Santa Sé, em 1971. Realizou o Matrimônio religioso com D. Maria Helena Silveira, em 1972, com quem teve uma filha – Lúcia Helena Silveira. Pertenceu à Academia Sergipana de Imprensa; relações públicas da FASE e da Editora de livros e revistas da comunidade Emanuel, no Rio de Janeiro. Presidente do Apostolado da Oração, em nível arquidiocesano, no Rio de Janeiro, de 1996 a 2001. Publicou em 2000 *O Olhar que fala* uma reflexão bíblico-teológica sobre o olhar de Cristo. Em 2004, publicou *Ungidos do Senhor na Evangelização do Ceará*, livro em três volumes, que contém dados biográficos dos sacerdotes cearenses, ou que já tenham trabalhado no Ceará. Em 2006, publicou, *Eu sou o Pão Vivo descido do Céu*. Portador de sólida cultura foi Membro Fundador da Academia de Ciências, Letras e Artes, do Rio de Janeiro. Faleceu no dia 20 de novembro de 2008, e foi sepultado em Bela Cruz, sua terra natal.

1929 – 15 de junho – Chega a vila de Santa Cruz, o jovem Mário Domingues Lousada – veio gerenciar a firma comercial de José de Paulo Pessoa. Com seu espírito de líder fez-se belacruzenso pelo coração e pelos inestimáveis serviços que prestou a esta terra. O poeta e escritor João Damasceno Vasconcelos, em 1971, publicou uma elaborada biografia deste saudoso acarauense, onde se destaca o notável trabalho por ele realizado em prol de Bela Cruz e de seu povo.

1929 – 8 de dezembro – Nasce em Santa Cruz (Bela Cruz) o Padre Francisco de Assis Araújo. Filho de Vicente Lopes da Silveira e D. Maria Carmosina de Araújo. Concluiu o curso primário em Bela Cruz; o secundário em Sobral e o superior em Fortaleza. Ordenado sacerdote a 23 de outubro de 1955, em Sobral, por D. José Tupinambá da Frota. Celebrou sua primeira missa, na cidade de Bela Cruz, a 1º de novembro de 1955. Foi vigário de Ipu, Granja, Cariré, Beberibe, São Gonçalo do Amarante e Fortaleza (Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio).

1931 – 23 de novembro – Nasce na localidade Marquinho, Bela Cruz, o Pe. João Delmonte de Carvalho. Filho de Manoel Crispim de Carvalho e D. Francisca Júlia de Carvalho. Fez seus primeiros estudos em Bela Cruz, secundário no Seminário São José, em Sobral; Filosofia e Teologia, no Seminário Arquidiocesano, em Fortaleza. Ordenado a 3 de dezembro de 1961, em Sobral, por Dom João José da Mota e Albuquerque. Celebrou sua primeira missa no dia 10 de dezembro de 1961, em Bela Cruz. Vigário da Paróquia de Nossa Senhora do Amparo, de Senador Sá, onde edificou a Igreja Matriz, a Casa Paroquial e o Patronato Nossa Senhora do Amparo, do qual foi professor e diretor. Foi ainda professor de Psicologia, na Escola Normal de Coreaú. Licenciado do sacerdócio para abraçar o matrimônio, casou-se com Maria Ivanilde Pinto de Carvalho, a 5 de julho de 1975. Faleceu no dia 2 de abril de 1996, deixando três filhas órfãs: Raquelia, Rafaelle e Ranielle.

1931 – 24 de dezembro – Nasce, na hoje cidade de Bela Cruz, o poeta e jornalista Manoel Messias Vasconcelos, formado em letras pela Universidade de São Paulo. Coursou Francês, na Universidade de Paris, onde foi assistente da Embaixada Brasileira. Exerceu vários cargos públicos em São Paulo, onde reside. Pertence a algumas sociedades culturais e viajou em estudos por alguns países da Europa.

1932 – 10 de abril – Nasce em Bela Cruz a professora Maria Neuma de Vasconcelos, filha de Anselmo Celso de Vasconcelos e dona Maria Florinda dos Santos – professora Marieta Santos. Iniciou seus estudos em casa, com sua mãe. Em 1942, passou a estudar no Grupo Escolar Padre Antônio Thomaz, em Acaraú. Já em 1944, matricula-se na Escola Normal Virgem Poderosa, onde concluiu o Curso Pedagógico. Em 1960, casou-se com Carlos Alarico Carvalho. Em 1950, foi nomeada professora das Escolas Reunidas de Bela Cruz, em vaga decorrente da aposentadoria de sua mãe. Em 1957 recebeu nomeação para exercer as funções de Diretora das Escolas Reunidas, cargo que pediu demissão em dezembro de 1970. Em seguida assumiu a coordenação do Setor de Educação do Município e do MÓBRAL. Em 1979, foi nomeada vice-diretora da Escola de 1º Grau Oswaldo Cruz, em Aquiraz. Aposentada em 1981, continua sempre a frente dos movimentos pró-educação, de sua terra.

1932 – A população de Santa Cruz comemora festivamente o bicentenário da construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição. O professor Nicácio Barbosa Cordeiro, publica circunstanciada reportagem sobre o evento, no Jornal Correio da Semana, de Sobral.

1932 – 20 de maio – Nasce, em Bela Cruz, João Bernardino Pontes – filho de Elias Valentim Pontes e dona Ana Maria da

Conceição. Começou a trabalhar ainda criança, ajudando seus pais na agricultura. Aos 20 anos de idade passou a trabalhar em Fortaleza, com o Dr. Ciríaco Barbosa Damasceno, cirurgião dentista, onde aprendeu a profissão. Casou-se, em 1961, com Maria Luiza Vasconcelos. Em 1962, foi eleito Vereador – Presidente da Câmara. Em 1967, juntamente com um grupo de jovens, fundou a Associação Alvorada Clube – sendo ele um dos idealizadores da Festa do Caju – hoje, festa tradicional no calendário do município. Foi eleito vereador sete vezes, vice-prefeito e prefeito de Bela Cruz.

1933 – 15 de julho – Nasce o professor José Mozart de Araújo, filho de João Geves de Araújo e D. Maria Crispina de Araújo. Fez seus primeiros estudos em Bela Cruz. Em 1953, passou a estudar no Colégio Sobralense, como aluno agregado do Seminário Diocesano de Sobral; em seguida matriculou-se no Liceu do Ceará, onde concluiu o 3º Científico. Em 1960, prestou vestibular na Faculdade de Direito do Ceará, concluindo em 1966, o Mestrado em Direito, é formado também em Filosofia, Comunicação Social e Administração. Na área sindical prestou seus serviços a 18 sindicatos e 4 federações, atuando na área do direito trabalhista. Foi docente da Universidade Estadual do Ceará – UECE e advogado da Arquidiocese de Fortaleza.

1936 – 5 de agosto – Nasce no povoado de Araticuns – Bela Cruz – o Pe. Hipólito Djacir de Carvalho. Filho de João Plácido de Carvalho e D. Rita de Cássia Carvalho. Ordenado a 23 de dezembro de 1984, com cerimônia presidida por Dom Crisóstomo Moussa. Celebrou sua primeira missa, a 23 de janeiro de 1985, no Santuário da Adoração Perpétua, em Fortaleza. Perencia a Igreja Ortodoxa de Belo Horizonte. Faleceu a 29 de dezembro de 2001.

1938 – 23 de dezembro – Nasce, em Bela Cruz, o Dr. José Humberto Araújo. Filho de João Ambrósio Araújo e D. Raimunda Lopes Araújo. Fez seus primeiros estudos no Instituto Imaculada Conceição. Bacharel em Administração Pública, pela Escola de Administração do Ceará. Na Coelce, exerceu os cargos de Técnico de Administração e Chefe da Assessoria de Recursos Humanos. Em 1970, ingressou no BNH, ocupando o cargo de Administrador; depois de aprovado em concurso público de âmbito nacional, passou a ocupar a função de Assessor até a extinção do Banco, ingressando na Caixa Econômica Federal, por força do Decreto-lei que extinguiu o BNH. Ocupou o cargo de Administrador, exercendo atividades nas áreas de Desenvolvimento de Recursos Humanos e de Segurança Bancária da Empresa. No magistério, foi professor de 2º Grau do Estado, de colégios e cursos pré-universitários. Exerceu ainda o magistério de ensino superior nas áreas de Relações Públicas e Humanas, na Escola de Administração do Ceará, e professor de Teoria Geral da Administração, na Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

1939 – 14 de julho – Nasce, na localidade de Prata, município de Bela Cruz, a poetisa Giselda Medeiros, filha de Jorge Francisco de Medeiros e D. Raimunda de Sousa Fernandes. Licenciada em Letras, leciona no Colégio Estadual Justiniano de Serpa. Pertence a Academia Cearense de Língua Portuguesa, Casa de Juvenal Galeno, Academia Irajense de Letras, Associação de Jornalistas e Escritores do Brasil, União Brasileira de Trovadores e Academia Cearense de Letras. É autora dos livros – Alma liberta (poemas); Transparências (poemas); Sob Eros e Thanatos (contos). Recebeu vários prêmios literários, entre os quais, prêmio literário cidade de Fortaleza, II prêmio Ceará de literatura e XV prêmio de poesia do Norte e Nordeste. Em 2002 foi eleita princesa dos poetas cearenses. Reside em Fortaleza.

1939 – 8 de dezembro – Nasce, em Novo Oriente, Ceará, Edilson Carvalhedo Sampaio, casado com Regina Stela Vasconcelos Sampaio (filha de João Artur de Vasconcelos e dona Isabel de Murilo Zacas), com quem teve três filhas: Francisca Adriana Vasconcelos Sampaio, Andreia Vasconcelos Sampaio e Ariane Vasconcelos Sampaio, esta casada com Alexandre Rosanelli. Edilson Sampaio iniciou seus estudos, em 1948, na cidade de Bela Cruz, no Instituto Imaculada Conceição. Trazido de Novo Oriente, pelo seu primo – Padre Odécio Loiola Sampaio. Concluiu o segundo grau (científico), em Apipucos, Recife (Colégio Marista). Recebeu o título de cidadão belacruzense, outorgado pela Câmara Municipal, em 30 de novembro de 1973. É reformado da Marinha do Brasil. Pertenceu ao grupo do Porta-Aviões Minas Gerais indo para a Holanda, onde passou o ano de 1960. Concluiu, com distinção, o curso profissionalizante de escrevente, no Centro de Instrução Almirante Tamandaré, em Natal, Rio Grande do Norte. Em Bela Cruz, foi Vereador em duas legislaturas (1º de janeiro de 1973 a 31 de dezembro de 1982). Exerceu as funções de Secretário de obras por três vezes. Desde 1998 presta serviços comunitários, como presidente do Conselho Comunitário de Defesa Social (CCDS), promovendo seminários, palestras nas escolas e movimentos contra a violência. Foi diretor geral, do Juizado da Infância e da Juventude, por dois anos. É radialista, realizando desde 1993, o programa ‘Bela Cruz como te amo’. Foi um dos fundadores da Rádio Comunitária Genoveva FM.

1940 – 29 de março – Falece na cidade de Camocim, aos 85 anos de idade, o professor Nicácio Barbosa Cordeiro. Nascido em Canindé, Ceará, a 14 de dezembro de 1852. Chegou em Santa Cruz (Bela Cruz) em 1876. A 15 de junho do mesmo ano assumiu o cargo de Professor estadual, exercendo ali o magistério até 1913, quando se aposentou. Em 1914 fundou um curso

particular de Português e Francês, constituindo-se um grande benfeitor no setor da educação. Seu nome figura em uma rua da cidade de Bela Cruz, como uma justa homenagem de reconhecimento ao grande educador que se fez belacruzense, pelo amor e pelo trabalho realizado, durante meio século, com dedicação e competência. Casado com a senhora Maria Iva Meneses Cordeiro. O efetivo de seus descendentes está representado por 3 filhos, 10 netos, 27 bisnetos, 48 trinetos e 9 tetranetos.

1940 – 11 de outubro – Nasce na Fazenda Bom Sucesso – o Padre Francisco de Assis Rocha, filho de Raimundo Magalhães Rocha e dona Maria Benedita Rocha. Fez seus primeiros estudos em Bela Cruz, ingressando, em 1953, no Seminário Dom José de Sobral. Ordenado sacerdote a 4 de agosto de 1968, logo foi nomeado vigário da Paróquia de Afogados da Ingazeira – PE. Em 1970, licenciou-se em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade Católica de Pernambuco. De 1973 a 1976, cursou Sociologia na Pontifícia Universidade Santo Tomás de Aquino, em Roma, onde concluiu o bacharelato e o mestrado, defendendo a tese *O Fenômeno Frei Damião na Religiosidade Popular do Nordeste do Brasil*. Em 1993, comemorou seus vinte e cinco anos de sacerdócio, ocasião em que recebeu o título de Monsenhor. Atualmente exerce suas funções em Sobral, onde também é Pró-reitor de Comunicação, da Universidade Vale do Acaraú – UVA.

1941 – 10 de dezembro – Nasce em Bela Cruz, o Professor e Cientista Dr. João Ambrósio de Araújo Filho. Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (1965), mestrado em Range Management, University of Arizona (1968), doutorado em Range Management, University of Arizona (1975), pós-doutorado, University of Reading (1996). Atualmente é professor-adjunto da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Tem experiência na área de Zootecnia, com ênfase em Melhoramento e Manejo de Pastagem Nativa, Manejo de Ecossistemas de Áreas Semiáridas, Agrossilvicultura para Regiões Semiáridas e Recuperação de Áreas degradadas. Como pesquisador integrou equipes de estudos em vários países. Chefiou o Centro de Pesquisas da EMBRAPA, em Sobral. Recebeu diversos prêmios e títulos: Prêmio Otávio Domingues, Sociedade Brasileira de Zootecnia (1989); Prêmio por Excelência-Pesquisador, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/EMBRAPA (1997); Honra ao Mérito Conservacionista, Prefeitura de Itapagé, Ceará (1998); Honra ao Mérito Pesquisa Recursos Naturais Semiárido, Embrapa Caprinos (2003); Mérito Científico, Universidade Federal do Ceará (2004); Medalha do Mérito Rural Professor Prisco Bezerra, Federação da Agricultura e Pecuária do Ceará e Prêmio Joaquim Feitosa, Ambientalista do Ano, Governo do Estado do Ceará (2007). Tem vários trabalhos publicados, individuais e em parceria. É membro da Academia Sobralense de Estudos e Letras.

1943 – 5 de fevereiro – Nasce, em Bela Cruz, o professor José Arimatéa Freitas Filho. Seus pais – José Arimatéa Freitas e dona Maria Rios Araújo. Ingressou no Seminário dos Irmãos Maristas, em 1958. Concluiu o Bacharelato e Licenciatura em História (1972), na Universidade Federal de Alagoas. Em 1973, desligou-se da vida religiosa, exercendo o magistério no Colégio Cearense Sagrado Coração de Jesus, em Fortaleza, quando concluiu o Curso de Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar e Orientação Educacional, na Faculdade de Filosofia do Ceará, UECE. Em 1993, fez concurso para a Escola Técnica Federal do Ceará, servindo a esta instituição por três anos. Em 1997, após vários anos afastado da terra natal, volta à sua pacata cidade, onde exerce a função de Coordenador na Escola Monsenhor Odécio.

1945 – 4 de julho – Nasce na localidade Ilha dos Rochas, Bela Cruz, o Professor Francisco Assis Matos. Filho de Francisco das Chagas Matos e D. Geralda Alice da Rocha Matos. Em 1957, transferiu-se com seus pais para a vizinha cidade de Marco, vindo para Itarema em 1958. Em Itarema, seus pais residiram apenas um ano. Ao retornarem a Bela Cruz, o menino Francisco ficou sob a tutela do então vigário Padre Aristides Andrade Sales. Em 1962, aos 14 anos de idade, ingressa no Seminário Diocesano de Sobral. Posteriormente, no Seminário Maior da Prainha, deixando-o após dois anos. Licenciado em Letras Neolatinas, pela UECE e em Filosofia, pela Universidade Federal do Ceará. Casou-se, em 1971, com a Professora Maria Teresinha Silva Matos, com quem teve três filhos: Francisco Thelmo Silva Matos, Francisca Thelma Silva Matos e Francisca Theresinha Silva Matos. Participou de encontros, congressos e seminários estaduais e nacionais. Fez Pós-Graduação em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, em 1996; Extensão Universitária em Linguística, 1972; e vários outros cursos de especialização. Professor dos colégios Júlia Jorge, Dom Bosco e Fênix Caixeiral, em Fortaleza. Na cidade de Itarema, foi Diretor do Centro Educacional José Aniceto Sales; Diretor do Instituto João Rodrigues de Matos, da Escola Marieta Rios; do Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof^a. Rita Nilce Vasconcelos Amorim. Amigo da boa leitura fundou, em Itarema, a Biblioteca Comunitária João Rodrigues de Matos.

1946 – 26 de abril – Nasce, em Bela Cruz, a professora Maria Alice Vasconcelos, filha de Manoel Assis de Vasconcelos e d. Rita de Cássia de Vasconcelos. Fez o Ginásio e o Curso Normal, no Instituto Imaculada Conceição, colando grau na sua primeira turma de educandos. Ingressou no magistério quando ainda cursava o Ginásio e, logo que concluiu o Normal, foi

nomeada Diretora do Grupo Escolar Paulo Sarasate. Em 1968, passa a residir em São Paulo, onde formou-se Assistente Social, firmando-se como profissional da área de Serviço Social e Recursos Humanos. Como atividades extra-curriculares e de extensão universitária realizou vários trabalhos: Monografia de Conclusão de Curso, participação no Campus Avançado da USP e Projeto Rondon. Fez Pós Graduação em Recursos Humanos, além de vários cursos de extensão universitária. Trabalhou na Ferrovia Paulista S/A – FEPASA, atuando na área de Recursos Humanos, exercendo a profissão com muita competência, dedicação e zelo, até a aposentadoria.

1947 – É inaugurado por Padre Odécio Loiola Sampaio, o Instituto Imaculada Conceição, sob a direção da professora Cecy Regino Holanda. O prédio, construído por Mons. Odécio, ainda se encontra, em suas linhas originais, localizado na Rua Capitão Miguel Lopes, esquina com Rua Padre Odécio.

1948 – 21 de dezembro – Reinauguração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Bela Cruz. Totalmente reformada e ampliada sob a direção do arquiteto italiano Agostinho Odísio Baume. É uma das igrejas mais belas do Ceará.

1957 – 1º de janeiro – Inaugurado, nesta data, o Arco de Nossa Senhora de Fátima, localizado na Rua Humaitá. Mandou construí-lo o Pe. Odécio Loiola Sampaio, como lembrança da passagem, por Bela Cruz, da Imagem de Nossa Senhora (Virgem Peregrina de Fátima, Portugal) a 5 de novembro de 1953. O monumento constitui-se de artístico arco de alvenaria, de 10,0 metros de altura, sustentado por quatro colunas. Sobre o arco ergue-se uma escultura de Nossa Senhora de Fátima, obra primorosa, do artista plástico belacruzense, João Venceslau de Araújo – Joca Lopes.

1957 – 23 de fevereiro – Nesta data é assinada a Lei nº 3538, pelo então Governador Paulo Sarasate, que criou o município de Bela Cruz. Achamos por bem fazer uma homenagem a alguns belacruzenses, hoje senhores e senhoras que aqui nasceram, neste mesmo mês e ano, estudaram, casaram, constituíram família, e continuam com o seu trabalho, ajudando a construir Bela Cruz. São eles: 1 – José Edmilson Morais, nascido no dia 7 de fevereiro de 1957. Filho do Sr. Manoel Lúcio de Morais e Dona Maria do Carmo Carvalho. 2 – Maria Neila Vasconcelos, nascida no dia 8 de fevereiro de 1957. Filha do Sr. Mauro Gilberto Vasconcelos e Dona Rita de Cássia Vasconcelos. 3 – Manoel Edgar Rocha, nascido no dia 18 de fevereiro de 1957. Filho do Sr. Geraldo Magela Rocha e Dona Raimunda Dagmar Rocha. 4 – Maria Augusta Rocha, nascida no dia 22 de fevereiro de 1957. Filha do Sr. João Veríssimo Rocha e Dona Emília Agrícola da Rocha. 5 – Maria Eliza Rocha, nascida no dia 24 de fevereiro de 1957. Filha do Sr. Manoel Afonso Rocha e Dona Maria Ester da Silveira. 6 – Maria Lúcia Araújo, nascida no dia 25 de fevereiro de 1957. Filha do Sr. Inocêncio Alves Araújo e Dona Maria José Araújo. 7 – Luiz Gonzaga Sousa, nascido no dia 28 de fevereiro de 1957. Filho do Sr. Geraldo Leite de Sousa e Dona Maria Geseuda Sousa.

1960 – 31 de janeiro – Falece, em Bela Cruz, aos 84 anos de idade, o patriarca Francisco Adeodato de Moraes, casado com a sra. Maria José de Moraes. O número de seus descendentes se eleva a 693, assim especificados: 15 filhos, 138 netos, 460 bisnetos e 80 trinetos.

1960 – 14 de fevereiro – Sob a direção da Irmã Catarina Clara Brasileiro ocorre a inauguração do Instituto Imaculada Conceição, na cidade de Bela Cruz. Padre Tobias Belchior celebra missa no auditório do Patronato, após a bênção do prédio, ofici-

ada por Padre Odécio Loiola Sampaio, que o mandou construir, e que, naquela solenidade, fez entrega às filhas de São Vicente de Paulo. O estabelecimento possui todas as dependências necessárias ao seu perfeito funcionamento, tendo a frente as seguintes religiosas: Irmã Brasileiro, irmã Bernadete Carvalho e irmã Ana Maria Meireles.

1960 – 11 de dezembro – O prefeito Mário Domingues Louzada procede à inauguração da iluminação elétrica, pública e domiciliária, na cidade de Bela Cruz. O grupo gerador termoelétrico foi instalado em casa de força construída pela Prefeitura, na Rua Professor Nicácio, mesmo prédio onde hoje funciona o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

1962 – 8 de agosto – Falece, no Rio de Janeiro, aos 67 anos de idade o líder político belacruzense Manoel Duca da Silveira, casado com D. Maria Odete Gomes Silveira. O Cel. Duca, por duas vezes, exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Acaraú, deixando de suas administrações uma gama de realizações, em benefício da comunidade acarauense, cujo reconhecimento é atestado em Bela Cruz e Acaraú.

1966 – 30 de novembro – A comunidade paroquial de Bela Cruz comemora a decorrência dos 25 anos de ordenação sacerdotal de seu Vigário, Padre Odécio Loiola Sampaio. Todo esse período de trabalhos pastorais foi dedicado à evangelização e ao engrandecimento da diocese, com positivos reflexos sobre a formação cristã da população belacruzense.

1967 – 25 de março – Graças ao interesse do Governador Virgílio Távora ocorre a inauguração, na cidade de Bela Cruz, de um serviço de iluminação pública e domiciliária, com gerador de 110 KWA, instalado pela Companhia de Eletrificação do Ceará – CENORTE – com energia do Açude Araras.

1967 – 26 de outubro – realizada em Bela Cruz a 1ª Festa do Caju, iniciativa do Alvorada Clube, com exposição de produtos derivados do caju e eleição da Rainha, sendo eleita, na ocasião, a Srta. Geralda Maria de Vasconcelos. Festa já tradicional no calendário do município, desde então se vem realizando, no último sábado do mês de outubro.

1976 – 29 de março – Ocorre a inauguração, em Bela Cruz, da escola de ensino médio e fundamental Professora Marieta Santos. Criada através do decreto Nº 11.770 de 4 de março de 1976, no governo Aduino Bezerra, tendo como Secretário de Educação – Murilo Serpa. Esta Escola iniciou suas atividades com 319 alunos, distribuídos nos três turnos, com turmas de 1ª a 5ª série, tendo como diretora a professora Eliana Gualberto Carneiro. Em 1979, a escola conferiu o certificado de 1º grau a sua primeira turma de humanistas. Em 1983, passou a acampar o segundo grau, mediante o decreto nº 15.812 de 3 de março daquele ano. Em dezembro de 1989, a escola realizou a colação de grau da 1ª turma de professorandos. Atualmente, além das famílias residentes no centro da cidade, atende também alunos da classe operária, residentes nos bairros periféricos e um grande número de alunos da zona rural. Conta também com três anexos, assim distribuídos: São Gonçalo – com 9 turmas; Prata – com 6 turmas; Bom Futuro – com 5 turmas. O corpo administrativo é constituído pelo grupo gestor, composto de um diretor geral, três coordenadores pedagógicos, uma secretária, seis auxiliares administrativos, oito auxiliares de serviços e dois vigias. O corpo docente é formado por 26 professores efetivos e 38 temporários. Do quadro temporário, 16 trabalham na sede e 22 fazem parte dos anexos. A organização física da escola conta com 11 salas de aula, 12 banheiros, uma diretoria, uma secretaria, uma sala dos professores com 2 banheiros, uma cantina, um depósito para mantimentos, uma quadra de esportes, uma bi-

biblioteca com aproximadamente 3 mil volumes, um laboratório de informática com 10 computadores e um laboratório de ciências físicas e biológicas. A Escola atende atualmente a 1.348 alunos, sendo 741 na sede e 607 nos anexos. Na sede, as modalidades estão assim distribuídas: 223 alunos no ensino fundamental e 518 no ensino médio. Como organizações internas a escola possui: conselho escolar, com representantes de todos os segmentos escolares; o grêmio estudantil, associação de pais e congregação de classes.

1977 – 28 de maio – Nasce, em Bela Cruz, o Padre Agnaldo Temóteo da Silveira, filho de José Rogério da Silveira e Maria da Conceição Araújo. Coursou o Primeiro Grau, no Instituto Imaculada Conceição, em Bela Cruz. O Segundo Grau, no Colégio Sant’Ana, já no Seminário Menor de Sobral, e o Superior (Filosofia e Teologia) no Seminário da Prainha, Fortaleza. Ordenado sacerdote, a 30 de novembro de 2002, na Igreja Matriz de Bela Cruz, por D. Aldo Pagotto. Atualmente exerce suas funções, na Paróquia de Santana do Acaraú.

1978 – 21 de outubro – O Prefeito Júlio França procede ao ato inaugural de um Centro de Abastecimento, para a venda de peixe, na cidade de Bela Cruz. Esse mercado foi construído pela Prefeitura em convênio com o Governo do Estado, em terreno doado pela Paróquia. Em 2006, o Prefeito Eliésio Rocha Adriano instalou ali uma Cozinha Comunitária.

1980 – 31 de outubro – Criada a Comarca de Bela Cruz, conforme a Lei nº 10.436, desta data, publicada no Diário Oficial do Estado, de 4 de novembro de 1980. Sua instalação só ocorreu a 17 de abril de 1982. A transformação do Termo de Bela Cruz em Comarca constitui uma conquista que muito representa para a comunidade belacruzense.

1987 – 4 de setembro – No Auditório do Instituto Imaculada Conceição, é executado um programa lítero-musical, com o lançamento do livro “Município de Bela Cruz”, de autoria do poeta Nicodemos Araújo. O evento contou com a presença de autoridades, professores, estudantes, bem como representantes do Colégio Virgem Poderosa e do Lions Clube de Acaraú. O poeta Vicente Freitas fez a apresentação do autor e da obra.

1988 – 15 de novembro – Realizam-se eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, em todo o território brasileiro. No Município de Bela Cruz, dos 10.633 eleitores aptos a votar, compareceram às urnas 9424. E dos três candidatos que disputaram o cargo de Prefeito: Expedito Teodoro da Fonseca, Júlio França de Sousa Neto e Coronel Orzete Filomeno Ferreira Gomes – foi eleito Júlio França, com 5113 votos. Os vereadores eleitos foram: José Everardo Araújo, com 711 votos; José Edmar Fonteles, com 568 votos; José Clóvis Araújo, com 489 votos; Liduína Maria da Silveira, com 441 votos; Milton José de Vasconcelos, com 401 votos; Pedro José da Silveira, com 399 votos; Eliana Gualberto Carneiro, com 381 votos; José Joaquim da Silveira, com 350 votos.

1990 – 4 de fevereiro – Falece em Fortaleza, aos 76 anos de idade, o líder comunitário Raimundo Magalhães Rocha. Em Bela Cruz, ele exerceu as funções de Presidente da primeira Câmara Municipal e Membro do Conselho Paroquial. Casou-se duas vezes: a primeira com a Sra. Maria Benedita Rocha e a segunda com a Sra. Teresinha de Jesus Araújo.

1992 – É comemorado festivamente o cinquentenário da Paróquia de Bela Cruz, bem como o Jubileu de Ouro de Mons. Odécio Loiola Sampaio. Houve participação de todas as capelas. A programação ocorreu com uma missa solene concelebrada pelos vigários da Diocese.

1999 – 19 de outubro – estiveram reunidos os membros da Comissão Municipal Provisória de Bela Cruz, para deliberar sobre os seguintes assuntos: Analisar e aprovar a proposta de aquisição dos imóveis: a) Santa Teresinha, em Bela Cruz, através da Associação Comunitária dos Moradores de Riacho da Prata; b) Remanso, em Marco, através da Associação Comunitária Santo Antônio, da localidade de São Gonçalo. A reunião teve início com a presença de 6 (seis) participantes, sendo apresentada e aprovada a proposta de aquisição do Imóvel Santa Teresinha, através da Associação Comunitária dos Moradores do Riacho da Prata cujo valor, máximo, definido por decisão unânime das partes interessadas e membros da CMP – Bela Cruz, foi de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Ficou estipulado na visita para avaliação preliminar realizada no imóvel Remanso, no município de Marco (05.10.1999), com a participação do presidente da Associação Comunitária Santo Antônio, da EMATERCE, e do proprietário que o valor máximo para aquisição, seria até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), valendo inclusive este limite para avaliação executada pelo IDACE. A CMP – Bela Cruz, por decisão de seus membros, aprovou a proposta de aquisição do Imóvel Remanso, em Marco, apresentada pela Associação Comunitária Santo Antonio.

2000 – 19 de novembro – Posse do novo vigário da Paróquia de Bela Cruz, Pe. João Batista Rodrigues Vasconcelos, com Missa concelebrada por vários padres da Diocese, entre eles Mons. Odécio Lioiola Sampaio, ex-vigário de Bela Cruz. A saudação ao novo pároco foi feita pelo prof. José Arimatéa Freitas Filho.

2002 – 22 de março – Realiza-se em Bela Cruz, no auditório do Fórum, o I Seminário dos Usuários da Bacia do Acaraú, com a participação dos usuários de água, a sociedade civil, prefeituras

e órgãos governamentais e não governamentais dos municípios pertencentes à Bacia do Acaraú – Santana do Acaraú, Morrinhos, Marco, Bela Cruz e Acaraú, visando discutir propostas metodológicas que orientem o processo de organização dos usuários de água, propiciando a construção de espaços de conscientização e de preservação dos recursos hídricos. Participaram do encontro Prefeitos, Sindicatos, Vereadores, Associações Comunitárias e representantes da UVA e EMATERCE.

2004 – 18 de abril – Fundado em Bela Cruz, na Rua Capitão Miguel Lopes, sede do Centro Comunitário Expedito Deroci Vasconcelos, bairro Brasília, o Instituto Cultural de Bela Cruz. Participaram do evento artistas, professores, políticos e pessoas da comunidade, com a finalidade de discutir e aprovar o Estatuto, com a sua conseqüente fundação, bem como promover a eleição dos seus representantes. Por consenso, foi eleito para presidir os trabalhos o Sr. Carlos César de Carvalho, que convidou para secretariar o Sr. Vicente Freitas de Araujo. Após ampla explanação dos objetivos do Instituto, o Presidente solicitou que se procedesse à leitura do Estatuto e explicou aos presentes que aquele que desejasse fazer alguma alteração deveria solicitar destaque dos artigos a serem alterados. Efetuada a leitura, constatou-se que nenhum dos presentes solicitou qualquer destaque; assim, o senhor Presidente proclamou a aprovação do Estatuto. Passando para o ponto seguinte da Assembléia, isto é, a eleição do Conselho Diretor e Conselho Fiscal, o Sr. Presidente declarou aberta a votação, apresentando uma Chapa constituída na reunião do dia 8 de abril de 2004, sendo esta eleita por aclamação. Concluída a eleição, constatou-se que foram eleitos para compor o Conselho Diretor as seguintes pessoas: Carlos César de Carvalho, presidente; Maria R. Freitas, vice-presidente; Vicente Freitas de Araujo, 1º secretário; Francisco F. Araujo, 2º secretário; José R. de Freitas, 1º tesoureiro; João Almeida Fi-

lho, 2º tesoureiro. Sendo eleitos para o conselho fiscal as seguintes pessoas: membros efetivos: Ana Paula Marques Gabriel, Jacinto Ferreira de Lira, Expedito do Nascimento; Suplentes: Maria Aparecida Morais, Júlio S. Santos, Maria Elisabete Marques. Concedido, após estas cerimônias, pelo Sr. Presidente o uso da palavra, usaram-na, pela ordem os Srs. Carlos César de Carvalho e Vicente Freitas de Araújo, quando ressaltaram a significação desta solenidade, conclamando o povo e os artistas a cooperarem com patriotismo para a grandeza e o desenvolvimento da cultura no município de Bela Cruz. Infelizmente, este Instituto realizou apenas algumas reuniões, bem como um levantamento dos artistas belacruzeses, com algumas apresentações no Centro Comunitário.

2006 – 30 de novembro – Divulgado, em São Paulo, e transmitido pelo Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar, sendo a Escola Monsenhor Odécio, de Bela Cruz, uma das seis finalistas. O anúncio do prêmio foi acompanhado pelo secretário de Educação, Cultura e Esportes, Mozart Neves Ramos, pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, por secretários de Educação de vários estados brasileiros e educadores, além dos seis gestores das escolas finalistas. O objetivo do prêmio é estimular a melhoria da aprendizagem dos alunos, pela identificação e reconhecimento como referência nacional de estabelecimentos escolares que estejam desenvolvendo práticas eficazes de gestão. O comitê nacional do prêmio é composto pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Fundação Roberto Marinho, UNESCO, com apoio das secretarias estaduais de Educação, Unicef, Embaixada Americana e Conselho Britânico.

2006 – 9 de dezembro – Inaugurado, em Bela Cruz, a Escola de Ensino Médio Júlio França. Criada através da lei nº 13.801, de 17 de julho de 2006, no Governo Lúcio Gonçalo de Alcântara, tendo como Secretário de Educação Luís Eduardo de Meneses Lima. Iniciou suas atividades administrativas e pedagógicas em janeiro de 2007, com 513 alunos, distribuídos nos três turnos, com 12 turmas do primeiro ano do ensino médio e uma turma do TAM (tempo de avançar médio). Sua clientela é composta das famílias que residem nos bairros da cidade, bem como uma grande parcela da zona rural. O núcleo gestor é composto de uma diretora, uma coordenadora pedagógica e uma secretária. O corpo docente é formado por 5 professores efetivos e 14 temporários. Como apoio na administração conta com o Conselho Escolar representado pelos segmentos da escola e Grêmio Estudantil, representando o corpo discente. A escola está situada na Rua José Xerez de Sousa nas imediações do Alto da Genoveva, ocupando uma área de 6.612 m². Sua estrutura física conta com 6 salas de aula, Centro de Multimeios, um Laboratório de Informática e um de Ciências. Para atendimento ao público oferece espaço de uma Diretoria, uma Secretaria com 2 banheiros e uma quadra esportiva coberta e mais 17 banheiros. Na área de serviço dispõe de uma cantina e um depósito de mantimentos. Missão da Escola: “Promover uma educação voltada à formação ética, intelectual e social, aprimorando o pensamento crítico dos educandos, preparando-os para o mundo do trabalho”.

2006 – 30 de dezembro – Ocorre a inauguração da nova sede da Câmara Municipal de Bela Cruz que, na ocasião, recebeu o nome de seu primeiro presidente – Vereador Raimundo Magalhães Rocha (Doca Rocha). Comparecerem ao evento vereadores, líderes comunitários, familiares e amigos de Doca Rocha e diversas pessoas da sociedade belacruzense. Em seu pronunciamento, o Padre Francisco de Assis Magalhães Rocha, filho

do homenageado, destacou alguns aspectos relevantes da vida do seu genitor. Raimundo Magalhães Rocha – nasceu a 26 de julho de 1913; em 1947, transferiu-se, com toda a família, para Bela Cruz, que ainda era uma Vila, a fim de colocar os filhos na escola. Em fevereiro de 1957, Bela Cruz se tornou independente do município de Acaraú, e aconteceram as primeiras eleições municipais. Mário Louzada, homem influente na política, convidou Doca Rocha a se apresentar como candidato a vereador. Ele aceita e é eleito, sendo escolhido o primeiro presidente da Câmara. O líder comunitário Raimundo Magalhães Rocha, faleceu, a 4 de fevereiro de 1990, em Fortaleza, aos 76 anos de idade. Casou-se duas vezes: a primeira com a senhora Benedita Maria Rocha e a segunda com dona Teresinha de Jesus Araújo.

2007 – 20 de novembro – O jornal O POVO, de Fortaleza, publica matéria sobre a disputa por territórios no Ceará. Atualmente, segundo a Assembleia Legislativa, existem mais de 100 áreas (localidades ou distritos) de conflitos entre cidades vizinhas. O município de Marco está reivindicando a posse de 20 localidades pertencentes ao município de Bela Cruz. A "guerra" por território no Ceará faz parte do cotidiano da maioria dos gestores municipais. Não há dados reais sobre a quantidade de áreas de conflitos atualmente no Estado, mas, existem, aproximadamente, 106 localidades sendo disputadas por municípios vizinhos, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e o IPECE (Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará). Porém, esse número é bem maior. Todos os 184 municípios do Estado enfrentam disputas por territórios. Mais importante do que um pedaço de terra, os prefeitos estão, na verdade, de olho na população das comunidades. Isso porque os dados da contagem populacional do IBGE são utilizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como base para o cálculo do coeficiente das cotas do Fundo de Participação dos Municí-

pios (FPM). Marco requer as localidades de Almas, Areias, Batoque, Cacimbão, Sedó, Córrego, Cutia, Floresta, Furnas, Lagoa João de Sá, Miúras, Salinas, São Pedro, Sangradouro, São Vicente, Solidão, Umburana Ferrada, Veado Branco, Várzea Comprida e Vitória.

2009 – 12 de maio – Publicado, no Jornal O POVO, nota de nossa autoria sobre as enchentes do Acaraú: “Parte do município e algumas ruas do centro da cidade de Bela Cruz foram e continuam alagados há uma semana. Os refugiados das enchentes do Rio Acaraú perderam quase tudo. Muitos estão sem poder trabalhar ou ir à escola. Falta comida e água potável. O cenário de calamidade é realidade em quase toda a ribeira que já tem mais de 23.000 atingidos pelas enchentes. Em meio aos transtornos, parte das creches e escolas municipais passou a abrigar pessoas que tiveram suas residências alagadas ou destruídas. De acordo com a coordenadoria da Defesa Civil do Estado, somente neste município, 7 mil pessoas já foram afetadas pelas águas, e dois agricultores morreram quando tentavam salvar seus animais. O número de pessoas desalojadas já ultrapassa duas mil; 125 casas foram danificadas e 30 delas destruídas. Além disso o abastecimento de água foi comprometido. Os moradores estão sem água nas torneiras há uma semana. Técnicos da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) foram enviados ao local com ajuda do helicóptero da Ciopaer, mas não resolveram o problema. De acordo com a coordenadoria de imprensa do Governo do Estado, 19 municípios atingidos pelas enchentes já receberam auxílio financeiro. Entre eles, Bela Cruz (R\$ 300 mil reais). A situação em Bela Cruz, e boa parte da Ribeira do Acaraú, é desoladora e necessita de ajuda que vai além do poder público”.

CAPÍTULO XIII

ESBOÇO GENEALÓGICO DE BELA CRUZ

Conforme já afirmamos, alhures, apreciável parte do território do atual município de Bela Cruz está localizado na *carta de sesmaria* conhecida por “Datas do Goes”. Na verdade, no ano da graça de 1683, Manoel de Goes e alguns companheiros, vindos de Pernambuco, requereram e lhes foi outorgado, pelo então Capitão-mor Bento Macedo de Farias, Governador de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Siará Grande, umas datas de terras, na Ribeira do Acaraú, para pastoreio e agricultura. Aliás, temos notícia de que essa foi a primeira sesmaria concedida na região. Posteriormente outras concessões foram feitas no baixo Acaraú.

Com o objetivo de preservar para a nossa história, os troncos genealógicos da ribeira do Acaraú, inserimos aqui algumas notas sobre as primeiras famílias que se estabeleceram nestas ribeiras. Em seu estudo sobre as origens brasileiras o poeta Gerardo Melo Mourão constatou que em Portugal havia apenas 180 sobrenomes no tempo da colonização do Brasil. Isto é, havia apenas 180 famílias casadas entre si, e nos lembra: Todos nós temos 4 avós, 8 bisavós, 16 trisavós, 32 tetravós, 64 pentavós, 128 hexavós, 256 heptavós, 512 octavós, quando se chega no século XVI, temos um milhão de antepassados em linha direta.

Entre os que aqui chegaram, entre o final do século XVII e inícios do XVIII, podemos mencionar: Nicolau da Costa Peixoto e Domingos Aguiar de Oliveira, doadores do Patrimônio da Capela. Posteriormente, outras pessoas foram construindo suas moradas na ribeira. Entre estes patriarcas, destacamos: Capitão Manoel Vaz Carrasco, Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa, Luis de Sousa Xerez, Tenente Manoel Ferreira Fonteles, Ângelo Dias Leitão, Matheus Mendes de Vasconcelos, Capitão-mor José de Araújo Costa, Pedro de Araújo Costa e João da Silveira Dutra, os quais constituem o tronco genealógico do município de Bela Cruz, ou melhor, da ribeira do Acaraú, conforme dados que colhemos nas obras dos eméritos genealogistas Antônio José Victoriano Borges da Fonseca, Barão de Studart, Pe. Fortunato Alves Linhares, Leonardo Feitosa, Mário Linhares, Pe. Francisco Sadoc de Araújo, Nicodemos Araújo, Francisco Augusto de Araújo Lima e outros.

Origens Portuguesas

Segundo informa Guilherme Studart somente a partir do primeiro Governo do Capitão-mor Sebastião de Sá (1678-1681) começaram a ser distribuídas datas de sesmarias no território hoje compreendido no Estado do Ceará. Simultaneamente, em Portugal corriam notícias de que no Brasil estavam sendo feitas doações de terra, com o mínimo de exigências a quantos portugueses desejassem contribuir para o povoamento da colônia. Tais notícias provocaram, no reino, um entusiasmo para com o Brasil, principalmente na região do Entre Douro e Minho, onde a população era mais densa e o minifúndio predominante. Para a ribeira do Acaraú vieram, especialmente, camponeses do Minho e pescadores das povoadas da hoje chamada Costa da Prata.

Daí as origens de Manoel Ferreira Fonteles e do Capitão José de Araújo Costa, os antigos povoadores mais prolíferos da

ribeira do Acaraú. No ano de 1987, transcorreu o tricentenário de nascimento do tenente Manoel Ferreira Fonteles, motivo suficiente para que seu nome fosse lembrado pelos milhares de descendentes, entre os quais estou incluído, e a oportunidade para que se aprofundassem os estudos sobre as origens históricas da formação das primeiras famílias que se estabeleceram nesta parte do Ceará.

Manoel Ferreira Fonteles nasceu, a 7 de março de 1687, no lugar Fontelo, freguesia de Meixomil, região de Entre Douro e Minho, Portugal. De Fontelo, topônimo retirado de pequena fonte local provém o apelido Fonteles que, no Brasil, Manoel adotou por sobrenome e o transmitiu à família. Seu nome Manoel Ferreira Velho foi modificado para Manoel Ferreira Fonteles, a fim de lembrar seu lugar de origem. Hoje são incontáveis os Fonteles que povoam o Vale do Acaraú, o Ceará e o Brasil.

Em documentos paroquiais do Curato do Acaraú constam que os pais de Manoel Ferreira Fonteles chamavam-se Domingos Velho da Cruz e Maria Ferreira Pinto. Foi graças a esses dados que o Pe. Francisco Sadoc de Araújo conseguiu no Arquivo Distrital do Porto, mais informações sobre os ascendentes desse nosso ancestral. O primeiro informe preciso foi o termo do casamento de seus pais realizado, a 7 de janeiro de 1683, na matriz de Meixomil.

Eis a seguir, a íntegra do documento, transcrito fielmente do livro original:

Domingos Velho, filho de João Velho e de sua mulher Maria Antônia, já defunta, de Fontelo, se recebeo com Maria Ferreira, filha de Domingos Ferreira, já defunto, e de sua mulher Maria Antonia, do lugar Fontelo, todos desta freguesia de Meixomil, na forma do Sagrado Concílio Tridentino, aos sete dias do mês de janeiro do ano de mil seiscentos e oitenta e três, estando por testemunhas presentes Antônio Pinto Carneiro, Reitor de Pena Maior e o Pe. Luis Ferreira e Baltazar Barbosa e o Pe. Pedro Velho que, por comissão de licença minha, os recebeo, e por assim ser verdade fiz este assento, hoje oito do dito mês de janeiro da era ut supra. Antonio da Silva. (*Liv. Misto*, nº 2, 1652-1707, fl. 108.)

Não se sabe em que ano, exatamente, Manoel Ferreira Fonteles emigrou para o Brasil. É certo que não chegou ao Ceará antes de 1715. Anteriormente esteve em Pernambuco, onde desembarcou. Em Olinda conheceu um seu patrício, de nome Francisco Pereira Brandão, com quem mantinha fortes laços de amizade. Este tinha uma filha de menor idade, chamada Maria Pereira. Tendo que viajar para o Ceará, o jovem Manoel combinou com seu amigo que casaria com sua filha, logo esta alcançasse a idade núbil. No tempo oportuno combinariam a data do casamento, quando então, se encontrariam na Vila de Aquiraz para realizar a cerimônia do matrimônio religioso. Foi assim que Manoel embarcou para o Ceará.

Enquanto residia em Aquiraz, (1) Manoel Ferreira Fonteles conheceu uma índia tapuia, de nome Maria Fernandes, com quem passou a viver maritalmente. Desta relação amorosa nasceu uma menina, batizada em 1718, tomando o nome de Luisa. Esta casou-se, a 26 de novembro de 1733, com o português Caetano Soares Monteiro, (2) filho de Simão Marques Leitão e Catarina Soares Monteiro, naturais de Sobral da Lagoa, Óbidos, Portugal. Deste matrimônio nasceram oito filhos: quatro mulheres e quatro homens, que casaram e deixaram descendência:

(1) Antiga localidade do Ceará. A primeira vila instalada nesse território. Tristão de Alencar Araripe considera o topônimo a mesma designação de uma vila de Portugal, mas Paulino Nogueira contesta, apresentando, para o mesmo etimologia de origem indígena. Pedro Théberge, à página 182, tomo I, de seu *Esboço Histórico sobre a província do Ceará*, diz ser crença geral que a povoação do Aquiraz foi elevada à vila no primeiro ano do século XVIII. E conclui: “sendo já vila no meado de maio e correspondendo-se com o Monarca, foi o decreto da criação lavrado no fim do século anterior ou primeiros dias do XVIII. A vila foi criada debaixo do título de vila de São José de Ribamar dos Aquiraz, e compreendeu seu termo todo o território do Ceará Grande, isto é, a capitania inteira”. (Cf. OLIVEIRA. J. B. Perdigão de. A primeira vila da província (Notas para a história do Ceará). In: *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 1, 1887. pp. 103-203.)

(2) “Caetano Soares Monteiro foi Vereador da Câmara Municipal de Fortaleza, eleito a 28 de julho de 1747, com posse a 4 de janeiro de 1748. Luisa Ferreira faleceu a 16 de novembro de 1794”. (Cf. ARAUJO, Francisco Sadoc de, Pe. *Raízes portuguesas do Vale do Acaraú*. Sobral: Edições UVA, 2000.)

1. **Maria Soares Monteiro**, casada com o português João da Silveira Dutra, natural da freguesia de Cedros, concelho de Horta, Ilha do Faial, Açores, filho de Manoel da Silveira Dutra e Josefa da Silveira, a 24 de novembro de 1746. Tendo falecido dona Maria Soares, a 29 de junho de 1765; João da Silveira Dutra casou com Maria da Conceição Araújo, filha de Gabriel Cristóvão de Meneses e Bernarda Correia de Araújo, a 8 de setembro de 1766.
2. **Gabriel Soares Monteiro**, casado com Quitéria Coelho de Albuquerque, filha do Capitão Antônio Coelho de Albuquerque e Joana Teixeira de Moraes, a 26 de novembro de 1778.
3. **Josefa Maria da Conceição**, casada com Francisco Rodrigues Magalhães, filho de João Rodrigues Magalhães e Grácia Ribeiro de Sousa, a 10 de setembro de 1769. Faleceu a 15 de setembro de 1776.
4. **Maria Madalena Monteiro**, casada com Miguel dos Santos Silva, filho de Manoel dos Santos Silva e Maria da Conceição, a 21 de novembro de 1777.
5. **Manoel Soares Monteiro**, casado com Custódia Lourenço, filha de João Pereira da Silva e Quitéria Maria de Sousa, a 22 de maio de 1799.
6. **Ana Ferreira do Espírito Santo**, casada com João Rodrigues da Silveira, filho de Francisco Dias da Silveira e Ana Cardoso, a 18 de novembro de 1790.
7. **Francisco do Espírito Santo**, casado com Maria Rodrigues Moreira, filha do Capitão Manoel Moreira Soares e Ana da Costa Teixeira, a 28 de outubro de 1771.
8. **Vicente Monteiro**, batizado a 1º de maio de 1760.



Por volta de 1725, Manoel Ferreira Fonteles recebeu carta do amigo residente em Pernambuco, na qual comunicava que estava a preparar viagem ao Ceará, em companhia da filha Maria Pereira, com o fim de realizar o casamento.

Conhecedora dos acontecimentos, a índia tapuia revoltou-se contra o amante que lhe havia prometido fidelidade e, agora, anunciara-lhe que estava terminada a vida em comum, porque chegara a hora de se casar com a jovem prestes a chegar de Pernambuco. Dizendo-se ameaçado de morte pela amante, Manoel Ferreira Fonteles conseguiu que a índia fosse presa na cadeia de Aquiraz, não devendo ser solta senão após a realização do casamento.

Na busca de sair-se bem da vexatória situação, Manoel Ferreira Fonteles procurou enfrentar imediatamente os problemas, a fim de que, quando chegasse de Pernambuco o futuro sogro, tudo estivesse resolvido. (3)

A primeira providência a tomar foi adquirir uma propriedade onde se fixar, longe dos problemas surgidos em Aquiraz. Foi então que comprou parte da sesmaria de Nicolau da Costa

(3) “Manoel Ferreira Fonteles é tronco de enorme descendência na Ribeira do Acaraú e vulto de singular importância na colonização desta região. Emigrou para o Brasil fixando-se primeiramente nas proximidades do Forte, tendo sido vereador em Aquiraz. Comprou terras de Nicolau da Costa Peixoto, nas quais construiu sua célebre Fazenda Tucunduba onde vivia como homem influente. Segundo testemunha da época, “era peão e mecânico e exercitava o ofício de vaqueiro e todos os atos mecânicos dele”. Foi em sua Fazenda Tucunduba que se refugiou o Ouvidor Loureiro durante a rebelião de 1732”. (Cf. ARAÚJO, Francisco Sadoc de, Pe. *Cronologia Sobralense*, vol. I. Fortaleza: Grecel, 1974.)

Peixoto, que se estendia até a localidade de Tucunduba, onde pretendia se estabelecer, após a realização do matrimônio.

Uma vez casados, Manoel Ferreira Fonteles e Maria Pereira vieram para a ribeira do Acaraú. A fazenda cujo nome lembra abundância de tucum media meia légua de terra, de comprido, com meia légua de largo, tudo de uma só banda do rio Acaraú, à margem esquerda, e confinava, ao norte, com a fazenda Salgado e, ao sul, com as fazendas Raiz e Várzea Redonda. Conforme levantamento feito pela Câmara Municipal de Sobral, em 1788, a fazenda Tucunduba possuía os seguintes bens semoventes: “28 cabeças de gado de açougue, 100 vacas parideiras, 10 poltros, 30 novilhos, 25 garrotes, 70 cabras e 46 cabritos. Possuía 2 escravos, 1 engenhoca, 3 machados, 2 enxadadas, 2 foices e 1 cavador”. Quanto à produção agrícola dispunha de 5.000 covas de mandioca, 100 mãos de milho de colheita e 25 braças de terra plantada de algodão.

Estes dados demonstram que Manoel Ferreira Fonteles chegou a possuir um bom patrimônio, o que o fez conseguir proeminência social na região, tendo exercitado influência política e chegado ao posto de tenente do regimento de ordenanças, tendo também projeção no campo religioso. Muito ajudou na construção da capela de Santana do Acaraú, cuja bênção se realizou no dia 9 de agosto de 1739. (4) Foi juiz ordinário da Câmara de Fortaleza, no ano de 1741. A 26 de julho de 1745 foi eleito juiz ordinário da ribeira do Acaraú, com juramento e posse a 22 de abril de 1746.

(4) Inaugurada nesta data, logo a Capela receberia doação, a 16 de outubro de 1739, para formação de seu patrimônio: “Está sita do rio Acaracu para a parte do sul 6 legoas abaixo da Matriz, em meia legoa de terra, doação do Padre Antonio dos Santos da Silveira, com 50 vaccas e um touro para o patrimonio da mesma Capella, como se vê de uma escritura que se acha inserta no dito livro.” (Cf. PESSOAS, Dr. João Ribeiro, Pe. Notícias da freguesia de N. S. da Conceição da Caissara dadas pelo Revdo. Cura e Vigário da Vara Atual d’ela, ano de 1767. In: *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 2, 1888. pp.149-150.)

Do casamento de Manoel Ferreira Fonteles com Maria Pereira, nasceram seis filhos:

1. **Maria Ferreira Pinto**, nascida em 1729, casada com o português Capitão Matheus Mendes de Vasconcelos, filho de Matheus Mendes e Ana Carvalho, naturais de Travanca, concelho de Amarante, a 19 de setembro de 1743. Maria Ferreira Pinto faleceu a 2 de julho de 1795. Seu marido Matheus faleceu a 7 de janeiro de 1793. Tronco da numerosa família **Vasconcelos**.
2. **Ana Ferreira do Espírito Santo**, nascida em maio de 1732, casada com o português Francisco de Farias Almeida, filho de Francisco de Farias Almeida e Emerência de Jesus Magalhães, a 22 de julho de 1753.

Os outros quatro filhos casaram com filhos do Capitão Ângelo Dias Leitão e Rosa Maria Ferreira, paraibanos e moradores na ribeira do Acaraú.

3. **Manoel Ferreira Fonteles Filho**, nascido em maio de 1740, casado, na capela de Santa Cruz, com Ana Maria da Conceição, filha de Ângelo Dias Leitão, a 12 de novembro de 1755. Manoel Ferreira Fonteles Filho faleceu a 18 de julho de 1795. Ana Maria faleceu a 19 de fevereiro de 1818. É o tronco mais prolífero da família.
4. **Bibiana Ferreira Fonteles**, batizada em dezembro de 1742, casada com Quintiliano Dias Leitão, filho de Ângelo Dias Leitão, a 20 de agosto de 1756. Bibiana faleceu, a 9 de agosto de 1805, e Quintiliano, a 23 de fevereiro de 1815.
5. **Tomé Ferreira Fonteles**, gêmeo, nascido a 28 de dezembro de 1747, de cujo parto faleceu a mãe. Casou com Maria José de Verçosa, filha de Ângelo Dias Leitão e

Rosa Maria Ferreira, a 27 de novembro de 1764, na Capela de Santa Cruz (Bela Cruz), Maria José faleceu a 1º de maio de 1785.

6. **Francisco Ferreira Fonteles Rios**, gêmeo com o precedente, (5) nasceu e casou-se nos mesmos dias que o irmão Tomé. O 1º matrimônio com Ignácia Ferreira de Verçosa, filha de Ângelo Dias Leitão, na capela de Santa Cruz. O 2º, com Ana Quitéria de Jesus, a 4 de agosto de 1796. Francisco Ferreira Fonteles Rios faleceu a 18 de julho de 1815. Tronco da família **Rios**.

Dona Maria Pereira, faleceu a 28 de dezembro de 1747, de parto dos dois gêmeos, o Tenente Manoel Ferreira Fonteles casou, em segundas núpcias, com Rosaura Maria de Mendonça, a 28 de maio de 1752, viúva de Bento de Barros, falecido a 7 de janeiro de 1752. Deste segundo matrimônio não houve descendência.

Manoel Ferreira Fonteles faleceu a 30 de abril de 1761, com 74 anos de idade. Seu corpo foi sepultado, com todos os sacramentos, na capela de Santana do Acaraú. Deixou testamento, cujo resumo foi transcrito no próprio livro paroquial da freguesia da Caiçara.

(5) “Casam-se na capela de Santa Cruz os irmãos gêmeos Francisco Ferreira Fonteles e Tomé Ferreira Fonteles, filhos de Manoel Ferreira Fonteles e Maria Pereira, com as irmãs Ignácia Ferreira e Maria José, filhas do Alferes Ângelo Dias Leitão e Rosa Maria Ferreira, em cerimônia oficiada pelo Pe. Antônio Thomaz Serra. Além da poligamia e do concubinato, outro fenômeno familiar comum na época era o da endogamia, ou casamentos sempre dentro de determinadas famílias, estreitando os laços de consanguinidade e parentesco”. (Cf. ARAUJO, José Humberto. In: *Cronologia de Bela Cruz*, 1990. p. 22.)

Testamento de Manoel Ferreira Fonteles

“Aos trinta de abril de mil setecentos e sessenta e hum, faleceu da vida presente, de doença que Deus lhe deu, o Tenente Manoel Ferreira Fonteles, de idade de setenta anos, pouco mais ou menos, freguez deste Curato, homem branco, casado com Rosaura Maria de Mendonça, por contrato e escritura de Arras, natural da freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Meixemil, entre Douro e Minho, bispado do Porto, filho legítimo de Domingos Velho da Cruz e de sua mulher Maria Ferreira Pinto, morreu com seu solene testamento, no qual deixa seus testamenteiros, a Caetano Soares Monteiro e o seu Filho Manoel Ferreira da Rocha. Deixa que se façam dois ofícios de corpo presente por sua alma, fora o de obrigação. Item deixa por sua alma uma capela de missas. Item outra capela de missas pelas almas. Item outra capela de missas pelas almas de seus pais, pai e mãe, todas com esmola de duzentos e quarenta por cada missa. Item deixa de esmola a sua mulher tudo o que constar ser de seu uso e ornato. Item deixa mais a dita sua mulher vinte e cinco vacas e três bestas mulas. Deixa para desencargo de sua consciência à Matriz desta freguezia do Acaracu quatro poldros de ano e meio acima. Deixa por esmola ao seu afilhado Manoel, filho de Caetano Torres, digo Soares Monteiro, uma besta. Item deixa de esmola a seu afilhado Francisco, filho de Francisco Maria de Almeida, um poldro de ano e meio. Item deixa de esmola a seu afilhado Manoel, filho de Matheus Mendes de Vasconcelos, um poldro de ano e meio. Ultimamente institui por herdeiros do restante de sua terra, seus filhos Manoel Ferreira da Rocha, Tomé, Francisco e Bibiana, para igualmente repartirem. Foi envolto em hábito franciscano, sepultado na capela de Santa Ana desta freguezia e encomendado de licença minha pelo R. Pe. Ignacio Gonçalves da Silva. Faleceu com todos os sacramentos que fiz este termo em que me assigno Manoel da Fonseca Jayme, Cura do Acaracu”. (Liv. Óbitos de Sobral. 1752-1774, fl. 26v.)

Família Vasconcelos

Os Vasconcelos, bastante numerosos no município de Bela Cruz, provêm do Capitão Matheus Mendes de Vasconcelos, português, natural de Travanca, (7) freguesia do concelho de Amarante, distrito do Porto, onde foi batizado a 15 de agosto de 1706. Filho de Ana Carvalho Fernandes e Matheus Mendes de Vasconcelos.

Seu pai Matheus, provém de Dom Francisco Luís III, Comendador-Mor de Avis e de sua mulher dona Felipa de Mendonça. Dom Duarte de Melo teve como sua mulher Isabel de Brito, a filha Guiomar de Melo, que se casou com Dom Álvaro Mendes de Vasconcelos – Senhor do Morgado de Esporão e que fora Embaixador do Imperador Carlos V. Joanne Mendes Vasconcelos – segundo Senhor do Morgado de Esporão – Comendador da Ordem de Cristo, casou-se com dona Antônia de Atayde, filha de Dom Antônio de Atayde – primeiro Conde das Castanheiras, fiador da Fazenda Real, e de sua mulher a Condessa dona Ana Távora. Deste casal, dentre outros, houve Dom Manuel Mendes de Vasconcelos – Senhor do Morgado do Esporão e Comendador da Ordem de Cristo, Regedor das Justiças, nascido a 25 de abril de 1637, daí vem dona Felipa de Mendonça, acima citada; e daí descende Matheus Mendes de Vasconcelos, pai de enorme descendência nesta Ribeira do Acaraú.

(7) “Travanca, a terra natal do capitão Matheus Mendes de Vasconcelos é, ainda hoje, uma pequena aldeia do Minho, conhecida apenas por seu notável Mosteiro, monumento nacional, distante 4,0 km de Vila Meã, onde há uma estação do Caminho de Ferro Douro, junto à estrada que se dirige a Amarante, sede do concelho”. (Cf. ARAUJO. Francisco Sadoc de, *Pe. Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú*. Sobral: Edições UVA, 2000.)

Apesar dessas origens, lembra o Pe. Francisco Sadoc de Araujo, que não tem qualquer sentido histórico iniciar o estudo de nossas famílias-tronco pela descrição de brasões nobiliárquicos de sobrenomes homônimos portugueses, que apenas muito remota ou nenhuma ligação possuem com os nossos primitivos povoadores. Na realidade, a ribeira do Acaraú – salienta, ele – foi povoada por humildes lavradores, vaqueiros e pescadores oriundos, em sua grande maioria, de vilarejos rurais e povoações marítimas do antigo Reino de Portugal. Se algum deles enobreceu ou enriqueceu foi aqui, pelo esforço no arranjo do gado ou na conquista do mar costeiro.

Pois bem: Matheus veio para o Brasil, provavelmente, em 1739. O certo é que em 1740, já se encontra na ribeira do Acaraú, onde procurou seu patrício Manoel Ferreira Fonteles, minhoto como ele, já estabelecido na fazenda Tucunduba, e que tornou-se seu protetor e futuro sogro. Quando Matheus chegou à fazenda do tenente Manoel Ferreira Fonteles, este já tinha três filhos: Maria com 11 anos, Ana com 8, e Manoel recém-nascido.

O que sabemos é que Matheus Mendes de Vasconcelos casou-se aos 37 anos de idade, com Maria Ferreira Pinto, de apenas 14 anos. A cerimônia religiosa do matrimônio foi realizada a 19 de setembro de 1743, como consta do seguinte termo:

Aos dezenove do mês de setembro de mil settecentos e quarenta e trez annos, feitas as diligências necessárias e corridos os banhos sem se descobrir impedimento algum canonnico como consta da certidão delles que fica em meo poder, em minha presença e das testemunhas o Rdo. Pe. Mestre Frei Luiz Barreto e o tenente-coronel Manoel Ferreira Fonteles, pessoas conhecidas, se receberam solenemente por palavras de presente na forma do Sagrado Concílio Tridentino, Matheus Mendes de Vasconcelos, filho legítimo de Matheus Mendes de Vasconcelos e de sua mulher Anna Carvalho, natural da freguesia de Refojos, arcebispado de Braga, e assistente nesta freguesia do Acarau, com Maria Ferreira Pinto, filha do tenente Manoel Ferreira Fonteles e de sua mulher Maria Pereira, natural desta freguesia de N. Sra. da Conceição do Acarau. Bispo de Pernambuco, e logo receberam as bênçãos nupciais, de que fiz este assento e assignei. Pe. Lourenço Gomes Lelou, cura e vigário da Vara do Acarau. Pe. Frei Luiz Barreto. Ten-Cel. Manoel Ferreira Fonteles. (*Livro de Casamentos de Sobral*, 1742-1779, fl. 86 v.)

Após o casamento, o casal Matheus Mendes de Vasconcelos e Maria Ferreira Pinto foi residir na fazenda Curralinho, terra que a noiva recebera dos pais como dote do casamento. Deste casal, ali nasceram e foram criados sete filhos, troncos de numerosas famílias que povoaram a ribeira do Acaraú:

1. **Manoel Francisco de Vasconcelos**, casado com Maria Joaquina Xerez Uchoa, filha de Luis de Sousa Xerez e Ana Teresa Lins de Albuquerque, a 26 de novembro de 1767. O casal passou a residir na fazenda Marco e, posteriormente na fazenda Salgado.
2. **José Ferreira Brandão**, casado com Francisca de Sousa, filha de Tomás da Silva Porto e Nicácia Alves Pereira, a 2 de março de 1767, na Matriz de Caiçara.
3. **Antônio Mendes de Vasconcelos**, batizado em maio de 1756. Casou duas vezes. A 1ª com Ana Joaquina de Jesus, filha de Domingos Ferreira Gomes e Maria Álvares Pereira, a 5 de fevereiro de 1777. Ana Joaquina faleceu a 27 de agosto de 1795. Antônio casou, em segundas núpcias, com Teodora Ignácia de Meneses, viúva de Antônio Soares Apoliano Bulcão, de Uruburetama. Antônio Mendes de Vasconcelos faleceu a 6 de janeiro de 1816.
4. **Joaquim Ferreira de Vasconcelos**, nascido em 1757. Casado com Ana Maria do Espírito Santo, filha de Manoel Ferreira Fonteles Filho e Ana Maria da Conceição, na capela de Santana do Acaraú, a 29 de julho de 1793. Faleceu a 3 de outubro de 1800.
5. **Alexandre Pereira da Rocha**, nascido a 25 de fevereiro de 1760. Casou três vezes. A 1ª, com Tomásia Ferreira Fonteles, filha de Manoel Ferreira Fonteles Filho e Ana Maria da Conceição, a 9 de setembro de 1792, na cape-

la de Santa Cruz (Bela Cruz). Tomásia faleceu a 28 de outubro de 1798, tendo o viúvo Alexandre casado, em segundas núpcias, com Francisca Maria de Jesus, filha do Capitão Antônio de Sousa Carvalho e Maria do Nascimento, a 26 de novembro de 1801. Falecendo Francisca Maria, a 14 de maio de 1826, Alexandre casou com Ignácia de Meneses, filha de Ignácio Bezerra de Meneses e Maria Madalena de Sá. Troncos da família **Rocha**.

6. **Rosa Maria da Conceição**, casada com Manoel Carneiro da Costa, filho de João Carneiro da Costa e Teresa de Jesus, a 9 de janeiro de 1766. O casal passou a residir na fazenda Sapó. Manoel Carneiro da Costa faleceu a 17 de dezembro de 1811 e dona Rosa Maria, em 1814. Troncos da família **Carneiro**.
7. **Ana Maria de Vasconcelos**, batizada a 27 de dezembro de 1750. Casada com o português Manoel Lourenço da Costa, filho de Manoel Lourenço da Costa e Suzana Lourenço da Costa, a 5 de outubro de 1767, na capela de Santana do Acaraú. Ana Maria faleceu a 14 de abril de 1786. Manoel Lourenço da Costa nasceu a 3 de março de 1737 e faleceu a 26 de agosto de 1815, sendo sepultado na capela de Santana do Acaraú.

Resumindo: O Capitão Matheus Mendes de Vasconcelos, nasceu em agosto de 1706. Emigrou para a ribeira do Acaraú, onde se casou, a 19 de setembro de 1743, com Maria Ferreira Pinto, filha do Tenente Manoel Ferreira Fonteles e Maria Pereira. Deste casamento provêm os Mendes e Vasconcelos do Vale do Acaraú. Depois de uma vida longa e honrada, Matheus Mendes de Vasconcelos conseguiu boa fortuna, patrimônio que le-

gou aos filhos e netos. Faleceu a 7 de janeiro de 1793, como atesta o termo:

Aos sete de janeiro de mil setecentos e noventa e três, faleceu, com os sacramentos, Matheus Mendes de Vasconcelos, de noventa annos de idade, pouco mais ou menos, casado que foi com Maria Ferreira Pinto. Foi o corpo sepultado na Capela de Santa Anna, filial desta Matriz de Sobral em hábito da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, de que era Irmão Terceiro, do que para constar fiz este termo e assignei. Bazilio Francisco dos Santos. Cura e vigário da Vara de Sobral. (*Livro de Óbitos de Sobral. 1774-1798, fl. 199 v.*)

Pouco mais de dois anos depois, falecia a viúva Maria Ferreira, a 2 de julho de 1795. Nos antigos termos de óbito, a idade dos defuntos era consignada em número aproximativo. Na verdade Matheus Mendes de Vasconcelos faleceu com 87 anos e seis meses, e sua mulher Maria Ferreira Pinto, com 66 anos.

Família Araújo

A família Araújo, ou Araújo Costa, ou Lopes Araújo, que se ramificou também com a família Silveira, da Ribeira do Acaaraú, mais precisamente de Bela Cruz, provém de três irmãos portugueses: José de Araújo Costa, Pedro de Araújo Costa, e Manoel de Araújo Sá, naturais de Estrufe, freguesia de Santa Lucrécia de Louro, (8) distrito e arquidiocese de Braga, província do Minho. Na época em que ali nasceram a freguesia de Louro pertencia ao concelho de Barcelos, mas, posteriormente, passou a pertencer ao de Vila Nova de Famalicão, que se tornou sede concelia a partir de 1835.

(8) “Louro é uma das 49 freguesias que compõem o concelho de Vila Nova de Famalicão e fica, a meio caminho, entre esta vila e a de Barcelos. O topônimo Louro aparece, em documentos, somente a partir de 1551, ligado à variante de Santa Loberiça. A correspondência dessa abadia com a atual freguesia de Louro comprova-se pelo orago, que é o único desse nome no concelho de Famalicão e pelos lugares de Estrufe e Rebordelo. A atual freguesia tem área de 518 ha e população de 3.000 habitantes. Limita ao norte com Lemenhe; a leste com Mouquim e Gavião; ao sul com Brufe, Outiz e Cavalões; a oeste com o rio Este que a separa do concelho de Barcelos. Como símbolos históricos da fé de seu povo, destacam-se a velha Matriz de Santa Lucrécia e o Cruzeiro de Penedo, relíquias de expressiva singeleza religiosa. Quanto à freguesia vizinha de Viatodos, que pertencia ao concelho de Barcelos e foi berço do pai dos três irmãos, é também sede da antiga abadia, tendo por orago Nossa Senhora da Apresentação. Vem mencionada nas inquirições de 1220. Para a banda do poente, avista-se uma sucessão de montes arborizados e, entre eles, o Monte Viatodos, que deu nome à sede e cuja etimologia denota a abrangência de visão da totalidade do horizonte circundante. O lugar Camposinhos ainda hoje é um pequeno núcleo de casas dispersas e escondidas entre as ondulações do terreno coberto de vegetação rasteira. Talvez, essa série de pequenos morros sucessivos, sugeriu o nome de Morrinhos ao atual município cearense”. (Cf. ARAÚJO, Francisco Sadoc de, Pe. *Raízes portuguesas do Vale do Acaaraú*. Sobral: Edições UVA, 2000. pp. 152-53.)

O certo é que os irmãos emigraram para a ribeira do Acaará, sendo que José de Araújo Costa estabeleceu-se na fazenda Lagoa Grande, perto da atual cidade de Bela Cruz; Pedro de Araújo Costa fixou-se na fazenda Morrinhos, e Manuel de Araújo Sá, na fazenda Boa Vista, durante o quarto decênio do século XVIII.

O pai, Pedro de Araújo Costa, é natural do lugar Campinhos, freguesia de Viatodos, concelho de Barcelos, e a mãe, Maria da Costa e Sá é natural do lugar Estrufe, freguesia de Louro, concelho de Vila Nova de Famalicão. (9)

Os livros de assentos religiosos da freguesia de Santa Lucrecia de Louro, terra natal dos Araújo Costas que vieram povoar o Vale do Acaará, encontram-se no Arquivo distrital de Braga, instalado na Biblioteca Pública local, onde o Pe. Francisco Sadoc de Araújo esteve, em 1986, com a finalidade de colher informações sobre nossos ancestrais portugueses. Foi ali que ele encontrou o termo de casamento dos genitores dos três irmãos que emigraram para o Vale do Acaará:

Aos dois dias de janeiro, de mil setecentos e quatorze annos, em minha presença e das testemunhas, Joseph Bezerra, Francisco Correa de Lacerda, João Gonçalves e maior parte dos fregueses; receberam o sacramento do matrimônio, em face da Igreja e guardada a forma do Sagrado Concílio Tridentino e Constituições, Pedro de Campos, digo de Araújo, filho de Domingos de Araújo e sua mulher Maria da Costa, da freguesia de Viatodos, e Maria da Costa e Sá, filha de Domingos da Costa e sua mulher Ângela de Sá, desta freguesia. O Abb. Thomas da Fonseca e Escovar. (*Livro Misto*, nº 3, *Freg. de Santa Lucrecia do Louro*, fl. 81.)

(9) “Vila, sede de concelho e comarca, do distrito e arquidiocese de Braga, com 3.986 h. O concelho é formado por 49 freguesias com 90.335 h.: intensa na sua área a agropecuária e notável o seu desenvolvimento industrial com o fabrico de têxteis, pneus, máquinas agrícolas, materiais de construção e relógios de parede. A vila encontra-se num importante nó de comunicações: recebeu foral em 1205; o concelho foi criado em 1835, tendo Famalicão passado a vila e sede de concelho em 1841”. (Cf. *Enciclopédia Fundamental Verbo*, vol. 2, 1982. p. 1593.)

Do matrimônio de Pedro de Araújo Costa com Maria da Costa e Sá, nasceram nove filhos:

1. **Gonçalo.** Nascido a 9 de dezembro de 1714.
2. **Francisco.** Nascido a 20 de agosto de 1716.
3. **Maria.** Nascida a 4 de março de 1718.
4. **Benta.** Nascida a 4 de novembro de 1719.
5. **Helena.** Nascida a 15 de abril de 1721.
6. **José.** Nascido a 30 de junho de 1724.
7. **Francisco.** Nascido a 10 de fevereiro de 1728.
8. **Pedro e Manoel,** cujos termos de batismo não foram localizados.

Três desses irmãos emigraram ainda solteiros para a ribeira do Acaraú, quando estavam na faixa dos vinte anos, portanto, durante o início da década de 1740. Por essa época, já se encontrava na região o Cel. José da Costa e Sá, de quem os irmãos eram sobrinhos maternos. Referido coronel, já era possuidor de datas de sesmarias na região. Destas informações infere-se que os sobrinhos vieram de Portugal com a intenção de partilhar dessas terras.

Dos três irmãos, o capitão José de Araújo Costa, meu pentavô, tanto do lado materno quanto paterno, foi o que deixou maior descendência e maior cabedal de bens de fortuna. É o tronco mais prolífero da família Araújo. Nascido a 30 de junho de 1724, em Estrufe, lugarejo rural da freguesia de Louro, então concelho de Barcelos e hoje de Vila Nova de Famalicão, foi batizado, com nove dias de nascido, conforme o termo de batismo:

Joseph, filho de Pedro de Araújo e de sua mulher Maria da Costa e Sá, de Estrufe desta freguesia, nasceu em os trinta de junho de mil setecentos e vinte e quatro e foi solenemente por mim baptizado em ausência do Reverendo Abade, em os nove de julho do dito anno. Foram padrinhos Manoel Gomes, de Vila Nova de Famalicão, e Angella de Campos, mulher de Dionísio Costa, de Estrufe desta freguesia. O Pe. Antônio da Silva. (*Livro Misto*, nº 4, fl. 74.)

José e seus irmãos passaram a infância e a adolescência no convívio doméstico da aldeia de Estrufe, no fértil Vale do Louro, banhado pelo rio Este. Ali aprenderam a trabalhar no cultivo da terra. Após atingir a maioridade, resolveram juntar algum dinheiro e, no porto vizinho da Vila do Conde, embarcaram em um dos patachos que, frequentemente, dali zarpavam rumo a Pernambuco, em longa e tormentosa viagem. Do porto do Recife ao Acaraú, e vice-versa, não faltavam sumacas, especialmente nessa época de início do efervescente comércio das charqueadas. Foi em um destes paquetes, que eles chegaram às praias acarauenses.

Pouco tempo depois, com o falecimento do tio, Cel. José da Costa e Sá (10) em 1745, cada um dos sobrinhos procurou viver por conta própria. José de Araújo Costa obteve a fazenda Lagoa Grande, comprada de Sebastião de Sá, às margens do Rio Acaraú até confrontar, ao poente, com terras da capela de Santa Cruz (Bela Cruz).

(10) “O Cel. José da Costa e Sá, conseguiu obter três datas de sesmarias: uma nos riachos Taoca e Inhuçu, Serra da Ibiapaba, medindo 3X1 léguas, a 23 de dezembro de 1723; outra no riacho das Almas, afluente do Aracatimirim, medindo 6 léguas, a 29 de setembro de 1733; a terceira, no rio Aracatimirim, medindo 3X1 léguas, a 11 de dezembro de 1733. Na descrição dos bens de raiz, do Capitão José da Costa e Sá, constam ainda: uma légua de terra na Fazenda Boa Vista, cujo vaqueiro era Manoel Rodrigues; uma légua de terra em Morrinhos, cujo curador e criador era João da Silveira Dutra, e vaqueiro, Pedro de Araújo Costa, seu sobrinho; uma légua de terra no Morro Grande, cujo criador era Antônio Diniz Penha. Nos requerimentos que fez, o Coronel diz-se morador na Ribeira do Acaraú. Era natural de Santa Lucrécia do Louro. Casou-se, em Pernambuco, com Josefa Maria. O casal teve três filhas – Josefa, Ana e Luzia da Costa, que se casou com o Capitão Manoel da Cunha Linhares, natural de Linhares, filho de Pedro José da Cunha e Maria da Cunha Araújo. O Cel. José da Costa e Sá faleceu em viagem a Pernambuco, como consta de seu inventário, feito a 25 de setembro de 1746, no Sítio Boa Vista, Ribeira do Acaraú, onde residia a viúva”. (Cf. ARAÚJO, Francisco Sadoc, *Pe. Raízes portuguesas do Vale do Acaraú*. Sobral: Edições UVA, 2000. pp. 155-56.)

Inteligente e ativo e, sobretudo, fiel ao objetivo que o trouxera da Pátria de Camões, José de Araújo Costa dedicou-se à lavoura e à criação de gado, e cultivou o ideal da áurea mediocridade, (11) louvando a vida campestre e a simplicidade. Assim, já com sólida situação financeira, ingressou na política, chegando a ser escolhido vereador, pela Câmara Municipal de Sobral, a 1º de agosto de 1775, mas não compareceu à posse realizada a 1º de janeiro do ano seguinte, tendo renunciado à função sob a alegativa de enfermidade. De forma que, figura marcante dos poderes públicos do Baixo Acaraú, o Capitão José de Araújo Costa integrou uma das Comissões dos festejos da instalação da Vila de Sobral, a 5 de julho de 1773, quando ali se encontra e assina o termo do levantamento do pelourinho. (12)

(11) A áurea mediocridade pode ser entendida como um ideal de vida equilibrada, conforme a concebeu o poeta latino Horácio: “fugere urbem ut vivere in aurea mediocritate” (fugir da cidade e viver em áurea mediocridade).

(12) Termo do levantamento do pelourinho na povoação de Caiçara: “Aos cinco dias do mês de julho de mil setecentos e setenta e três anos nesta povoação da Caiçara, Capitania do Ceará Grande, no terreno do meio dela onde veio o Doutor Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca, João da Costa Carneiro e Sá, comigo escrivão do seu cargo adiante nomeado, e maior parte das pessoas mais capazes do povo deste termo, e sendo no lugar do pelourinho, que o dito ministro mandou fazer, e aí por mim escrivão foi comunicado a todas as pessoas presentes o transcrito da Carta do Excelentíssimo Governador de Pernambuco, edital e ordem de Sua Majestade Fidelíssima, tudo copiado na certidão retro, depois do que por ordem do dito ministro em voz alta e inteligível pelo meirinho geral da correição João dos Reis foi dito três vezes *Real! Real! Viva o nosso Rei Fidelíssimo, o Senhor Dom José de Portugal!* Cujas palavras repetiu todo o povo em sinal do reconhecimento da mercê que recebiam do mesmo Senhor pela ereção desta nova vila de Sobral. E de tudo para constar mandou o dito ministro fazer este termo em que assinou com todos os que presentes estavam. E eu, Bernardo Gomes Pessoa, escrivão da correição, o escrevi. Carneiro e Sá. – Bento Pereira Viana. – Jerônimo Machado Freire. – José de Xerez Furna Uchoa. – Sebastião de Albuquerque Melo. – Luís de Sousa Xerez. – Alexandre de Holanda Correia. – Vicente Ferreira da Ponte. – Manuel Coelho Ferreira. – José de Araújo Costa. – Manuel da Cunha. – Antônio Miguel Pinheiro. – João Marques da Costa. – Feliciano José de Almeida. – Manuel Ferreira Torres. – André José Moreira da Costa Cavalcante. – Manuel de Sousa de Carvalho. – Miguel Álvares Lima. – Antônio de Carvalho e Sousa”. (Cf. STUDART, Guilherme. *Notas para a história do Ceará*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2004, pp. 261-62. Edições do Senado Federal; v. 29.)

E na mesma data foi ele nomeado, pelo Ouvidor João da Costa Carneiro e Sá, para controlar a venda de gado e cobrar o respectivo imposto, no porto de Acaraú. Isto naquele tempo em que o comércio de gado vacum ali acusava um grande movimento, em consequência das charqueadas. Escolheu por noiva a jovem Brites de Vasconcelos, nascida em 1724 em Igarçu, Pernambuco, uma das sete irmãs, filha do capitão Manoel Vaz Carrasco e Madalena de Sá Oliveira, moradores na fazenda Lagoa Seca, próxima a hoje cidade de Bela Cruz. A cerimônia religiosa foi realizada a 31 de julho de 1747, na própria Lagoa Seca, conforme verifica-se do assento que se encontra no livro original do Curato do Acaraú, guardado no Arquivo da Diocese de Sobral:

Aos trinta e hum dias do mês de julho de mil setecentos e quarenta e sete, feitas as diligências necessárias na forma do Sag. Conc. Trid. sem impedimento algum, no Sítio da Lagoa Seca, pelas dez horas do dia se receberam por palavras de presente em presença do padre Pedro de Albuquerque de minha licença, José de Araújo Costa, filho do Capitam-mor Pedro da Costa, digo de Araújo e de sua mulher Maria de Sá, e Dona Brites de Vasconcelos, filha do Capitam Manoel Vaz Carrasco e de sua mulher Dona Maria Magdalena, natural da vila de Igarçu, sendo presentes por testemunhas o Coronel Francisco Ferreira da Ponte, solteiro, e o tenente Manoel Ferreira Fonteles, casado, de que fiz este termo em que me assigno. Antônio de Carvalho e Albuquerque, Cura do Acaraú. (*Liv.* 1741-1769, fl. 104 v.)

Do casamento do Capitão-mor, José de Araújo Costa, com dona Brites de Vasconcelos, nasceram onze filhos:

1. **Alferes Anselmo de Araújo Costa**, eleito Vereador à Câmara de Sobral, a 1º de dezembro de 1780, casado com Francisca dos Santos Xavier, natural do Recife, filha de Manoel Gomes Diniz e Josefa Maria dos Santos, a 30 de maio de 1769. Deste casal nasceram vários filhos, entre estes, Genoveva Maria de Jesus, casada com Martinho do Prado Leão, filho de Miguel do Prado Le-

ão e Ana Maria de Vasconcelos, uma das sete irmãs, a 22 de julho de 1793. Posteriormente, este casal passou a morar nas proximidades da Capela de Santa Cruz. Eis aí a origem do nome Alto da Genoveva. O Alferes Anselmo de Araújo Costa faleceu a 13 de setembro de 1795, e foi sepultado na Capela de Santa Cruz.

2. **Maria Madalena de Sá**, casada com seu primo legítimo, Ignácio Bezerra de Meneses, filho de Gonçalo João Coimbra e Cosma de Melo Moura, a 17 de abril de 1774. Ignácio faleceu a 21 de janeiro de 1781 e foi sepultado na capela de Santana.
3. **Francisca de Araújo Costa**, casada com o Capitão-mor Ignácio Gomes Parente, ⁽¹³⁾ português, natural de São Martinho de Mouros, Lamego, filho de Manoel Gomes e Catarina Lopes, a 24 de novembro de 1777. Francisca faleceu a 8 de abril de 1826. ⁽¹⁴⁾ O viúvo Ignácio casou-se, segunda vez, com Maria Joaquina da Silva, a 19 de agosto de 1830, e faleceu a 13 de abril de 1838, com 96 anos de idade. Tronco da família **Parente**.

(13) “Aos vinte e quatro dias de novembro de mil e setecentos e setenta e sete, pela manhã, no sítio Santo Antônio, na serra da Meruoca, se casaram o Capitão Ignácio Gomes Parente, filho legítimo de Manoel Gomes e Dona Catarina Lopes, do Bispado de Lamego, Portugal, com Dona Francisca de Araújo Costa, filha de José de Araújo Costa, natural de Santa Lucrécia, do Bispado de Braga, e de sua mulher Dona Brites de Vasconcelos, de Goiana, e logo lhes dei as bênçãos nupciais”. Vigário João Ribeiro Pessoa. (Cf. *Liv. Cas.* 1769-82, fl. 179.)

(14) Deste casal, entre outros filhos, nasceu o Pe. Francisco Gomes Parente, em novembro de 1791. “Fez seus primeiros estudos em Sobral, com os padres Manoel Pacheco e João José de Noronha. Concluiu Filosofia e Teologia no Seminário de Olinda, onde foi ordenado em 1816. Trabalhou nas freguesias de Sobral e Santa Quitéria. Foi suspenso de ordens por viver em concubinato com Isabel Carolina da Hungria, filha de Ignácio de Castro e Silva e D. Rosa Maria. Desta união nasceram: Dr. Esmerino Gomes Parente, Dr. Ermeto Gomes Parente e Francelina Gomes Parente, mãe do Pe. João José de Castro. Foi Vereador da Câmara de Sobral, várias vezes. Deputado Provincial. Faleceu, em 1835, readmitido às ordens sacras”. (Cf. SILVEIRA, Aureliano Diamantino. *Ungidos do Senhor na Evangelização do Ceará*, vol. II. Fortaleza: Editora Premius, 2004. pp. 11-12.)

4. **Anastácia de Sá Araújo**, casada com o português João Francisco Perfeito, natural do Porto, filho de Manoel Francisco Perfeito e Ana Luisa da Costa, a 3 de fevereiro de 1789. João Francisco faleceu a 12 de setembro de 1806, com 36 anos.
5. **Ana Maria de Jesus**, casada com o Alferes João de Sousa Xerez, filho de Luis de Sousa Xerez e Ana Teresa de Albuquerque, a 15 de agosto de 1771. Ana Maria faleceu a 5 de agosto de 1792. O viúvo João de Sousa Xerez casou-se, segunda vez, com Ana Sebastiana Almeida, filha de Ignácio Meireles e Ignácia de Almeida.
6. **Antônia Maria da Purificação**, casada com Paulo Joaquim de Medeiros, filho de Domingos Álvares Magalhães e Clara da Silva Medeiros, a 14 de fevereiro de 1778. Paulo Joaquim faleceu a 31 de julho de 1794.
7. **Maria da Encarnação**, nascida a 30 de janeiro de 1760, casada com Bernardo Pereira de Carvalho, filho de Tomás da Silva Porto e Nicácia Alves Pereira, a 14 de novembro de 1777.
8. **Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa**, nascido a 8 de março de 1761. Viveu maritalmente com três mulheres: Antônia Maria do Rosário, Maria Rodrigues de Sousa e Maria Egipcíaca da Fonseca (Ciciaca). Com esta última parece que realizou matrimônio, pois ela consta do inventário como herdeira. O Capitão Diogo Lopes faleceu a 18 de setembro de 1838.
9. **Rita Teresa de Jesus**, nascida a 21 de janeiro de 1764, casada com José Álvares Linhares, filho de Antônio Álvares Linhares e Inês Madeira de Vasconcelos, a 8 de julho de 1781. José Álvares Linhares faleceu a 16 de outubro de 1800 e Rita Teresa de Jesus, a 19 de junho de 1828.

10. **Maria Quitéria de Araújo**, nascida em 1765, casada com seu primo Narcísio Lopes de Aguiar, filho de Nicácio Aguiar Silva e Micaela da Silva Medeiros, a 25 de janeiro de 1796. Narcísio faleceu a 18 de fevereiro de 1840.
11. **Francisco Xavier Sales Araújo**, nascido a 13 de dezembro de 1768, casado com Francisca Alves Feitosa, filha de Luis Vieira de Sousa e Ana Alves Feitosa, na freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos. Sobre sua descendência, cf. “*Tratado genealógico da família Feitosa*”, de Leonardo Feitosa, Fortaleza, IOCE, 1985, pp. 258-66.

Foi assim que o Capitão José de Araújo Costa, depois de bem criar a sua família, constituída de três homens e oito mulheres, fechou os olhos para sempre, no dia 3 de agosto de 1791, aos 67 anos de idade. Seu corpo foi sepultado na capela de Santa Cruz. A viúva, Dona Brites de Vasconcelos, faleceu a 10 de fevereiro de 1814, aos noventa anos de idade.

Por essa época a população da Província do Ceará era de 150.000 habitantes, conforme informação do naturalista João da Silva Feijó, na sua *Memória sobre a Capitania do Ceará*, publicada no jornal *Patriota*, em 1814, no Rio de Janeiro, e posteriormente publicada na Revista do Instituto do Ceará. (15)

(15) “Sendo porém esta Capitania tão vasta, é de admirar a sua diminuta e desfalecida população, que apenas montará a 150 mil habitantes de todas as classes, e estes pela maior parte de péssima qualidade; porque uns são índios originais do país, estes de si mesmos ineptos para se felicitarem ou para fazerem a felicidade dos outros (...) outros provenientes destes com os negros, cuja raça indígena constitui o maior número dela, conhecida com a vil denominação de – cabras; outros são nascidos dos mesmos índios com os brancos, que faz uma diminuta parte da população, verdadeiros mamelucos, porque há outra raça impropriamente assim chamada, proveniente de mistura de outras, digo, de todas as outras classes entre si; a outra classe, enfim a mais diminuta, é a dos brancos, oriundos de Portugal (...) índios, cabras e mamelucos são em extremo vadios, dissolutos nos costumes e cheios de vícios, o que pode produzir no coração humano uma vida licenciosa no

* * *

O inventário do Capitão-mor José de Araújo Costa, foi mandado fazer pelo então juiz de órfãos do termo da Vila de Sobral, Capitão Joaquim Marques Viana, aos 25 de setembro de 1792. O texto original faz parte do acervo da Biblioteca Central da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Dele transcrevemos alguns dados, já publicados pelo Pe. Francisco Sadoc de Araújo. Serviu de escrivão o Cap. Félix José de Sousa Oliveira, de avaliadores, sargento-mor Manoel Francisco de Vasconcelos e o Cap. Antônio Álvares de Holanda; de inventariante, a viúva dona Brites de Vasconcelos e de curador de órfãos, o sargento-mor Pedro Ferreira da Ponte. Como herdeiros foram arrolados os onze filhos e nove netos, filhos da filha já falecida Ana Maria de Jesus.

Inventário do Capitão José de Araújo Costa

“O defunto Capitão deixou nada em dinheiro contado, porém, muitos objetos de ouro, entre colares, cadeados, cordões e a coberta de uma verônica dos Santos Reis, bem como várias dúzias de colheres e facas, um espadim e dois pares de espora de prata. De instrumento de fábrica, deixou uma roda de moer mandioca, uma prensa de espremer massa, dois teares de tecer pano, dois serrotes de serrar chifre de gado, uma marca de ferrar gado, duas foices e duas enxadas. De material de construção, deixou quatro mil e trezentas telhas e três portas de cedro. De gado vacum, sessenta vacas parideiras, dez bois de carro e cin-

centro da mais crassa ignorância, donde provém neles a falta de sentimentos e de virtudes morais, e outros vícios já pouco estranhados contra todos os direitos da natureza e da sociedade”. (Cf. FEIJÓ, João da Silva. Memória sobre a Capitania do Ceará. In: *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 3. 1889. pp. 3-27.)

quenta e seis cabeças de gado miúdo. De gado cavalariço, vinte éguas parideiras, um cavalo pai de égua, quatro cavalos de fábrica e doze poldros. Na avaliação, cada vaca tinha o preço de dois mil réis; cada égua, três mil e duzentos réis; cada cavalo, cinco mil réis; um milheiro de telha, cinco mil réis. De alto valor, são os sete escravos. A escrava Antônia, por exemplo, foi avaliada em sessenta mil réis, que correspondia ao valor de trinta vacas, e o escravo Luis, avaliado em cem mil réis, preço de cinquenta vacas parideiras”.

A grande fortuna do Capitão estava nas dez grandes propriedades rurais:

1. Uma légua de terra de comprido, de criar gado, nas margens do Rio Acaraú, com outra légua de largo, tudo da parte do nascente, denominada Lagoa Grande, comprada a Sebastião de Sá Oliveira e sua mulher dona Maria Teresa de Jesus, a qual confronta pela parte de cima com terras dos herdeiros do defunto José Duarte e pela parte de baixo, com terras do mesmo casal. Pela parte do poente, com terras do mesmo casal e terras de N. S. da Conceição da Capela de Santa Cruz. Pelo nascente, com terras mestiças, cuja escritura fora passada pelo tabelião Matias da Silva, avaliada em 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis).
2. Um quarto de terra de comprido, nas margens do Rio Acaraú, com uma légua de largo, tudo da parte do nascente, de criar gado, pegando seu comprimento das testadas das terras da Lagoa Grande, até extremar com terras da fazenda Tapera, que houve por compra à sua sogra dona Madalena de Sá Oliveira, como consta da escritura que apresentou, passada pelo tabelião Antônio Carlos da Cunha, avaliado em 100\$000 (cem mil réis).

3. Meia légua de terra, de criar gado, de comprido, com meia légua de largo, nas margens do Rio Acaraú, tudo da parte do poente, denominada Santa Cruz, que houve por compra ao sargento-mor Pedro Ferreira da Ponte, como consta da escritura, que apresentou, passada pelo tabelião Antônio Carlos da Cunha, a qual pega o seu comprimento da esquina da Igreja velha de Santa Cruz para baixo até o marco da Lagoa do Mato, avaliada em 300\$000 (trezentos mil réis).
4. Um quarto de terra de comprido nas margens do Rio Acaraú, com uma légua de largo, de criar gado, denominado Lagoa do Mato, tudo da parte do poente, pegando seu comprimento do marco para baixo até extremar com terras do mesmo casal, como consta da escritura que apresentou, passada pelo tabelião Roque Correia Marreiros e vendedores Antônio Sá de Moraes e sua mulher Maria Gomes de Aguiar, avaliado em 150\$000 (cento e cinquenta mil réis).
5. Cem braças de terra de criar gado, com uma légua de largo, nas margens do Rio Acaraú, mestiça à Lagoa do Mato, que houve por compra, como consta da escritura que apresentou ao Alferes José do Prado Leão, até contestar com terras dos irmãos do mesmo vendedor, avaliado em 25\$000 (vinte e cinco mil réis).
6. Duzentas e cinquenta braças de terra de comprido nas margens do Rio Acaraú, com duas léguas de largo, uma para cada banda do dito rio, pegando o seu comprimento com terras do Alferes Luis de Sousa Xerez até testar com terras dos possuidores do sítio Araticuns, cuja terra houve por compra a Luis de Sá Costa, como consta da escritura que apresentou passada pelo tabelião Roque Correia Marreiros, avaliada em 80\$000 (oitenta mil réis).

7. Duzentas e cinquenta braças de terra, de criar gado, de comprido no sítio Córrego, com uma légua de largo, meia légua para cada banda do dito Córrego, pegando da parte de baixo com terras do Alferes João de Sousa Xerez e pela parte de cima com terras do mesmo João de Sousa Xerez, que houve por compra a Luis de Sá Costa, como consta da escritura que apresentou passada pelo tabelião Roque Correia Marreiros, avaliada em 25\$000 (vinte e cinco mil réis).
8. Quatrocentas braças de terra de comprido nas margens do Rio Acaraú, de criar gado, com uma légua de largo para cada banda do dito rio, pegando seu comprimento das terras do mesmo casal até testar com terras do sargento-mor Manoel Francisco de Vasconcelos, cuja terra houve por compra a Luis de Sá Costa, avaliada em 200\$000 (duzentos mil réis).
9. Légua e meia de terra de comprido, com uma légua de largo, de plantar lavoura, pegando seu comprimento do lugar chamado Conceição, buscando o poente, como consta da escritura que apresentou em juízo, denominado Tucuns, compreendendo o sítio Conceição, cuja terra houve por compra a Manoel Lopes Lima e sua mulher Rosaura dos Santos, avaliada em 160\$000 (cento e sessenta mil réis).
10. Um pedaço de terra, de plantar lavoura, na serra da Meruoca, foreiro à Câmara desta Vila de Sobral, pegando o seu comprimento da parte de cima de uma cerca de pinheiros até testar da parte do nascente com terras da fazenda Pedra Branca, com uma légua de largo, que houve por compra ao sargento-mor Pedro Ferreira da Ponte, avaliado em 200\$000 (duzentos mil réis).

O total da fortuna do Capitão José de Araújo Costa somou 5.420\$520 (cinco contos, quatrocentos e vinte mil, quinhentos e vinte réis).



As oito filhas do Capitão-mor José de Araújo Costa casaram com rapazes oriundos das mais ilustres famílias da região, enquanto os três filhos consorciaram-se com moças mais modestas. Especial é o caso do Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa, o tronco mais prolífero, que legitimou, em seu inventário, 16 filhos nascidos de três mulheres. Sobre a vida lendária e aventureira deste meu tetravô, o poeta Nicodemos Araújo escreveu o livro *Capitão Diogo Lopes*, publicado em 1978, pela imprensa universitária da UFC.

Pedro de Araújo Costa

O segundo dos três irmãos portugueses, Pedro de Araújo Costa fixou residência na fazenda Morrinhos, antiga propriedade de seu tio José da Costa e Sá. Casou-se em 1780, com Maria José de Jesus, filha de Quintiliano Dias Leitão e Bibiana Ferreira Fonteles. Esta, filha de Manoel Ferreira Fonteles, de quem já tratamos no início deste trabalho. Pedro de Araújo Costa faleceu a 19 de junho de 1797, com 70 anos. Do matrimônio de Pedro de Araújo Costa e Dona Maria José de Jesus, nasceram os seguintes filhos:

1. **Joaquim de Araújo Costa**, casado com Joana Maria de Jesus, (16) filha de Antônio Soares Bulcão e Teodora Ignácia de Meneses, a 20 de setembro de 1805. O casal passou a residir no sítio Tabubas, Bela Cruz. Joaquim de Araújo Costa faleceu a 6 de agosto de 1863.

(16) Deste consórcio nasceram vários filhos, dentre eles Miguel Francisco de Araújo, que casou-se a 5 de novembro de 1842, com Pacífica Benvinda de Vasconcelos, filha de Ignácio José de Vasconcelos e Joana da Costa Medeiros. Deste casal nasceram: 1 – Francisco de Assis Araújo que casou-se duas vezes. A 1ª com sua prima Maria José de Vasconcelos, filha de Manoel Ignácio de Vasconcelos e Ana Maria de Jesus, a 11 de janeiro de 1872. A 2ª, com sua cunhada Maria do Carmo. 2 – Ana da Glória, casada com José Francisco da Silva, filho de Tomás Antônio da Silva e Maria José de Vasconcelos, a 24 de agosto de 1867. 3 – Filomena Araújo, casada com Gabriel Arcanjo de Vasconcelos, filho de Antônio Francisco Vasconcelos e Maria Nazaré, a 21 de fevereiro de 1871. 4 – Maria José, casada com seu cunhado Gabriel Arcanjo de Vasconcelos, viúvo de Filomena, a 23 de julho de 1880. 5 – Constância Amélia, casada com Miguel Horácio Araújo, filho de Vicente Ferreira de Araújo e Teresa Rosalina de Vasconcelos, a 23 de fevereiro de 1884. 6 – Maria da Conceição, casada com Miguel Lourenço de Vasconcelos, filho de Antônio Francisco de Vasconcelos e Maria Nazaré, a 24 de novembro de 1863. 7 – Isabel do Patrocínio, casada com Conrado Pio de Maria, filho de Antônio Francisco de Vasconcelos e Maria Nazaré, a 14 de janeiro de 1864. Eis aí a ramificação das famílias Araújo-Vasconcelos em Bela Cruz.

2. **Francisco de Araújo Costa**, casado com Rita Madeira de Vasconcelos, filha de Joaquim Reis Gomes e Antônia Maria do Espírito Santo, a 6 de agosto de 1811. Tendo viuvado, D. Rita Madeira casou-se com Antônio Januário Linhares, filho de Joaquim Antônio Linhares e Maria Manuela da Conceição, a 20 de novembro de 1820.
3. **Emerência de Araújo Costa**, casada com o português Domingos Dias Silva, filho de Cosme Gomes e Maria do Rosário, a 31 de janeiro de 1808, na capela de Almofala, na presença do Pe. Francisco Moreira de Sousa.
4. **Maria de Araújo Costa**, falecida ainda criança, a 20 de novembro de 1785.
5. **Francisca de Araújo Costa**, casada com José da Silveira Dutra, filho de João da Silveira Dutra e sua segunda mulher Maria da Conceição Araújo, a 20 de novembro de 1814, na Matriz de Sobral.

Manoel de Araújo e Sá

Terceiro dos três irmãos Araújo, residia na fazenda Boa Vista, onde casou-se, a 6 de maio de 1753, com Ana Maria, filha de Jerônimo Fernandes Jorge e Mariana Barbosa Álvares. Não consta ter deixado descendência, na região.



Capitão Manoel Vaz Carrasco e Silva

Não poderíamos concluir estas notas sem nos reportar ao Capitão Manoel Vaz Carrasco e Silva, o Abraão da ribeira do Acaraú, filho primogênito de Francisco Vaz Carrasco e dona Inês de Vasconcelos. Era natural de Ipojuca, Pernambuco e casou-se duas vezes: 1ª com dona Luiza de Sousa, filha de Sebastião Leitão de Vasconcelos e de dona Inês de Sousa; 2ª com dona Maria Madalena de Sá e Oliveira, (17) viúva de Francisco Bezerra de Meneses, e filha de Nicácio Aguiar de Oliveira e dona Maria Madalena de Sá. Veio no início do século XVIII para a ribeira do Acaracu, precisamente para o sítio Lagoa Seca, próximo a hoje cidade de Bela Cruz. É o pai das célebres “sete irmãs”, das quais procedem muitas famílias de Bela Cruz, Acaraú, Santana do Acaraú e Sobral. Faleceu, a 23 de novembro de 1753, aos 80 anos de idade, e foi sepultado na Capela de Santa Cruz, (Bela Cruz) conforme o termo de óbito:

Aos vinte e três de novembro de mil setecentos e cinquenta e três faleceu da vida presente, de doença que Deus lhe deo, Manoel Vaz Carrasco e Silva, homem casado, branco, de idade de oitenta annos, pouco mais ou menos, ab intestato, com todos os Sacramentos e foi envolto em hábito franciscano, sepultado na Capella de Santa Cruz, encomendado de minha licença pelo Padre Felix de Azevedo, do que fiz este termo em que me assino. – Antônio de Carvalho e Albuquerque – Cura do Acaracu. (*Livro 3º de Óbitos de Sobral*, fl. 5.)

Veja a seguir a relação dos filhos dos dois matrimônios de Manoel Vaz Carrasco: Filhos do 1º matrimônio:

(17) Maria Madalena de Sá e Oliveira nasceu em 1694, em Igarassu, Pernambuco. Casou-se em 1710, com Francisco Bezerra de Meneses, nascido em 1680, em Olinda. Com o falecimento deste, casou-se com o viúvo Manoel Vaz Carrasco e Silva. Madalena de Sá faleceu na fazenda Lagoa Seca, a 14 de julho de 1758, e foi sepultada na capela de Santa Cruz, hoje cidade de Bela Cruz.

1. **Manoel Vaz da Silva**, nascido em 1713, casou-se duas vezes: 1ª com Maria Bezerra Montenegro, filha do Capitão Felipe Bezerra Montenegro e de sua mulher dona Maria Montenegro; 2º com uma sobrinha do Pe. Gonçalo, senhor do Engenho Mussupy, conforme reporta Antônio José Victoriano Borges da Fonseca, na Nobiliarchia Pernambucana.
2. **Maria de Goes Vasconcelos**, casada com Nicácio Aguiar e Oliveira, filho de Nicácio Aguiar e Oliveira e dona Maria Madalena de Sá. Nicácio, seu marido, faleceu a 3 de novembro de 1761, com 65 anos, e foi sepultado na Capela de Santa Cruz.
3. **Sebastiana de Goes Vasconcelos**, casada com João da Soledade, também chamado João Dias Ximenes, filho de Domingos Santiago Montenegro e D. Lourença de Aguiar Ximenes.

Filhos do 2º matrimônio:

4. **Nicácio Aguiar e Oliveira**, casado com dona Micaela da Silva, filha de Thomaz da Silva Porto e de sua Mulher dona Nicácia Alves Porto, na Freguesia de Granja. Tronco da família Porto, de Granja.
5. **Rosa de Sá Oliveira**, que se casou com seu parente Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa, autor das *Memórias Genealógicas*. Nascido em 1722, em Goiana, Pernambuco, José de Xerez, emigrou para a Ribeira do Acaraú, fixando-se em Lagoa Seca e Santa Cruz (Bela Cruz) e posteriormente, Sobral, onde exerceu os mais elevados cargos, salientando-se na vida social, política e religiosa da região, como exemplo de probidade e honradez. Orgulhoso de sua ascendência nobre e heráldica, resolveu transmitir para a posteridade a satisfação que sentia por ser geneticamente ligado aos brasões d'arma da nobreza

de Castela e da Holanda. Os dados genealógicos que colheu estendem-se, na linha ascendente, até Arnaud de Holanda, filho do Barão de Rhenoburgo e da princesa Margarida de Florença, irmã do Papa Adriano VI. (18) Homem ilustrado, José de Xerez visitou, por duas vezes, a Corte de França, no esplendor do reinado de Luis XV. Em uma destas viagens recebeu das mãos do Duque de Choiseul, duas mudas de café que trouxe e plantou no Sítio Santa Úrsula, de sua propriedade, sobre a serra da Meruoca, em 1747. Segundo afirma o Barão de Studart (*RIC*, vol. 42, 1928, pp. 93-94) José de Xerez foi o introdutor do café no Ceará, como foi igualmente da tamareira e da parreira. Faleceu a 1º de abril de 1797.

6. **Ana Maria de Vasconcelos**, casada com Miguel do Prado Leão, a 1º de novembro de 1753, na Matriz de Caiçara (Sobral) filho de Cosme do Prado Leão e Luzia da Assunção Oliveira. Após o casamento foram residir na Fazenda Malassombrado, entre a Lagoa Seca e Lagoa do Mato (Bela Cruz). Deste casal nasceram nove filhos, entre estes Martinho do Prado Leão, que casou-se, a 22 de julho de 1793, com Genoveva Maria de Jesus, filha de Anselmo de Araújo Costa e D. Francisca dos Santos Xavier. Este casal passou a morar, posteriormente, nas proximidades da Capela de Santa Cruz. Eis aí a origem do nome “Alto da Genoveva”.

(18) Em carta a João Brígido, publicada em 1916, Helvécio Monte, explica, com detalhes, essas origens: “Algumas de suas notas pedem modificações; e estou certo que as fará, com vagar, à proporção que lhe forem chegando dados sinceros e razoáveis no esclarecimento de fatos com direito à consideração de históricos. Quanto aos Montes, não entraram eles no Ceará partindo dos sertões da Bahia e de Cotinguiba. No século XVII, perseguidos pela Inquisição e tendo perdido os pais, chegaram ao Recife 5 irmãos Montes, espanhóis de nascimento, sendo dois homens e três mulheres. Um deles e duas irmãs fixaram residência em Pernambuco, formando famílias. Outro irmão, Geraldo do Monte com a irmã, internando-se pelos sertões, foi ter ao Ceará. De Geraldo Monte descende o Capitão-mor Manoel José do Monte, que desposou Ana América Uchoa, filha do Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa, provindo desse consórcio o parentesco dos Montes com os

7. **Maria Madalena de Sá Oliveira**, casada com Francisco Ferreira da Ponte, que foi Coronel do Regimento de Cavalaria desta Ribeira. Era filho do Coronel Gonçalo Ferreira da Ponte e de sua mulher dona Maria de Barros. Daí procedem os **Ferreiras da Ponte**.

8. **Inês Madeira de Vasconcelos**, casada com o Sargento-mor Antônio Alves Linhares, filho do Capitão-mor Dionísio Alves Linhares e dona Rufina Gomes de Sá. Dionísio era português, natural de Santa Marinha de Linhares, do Arcebispado de Braga, e veio residir no Rio Grande do Norte, Cavaleiro da Ordem de Cristo e por todos considerado de muito boa nobreza, o que confirma a sua patente de Capitão-mor registrada no livro das Miscelâneas da Ouvidoria Geral de Pernambuco. Daí procedem os **Linhares**.

Liras, Xerez, Uchoa, Albuquerque, Cavalcanti, Vasconcelos, Goes e Holanda, sendo Arnaud de Holanda, que chegou ao Brasil em 12 de março de 1550, filho de Henrique de Holanda, Barão de Rhencburg e de D. Margarida de Florença, irmã do Papa Adriano, o tronco entre nós, dessas linhagens (...). Há erro de apreciação de sua parte, ou falsa informação dada, de haver na linhagem de Arnaud de Holanda bastardia por prole de um Papa Adriano, como diz, com certa dama de honor de uma rainha de Portugal. Foram seis os Adrianos, Pontífices. Pelas datas e pessoal de que tratam suas notas, deve ser o Papa, a quem alude Adriano VI, nascido em Utrecht em 1459, Papa eleito em 1522, faleceu em 1523, com 64 anos. A dama, naquela época, parenta dos Albuquerque e Cavalcantes, que serviu como dama de honor da Rainha Catarina, irmã mais moça de Carlos V, e mulher de João III de Portugal, foi D. Joana de Goes e Vasconcelos, casada com Bartolomeu Rodrigues, descendendo ela dos Cavalcantes e Albuquerque pelo lado paterno e, não, originando-os (...). Combinadas as datas, idades, residências, fases da vida de cada qual, é inadmissível a afirmativa de descendentes de Adriano Boyers, antes e quando Papa, com D. Joana de Goes e Vasconcelos (...). Em Sobral existem Cavalcantes de duas origens: uma italiana, que se prende aos descendentes de Arnaud de Holanda, casado com D. Brites Mendes de Vasconcelos, filha da dama de honor de D. Catarina, chegados ao Brasil em março de 1550. Os outros Cavalcantes são de origem portuguesa, terminando, por isso, a escrita do nome em – te e não ti”. (Cf. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 74, 1960. pp. 385-388.)

9. **Brites de Vasconcelos**, que se casou, em 31 de julho de 1747, com o Capitão-mor português José de Araújo Costa, de quem já tratamos neste capítulo:

Deste casal nasceram onze filhos, entre estes o Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa, nascido na fazenda Lagoa Grande, próximo à povoação de Santa Cruz, a 8 de março de 1761. Seu batismo ocorreu a 22 do mesmo mês e ano, na capela de Santa Cruz, hoje cidade de Bela Cruz, sendo oficiante o Padre Jerônimo da Cunha Lima. Em 1789, é eleito Vereador à Câmara Municipal de Sobral. A 7 de agosto de 1811, o Presidente da Província do Ceará – Dr. Luiz Borba Meneses, assina Carta Patente, nomeando-o Capitão da Companhia do Corpo de Ordenanças da Vila Real de Sobral. A 10 de março de 1817, requer ao Presidente da Província do Ceará, Dr. Manoel Ignácio de Sampaio, uma data de sesmaria de 3,0 léguas de terra, tendo por sede sua fazenda Lagoa do Mato. Mencionado requerimento foi atendido, graças ao despacho nele exarado, pelo mesmo Presidente, em data de 18 de junho de 1817. Segundo afirmam o capitão era detentor de percepção extra-sensorial e exercia a profissão de médico. Recebia em sua fazenda Lagoa do Mato, doentes vindos não só do Ceará, mas também de outras províncias, e os tratava gratuitamente. Dizem ter tido 35 filhos, com várias mulheres, dos quais 16 sobreviveram. A 22 de junho de 1833, Capitão Diogo Lopes faz testamento no 1º Cartório de Sobral, no qual reconhece apenas 16 filhos seus, nascidos de 3 mulheres, com as quais conviveu maritalmente: 8 de Maria Rodrigues de Sousa; 7 de Maria Egipcíaca da Fonseca e 1 de Antônia Maria do Rosário. Faleceu no dia 18 de setembro de 1838. Os poderes municipais de Bela Cruz deram seu nome a uma rua da cidade.

Filhos reconhecidos do Capitão Diogo Lopes

1. **João Bento de Araújo Costa**, Capitão da Guarda Nacional, nascido em 1790, filho de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Antônia Maria do Rosário. Casado a 21 de janeiro de 1833, com Maria Quitéria do Livramento Silva – irmã da mãe do General Antônio Tibúrcio Ferreira, herói da Guerra do Paraguai –, na capela da Barra do Acaracu, pelo Pe. José Gonçalves de Medeiros.
2. **Manoel de Araújo Costa**, Capitão da Guarda Nacional, nascido em 1799, filho de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Maria Rodrigues de Sousa. Eleito Vereador, a 20 de outubro de 1850, para a 1ª Câmara Municipal de Acaraú, com 1.008 votos. Em 1860, foi Prefeito de Acaraú. Casado a 9 de fevereiro de 1863, com Raimunda Francisca do Nascimento, no sítio Lagoa Seca, pelo Pe. Antônio Xavier Maria de Castro.
3. **Diogo Lopes de Araújo Costa Filho**, nascido em 1800, filho de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Maria Rodrigues de Sousa. Casado com Maria José da Conceição, a 21 de junho de 1821, na capela de Santa Cruz.
4. **Antônio de Araújo Costa**, nascido em 1801, filho de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Maria Rodrigues de Sousa. Casado com Luiza Mônica de Araújo.
5. **João de Araújo Costa**, nascido em 1802, filho de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Maria Egipcíaca (Siciaca) da Fonseca. Era Capitão da Guarda Nacional, nomeado por decreto de 3 de abril de 1856. Casado a 6 de feverei-

ro de 1832, com Maria José do Espírito Santo, na capela de Santa Cruz, pelo Pe. Miguel Francisco Mendes de Vasconcelos.

6. **Lucas Lopes de Araújo Costa**, nascido em 1803, filho de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Maria Rodrigues de Sousa. Casado a 8 de maio de 1844, com Ana Joaquina de Jesus, na capela de Santa Cruz, pelo Pe. João Francisco Dias Nogueira.
7. **Bernardino de Araújo Costa**, nascido em 1805, filho de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Maria Rodrigues de Sousa. Casado a 8 de agosto de 1829, com Maria do Livramento, na capela de Santa Cruz, pelo Pe. José Gonçalves de Medeiros.
8. **Venâncio Meireles de Araújo Costa**, nascido em 1806, filho de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Maria Egipcíaca da Fonseca. Não se casou. Era Capitão da Guarda Nacional, nomeado por decreto de 14 de novembro de 1866.
9. **José Lopes de Araújo Costa**, nascido em 1811, filho de Diogo Lopes de Araújo Costa e Maria Egipcíaca da Fonseca. Tenente da Guarda Nacional, por decreto de 3 de abril de 1856.
10. **Félix de Araújo Costa**, nascido em 1813, filho de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Maria Egipcíaca da Fonseca. Era tenente da Guarda Nacional, nomeado por decreto de 23 de abril de 1853. Casado a 21 de julho de 1836, com Ana Donata de Araújo.
11. **Raimundo Nonato de Araújo Costa**, nascido em 1814, filho de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Maria Egipcíaca da Fonseca. Casado a 8 de agosto de 1829, na capela

da Barra do Acaracu, pelo Pe. Bernardo Clemente da Cruz Oliveira. Por Portaria de Sua Excia. Dom Luís Antônio, 1º Bispo do Ceará, foi nomeado para compor a comissão encarregada de proceder uma reforma na Igreja Matriz da Paróquia de Acaraú. Era Tenente da Guarda Nacional, por decreto de 21 de julho de 1872.

12. **Antônia Balbina de Araújo**, nascida em 1815, filha de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Maria Rodrigues de Sousa. Casada com João Nepomuceno de Araújo Costa.
13. **Simplicio de Araújo Costa**, nascido a 16 de março de 1816, filho de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Maria Egipcíaca da Fonseca. Eleito Vereador para a 1ª Câmara Municipal de Acaraú, a 20 de outubro de 1850, com 1.010 votos. Exerceu em Acaraú os cargos de Tesoureiro da Câmara, Promotor de Justiça, Professor Provincial e Alferes da Guarda Nacional, nomeado por Portaria de 3 de junho de 1872, firmada pelo presidente Francisco Ignácio Homem de Melo. Casado com Teresa Francisca da Silveira.
14. **Ignácia Sabina de Araújo Costa**, nascida em 1817, filha de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Maria Egipcíaca da Fonseca. Casada com Antônio Dias da Silveira.
15. **Beatriz Geracina de Araújo Costa**, nascida em 1821, filha de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Maria Egipcíaca da Fonseca. Casada com Francisco Joaquim da Silveira, Tenente Coronel, Comandante do Estado Maior da Guarda Nacional.
16. **Vicente Lopes de Araújo Costa**, nascido em fevereiro de 1822, filho de Diogo Lopes de Araújo Costa e de Maria Egipcíaca da Fonseca. Casado a 2 de setembro de 1844, com sua prima Angélica Francisca da Silveira, filha legíti-

tima de José da Silveira Dutra e Francisca de Araújo Costa, na capela de Santa Cruz, pelo Pe. João Francisco Dias Nogueira. Era Alferes da Guarda Nacional.



No livro de assentos batismais da freguesia de Sobral, nº 19, referente aos anos de 1822 a 1825, fl. 53 v., há registro do batismo de Vicente (Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa) filho do Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa e dona Maria Egipcíaca da Fonseca, nascido em fevereiro de 1822. Em datas anteriores, aparecem registros de batismo de outros filhos de Maria Ciciaca, com o nome do pai e com a expressa consignação de “filho natural”. Como vários destes filhos não constam da relação do inventário, conclui-se que os dezesseis legitimados foram tão somente os que sobreviveram, havendo outros que faleceram em tenra idade. Após a morte de seu pai, ocorrida em 1838, Vicente Lopes de Araújo Costa passou a morar com seu irmão, Capitão João de Araújo Costa, com quem conviveu até o ano de 1844. Aos 25 anos de idade casou-se com sua prima Angélica Francisca da Silveira, nascida em 1821, filha do patriarca José da Silveira Dutra, abastado proprietário nesta Ribeira. Depois do casamento, Vicente Lopes situou-se no alto da Lagoa do Mato, em terra herdada de seu pai. Ali construiu casa de morada, aviamento para beneficiamento da mandioca e outras benfeitorias. E viveu da pecuária, da agricultura e da indústria de cera de carnaúba, o que lhe garantiu boa situação econômica. De seu casamento nasceram 13 filhos, sendo 7 homens e 6 mulheres. A todos, ele mandou ensinar a ler, no então povoado de Santa Cruz, com os mestres Aureliano Pessoa e Manoel Jorge Vieira. E quase todos tiveram marcantes posições no setor político-social da comunidade. Vicente Lopes de Araújo-

jo Costa faleceu em 1905, em 1906 falecia sua esposa, dona Angélica Francisca da Silveira. Seus corpos foram sepultados no cemitério de Santa Cruz. Inserimos aqui a relação de todos os filhos e netos do casal Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa / dona Angélica Francisca da Silveira:

1. **Maria Filomena de Araújo**, nascida a 30 de junho de 1845, no sítio Lagoa do Mato, Santa Cruz, filha do Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa e dona Angélica Francisca da Silveira. Casou-se a 18 de setembro de 1875, com seu primo Diogo Lopes da Silveira, filho de Raimundo Lopes Araújo e de dona Ignácia Maria da Conceição. Diogo Lopes da Silveira nasceu a 29 de fevereiro de 1844 e faleceu em 1878, e dona Maria Filomena de Araújo faleceu em 1903. Ambos foram sepultados no cemitério de Santa Cruz.

Filhos:

1. **Maria Filomena da Silveira**, casada com José Lopes da Silveira.
2. **Maria do Carmo de Araújo** (Sinhá), casada com o professor Raimundo Nonato de Araújo.
3. **Maria José de Araújo**, casada com seu tio Capitão Miguel Lopes de Araújo Costa (ainda neste capítulo, nos referimos a este casal).
4. **Angélica Maria de Araújo**, nascida em 1882 e falecida a 14 de julho de 1940, casada com Gustavo Lopes Araújo, nascido em 1872 e falecido a 8 de setembro de 1923.
5. **Maria da Conceição Araújo**, nascida a 13 de setembro de 1882 e falecida a 19 de fevereiro de 1969, casada com

Geraldino Lopes de Araújo, nascido em 1878 e falecido a 11 de abril de 1943.

6. **José Antônio Ibiapina de Araújo**, nascido a 24 de janeiro de 1877 e falecido a 10 de janeiro de 1942, casado com sua prima, Maria Filomena de Araújo, nascida em 1881 e falecida a 19 de agosto de 1971.
7. **Vicente Lopes de Araújo Neto**, casado a 6 de novembro de 1897, com Maria Luiza da Silveira, nascida a 29 de junho de 1882 e falecida a 24 de março de 1966. Avós paternos do autor destas notas.
2. **João Lopes de Araújo**, nascido a 22 de outubro de 1848, no sítio Lagoa do Mato, Santa Cruz, filho do Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa e dona Angélica Francisca da Silveira. A 4 de novembro de 1891 casou-se com dona Maria José da Purificação, nascida em 1852 e falecida em 1879. A 20 de outubro de 1894, João Lopes de Araújo, casou-se pela segunda vez, na Capela de Santa Cruz, com dona Francisca Eucária da Silveira, filha do professor Afonso Alberto Carneiro e dona Maria do Carmo da Silveira. Em virtude do casamento dona Chiquinha, como era chamada, passou a assinar-se Francisca Silveira Lopes. Após o casamento, João Lopes passou a residir no então povoado de Santa Cruz, onde construiu casa residencial e estabeleceu uma loja de tecidos e outras mercadorias. Em 1888 foi nomeado o 1º Juiz de Paz de Santa Cruz, onde exerceu os cargos de Subdelegado de Polícia e Fiscal Municipal. Em 1912 mudou-se com a família, para o povoado de Tucunduba, onde permaneceu apenas dois anos, voltando à sua querida Santa Cruz. Dona Chiquinha, sua dedicada esposa, foi o seu braço direito, nas dificuldades que tiveram de enfrentar para manter a família, composta de oito filhos: cinco mulheres e três homens, entre estes o poeta e histo-

riador Nicodemos Araújo. Em data de 22 de julho de 1929, João Lopes de Araújo, fechou os olhos para sempre. Dona Chiquinha faleceu a 25 de setembro de 1964.

Filhos do 2º matrimônio:

1. **Maria Aprígia de Araújo**, nascida a 3 de janeiro de 1896, falecida seis meses depois.
2. **Vicente Lopes Araújo**, nascido a 24 de abril de 1898, casou-se a 9 de novembro de 1931, com dona Maria José de Carvalho (Zezinha), nascida a 7 de setembro de 1909.
3. **Maria Cacilda da Silveira**, nascida a 12 de junho de 1902 e falecida a 19 de maio de 1936, casou-se a 3 de novembro de 1923, com Raimundo Silveira Araújo, nascido em 1893 e falecido a 21 de outubro de 1965.
4. **Manoel Nicodemos Araújo**, nascido a 10 de março de 1905, casou-se a 19 de novembro de 1931, com dona Alice de Murilo Zacas, nascida a 25 de dezembro de 1911. Publicou mais de 20 livros de poesia, história e teatro. Faleceu a 23 de junho de 1999.
5. **Ana Profetiza da Silveira**, nascida a 12 de junho de 1908 e que faleceu inupta, a 3 de março de 1938.
6. **Afonso Celso Araújo**, nascido em Santa Cruz, no dia 5 de abril de 1912. Casou-se a 22 de maio de 1943, com dona Narcisa Norberta Maranhão, nascida a 31 de agosto de 1913.
7. **Raimunda Lopes Araújo**, nascida em Santa Cruz, a 16 de fevereiro de 1915. Casou-se, em 1936, com João Ambrósio Araújo, nascido a 7 de dezembro de 1909, e falecido a 3 de abril de 1984.

8. **Geralda Lopes Araújo**, nascida em Santa Cruz, a 30 de junho de 1920, casada a 3 de dezembro de 1953, com Abdon de Murilo Zacas, nascido a 9 de junho de 1913. Dona Geralda Lopes exerceu o magistério em Bela Cruz durante 26 anos.

3. **Diogo Lopes de Araújo Neto**, nascido a 30 de dezembro de 1851, filho do Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa e dona Angélica Francisca da Silveira. Casou-se a 25 de junho de 1876, com sua prima Maria Belarmina de Araújo, nascida em 1855 e falecida em 1928, filha de Francisco Joaquim da Silveira e dona Beatriz Geracina de Araújo. A cerimônia de casamento realizou-se na fazenda Lagoa do Mato, oficiada pelo Padre Antônio Xavier Maria de Castro, então Vigário da Freguesia de Acaraú. Diogo Lopes de Araújo Neto fixou residência no povoado de Cruz. Hoje a progressista cidade de Cruz.

Filhos:

 1. **Maria Lopes Araújo**, faleceu criança.
 2. **Raimunda Lopes Araújo**, faleceu inupta.
 3. **Raimundo Nonato Lopes**, nascido em 1888 e falecido em 1964. Casado com Maria Vidal Araújo, nascida em 1889 e falecida em 1973.

4. **Francisca Romana de Araújo**, nascida a 20 de janeiro de 1853, filha do Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa e dona Angélica Francisca da Silveira. Contraiu matrimônio com Francisco Ferreira Fonteles, a 19 de janeiro de 1871. A cerimônia de casamento aconteceu na residência de seu

pai, em Lagoa do Mato, sendo oficiante o Pe. Antônio Xavier Maria de Castro, então Vigário da Freguesia de Acaraú. Francisco Ferreira Fonteles construiu sua casa de morada, entre Lagoa do Mato e Malassombrado, e ali viveu da agricultura e da pecuária, até o ano de 1893, quando faleceu sua esposa, exatamente aos 30 anos de idade e aos 12 de casada. Após a morte da esposa, Francisco Ferreira Fonteles vendeu sua propriedade de Lagoa do Mato, ao seu cunhado, Capitão José Lopes da Silveira. E a 18 de novembro de 1884, contraiu segundo casamento com dona Rita Francelina do Espírito Santo. Então passou a morar em Lagoa Grande, onde faleceu a 5 de agosto de 1918. Do casamento de Francisca Romana de Araújo com Francisco Ferreira Fonteles, nasceram seis filhos:

1. **Maria Silveira Araújo**, nascida a 28 de julho de 1872 e falecida a 21 de abril de 1935. Casada com Urcesino Lopes de Araújo, nascido em 1869 e falecido a 4 de fevereiro de 1952.
2. **Ana Joaquina da Silveira**, nascida em 1879 e falecida a 13 de fevereiro de 1962. Casada com seu tio Manoel Lopes da Silveira, nascido a 24 de setembro de 1858 e falecido a 7 de março de 1935.
3. **Raimundo Fonteles da Silveira**, casado com Maria Emília da Conceição.
4. **Vicente Fonteles da Silveira**, nascido a 4 de fevereiro de 1881 e falecido a 4 de junho de 1966. Casado com Emília Maria da Silveira. Com o falecimento desta, casou-se com Luiza Maria Arruda Pontes.
5. **Maria da Penha Silveira**, falecida.

6. **Francisca Fonteles Silveira**, casada com Francisco Fonteles Silveira; com o falecimento deste, casou-se com João Teixeira.

5. **Capitão José Lopes da Silveira**, nascido no sítio Lagoa do Mato, a 12 de fevereiro de 1854, filho do Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa e dona Angélica Francisca da Silveira. Casou-se três vezes: a primeira, em Lagoa do Mato, a 11 de setembro de 1879, com dona Benvinda Maria da Conceição, nascida em 1860 e falecida em 1880, filha de Galdino Lopes de Araújo Costa e Maria Raimunda da Conceição; a segunda, na Matriz de Acaraú, a 12 de outubro de 1884, com dona Maria Filomena da Silveira, nascida em 1860 e falecida em 1918, filha de Diogo Lopes de Maria Araújo e Maria Filomena de Araújo; a terceira, em Santa Cruz, a 25 de janeiro de 1919, com dona Rita de Cássia Silveira, nascida em 1897, filha de Vicente Teixeira Pinto e Maria do Carmo de Araújo. Casamento oficiado pelo Pe. Antônio Thomaz. Desde seu primeiro casamento, José Lopes da Silveira adquiriu uma posse de terra, na localidade de Mal-Assombrado, provavelmente dos herdeiros de Miguel do Prado Leão, que era casado com dona Ana Maria de Vasconcelos (uma das sete irmãs), e que, a 9 de julho de 1771 inventariou um quarto de légua de terra, avaliado em cem mil réis. Ali José Lopes da Silveira mandou construir casa de morada, aviamento para beneficiamento da mandioca e outras benfeitorias. E ali viveu da agricultura, da pecuária e da indústria de cera de carnaúba, conseguindo uma sólida situação financeira. Em 1939, mudou-se para Bela Cruz, por cujo desenvolvimento sem-

pre trabalhou. Tinha patente de Capitão da Guarda Nacional e exerceu a função de Fabriqueiro do Patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, tomando parte ativa nos diversos movimentos do interesse da comunidade. Faleceu em Bela Cruz, a 2 de março de 1943, com 89 anos de idade. Seus descendentes somam 484, assim distribuídos – 16 filhos, 86 netos, 230 bisnetos, 130 trinetos e 30 tetrane-
tos.

Filhos do 2º matrimônio:

1. **Alexandrina Ernestina da Silveira**, nascida em 1888 e falecida em 1924. Casada com Venâncio Sabino de Araújo; com o falecimento deste, casou-se com Manoel Neco da Silveira.
2. **Raimundo Lopes de Araújo**, nascido em 1886 e falecido em 1915. Casado com Maria Altina de Jesus (Mulata).
3. **João Lopes Sobrinho**, nascido a 5 de novembro de 1889 e falecido a 6 de janeiro de 1973. Casado com Antônia Romana da Silveira (Tonica).
4. **Vicente Lopes da Silveira**, casado com sua prima Maria Carmosina da Silveira, nascida em 1894 e falecida em 1949. Vicente Lopes casou-se segunda vez, com Maria Joana de Vasconcelos, irmã do poeta João Damasceno Vasconcelos.
5. **Pedro Augusto da Silveira**, nascido em 1894 e falecido a 9 de janeiro de 1961. Casado com Maria Luiza da Silveira, nascida em 1899 e falecida a 3 de fevereiro de 1973.
6. **Diogo Lopes de Freitas**, casado com Francisca de Assis Rocha, pais do Padre, Professor e Escritor Aureliano Diamantino Silveira e do Professor José Getúlio Silveira.

7. **Maria José da Silveira** (Zezinha), casada com Sílvio O-pério da Silveira.
8. **Antônio Lopes da Silveira**, nascido em 1895 e falecido em 1936. Casado com Maria Altina de Jesus (Mulata), viúva de Raimundo Lopes Araújo.
9. **Francisco das Chagas Silveira Araújo**, casado com Francisca Mozinha Moreira.
10. **Maria Dioclece da Silveira**, nascida a 8 de julho de 1908 e falecida a 20 de fevereiro de 1947. Casada com Manoel Neco da Silveira.
11. **Ignácio Tertuliano da Silveira**, casado com Alzira Elza Silveira.
12. **Artur Lopes da Silveira**, casado com Francisca Odete da Silveira.
13. **Abdon Lopes da Silveira**, casado com Francisca Alaíde da Silveira.
Filhos do 3º matrimônio:
14. **Manoel Messias da Silveira**, casado com Rita Natália de Carvalho.
15. **Benedito Lopes da Silveira**, Vereador em Acaraú e Bela Cruz, onde foi também Vice-Prefeito. Casado com Maria Conceição Freitas.
16. **Maria Celeste da Silveira**, casada com Expedito Deroci Vasconcelos, Prefeito Municipal de Bela Cruz, de 1963 a 1966.
6. **Maria do Carmo de Araújo**, nascida a 9 de novembro de 1855, filha do Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa e dona Angélica Francisca da Silveira. Batizou-se a 15 de

dezembro do mesmo ano. Foi celebrante o Pe. Antônio Francisco da Costa e Silva, e padrinhos – João Pedro da Silveira e dona Maria Joaquina da Conceição. A 26 de junho de 1882, contraiu matrimônio com o seu parente Antônio Ferreira de Araújo, nascido em 1884, filho de José Ferreira de Araújo e dona Maria Ferreira de Araújo. A cerimônia matrimonial realizou-se na residência dos pais da noiva, pelo Pe. Antônio Xavier Maria de Castro, Vigário de Acaraú. Antônio Ferreira de Araújo fixou residência em São João da Tapera, onde construiu sua casa de morada. Ali viveram da agricultura e da pecuária. Antônio Ferreira de Araújo faleceu em 1926, e dona Maria do Carmo de Araújo, em 1929.

Filhos:

1. **Angélica Maria de Araújo**, casada com Balduino Lopes de Araújo.
2. **Vicente Ferreira de Araújo**, casado com Maria Araújo Carneiro.
3. **Teresa Maria de Araújo**, casada com Joaquim Ferreira de Araújo.
4. **Maria Ferreira de Araújo**, casada com Manoel Urcesino de Araújo.
5. **José Antônio de Araújo**, casado com Maria do Espírito Santo Silva.
6. **Lúcio Ferreira de Araújo**, faleceu jovem.
7. **Manoel Ferreira de Araújo**, casado com Cecília Carneiro de Araújo.
7. **Capitão Francisco Xavier de Araújo Costa**, nascido a 10 de outubro de 1857, filho do Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa e dona Angélica Francisca da Silveira. Em data

de 19 de outubro de 1882, consorciou-se com sua parenta, dona Beatriz Geracina de Araújo, filha de Francisco Teixeira Pinto e dona Maria Geracina de Araújo, tendo a cerimônia se realizado em Lagoa do Mato, oficiada pelo Pe. Antônio Xavier Maria de Castro. Após seu casamento, o Capitão Xavier mudou-se para a cidade de Acaraú, onde residiu durante 15 anos. Ali ele exerceu os cargos de Delegado de Polícia e Coletor Estadual. Em 1900 transferiu sua residência para a fazenda Córrego dos Cavalos, no então município de Santana do Acaraú, a 6 quilômetros do Açude Tucunduba e a 50 quilômetros de Santa Cruz (hoje Bela Cruz). A propriedade Córrego dos Cavalos pertenceria ao seu pai, e o Capitão Xavier ali se instalou, vivendo da pecuária e da agricultura, de onde adquiriu uma boa situação econômica. Grande amigo de sua terra, Capitão Xavier, era homem de fibra. Nos momentos mais importantes e mais difíceis da vida política e social de Santa Cruz e de Acaraú, ele era sempre chamado e, apesar da distância, se fazia presente para ajudar; disposto mesmo, a brigar, se fosse preciso, para defender os superiores interesses de sua terra e de sua gente. Em 31 de março de 1926, faleceu sua esposa. E no final do mesmo ano, o Capitão Xavier contraiu novo casamento com dona Maria da Penha Aguiar, filha de José Salustiano Aguiar e dona Maria dos Reis Aguiar. Entretanto, em 1927, adoeceu aquele homem inquebrantável, e, no ano seguinte, ele teve que mudar-se, outra vez, para Acaraú, à procura de recursos médicos, mas todos os esforços resultaram inúteis para o seu restabelecimento. Faleceu no dia 13 de abril de 1929, cercado da estima e do respeito de quantos privaram da sua amizade e conheceram seus predicados de homem de caráter e de coragem.

Filhos:

1. **Raimunda Xavier de Araújo**, nascida em 1895 e falecida a 2 de julho de 1973. Casada com seu primo, Cordolino Lopes Araújo.
 2. **Maria Alzira de Araújo** (Maroca), nascida em 1891 e falecida em 1954. Casada com Francisco Emiliano de Brito, nascido em 1897 e falecido em 1919.
 3. **Francisco Xavier de Araújo Filho**, faleceu criança.
 4. **Cândida Xavier de Araújo**, nascida em 1885 e falecida a 3 de dezembro de 1942. Casada com Lúcio Silveira Araújo, nascido em 1878 e falecido a 26 de maio de 1946.
-
8. **Manoel Lopes da Silveira**, nascido a 24 de setembro de 1858, filho do Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa e dona Angélica Francisca da Silveira. A 5 de setembro de 1885, consorciou-se com dona Raimunda Maria da Conceição, na Capela de Santa Cruz, sendo oficiante o Pe. Antônio Xavier Maria de Castro. Dona Raimunda Maria da Conceição faleceu em 1898, em consequência de um parto de três gêmeos. E logo a 9 de maio de 1899, Manoel Lopes, casou-se novamente com sua sobrinha dona Ana Joaquina da Silveira, nascida em 1879 e falecida a 13 de fevereiro de 1962. Após seu primeiro casamento, Manoel Lopes da Silveira passou a residir na então povoação de Santa Cruz. Faleceu em Bela Cruz, a 7 de março de 1935, com descendência de 24 filhos.

Filhos do 1º matrimônio:

1. **Vicente Lopes da Silveira**, faleceu jovem.

2. **José Silveira Araújo**, nascido em 1886 e falecido em 1962, casado com Leonília Maria da Silveira, nascida em 1886 e falecida em 1972.
3. **Maria José da Silveira**, casada com Manoel Ignácio Vasconcelos, com o falecimento deste, casou-se com Raimundo Marques de Freitas.
4. **Emília Lopes Araújo**, casada com Joaquim Martins dos Santos Neto, nascido a 2 de outubro de 1872 e falecido a 4 de outubro de 1951.
5. **Virgílio Silveira Araújo**, nascido em 1900 e falecido em 1974. Casado com Ângela Lopes Araújo.
6. **João da Silveira Araújo**, nascido a 19 de agosto de 1889 e falecido a 26 de novembro de 1975. Casado com Benvida Adeodato Araújo, nascida a 23 de maio de 1905 e falecida a 29 de dezembro de 1969. João da Silveira, casou-se, segunda vez, com Francisca Osmarina Araújo.
7. **Manoel Silveira Araújo**, nascido a 17 de dezembro de 1898, faleceu criança.
8. **Raimundo Nonato Silveira**, nascido a 17 de dezembro de 1898, falecido.
9. **Francisco Assis Silveira**, nascido a 17 de dezembro de 1898. Casado com Luzia Adélia Araújo.
10. **Maria da Penha Silveira**, casada com Samuel Lopes de Araújo.
11. **Isabel Lopes Araújo**, faleceu jovem.
Filhos do 2º matrimônio:
12. **Angélica Alice Araújo**, professora e catequista, faleceu inupta.

13. **Francisca da Chagas Silveira** (Francisquinha), casada com Pedro Augusto de Carvalho, falecidos. Pais dos senhores Valdemar Lopes de Carvalho e Moacir Lopes de Carvalho.
 14. **Demétrio Lopes da Silveira**, casado com Maria José Soares.
 15. **José Lopes da Silveira**, faleceu criança.
 16. **Ernesto Lopes da Silveira**, faleceu criança.
 17. **Rita de Cássia Silveira**, faleceu inupta.
 18. **Maria Silveira Araújo**, faleceu jovem.
 19. **Geraldo Silveira Araújo**, faleceu jovem.
 20. **Silvio Lopes da Silveira**, casado com Rita Celsa de Vasconcelos.
 21. **Manoel Lopes Filho**, faleceu criança.
 22. **Raimunda Adélia Araújo**, casada com Alonso Lopes Araújo, viuvando, casou-se com Vicente Teixeira.
 23. **Júlia Lopes Silveira**, faleceu criança.
 24. **Cecília Lopes da Silveira**, casada com Francisco de Assis Soares.
-
9. **Maria da Penha Lopes Araújo**, nascida a 2 de dezembro de 1859, filha de Vicente Lopes de Araújo Costa e dona Angélica Francisca da Silveira. Casou-se, na Igreja Matriz de Acaraú, a 21 de junho de 1875, com seu primo Venâncio Lopes de Araújo Costa, filho de João Lopes de Araújo e dona Maria José do Espírito Santo. A cerimônia do matrimônio foi oficiada pelo Pe. Antônio Xavier Maria de

Castro. Venâncio Lopes de Araújo Costa, – bisavô do autor destas notas – era Alferes da Guarda Nacional, nomeado por Portaria de 21 de setembro de 1871. A 1º de julho de 1882 foi eleito Vereador à Câmara Municipal de Acaraú, onde defendeu os legítimos interesses de sua terra natal. Nascido a 25 de fevereiro de 1838, era viúvo de Francisca Ceciliana de Araújo, e foi abastado fazendeiro em São João da Tapera, onde sempre residiu. Faleceu em 1910. Dona Maria da Penha Lopes Araújo, sua esposa, faleceu a 28 de agosto de 1922. Ambos foram sepultados no cemitério de Santa Cruz. O inventário de Venâncio Lopes de Araújo Costa foi feito no 1º Cartório de Acaraú, em 1912 (vol. 52).

Filhos:

1. **Carolino Lopes de Araújo Costa**, nascido em 1878 e falecido a 29 de outubro de 1932. Casou-se a 29 de setembro de 1900, com sua prima, Angélica Sabino de Araújo, nascida a 28 de setembro de 1884 e falecida a 20 de outubro de 1951. Carolino Lopes foi alto comerciante e Vereador pela Câmara de Acaraú.
2. **Maria Filomena de Araújo**, casada com seu primo José Antônio Ibiapina Araújo.
3. **Angélica Maria de Araújo**, casada com Manoel Avelino Silveira.
4. **Felismina Lopes Araújo**, nascida a 13 de abril de 1888 e falecida a 12 de dezembro de 1968. Casada a 23 de julho de 1908, com José Aprígio Leitão, nascido a 20 de julho de 1882 e falecido a 28 de março de 1955, no Rio de Janeiro.

5. **Maria Albertina de Araújo**, casada com Raimundo Celso Araújo.
 6. **Maria Carmosina da Silveira**, casada com seu primo Vicente Lopes da Silveira.
 7. **Vicente Verino Lopes Araújo**, casado com Vitalina Lopes Araújo.
 8. **Salvino Lopes de Araújo Costa**, nascido em 1887 e falecido a 14 de setembro de 1951. Casado a 19 de julho de 1914, com Isabel Fonteles Rios de Araújo, avós maternos do autor destas notas.
 9. **Roque Lopes de Araújo Costa**, nascido a 21 de setembro de 1884 e falecido a 14 de agosto de 1968. Casado com Maria Enedina Araújo. Com o falecimento desta, casou-se com Francisca das Chagas Silveira (Dona Xixica).
 10. **José de Araújo Costa**, nascido a 2 de agosto de 1893 e falecido a 16 de maio de 1967. Casado com Maria Filomena de Araújo, nascida a 4 de agosto de 1893 e falecida a 25 de abril de 1963.
-
10. **Antonino Lopes de Araújo Costa**, nascido a 19 de fevereiro de 1861, filho do Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa e dona Angélica Francisca da Silveira. A 25 de novembro de 1884 contraiu matrimônio com sua prima Francisca Silveira de Araújo, filha de José Pereira da Rocha e de Maria da Penha Silveira, nascida em 1863 e falecida em 1905. A 18 de outubro de 1906, Antonino Lopes uniu-se em segundas núpcias com dona Maria José Gonçalves, filha de José Teófilo Gonçalves Ferreira e dona Ignácia Ramos Gomes Gonçalves Ferreira. Dona Maria José nasceu em 1868 e faleceu a 2 de novembro de 1954,

e seu esposo Antonino Lopes, faleceu a 13 de outubro de 1933, legando aos seus descendentes um nome honrado e querido, porque ele foi, na verdade, um homem bom.

Filhos:

1. **Raimundo Thomaz Aquino de Araújo**, nascido a 29 de dezembro de 1885 e falecido a 15 de novembro de 1926. Foi alto comerciante na cidade de Acaraú. Casou-se a 25 de novembro de 1906, com Ernestina Silveira de Araújo, nascida a 17 de julho de 1887 e falecida a 30 de abril de 1955.
2. **Vicente de Paula Araújo**, nascido a 26 de agosto de 1889 e falecido a 6 de março de 1969. Casou-se a 30 de abril de 1914, com Ana Guilherme dos Santos, nascida a 18 de agosto de 1887 e falecida a 6 de junho de 1967. Formado em Contabilidade, exerceu os cargos de Escrivão da Coletoria federal de Acaraú e de Delegado do Imposto de renda, em Sobral. Teve marcante atuação na vida social e cultural de Acaraú. Foi Presidente do Recreio Dramático Familiar e Diretor dos Jornais A COMUNA e O ACARAÚ.
11. **Beatriz Ibiapina de Araújo**, nascida a 10 de outubro de 1862, filha do Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa e dona Angélica Francisca da Silveira. Casou-se a 17 de julho de 1883, na Capela de Santa Cruz, com seu primo Sabino Lopes de Araújo Costa, o qual integrava a Guarda Nacional, com o posto de Capitão. Sabino Lopes, que já era possuidor de terras em São João da Tapera, ali construiu casa residencial, prédio para comércio e se estabeleceu com loja de tecidos e miudezas, associado ao seu irmão Carolino Lopes de Araújo Costa, sob razão social de

Sabino Lopes & Irmão. Comprando algodão, cera de carnaúba, couros e peles, para a firma Raimundo Oliveira & Irmão, da cidade de Granja, o comércio de Sabino Lopes prosperou rapidamente, sendo sua casa comercial talvez a mais bem sortida da região. Homem abastado e pai de numerosa família, o Capitão Sabino Lopes tinha marcante influência dentro de sua comunidade. Em 1902, com o objetivo de atender os apelos daquele povo e por ser homem de fé, construiu vizinho à sua residência, uma Capela, em honra de São João Batista, cuja festa, celebrada anualmente, era bem concorrida. A Capelinha ali permaneceu até 1966, quando já um tanto deteriorada, fora demolida e reconstruída no povoado de Celsolândia, pelo Monsenhor Odécio Loiola Sampaio, Vigário da Paróquia de Bela Cruz. Em data de 23 de maio de 1940, faleceu o Capitão Sabino Lopes de Araújo Costa, que em vida constituiu o tipo do homem de bem.

Filhos:

1. **Angélica Sabino de Araújo**, casada com seu primo Carolino de Araújo Costa.
2. **Venâncio Sabino de Araújo**, nascido em 1895 e falecido a 18 de março de 1923, casado com sua prima Alexandrina Ernestina da Silveira.
3. **Manoel Sabino de Araújo**, nascido a 24 de setembro de 1892 e falecido a 17 de abril de 1927. Casado a 8 de novembro de 1913, com Maria Catarina de Araújo, nascida em 1894 e falecida em 1941.
4. **Cordolino Lopes Araújo**, nascido a 3 de março de 1894 e falecido a 2 de julho de 1947. Casado com Raimunda Xavier de Araújo, nascida em 1896 e falecida a 27 de março de 1973.

5. **Sérgio Lopes Araújo**, faleceu criança.
6. **Francisca Silveira Araújo**, nascida a 6 de fevereiro de 1890 e falecida a 13 de abril de 1968. Casada com Antônio Silveira Araújo, nascido a 2 de junho de 1900 e falecido a 1º de maio de 1974. Industrial da cera de carnaúba adquiriu a primeira máquina de extração do pó da carnaúba, nesta região.
7. **Raimundo Sabino de Araújo**, casado com Raimunda Teixeira Araújo. Com a morte desta, casou-se com Maria Ester de Araújo.
8. **Maria Isabel Araújo** (Marieta), casada com José Leorne da Silveira.
9. **Rita Alzira de Araújo** (Ritoca), casada com Francisco Celso Silveira, nascido a 28 de julho de 1901 e falecido a 24 de fevereiro de 1950. Proprietários em Celsolândia.
10. **João Humberto Araújo**, casado com Amélia Carneiro de Araújo.

12. **Maria José de Araújo**, nascida a 15 de junho de 1864, filha do Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa e dona Angélica Francisca da Silveira. Em 13 de julho de 1884 contraiu matrimônio com seu primo Antônio Raimundo de Araújo, nascido a 10 de setembro de 1863 e falecido a 24 de fevereiro de 1948, filho de Manoel de Araújo Costa e dona Maria Francisca de Araújo. O casamento realizou-se na Capela de Santa Cruz (hoje Bela Cruz), com assistência do Pe. Antônio Xavier Maria de Castro. Após o casamento o casal fixou residência em Tabuleirinho, onde o Capitão Antônio Raimundo abriu uma casa comercial e comprou uma posse de terra. Vendia tecidos, estivas e com-

prava cera de carnaúba, algodão, peles e couros, negociando com os Oliveiras, opulenta firma exportadora, da cidade de Granja. Dentro de poucos anos, o Capitão Antônio Raimundo era um dos homens abastados desta região, tendo a seu lado a esposa, que era o seu braço direito, no trabalho e na constituição da família. Em 1935, mudou-se definitivamente para a cidade de Acaraú. Dona Maria José de Araújo faleceu a 23 de julho de 1947, deixando numerosa descendência.

Filhos:

1. **Maria Emília de Araújo**, nascida em 1885 e falecida em 1913. Casada com Miguel Miranda Monteiro, nascido em 1882 e falecido em 1964.
2. **Ernestina Silveira Araújo (Hilda)**, casada com Raimundo Tomaz Araújo.
3. **Raimundo Celso Araújo**, nascido a 12 de fevereiro de 1889 e falecido a 1º de outubro de 1944. Casado a 19 de fevereiro de 1911, com Maria Albertina da Silveira, nascida a 25 de julho de 1889 e falecida a 14 de dezembro de 1957.
4. **Maria Enedina Araújo**, nascida a 6 de outubro de 1896 e falecida a 12 de setembro de 1920. Casada com seu primo Roque Lopes Araújo.
5. **Maria Laura Araújo**, nascida a 15 de agosto de 1893 e falecida a 26 de março de 1972. Casada, a 9 de setembro de 1916, com Raimundo Coelho de Magalhães.
6. **Rita de Cássia Araújo**, faleceu inupta.
7. **Isabel Silveira Araújo**, faleceu inupta.
8. **Francisca Elvira de Araújo**, casada com Francisco Lúcio Vasconcelos.

9. **Francisca Augusta Araújo**, nascida a 15 de setembro de 1902 e falecida a 20 de janeiro de 1956. Casada com José Abrão Sales, nascido em 1901 e falecido a 14 de julho de 1954.
10. **Francisca Áurea de Araújo**, nascida a 1º de outubro de 1908 e falecida a 1º de junho de 1939. Casada com Afonso de Moura Martins, nascido em 1905 e falecido em 1957.
11. **Francisca Anésia de Araújo**, casada com o líder político e comerciante acarauense Raimundo Martins dos Santos, nascido a 29 de dezembro de 1899 e falecido a 17 de novembro de 1955.
12. **Francisco Luís de Araújo**, faleceu criança.
13. **Manoel Araújo**, faleceu criança.
13. **Capitão-cirurgião Miguel Lopes de Araújo Costa**, nascido a 7 de janeiro de 1866, filho do Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa e dona Angélica Francisca da Silveira. Aos vinte anos de idade, isto é, a 8 de setembro de 1886, contraiu casamento com sua sobrinha, dona Maria José de Araújo, filha de Diogo Lopes da Silveira e dona Maria Filomena de Araújo. A cerimônia do casamento foi oficiada, na mesma Capela de Santa Cruz, pelo Pe. Antônio Xavier Maria de Castro. Após a morte de seu pai, Capitão Miguel Lopes passou a residir na hoje cidade de Bela Cruz. Possuidor de boa fortuna mandou construir sua casa residencial e casa para comércio, onde abriu uma grande loja de tecidos, denominada Formosa Santacruzense. No objetivo de movimentar o comércio e aumentar o número de prédios na então povoação de Santa Cruz, também mandou construir a Feirota, que era um conjunto de dez quartos para comércio, tendo anexo um galpão, destinado à venda de café e açougue. Por decreto de 22 de setembro de 1898, do então Presidente da República, Manoel Ferraz de

Campos Sales, Miguel Lopes foi nomeado Capitão da Guarda Nacional. Em Santa Cruz exerceu as funções de Juiz de Casamentos e Fabriqueiro do Patrimônio da Capela. Político de influência, o Capitão Miguel Lopes foi um dedicado batalhador pelo progresso de Santa Cruz. Sua voz foi a primeira que se fez ouvir, pleiteando o hoje município de Bela Cruz. Faleceu a 5 de março de 1916, deixando uma família que conta em seu seio nomes realmente ilustres, pela inteligência, pela cultura e pelo trabalho. Os poderes Municipais deram seu nome a uma rua da cidade de Bela Cruz, em reconhecimento aos serviços que ele prestou à sua terra. Dona Maria José de Araújo nasceu a 25 de maio de 1872 e faleceu a 16 de novembro de 1954.

Filhos:

1. **Maria José**, faleceu criança.
2. **Virginia Lopes Araújo**, nascida em 1899 e falecida em 1946. Casada com Fausto Teixeira Pinto.
3. **Maria do Carmo Araújo** (Carminha), nascida em 1892 e falecida em 1971. Inupta.
4. **José Lopes de Araújo**, faleceu criança.
5. **Emília Adélia Araújo**, nascida em 1896. Casada com Manoel Ibiapino da Rocha, proprietário em Bela Cruz.
6. **Francisca das Chagas Araújo** (Quinha), nascida em 1898 e falecida em 1941. Casada com Venâncio Araújo.
7. **Angélica Lopes Araújo**, faleceu criança.
8. **Francisca das Chagas Lopes** (Neném), faleceu inupta.
9. **João Venceslau Araújo**, nascido a 27 de janeiro de 1906. Casou-se com dona Jovita Idalice de Carvalho, nascida a 22 de fevereiro de 1918 e falecida a 3 de março de 1971.

10. **João Ambrósio Araújo**, nascido a 7 de dezembro de 1909. Casado, a 25 de julho de 1936, com dona Raimunda Lopes Araújo. Em Bela Cruz exerceu o comércio e a agricultura. Sua família consta de 7 filhos e 10 netos. Faleceu a 3 de abril de 1984.
11. **Antônio Lopes Araújo**, faleceu criança.



Família Carneiro

A família Carneiro, aqui do extremo norte do Ceará, que se ramificou com a família Silveira e Araújo, de Bela Cruz, provém da localidade conhecida primitivamente como Olho D'água; e que depois, ao nascer da povoação, tal qual informa Nicodemos Araújo, esta se chamou Curral Velho, denominação que, posteriormente, em homenagem à padroeira da capela ali construída, foi mudada para Nossa Senhora Santa Ana. E Santana ficou sendo chamada, até que a 20 de dezembro de 1931, o decreto nº 139, firmado pelo interventor Roberto Carneiro de Mendonça, deu-lhe a denominação de Santana do Acaraú, nome que foi confirmado pelo decreto nº 1.156, datado de 20 de dezembro de 1938, assinado pelo Dr. Francisco de Menezes Pimentel, então Governador do Ceará. Já o decreto nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, outorgou-lhe o nome de Licânia, provavelmente, em homenagem a nossa Oiticica, (19) que naquele município existia em vultosa quantidade, e cuja amêndoa já teve o seu tempo áureo. Finalmente, a Lei nº 153, de 22 de dezembro de 1951, lhe conferiu, outra vez, o nome de Santana do Acaraú.

(19) Árvore majestosa no porte, a oiticica cresce nos aluviões profundos dos rios e riachos, formando longas e estreitas alamedas à ourela dos barrancos ou manchando as várzeas com o verde-escuro da sua densa e longa ramagem. Pertence à família das Rosáceas – **Licania rígida** Benth. Sobre o seu aproveitamento industrial consulte-se Francisco Alves de Andrade, 'Como nasceu a indústria da oiticica no Ceará', *Nordeste econômico e financeiro*, v. I, nº 1, Fortaleza. pp. 22-39. (Apud: BRAGA, Renato. *História da comissão científica de exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.)

Criado Distrito, pela Câmara de Sobral, em sessão de 11 de julho de 1833, Santana apresentava os seguintes limites: compreendendo todo o terreno que existe do Morro dos Tucanos, Acaraú acima, de uma e outra banda do mesmo rio, até a fazenda Unha de Gato, inclusive; da parte do poente e da parte do nascente, até a capela de São José, exclusive, em linha reta, até a Serra da Meruoca.

O tempo prosseguiu, e os homens de maior influência daquela povoação ribeirinha continuaram a sua luta, em busca de uma posição de maior relevo no cenário social e político do Ceará. E esse trabalho visava, antes de tudo, a elevação de Santana à categoria de município. O certo é que a 3 de novembro de 1862, por força da lei nº 1.012, àquela localidade passou a condição de Vila, e logo a 27 de junho de 1863, Santana conquistava sua emancipação política, sendo desmembrada do território do município de Acaraú.

Na mesma data foi instalada a primeira Câmara, e que ficou constituída dos seguintes vereadores, legalmente eleitos: Luís Henrique de Oliveira Magalhães – Presidente; Antônio Ferreira Gomes, Antônio Carneiro de Araújo, Raimundo Xavier Nogueira, João Adeodato de Araújo, Vicente Cassimiro Cavalcante e Capitão Joaquim Gomes Carneiro, meu trisavô paterno.

Sem dúvida admissível, a influência de Joaquim Gomes Carneiro teve papel marcante na memorável campanha cívica que culminou com a emancipação política da vetusta povoação de Santana, juntamente com o trabalho persistente dos santanenses José Mendes de Vasconcelos, José de Paula Ribeiro Pessoa e Manoel Joaquim de Sousa Vasconcelos, os três, já, naquela época, deputados. É de plena justiça, portanto que a história dê o merecido destaque aos nomes daqueles que lutaram pela formação e o desenvolvimento do município de Santana do Acaraú.



A família Carneiro provém do tenente João Carneiro da Costa, filho do Alferes Diogo da Costa Calheiros e dona Joana Carneiro Brito. João Carneiro da Costa casou-se em 1744, com Teresa de Jesus Vasconcelos, filha de Cosme Frazão de Figueiroa e dona Maria de Vasconcelos Coelho.

Consoante informa a valiosa obra Cronologia Sobralense, do Pe. Francisco Sadoc de Araújo, no ano da graça de 1692, nasceu, “na Paraíba, Cosme Frazão de Figueiroa, tendo vindo residir na fazenda Sapó, desta Ribeira”. Casou-se com dona Maria de Vasconcelos Coelho, e deste matrimônio tiveram três filhos, dentre eles dona Teresa de Jesus Vasconcelos, que se casou, em terceiras núpcias, com João Carneiro da Costa. Deste casamento nasceram:

1. **Maria Teresa de Jesus**, casada duas vezes: 1ª com João da Fonseca Álvares e a segunda com seu primo Antônio Gomes de Albuquerque.
2. **Ana Carneiro da Costa**, que faleceu criança.
3. **Major Manoel Carneiro da Costa**, casado, a 9 de janeiro de 1766, com Rosa Maria de Vasconcelos, filha do Capitão Matheus Mendes de Vasconcelos e D. Maria Ferreira Pinto. O casal foi residir na fazenda Sapó. Manoel Carneiro da Costa faleceu, a 17 de dezembro de 1811, e dona Rosa Maria da Conceição, no ano de 1814.

O Tenente João Carneiro da Costa faleceu a 25 de maio de 1758, e foi sepultado na Igreja Matriz de Sobral. (20) Deixou por seus testamenteiros, sua mulher, dona Teresa de Jesus Vasconcelos, seu sogro Cosme Frazão de Figueiroa e Zacarias Sousa Marinho.

O Major Manoel Carneiro da Costa foi chefe do Partido Conservador e Comandante do Batalhão nº 6, da Guarda Nacional. Já o Capitão Joaquim Gomes Carneiro foi homem de relevante influência na vida política e social de sua terra. Exerceu a Comandância do Batalhão nº 21, da Guarda Nacional e foi Presidente da Câmara Municipal de Santana. Tal era o seu prestígio que, juntamente com seu primo Antônio Carneiro de Araújo, foi, como já afirmamos, Vereador, da primeira Câmara do município de Santana, cuja instalação oficial aconteceu a 27 de janeiro de 1863, isto é, sete meses depois da criação daquele município, que o foi pela Lei Provincial nº 1.012, de 3 de novembro de 1862, sancionada pelo então Presidente da Província do Ceará, Manoel Antônio Duarte de Azevedo.

Professor Afonso Alberto Carneiro

O Professor Afonso Alberto Carneiro, bisavô paterno do autor destas notas, nasceu na localidade de Curral Grande, Santana do Acaraú, a 25 de novembro de 1851. Era filho do Capitão da Guarda Nacional, Joaquim Gomes Carneiro e de dona Maria da Penha Carneiro, conforme o termo de batismo:

(20) “Aos vinte e cinco dias do mês de maio de mil e setecentos e cinquenta e oito faleceu da vida presente, de doença que Deus lhe deu, o Tenente João Carneiro da Costa, homem branco, casado, morador nesta freguesia, confessado, sacramentado e ungido, com seu testamento sem aprovação e como este ad causas pias inda que não seja aprovado sempre tem seu vigor e muita força conforme o direito ensina, por isso aqui expresso o que deixou se fizesse primeiramente. Deixa por seus testamenteiros a Zacarias de Sousa Marinho, à sua mulher Dona Theresa de Jesus e

Afonso, branco, filho legítimo de Joaquim Gomes Carneiro e Maria da Penha, nasceu a vinte e cinco de novembro de mil oitocentos e cinquenta e um, e aos trinta e um de dezembro do mesmo anno, foi por mim batizado, nesta Matriz, sendo padrinhos Antônio da Costa Carneiro, casado, e dona Anna Maria da Conceição. E, para constar, mandei lavrar o presente em que assigno. Pro-Pároco Francisco de Paula Menezes. (*Livro nº 2*, f. 36, Freguesia de Santana.)

Afonso Alberto Carneiro, desde menino manifestou muito gosto pelo estudo das letras, tendo como professor Joaquim Guilhermino da Costa Cisne, então regente da cadeira mantida pelo governo provincial, naquele município. Era dono de rara inteligência, escrevia versos, compunha músicas e tocava violão, com dedos de mestre. Dedicou-se ao magistério, incutindo as luzes do saber, no cérebro de sua gente, tornando-se, destarte, um autêntico benemérito, da comunidade em que vivia.

Casou-se, na capela de Santa Cruz, no ano de 1876, com Maria do Carmo da Silveira, filha de José Pereira da Rocha e de Maria da Penha da Silveira, tendo como celebrante o Pe. Antônio Xavier Maria de Castro, Vigário da Freguesia de Acaraú.

Sua vida conjugal durou apenas 16 anos, pois dona Maria do Carmo da Silveira faleceu em 1892, deixando cinco filhos: dois meninos, que ficaram com o pai, em Curral Grande, e três meninas, as quais, após o falecimento da mãe, vieram morar com os avós no então povoado de Santa Cruz (Bela Cruz).

ao seu sogro Cosme Frazão de Figueiroa. Deixa por sua alma um officio de corpo presente, doze missas também de corpo presente e mais seis capelas de missas: três por sua alma, duas por alma de seu pai e uma por alma de sua mãe. Item deixa uma festa com missa cantada e sermão à gloriosa Santa Anna, na sua capela, nesta freguesia. Item depois de cumpridos seus legados e pagas suas dívidas, seus filhos serão seus universais herdeiros. Foi envolto em hábito franciscano e enterrado na Igreja Matriz, encomendado por mim, de que fiz este termo em que me assigno". Manoel da Fonseca Jayme, Cura do Acaracu. (*Cf. Livro de Óbitos nº 2, fl.14.*)

Em 1916, o professor Afonso Alberto Carneiro, mudou-se para Aracati, onde faleceu, no ano da graça de 1918, exatamente aos 67 anos de idade, deixando a crédito de sua memória, a certeza de haver sido, no exercício de sua nobre e meritória profissão, um verdadeiro benfeitor, tal como lembra seu neto, poeta e historiador, Nicodemos Araújo.

Filhos de Afonso Alberto Carneiro

1. **Raimundo Alberto Carneiro**, nascido a 3 de junho de 1878 e falecido em 1929. Casado a 28 de setembro de 1901, com Francisca Amélia de Jesus, nascida em 1888 e falecida em 1966. Do casal nasceram 9 filhos:
 1. Maria José Carneiro, casada com Francisco Alexandre Pinto.
 2. José Nicodemos Carneiro, casado com Ana Ceci da Ponte, com o falecimento desta, casou com Maria Creusa Pereira.
 3. Maria Helena Carneiro, casada com Vicente Osias Carneiro.
 4. Maria do Carmo Carneiro, casada com Raul Pompeu.
 5. Maria de Lourdes Carneiro, solteira.
 6. João Augusto Carneiro, casado com Maria Augusta Carneiro.
 7. Maria Hilda Carneiro, casada com João Emídio Carneiro.
 8. Manoel Messias Carneiro, casado com Maria Adalgiza Carneiro.

9. Isaac Carneiro, casado Com Teresa de Jesus Carneiro.
2. **Francisca Eucária da Silveira**, nascida na localidade de Curral Grande, município de Santana do Acaraú, a 3 de março de 1880 e batizada na fazenda Olho d'Água, do mesmo município, a 4 de junho do mesmo ano, sendo oficiante o Pe. Francisco Xavier Nogueira, e padrinhos Miguel Francisco da Rocha e Belarmina Geracina de Araújo. Aos doze anos, órfã de mãe, veio morar com seus avôs, no então povoado de Santa Cruz, e logo, aos quatorze anos de idade, consorciou-se com João Lopes de Araújo, a 20 de outubro de 1894, casamento oficiado pelo Pe. Antônio Xavier Maria de Castro. Em virtude do casamento passou a assinar-se Francisca Silveira Lopes. Deste casamento nasceram cinco mulheres e três homens, entre estes o poeta e historiador Nicodemus Araújo. João Lopes de Araújo faleceu a 22 de julho de 1929, e dona Francisca, a 25 de setembro de 1964.

Filhos:

1. Aprígia Lopes Araújo (21)
2. Vicente Lopes Araújo
3. Maria Cacilda da Silveira
4. Manoel Nicodemus Araújo
5. Ana profetiza da Silveira
6. Raimunda Lopes Araújo
7. Afonso Celso Araújo
8. Geralda Lopes Araújo

(21) A relação dos filhos de Francisca Eucária da Silveira, acompanhada com o nome dos respectivos cônjuges, já apresentamos no verbete João Lopes de Araújo.

3. **Maria Luiza da Silveira**, nascida a 29 de junho de 1882 na fazenda Curral Grande, Santana do Acaraú, Aos dez anos de idade veio morar com os avôs – José Pereira da Rocha e Maria da Penha Silveira, no então povoado de Santa Cruz. A 6 de novembro de 1897, aos quinze anos de idade, casou-se com Vicente Lopes de Araújo Neto. Minha avó, Maria Luiza da Silveira, faleceu a 24 de março de 1966.

Filhos:

1. Afonso, faleceu criança.
2. Maria do Carmo Freitas (tia Carminha), casada com José Alexandre de Vasconcelos, falecidos.
3. José de Arimatéa Freitas, nascido a 5 de maio de 1905 e batizado a 20 de junho do mesmo ano, pelo Pe. Joaquim Severiano de Vasconcelos (Livro 20, f.181) na capela de Santa Cruz, falecido a 22 de fevereiro de 1995. Casado em 1941, com dona Maria Rios de Araújo, nascida a 10 de julho de 1918 e falecida a 16 de novembro de 2001 (pais do autor destas notas).
4. Maria Ester da Silveira, casada com Manoel Afonso Rocha, falecidos.
5. Agripino Bias da Silveira, nascido a 24 de outubro de 1917. Exerceu o cargo de Subprefeito de Bela Cruz, no período de 1º de março de 1952 a 26 de março de 1955. Casou-se com dona Maria da Conceição Vasconcelos, nascida a 25 de fevereiro de 1929 e falecida a 23 de março de 1977. Foi comerciante, fotógrafo e Coletor Estadual, chefiando várias Coletorias – nos municípios de Santana do Acaraú, Marco, Bela Cruz, Morrinhos,

Acaraú, Limoeiro do Norte e, ultimamente, Trairi, onde fixou residência. Faleceu a 19 de outubro de 2002.

6. Maria Zelfa da Silveira, falecida. Casada com Pedro de Sousa Xerez.
4. **Joaquim Afonso Carneiro**, nasceu na localidade de Curral Grande, município de Santana do Acaraú, a 15 de outubro de 1886. Casou-se em 1908, com Maria da Conceição Ferreira, nascida em 1893 e falecida a 30 de julho de 1965. Joaquim Afonso, ou Quincas Afonso, como era conhecido, faleceu a 13 de junho de 1964, contando 78 anos de idade.

Filhos:

1. Maria do Carmo Carneiro, casada com Antônio Fonteles.
2. Maria Cacilda Carneiro, casada com Pedro Fonteles de Sousa.
3. Maria José Carneiro, casada com José Artur Rocha.
4. Francisca Gomes Carneiro, casada com José Alves Pereira.
5. **Maria José da Silveira** nasceu na localidade de Curral Grande, do município de Santana do Acaraú, a 10 de março de 1888. Com quatro anos de idade, perdeu sua mãe e foi trazida para morar com seus avôs José Pereira da Rocha e Maria da Penha Silveira, no então povoado de Santa Cruz. Em data de 7 de setembro de 1907, casou-se com Manoel Alves de Araújo, filho de Mi-

guel Alves de Medeiros e Hermínia Augusto de Medeiros, a cerimônia do casamento foi oficiada na Capela de Santa Cruz, pelo Pe. Antônio Thomaz, então vigário da Paróquia de Acaraú. Após o casamento o casal passou a residir no arraial Tabuleirinho. Manoel Alves de Araújo, nascido em 1885, faleceu a 4 de agosto de 1965, e dona Maria José da Silveira (Zeza), a 20 de março do mesmo ano.

Filhos:

1. Manoel Manduca de Araújo, casado com Maria Oliveira de Araújo.
2. João Alves de Araújo, casado com Maria Isabel Alves.
3. Maria Gervásia de Araújo, casada com Manoel Avelino da Silva, com a morte deste, casou com Zeferino Ferreira da Rocha.
4. Alzira Alves de Araújo, casada com Antônio de Araújo Melo.
5. Rita Alves de Araújo, casada com Manoel Esmerino Pinto.
6. Raimunda Alves de Araújo, nascida a 24 de setembro de 1917 e falecida a 8 de abril de 1975. Casada com Francisco Damásio da Costa, residiam em Tabuleirinho.
7. Francisca Alves de Araújo, casada com Raimundo Lopes Araújo.



Para complementar estas notas sobre as famílias-tronco, do Vale do Acaraú, especialmente, de Bela Cruz, procuramos mostrar como são frequentes os casamentos endogâmicos entre os descendentes das primeiras famílias que povoaram a ribeira do Acaraú.

Afirma o Pe. Francisco Sadoc de Araújo, que qualquer pessoa oriunda do Vale do Acaraú que se der ao trabalho de levantar sua própria árvore genealógica, reconhecer-se-á descendente de um desses avoengos comuns. Na verdade, toda a população desta região está ligada por laços de parentesco e constitui uma só comunidade familiar. Por amostragem, apresento parte de minha própria ascendência.

Como descendo de Manoel Ferreira Fonteles (3)

1. João Velho, natural da Casa do Fontelo, Meixomil, Portugal, casado com Maria Antônia. Pais de
2. Domingos Velho da Cruz, casado em Meixomil, a 7 de janeiro de 1683, com Maria Ferreira Pinto. Pais de
3. Manoel Ferreira Fonteles, nascido a 7 de março de 1687, em Meixomil, Portugal, casado, em Fortaleza, com Maria Ferreira. Pais de
4. Bibiana Ferreira Fonteles, nascida em dezembro de 1742, casada a 20 de agosto de 1756, com Quintiliano Dias Leitão. Pais de

5. Maria José de Jesus, casada em 1780, com o português Pedro de Araújo Costa, irmão do Capitão José de Araújo Costa. Pais de
6. Francisca de Araújo Costa, casada a 20 de novembro de 1814, com José da Silveira Dutra. Pais de
7. Angélica Francisca da Silveira, casada com o Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa, nascido em 1822, Pais de
8. Maria Filomena de Araújo, nascida a 30 de junho de 1845, casada com seu primo Diogo Lopes da Silveira. Pais de
9. Vicente Lopes de Araújo Neto, casado com Maria Luiza da Silveira, a 6 de novembro de 1897. Minha avó Maria Luiza Silveira, faleceu a 24 de março de 1966. Pais de
10. José de Arimatéa Freitas Araujo, nascido a 5 de maio de 1905 e falecido a 22 de fevereiro de 1995. Casado em 1941, com Maria Rios de Araújo, nascida a 10 de julho de 1918 e falecida a 16 de novembro de 2001. Pais de
11. Vicente Freitas de Araújo, nascido a 11 de fevereiro de 1955, casado a 23 de junho de 1994, com Maria das Graças Araújo, nascida em Fortaleza, a 22 de fevereiro de 1967. Pais de
12. Francesco Petrarca de Araújo Costa, nascido a 11 de janeiro de 1995.
13. Monalisa Geossandra de Araújo, nascida a 14 de julho de 1996.

Como descendo de José de Araújo Costa (3)

1. Domingos de Araújo, natural de Camposinhos, freguesia de Viatodos, concelho de Barcelos, Portugal, casado com Maria da Costa. Pais de
2. Pedro de Araújo Costa, natural de Viatodos, casado a 12 de janeiro de 1714, com Maria da Costa e Sá, natural de Estrufe, freguesia de Louro, concelho de Vila Nova de Famalicão, Portugal. Pais de
3. Capitão José de Araújo Costa, nascido a 30 de julho de 1724, em Estrufe, Portugal, e casado no Curato do Aca-raú, com dona Brites de Vasconcelos, a 31 de julho de 1744. Pais de
4. Capitão Diogo Lopes de Araújo Costa, nascido a 8 de março de 1761, c. c. Maria Egipcíaca da Fonseca. Pais de
5. Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa, nascido em 1822, casado com Angélica Francisca da Silveira, filha de José da Silveira Dutra. Pais de
6. Maria Filomena de Araújo, nascida a 30 de junho de 1845, casada com seu primo Diogo Lopes da Silveira. Pais de
7. Vicente Lopes de Araújo Neto, casado com Maria Luitza da Silveira. Pais de
8. José de Arimatéa Freitas Araujo, nascido a 5 de maio de 1905 e falecido a 22 de fevereiro de 1995. Casado em 1941, com Maria Rios de Araújo, nascida a 10 de julho de 1918 e falecida a 16 de novembro de 2001. Pais de
9. Vicente Freitas de Araújo, nascido a 11 de fevereiro de 1955, casado a 23 de junho de 1994, com Maria das Graças Araújo, nascida em Fortaleza, a 22 de fevereiro de 1967. Pais de

10. Francesco Petrarca de Araújo Costa, nascido a 11 de janeiro de 1995.
11. Monalisa Geossandra de Araújo, nascida a 14 de julho de 1996.

Como descendo de João da Silveira Dutra (2)

1. Manoel Dutra, natural da freguesia de Cedros, concelho de Horta, Açores, Portugal, casado Com Josefa da Silveira. Pais de
2. João da Silveira Dutra, natural da freguesia de Cedros, casado com Maria da Conceição Araújo, a 8 de setembro de 1766. Pais de
3. José da Silveira Dutra, casado com Francisca de Araújo Costa, filha de Pedro de Araújo Costa, a 20 de novembro de 1814, na Matriz de Sobral. Pais de
4. Angélica Francisca da Silveira, casada a 2 de setembro de 1844, na Capela de Santa Cruz, com o Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa. Pais de
5. Maria da Penha Lopes Araújo, nascida a 2 de dezembro de 1859, casada a 21 de junho de 1875, com seu primo Venâncio Lopes de Araújo Costa. Pais de
6. Salvino Lopes de Araújo Costa, nascido em 1877, casado a 19 de julho de 1914, com Isabel Fonteles Rios Araújo. Pais de
7. Maria Rios de Araújo, nascida em 1918, e casada em 1941, com José de Arimatéa Freitas Araujo. Pais de
8. Vicente Freitas de Araújo, nascido a 11 de fevereiro de 1955, casado a 23 de junho de 1994, com Maria das

Graças Araújo, nascida em Fortaleza, a 22 de fevereiro de 1967. Pais de

9. Francesco Petrarca de Araújo Costa, nascido a 11 de janeiro de 1995.
10. Monalisa Geossandra de Araújo, nascida a 14 de julho de 1996.

Como descendo de Matheus Mendes
de Vasconcelos (3)

1. Domingos Mendes Vasconcelos, casado com Ana da Silva Carvalho, filha de Domingos Gaspar e Beatriz Gaspar, a 6 de novembro de 1673. Pais de
2. Ana Carvalho, nascida a 14 de junho de 1680, casada com Matheus Mendes, naturais de Travanca, Portugal. Pais de
3. Matheus Mendes de Vasconcelos, nascido em agosto de 1706, em Travanca, concelho de Amarante, emigrou para o Ceará, e casou-se com dona Maria Ferreira Pinto, a 19 de setembro de 1743. Pais de
4. Rosa Maria da Conceição, casada com Manoel Carneiro da Costa, a 9 de janeiro de 1766, natural de Jaboatão, PE, filho de João Carneiro da Costa e Teresa de Jesus Vasconcelos. Pais de
5. Manoel Carneiro da Costa (júnior), casado com Francisca Maria de Jesus. Pais de
6. Joaquim Gomes Carneiro, fez parte como vereador, da 1ª Câmara Municipal de Santana, casado com Maria da Penha Carneiro. Pais de

7. Afonso Alberto Carneiro, nascido em Santana, a 25 de novembro de 1851, casou-se na capela de Santa Cruz, em 1876, com Maria do Carmo da Silveira, filha de José Pereira da Rocha e Maria da Penha Silveira. Pais de
8. Maria Luiza da Silveira, nascida a 29 de junho de 1882, em Santana, casada, a 6 de novembro de 1897, com Vicente Lopes de Araújo Neto. Pais de
9. José de Arimatéa Freitas Araujo, nascido a 5 de maio de 1905 e falecido a 22 de fevereiro de 1995. Casado em 1941, com Maria Rios de Araújo, nascida a 10 de julho de 1918 e falecida a 16 de novembro de 2001. Pais de
10. Vicente Freitas de Araújo, nascido a 11 de fevereiro de 1955, casado a 23 de junho de 1994, com Maria das Graças Araújo, nascida em Fortaleza, a 22 de fevereiro de 1967. Pais de
11. Francesco Petrarca de Araújo Costa, nascido a 11 de janeiro de 1995.
12. Monalisa Geossandra de Araújo, nascida a 14 de julho de 1996.

Como descendo de Pedro de Araújo Costa (3)

1. Domingos de Araújo, natural de Camposinhos, freguesia de Viatodos, concelho de Barcelos, Portugal, casado com Maria da Costa. Pais de
2. Pedro de Araújo Costa, natural de Viatodos, casado a 12 de janeiro de 1714, com Maria da Costa e Sá, natural de Estrufe, freguesia de Louro, concelho de Vila Nova de Famalicão, Portugal. Pais de

3. Pedro de Araújo Costa (filho), natural de Estrufe, freguesia de Louro, casado com Maria José de Jesus, na freguesia do Acaraú, Ceará. Pais de
4. Francisca de Araújo Costa, casada com José da Silveira Dutra, filho de João da Silveira Dutra, a 20 de novembro de 1814, na Matriz de Sobral. Pais de
5. Angélica Francisca da Silveira, casada a 2 de setembro de 1844, na Capela de Santa Cruz, com o Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa. Pais de
6. Maria da Penha Lopes Araújo, nascida a 2 de dezembro de 1859, casada a 21 de junho de 1875, com seu primo Venâncio Lopes de Araújo Costa. Pais de
7. Salvino Lopes de Araújo Costa, nascido em 1877, casado a 19 de julho de 1914, com Isabel Fonteles Rios Araújo. Pais de
8. Maria Rios de Araújo, nascida em 1918, e casada em 1941, com José de Arimatéa Freitas Araújo. Pais de
9. Vicente Freitas de Araújo, nascido a 11 de fevereiro de 1955, casado a 23 de junho de 1994, com Maria das Graças Araújo, nascida em Fortaleza, a 22 de fevereiro de 1967. Pais de
10. Francesco Petrarca de Araújo Costa, nascido a 11 de janeiro de 1995.
11. Monalisa Geossandra de Araújo, nascida a 14 de julho de 1996.

Pois bem: ao que asseveram pessoas propectas e conhecedoras do assunto as famílias que constituem o tronco genealógico do município de Bela Cruz, estão aqui representadas. Entretanto, passamos a relacionar alguns nomes que também representam estas famílias – começamos com José Manoel de Vasconcelos, Manoel Ignácio de Vasconcelos, gestor do patrimônio da Capela de Santa Cruz, até 1825; (22) Félix Francisco de Vasconcelos, Florêncio José de Vasconcelos e Inácio José de Vasconcelos, este, filho de Manoel Lourenço da Costa e Ana Maria de Vasconcelos. Inácio José de Vasconcelos era neto do Capitão português Matheus Mendes de Vasconcelos, e casou-se a 26 de agosto de 1805, com D. Joana da Costa Medeiros, desse consórcio nasceram vários filhos, entre os quais, Dona Maria

(22) “Antigamente os Administradores do Patrimônio eram nomeados pelos Provedores de Capelas, perante a quem prestavam contas de suas gestões. Com a extinção do cargo de Provedor de Capelas, as nomeações passaram a ser do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, e os Administradores passaram a denominar-se Fabriqueiros. Não conseguimos saber quando foi nomeado o primeiro gestor do Patrimônio da Capela de Santa Cruz. Entretanto, pelos livros que compulsamos, conseguimos saber que até 1825, exerceu aquelas funções o Sr. Manoel Ignácio de Vasconcelos. A partir daquele ano, sucederam-se no cargo, os seguintes cidadãos: – de 1825 a 1832, Félix Francisco de Vasconcelos; de 1832 a 1840, Joaquim de Araújo Costa; de 1840 a 1849, Manoel Ferreira da Rocha; de 1849 a 1860, Capitão Ignácio Gomes da Frota; de 1860 a 1870, Capitão Alexandre Bernardino de Albuquerque; de 1870 a 1880, Manoel Antônio de Vasconcelos; de 1880 a 1886, Florêncio José de Vasconcelos; de 1887 a 1908, Manoel Lopes da Silveira; de 1909 a 1910, Pe. João Saraiva Leão; de 1911 a 1916, Ignácio Ribeiro Pessoa Filho; de 1916 a 1918, Padre Antônio Thomaz, então Vigário de Acaraú; de 1918 a 1924, a administração do Patrimônio passou a uma Comissão constituída de: – João Batista da Silveira (João Albano), Miguel Lopes de Araújo Costa, José Lopes da Silveira, Antônio Romão de Carvalho e Francisco Romão de Carvalho; de 1924 a 1935, Cel. Manoel Duca da Silveira. A partir desse ano a administração do Patrimônio passou a ser feita pelo Pároco de Acaraú, Pe. Sabino de Lima Feijão, até o ano de 1942, quando o mesmo foi entregue ao Pe. Odécio Loiola Sampaio, Vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, de Bela Cruz”. (Cf. ARAÚJO, Nicodemos. *Bela Cruz – de prédio rústico à cidade*. Editora Fortaleza, 1967. pp. 40-41.)

Livramento de Vasconcelos, que se casou a 5 de junho de 1855, com Galdino Gomes da Frota.

José Manoel de Vasconcelos, também neto de Matheus Mendes de Vasconcelos, matrimoniou-se com D. Carlota Maria de Jesus, e desse casal nasceram vários filhos, entre estes, Raimundo Nonato de Vasconcelos, casado com D. Constança Benvenida de Maria. Pais do Sr. Gabriel Arcaño de Vasconcelos, que casou-se a 3 de março de 1917, com D. Theolina de Murilo Zacas, filha de Manoel Zacarias Adriano e D. Maria Luiza Leitão.

José Francisco de Vasconcelos, outro neto de Matheus, filho de Manoel Lourenço da Costa e D. Ana Maria de Vasconcelos, casou-se a 22 de fevereiro de 1797, com Teresa Maria da Soledade, filha do Capitão Domingos Rodrigues Lima e sua mulher D. Maria da Soledade Linhares.

De leste veio a numerosa família Rocha, de João Ferreira da Rocha e Manoel Ferreira da Rocha, ramificados com as famílias Sousa e Dutra. Joaquim Pereira Dutra casou-se a 23 de outubro de 1797, na Capela de Santa Cruz, com Angélica Maria de Jesus.

E de Olho D'água, hoje Santana do Acaraú, mandou seus rebentos até a antiga povoação de Santa Cruz, o Sr. Ângelo Dias Leitão, paraibano, de quem procedem: João Facundo Leitão, José Sabino Leitão, Temístocles Navarro Leitão e Quintiliano Dias Leitão. João Facundo Leitão faleceu a 26 de junho de 1932, aos 80 anos de idade. Sua descendência está representada por 10 filhos, 58 netos, 214 bisnetos, 140 trinetos e 55 tetraneetos. Deles provém uma longa descendência, muito desenvolvida em Bela Cruz, e disseminada por todo o país. Desta família, entre outros nomes notáveis, destaca-se o diplomata Hidelfonso Navarro Leitão, nascido em Santa Cruz, a 11 de fevereiro de 1890, filho de Temístocles Navarro Leitão, e que exerceu as

funções de Cônsul do Brasil, na Espanha e em alguns países da América do Sul, enaltecendo sua terra nativa.

Outro ramo genealógico, importante, que deixou descendência, em Bela Cruz, trata-se da família Barbosa Cordeiro. O Professor Nicácio Barbosa Cordeiro, nascido em Canindé, (23) no Ceará, a 14 de dezembro de 1852, chegou em Santa Cruz (Bela Cruz) em 1876. A 15 de junho do mesmo ano assumiu o cargo de Professor estadual, e exerceu ali o magistério até 1913, quando se aposentou. Em 1914, fundou um curso particular de Português e Francês, constituindo-se um grande benfeitor, no setor da educação. Por isso mesmo achamos interessante inserir aqui algumas notas sobre sua árvore genealógica: A família Barbosa Cordeiro procede de D. Francisco Barbosa, Fidalgo da Casa Real e filho de D. Antônio Barbosa. Veio de Lisboa para Governador da Paraíba, em 1579, nomeado pelo Cardeal Rei D. Henrique. Foi casado em Portugal, sendo certo que trouxe um filho de nome Simão Barbosa Cordeiro, que residia em Pernambuco, em 1601. Casou esse, na dita Capitania com D. Ana Cardiga, filha de D. Pedro Cardiga, que morava em Apipucos. Mudando-se, Simão Barbosa, para a Paraíba, lá lhe nasceu um filho de nome Frutuoso Barbosa Cordeiro, que serviu com muita honra na guerra holandesa. Esse casou em Pernambuco com D. Francisca Nunes Barbosa, filha de Apolinário Nunes, e foram seus filhos: Simão Barbosa Cordeiro e D. Isabel da Cunha,

(23) “Cidade, sede de comarca e de município, situada a 123 km. de Fortaleza, à margem esquerda do rio Canindé. Distrito por Provisões de 19 de agosto de 1817 e 3 de setembro de 1818 e Ato de 18 de março de 1842. Município com território desmembrado de Fortaleza e Quixeramobim, pela lei nº 360, de 29 de julho de 1846, que elevou o povoado de São Francisco das Chagas de Canindé à categoria de Vila. Foi instalado a 5 de julho de 1847. O termo judiciário nasceu com o município, pela lei nº 360, já registrada. Cidade, em face da lei nº 1.221, de 25 de agosto de 1914”. (Cf. BRAGA, Renato. *Dicionário geográfico e histórico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967. pp. 244-45.)

de quem foi filho João da Cunha Pereira, como se escreve em Títulos dos Cunhas. Simão Barbosa Cordeiro foi Fidalgo da Casa Real; casou com D. Francisca Leitão, filha do Capitão Bento da Costa, primeiro marido de D. Maria Lopes Leitão, filha de Pedro Leitão Arnoso. Foram seus filhos: Pedro Barbosa Cordeiro, Frutuoso Barbosa Cordeiro, Manoel Barbosa Cordeiro, Simão Barbosa Cordeiro e Ana Barbosa Cordeiro. Esta casou com o Capitão Francisco Simões Tinoco, que se mudou para a serra de Baturité. Era natural de Porto Calvo, filho de Domingos da Costa, natural da freguesia de Santo André do Frade, do Arcebispado de Braga, e de sua mulher D. Maria Simões, natural de Penedo e neto por via paterna de Francisco da Costa e de sua mulher D. Francisca Tinoco, da mesma freguesia. Do referido matrimônio nasceram em Itamaracá, onde Francisco Simões viveu algum tempo: Simão Barbosa Cordeiro, Antônio Joaquim da Costa Tinoco e D. Josefa Barbosa Leitão. – Simão Barbosa Cordeiro casou-se com D. Mariana Francisca de Paula Saraiva Bittencourt, e foram seus filhos: Pe. Francisco Barbosa Cordeiro, (24) Maria Barbosa Cordeiro, Isabel Barbosa Cordeiro, João Francisco Barbosa Cordeiro, Mariana Barbosa Cordeiro que foi moradora, na fazenda São Pedro, em Canindé; Manoel Barbosa Cordeiro, Simão Barbosa Cordeiro, José Barbosa Cordeiro, Francisca Barbosa Cordeiro, Bernardina Barbosa Cordeiro e Antônio Barbosa Cordeiro. – Simão Barbosa Cordeiro (7º filho do precedente) casou-se a 5 de junho de 1825, em Canindé, com Ana Mendes Barbosa Cordeiro e desse matrimônio nasceram os seguintes filhos: José Barbosa Cordeiro (18 de maio de 1826), Maria Barbosa Cordeiro (3 de julho de 1829),

(24) “O Pe. Francisco Barbosa Cordeiro nasceu a 1º de abril de 1787, filho de Simão Barbosa Cordeiro e d. Mariana Francisca de Paula Saraiva Bittencourt. Ordenou-se Sacerdote no Seminário de Olinda, Pernambuco. Foi Vigário de Messejana, Capelão em Trairi, Ceará, e Capelão de Pelo Sinal, hoje cidade de Independência. Faleceu em Canindé, a 3 de setembro de 1843”. (Cf. SILVEIRA, Aureliano Diamantino. *Ungidos do Senhor na Evangelização do Ceará*. Vol. I. Fortaleza: Editora Premius, 2004. p. 452.)

Dr. Joaquim Barbosa Cordeiro (7 de junho de 1833) Antônio Barbosa Cordeiro (26 de agosto de 1836), Francisco Barbosa Cordeiro (13 de dezembro de 1837) e D. Ana Barbosa Cordeiro (2 de julho de 1839). D. Maria Barbosa Cordeiro casou-se a 20 de novembro de 1852, com Vicente Alves de Paula Pessoa, filho do Senador Francisco de Paula Pessoa e D. Francisca Fonseca de Paula Pessoa, tronco genealógico importante, em Sobral e Granja. Essa é, pois, a nobilíssima origem do Professor Nicácio Barbosa Cordeiro, quiçá o mais culto e dedicado educador que exerceu o magistério no município de Bela Cruz. Faleceu a 30 de março de 1940. Seu nome figura em uma rua desta cidade – uma justa homenagem de reconhecimento ao grande educador que se fez belacruzense, pelo amor e pelo trabalho realizado, durante mais de meio século, com dedicação e competência. Era casado com a senhora Maria Iva Meneses Cordeiro. O efetivo de seus descendentes está representado por 3 filhos, 10 netos, 27 bisnetos, 48 trinetos e 9 tetranetos.

Já nos meados do século XIX, do município de Santana, chega a Santa Cruz (Bela Cruz) o patriarca Manoel Zacarias Adriano, filho de José Adriano e Isabel Norberta do Paraíso; chegando ali, bem jovem, empregou-se na casa comercial do Sr. João Batista da Silveira (João Albano). Matrimoniou-se com dona Maria Luiza Leitão Araújo, filha de João Facundo Leitão e Maria do Carmo Araújo, constituiu família, e fez-se alto comerciante e pecuarista. Faleceu, a 5 de dezembro de 1949.

Em 1938, também do município de Santana, chega a Bela Cruz, e ali se estabelece, seu irmão José Adriano Filho, casado com a senhora Teresa Dalva Adriano. Em Bela Cruz, ele constituiu família, integrou-se na comunidade e se fez belacruzense pelo coração. O efetivo de seus descendentes é o seguinte: 15 filhos, 25 netos e 10 bisnetos. Faleceu, aos 79 anos de idade, a 16 de dezembro de 1979.

Afirma o poeta Nicodemus Araújo (*Município de Acaraú – notas para a sua história*, IOCE, 1971) que a família Silveira, nesta região, descende de Manoel Carlos de Vasconcelos com Joana Correia da Silva, naturais de Portugal. Acho mesmo que algumas de suas notas pedem modificações. (25) A família Silveira, da ribeira do Acaraú, descende do português João da Silveira Dutra. Acontece que Francisco Xavier de Vasconcelos, filho do casal citado, casou-se, a 28 de abril de 1778, com Ignácia da Silveira Dutra, filha de João da Silveira Dutra e sua primeira mulher Maria Soares. Poucos meses depois, a 16 de novembro, Ana Maria, filha de Manoel Carlos de Vasconcelos, casa-se com Antônio da Silveira Dutra, também filho de João da Silveira Dutra e Maria Soares. João da Silveira Dutra casou-se duas vezes, teve sete filhos do primeiro matrimônio e nove do segundo e é, na verdade, o patriarca das famílias Silveira e Dutra, na ribeira do Acaraú.

Do quanto fica dito, se constata positivamente que das famílias: Araújo, Aguiar, Albuquerque, Adriano, Andrade, Carneiro, Carrasco, Carvalho, Costa, Dutra, Faustino, Florêncio, Fonteles, Fortunato, Goes, Leitão, Lima, Linhares, Lopes, Marinho, Maranhão, Matos, Morais, Oliveira, Patrício, Pereira, Pinto, Pontes, Reinaldo, Rios, Rocha, Romão, Sá, Secundo, Silveira, Sousa, Teixeira, Uchoa, Vasconcelos, Xerez e suas ramificações se formou o tronco principal familiar de Bela Cruz ligado a outros não menos importantes, de dentro do Estado e

(25) Seu nome tornou-se como que um patrimônio cultural cearense, não obstante a incapacidade mental da geração, sua contemporânea, para avaliar o mérito do seu persistente e acurado labor nos domínios da nossa história. Sou – na verdade – o primeiro a reconhecer a competência do ilustre escritor, e rendo-lhe as minhas homenagens por ter sido o primeiro que – no Baixo Acaraú – iniciou estudos desta ordem. Mas ninguém é infalível e vale bem à pena o sacrifício de cada um em prol do revisionismo da nossa história.

fora dele. Isso, sem menosprezo de tantas outras famílias que posteriormente vieram, e que, com aquelas se consorciaram num mesmo bloco.



Os tipos étnicos que concorreram para a formação dos troncos genealógicos aqui estudados são – como é do nosso conhecimento – o ariano peninsular, particularmente o português dos séculos XVI a XVIII, o africano importado e o ameríndio que ocupava a região ao tempo da conquista. Perturbando a miscigenação desses tipos, há que contar com doses menores de sangue nórdico infiltrado diretamente pelos holandeses que ocuparam, durante mais de meio século, o litoral; de sangue semita espalhado pelos judeus e, finalmente, de sangue cigano, que Portugal mandou derramar nestas regiões. (26)

O professor Abelardo F. Montenegro ratifica: “Além do português, do índio e do negro, na etnogênese cearense entram flamengos, franceses, ciganos, judeus e sírio-libaneses, sendo que o contributo destes é de origem mais recente. Pouco influíram na criação do tipo morfológico”. (27)

26) Cf. POMPEU SOBRINHO, Thomaz. O Homem do Nordeste. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 51, 1937. p. 341.

(27) Cf. MONTENEGRO, Abelardo F. *Psicologia do povo cearense*. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 2000. p. 38.



E foram tombando, como disse o poeta, à direita e à esquerda, foram caindo: o Capitão Manoel Vaz Carrasco, em 1753; sua esposa, dona Maria Madalena de Sá e Oliveira, em 1758; o Capitão-mor José de Araújo Costa, em 1791; sua esposa, dona Brites de Vasconcelos, em 1814; o Capitão Diogo Lopes de Araujo Costa, em 1838; o Alferes Vicente Lopes de Araújo Costa, em 1905... à esquerda e à direita foram-se todos... hierárquicos e cronológicos...

A todos eles e, principalmente, ao patriarca, Capitão Manoel Vaz Carrasco, tronco das tradicionais famílias belacruzen-ses e da ribeira do Acaraú, sepultado na Capela de Santa Cruz (Bela Cruz), no dia 23 de novembro de 1753, os versos do poeta Dimas Carvalho, que fecham, com chave de ouro, esse resumo genealógico:

*“e porque foste um dia o nosso Adão,
em nós plantando a ancestral semente,
ó longínquo viajor presente-ausente,
teu túmulo hoje é o nosso coração”*.

Dados do Autor

VICENTE FREITAS de Araújo Costa, jornalista e escritor cearense – nasceu na cidade de Bela Cruz, Ribeira do Acaraú. Filho de José Arimatéa Freitas Araújo e D. Maria Rios Araújo. Dedicar-se à literatura e às artes plásticas, distinguindo-se como historiador, cronista e caricaturista. Depois de estudar em algumas escolas de sua cidade natal, mudou-se para Fortaleza, passando então a conviver com um grupo de escritores e poetas, frequentadores da casa de Juvenal Galeno. Licenciado em História e Geografia, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA. É autor dos livros: *Almanaque poético de uma cidade do interior* (1999);



O carpinteiro das letras (2002); *Esboço genealógico de Bela Cruz* (2006); *Bela Cruz – biografia do município* (2007). Participou de várias antologias, dentre as quais: *Poetas brasileiros de hoje*, Shogun Arte Editora, RJ (1992); *Valores literários do Brasil*, RJ (1996); *Contos e poemas do Brasil*, Litteris Editora, RJ (1997); *Os melhores da literatura*, Litteris Editora, RJ (1998); *Anuário de escritores*, Litteris Editora, RJ (1999); *Sonhos e expectativas*, Scortecci Editora, SP (1999); *Encontro com a palavra*, Scortecci Editora, SP (2000); *Seleção de poetas noctívagos*, Scortecci Editora, SP (2001); *As melhores poesias do século*, Litteris Editora, RJ (2002); *Três milênios de poesia e prosa*, Fortaleza (2003). É verbete da *Enciclopédia da literatura brasileira contemporânea*, (volumes VII e IX, de Reis de Souza); *Dicionário biobibliográfico de escritores brasileiros contemporâneos* (1998), de Adrião Neto; *Novo dicionário biobibliográfico de escritores brasileiros 2000*, Litteris Editora, RJ (2001); *Enciclopédia de literatura brasileira*, de Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa, MinC/ABL/Global Editora (2001). Em 1996, o Conselho Editorial da Revista Brasília, outorgou-lhe a Medalha do Mérito Cultural, pelos relevantes serviços prestados à cultura do país e por sua participação nas iniciativas literárias do Grupo Brasília de Comunicação. Em 1999, recebeu Medalha de Bronze, no Rio de Janeiro, por sua classificação em terceiro lugar, no II Festival Nacional Literário, promovido pela ABRACE. Foi um dos finalistas do prêmio nacional de poesia Menotti del Picchia 2000, e do internacional Von Breysky 2001.

Bibliografia

I – LIVROS

- ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC / Casa de José de Alencar, 1999; *Capítulos de história colonial*. (1500-1800). Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2006. (Edições do Senado Federal; v. 65).
- ADERALDO, Mozart Soriano. *História abreviada de Fortaleza*. Fortaleza: UFC, 1974.
- ALVES, Guarino. *Janela para o Nordeste*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960; *Vera Cruz, Vicente Yañez Pinzón*, o descobrimento do Brasil pelos espanhóis. Tomo I. Fortaleza. Henriqueta Galeno, 1974.
- ALVES, Joaquim. *História das Secas* (Séculos XVII a XIX). Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará, 1953.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará* (dos tempos primitivos até 1850). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.
- ARAÚJO, Francisco Sadoc de, Pe. *Cronologia sobralense*, 5 volumes, 1974 – 1990; *Raízes portuguesas do Vale do Acaraú*. Sobral: Edições UVA, 2000.
- ARAÚJO LIMA, Francisco Augusto de. *Os Soares e Araújo no vale do Acaraú*. Fortaleza: Carvalho Serviços Gráficos, 1989.
- ARAÚJO, Nicodemos. *Bela Cruz – de prédio rústico à cidade*. Editora A Fortaleza, 1967; *Descendência de meus avós*. Editora A Fortaleza, 1977; *Capitão Diogo Lopes*. Fortaleza: Edições UFC, 1978; *Almofala e os Tremembés*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.
- ARAÚJO COSTA, Vicente Freitas de. *Esboço genealógico de Bela Cruz*. Fortaleza: Edição do Autor, 2008.

- AZEVEDO, Jorge Duarte de. *Portugal & Brasil: Dos Afonsinos aos Braganças*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum. O sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Fortaleza: SECULT, 2000.
- BARRETO, Carlos Xavier Paes. *Os primitivos colonizadores nordestinos e seus descendentes*. Rio de Janeiro: Editora Melso, 1960.
- BARROSO, Gustavo. *À margem da história do Ceará*, 2 vols. 3. ed. Fortaleza: ABC Editora, 2004.
- BEZERRA, Antônio. *Algumas origens do Ceará*. Fortaleza: Typ. Minerva, de ASSIS BEZERRA, 1918.
- BOTELHO, Caio Lóssio. *Seca, visão dinâmica, integrada e correlações*. Fortaleza: ABC Editora, 2000.
- BRAGA, Renato. *Dicionário geográfico e histórico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1964; *História da comissão científica de exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BRÍGIDO, João. *Ceará – homens e factos*. Rio de Janeiro: Besnard Freres, 1919.
- CAMPOS, Eduardo. *Estudos de folclore cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960.
- CARVALHO, Dimas. *Acaraú & outros países*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.
- CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do ensino no Ceará*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- COSTA, Lustosa da. *Clero, nobreza e povo de Sobral*. 2. ed. Rio, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2004.
- FEITOSA, Leonardo. *Tratado genealógico da família Feitosa*. Fortaleza: IOCE, 1985.
- FERNANDES, Yaco. *Notícia do povo cearense*. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar / Programa Editorial, 1998.
- FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambuco*, 2 vols. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1935.

- FROTA, D. José Tupinambá da. *História de Sobral*, 1ª edição. Fortaleza: Pia Sociedade de São Paulo, 1953.
- FURTADO, Celso. *O Nordeste: Reflexões sobre uma Política alternativa de Desenvolvimento*. Fortaleza: UFC, 1984.
- GALENO, Alberto Santiago. *Seca e inverno nas experiências dos matutos cearenses*. Fortaleza: Coopcultura, 1998.
- GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.
- GOMES, Francisco José Ferreira. *Árvore genealógica dos meus avós*. Fortaleza: Ed. Batista Fontenele, 1958.
- GUIMARÃES DUQUE, J. *O nordeste e as lavouras xerófilas*. 4. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2004.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução de Luís da Câmara Cascudo. Recife: Sec. de Educação e Cultura, 1978.
- LINHARES, Mário. *Os Linhares*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1954.
- LEAL, Vinícius Barros. *A Colonização Portuguesa do Ceará – O Povoamento*. Fortaleza: UFC, 1993.
- MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste*. Fortaleza: UFC, 1995.
- MONTENEGRO, Abelardo F. *Psicologia do povo cearense*. Fortaleza: UFC / Casa de José de Alencar, 2000; *Ceará e o profeta de chuva*. Fortaleza: Edições UFC/Banco do Nordeste, 2008.
- NOBRE, Geraldo Silva. *História eclesiástica do Ceará*. Fortaleza: IOCE, 1981.
- PINTO, José Alcides. *Os verdes abutres da colina*. Rio de Janeiro: Americana, 1974; *O Acaraú – biografia do rio*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1979.
- RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.
- STUDART FILHO, Carlos. *O antigo Estado do Maranhão e suas Capitânicas feudais*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1960.
- VIEIRA, Antônio, Pe. *O Jumento, Nosso Irmão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1964.

II – REVISTAS

ALBUQUERQUE, José Militão de. Apontamentos para a História do povoamento do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 95, 1981. pp. 77-81.

ALCÂNTARA, José Denizard Macedo de. Roteiro Econômico da Geografia Cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 75, 1961. pp. 16-62.

AMARAL, Alberto. Para a História de Sobral. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 45, 1931. pp. 123-132.

ARRUDA, Edgar Cavalcante de. Notas para a genealogia das famílias Holanda Cavalcante e Arruda. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 56, 1942. pp. 226-234.

BOTELHO, Caio Lóssio. O secular problema da seca. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 105, 1991. pp. 95-107.

BRAGA, Renato. Plantas do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 64, 1950. pp. 95-100; vol. 65. pp. 229-235.

BRASIL, Pompeu P. de Sousa. Em torno da genealogia cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 64, 1950. pp. 178-192.

BRÍGIDO, João. Povoamento do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 14, 1900. pp. 241-248.

CÂMARA, José Aurélio. Aspectos do domínio holandês no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 70, 1956. pp. 5-36.

CASCUDO, Luiz da Câmara. Informação geográfica do Ceará holandes. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 55, 1941. pp. 68-80.

CAVALCANTE, José Vicente Franca. Notas para a História de Sobral. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 23, 1909. pp. 160-178.

FEIJÓ, João da Silva. Memória sobre a Capitania do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 3, 1889. pp. 3-27.

FEITOSA, Leonardo. Para a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 43, 1929. pp. 281-291; *História e Genealogia*, vol. 47, 1933.

FIGUEIRA, Luiz, Pe. Relação do Maranhão. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 17, 1903. pp. 97-140.

FREITAS, Gomes de. Equívocos de João Brígido. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 84, 1970. pp. 280-82.

FROTA, Francisco Marialva Mont'alverne. Vila Distinta e Real de Sobral. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 87, 1973. pp. 177-196.

GIRÃO, Raimundo. Notas para uma introdução à Genealogia cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 55, 1941. pp. 68-80.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Dependência da Capitania do Ceará do Governo de Pernambuco – 1656-1799. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 96, 1982, p.145-164; *As Charqueadas*, vol. 110, 1996. pp. 71-92.

LEAL, Vinicius Barros. Os Cristãos Novos na formação da família cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 89, 1975. pp. 157-167; *Colonização e Povoamento do Ceará*, vol. 104, 1990. pp. 62-73.

LINHARES, Fortunato Alves, Pe. Notas históricas da cidade de Sobral. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 36, 1922. pp. 254-293; *Apostamentos para a história e corografia do município e cidade de Sobral*, vol. 55, 1941. pp. 234-251.

LINHARES, Manoel Alves. Traços Biográficos do Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 15, 1901. pp. 66-76.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. Gênese do imaginário social dos sertões: entre história e ficção. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 121, 2007. pp. 69-106.

OLIVEIRA, João B. Perdigão de. A primeira vila da província. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 1, 1887. pp. 103-203; *Criação da Vila de Sobral*, vol. 5, 1891. pp.109-120.

PENAFORTE, Ulysses de, Cônego. O nome Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 14, 1900. pp. 265-270.

PESSOA, Dr. João Ribeiro, Pe. Notícias da freguesia de N. S. da Conceição da Caissara dadas pelo Revdo. Cura e Vigário da Vara Atual d'ela, ano de 1767. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 2, 1888. pp. 136-150.

PONTE, José Fernando da. Famílias endogâmicas do Vale do Acaraú. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 86, 1972. pp. 97-102.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Povoamento do nordeste brasileiro. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 51, 1937. pp. 107-162; O Homem do Nordeste, vol. 51, 1937. pp. 321-388; Onomástica Indígena Cearense, vol. 78, 1964. pp. 5-27.

SOUSA, Eusébio de. Pela história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 48, 1934. pp. 115-133.

SOUZA, Francisco Esio de. Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa, o homem de seu tempo (1722-1797). *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 121, 2007. pp. 147-184.

STUDART FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará colonial, *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 51, 1937. pp. 15-47. O Povoamento do Ceará. (1ª Parte) A Ambiência, vol. 83, 1969. pp. 47-61.

STUDART, Guilherme (Barão). Alexandre Humboldt e Bernardo Manoel de Vasconcelos. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 2, 1888. pp. 81-86; Datas para a história do Ceará na primeira metade do século XVIII, vol. 9, 1895. pp. 86-132; Francisco Pinto e Luiz Figueira, vol. 17, 1903. pp. 51-96; Para a questão Grossos, Capitão-mor Sebastião de Sá, vol. 30, 1916. pp. 326-337; Estrangeiros e Ceará, vol. 32, 1918. pp. 191-274; Ligeiras notas sobre o café no Ceará, vol. 42, 1928. pp. 93-102.



Vicente Freitas, diante do monumento, local da primeira Capela de Santa Cruz (Bela Cruz) construída em 1732. Esse marco foi demolido, pelo proprietário do terreno, em 2002.